

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

MARLON ANTONIO FERREIRA

**Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual de
Francisco Weffort**

FRANCA
2020

MARLON ANTONIO FERREIRA

**DO PT AO GOVERNO FHC: A TRAJETÓRIA POLÍTICO-INTELECTUAL DE
FRANCISCO WEFFORT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Política.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Biason

FRANCA
2020

F383p

Ferreira, Marlon Antonio

Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual
de Francisco Weffort / Marlon Antonio Ferreira. -- Franca,
2020

217 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca

Orientadora: Rita de Cassia Biason

1. Populismo. 2. Democracia. 3. Partido dos
Trabalhadores. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARLON ANTONIO FERREIRA

**Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual de
Francisco Weffort**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho,
como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em
História.

Área de concentração: História e Cultura Política.
Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rita de Cássia Biason

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____
Profa. Dra. Rita de Cássia Biason (Unesp/Franca)

Membro Titular: _____
Prof. Dr. Marcos Sorrilha (Unesp/Franca)

Membro Titular: _____
Prof. Dr. Milton Lahuerta (Unesp/Araraquara)

Franca, 30 de outubro de 2020.

À minha querida esposa Karla, fonte de inspiração,
equilíbrio e estímulo;
Ao amor maior de nossas vidas, nosso filho Bernardo.
À minha mãe Juraci, à você devo tudo.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, em especial, àqueles que me deram o dom da vida. Meus pais, José e Juraci, ensinaram-me desde muito pequeno que o caminho dos estudos era a forma mais segura para se constituir uma trajetória pautada no respeito ao próximo, no merecimento e na busca ativa pela realização de meus sonhos.

Agradeço minha esposa Karla, pois sem a sua ajuda este trabalho não teria condições de ser realizado. Esta vitória também é sua. Foram longos períodos de reclusão praticando leituras, sintetizando argumentos, escrevendo, e minha esposa sempre esteve ao meu lado me incentivando nesta dura jornada. Quando nosso filho Bernardo nasceu, ficamos muito mais atarefados e novamente ela assumiu as rédeas da condução familiar. À você, todo o meu amor e minha eterna gratidão.

Agradeço minha segunda família, meus sogros Fernando Rosa e Ana Maria e minha cunhada Paula por sempre se disporem a auxiliar nos cuidados com o Bernardo.

Agradeço minha irmã Maria Fernanda, por auxiliar em traduções e por se dispor a viajar até Unicamp ao meu lado, agradeço ainda minha outra irmã, Maria Caroline, pelo apoio e por se dispor a realizar a impressão dos capítulos para correção.

Agradeço minha orientadora Prof.^a Dra. Rita Biason, sempre foi muito generosa comigo. Acreditou desde o princípio que os objetivos deste trabalho seriam plenamente alcançados, me estimulou, ajudou na tomada de decisões. Acredito que formamos uma boa parceria neste período. Te admiro muito, você é uma referência: sempre tratando com muito rigor e profundidade as questões pesquisadas.

Agradeço aos professores Marcos Sorrilha e Cleyton Romano que participaram da banca de qualificação, todas as sugestões foram muito proveitosas para o aperfeiçoamento do trabalho.

Agradeço a Rafael Tauil por compartilhar comigo uma boa parte da produção intelectual de Francisco Weffort, sua ajuda foi valiosa.

Agradeço a toda equipe da seção de processamento técnico do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp, em especial, à supervisora Silvia Martini e à Danielle de Sousa que me receberam gentilmente no arquivo e permitiram o acesso aos documentos do acervo do CEDEC.

Agradeço também o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Obrigado a todos que fizeram parte desta história.

“[...] Não faz mal que seja pouco,
o que importa é que o avanço de hoje
seja maior que o de ontem.
Que nossos passos de amanhã
sejam mais largos que os de hoje.

Que sejam humanistas de braços fortes
em luta solidária
com as pessoas deserdadas.

Atuem agora e vivam o presente
com a certeza de que neste exato instante
está se erguendo o futuro.

Deixem seus méritos gravados
na história de suas contínuas vitórias!
A dificuldade no momento presente
será a glória em seu futuro!
O desbravar do caminho do novo século
será proporcional a sua caminhada!

Jamais esquecerei
o amigo que luta pela paz,
a amiga que incentiva os companheiros
e o nobre labor compenetrado
no palco sem desejo de palmas e ovações”.

Poema: Brasil, seja monarca do mundo!
Daisaku Ikeda

RESUMO

Esta pesquisa se propõe analisar a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort. Deste objeto de estudo emergiram duas questões que nortearam a reflexão em torno do tema intelectual e vida política: I) seu projeto democrático para o Brasil; II) a mudança política operada por Weffort, saindo do Partido dos Trabalhadores (PT) para se tornar Ministro de Estado nas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Anteriormente, Weffort, havia colaborado para estruturar o PT, sendo, além de secretário geral do partido, membro do comitê de campanha presidencial de Lula em 89, porém, desliga-se do partido no início dos anos 90 para se dedicar aos estudos de novos regimes políticos (ênfase no Brasil) após a derrubada das ditaduras e restauração das democracias. Assumir o cargo de Ministro de Cultura torna aparente uma possível contradição a se pensar no seu passado de militância política junto ao PT, ideia que a pesquisa busca afastar realizando uma investigação sobre a trajetória intelectual de Francisco Weffort, e, ao mesmo tempo, apontando indícios de uma agenda de debate que se conecta ao pensamento de Cardoso, principalmente por conceber um processo de democratização que posicionasse o Brasil no caminho da modernização – introduzindo reformas no Estado – que redirecionasse ao crescimento econômico, corrigindo desequilíbrios, gerando distribuição de renda. Para entender suas escolhas, particularmente a opção pelo Partido dos Trabalhadores, se faz necessário retomar seus estudos sobre o populismo para descrever sua preocupação teórica e prática com o movimento operário e sindical no Brasil, e dela extrair o entendimento para se pensar o seu envolvimento com o PT, através de uma expressão popular que surgia, pela primeira vez, de “baixo para cima”.

Palavras-chave: Populismo; Democracia e Partido dos Trabalhadores

ABSTRACT

This research paper proposes an analysis of Francisco Weffort's political party history. From this object of study two questions emerged that guided the reflection on the intellectual theme and political life: I) his democratic project for Brazil; II) the political change effected by Weffort, leaving the Workers Party (PT) to become Minister of State under the Federal administration governments of Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Previously Weffort had collaborated to structure the PT, being, in addition to party secretary general, a member of Lula's presidential campaign committee in 89, but leaving the party in the early 1990s to dedicate his time studying new political regimes (emphasis on Brazil) after the overthrow of dictatorships and the restoration of democracies. Taking over the post of Minister of Culture seemed to be a possible contradiction, remembering his past of political militancy within the PT. This research however seeks to draw away from this idea by conducting an investigation into the Francisco Weffort's intellectual path, pointing to evidence of a commitment to debate that connected to Cardoso's thoughts, mainly because of the conception of a democratization process that positioned Brazil onto the path of modernization - introducing reforms within the state - that redirected toward economic growth, correcting imbalances, and generating income distribution. In order to understand his choices, particularly his option for the Workers' Party, it was necessary to resume studying his concerns about populism to describe his theoretical and practical concerns within the labor and trade union movement in Brazil, and to draw from it an understanding about his involvement with them, as well as the PT, as a popular expression was coined: from the bottom to the top.

Keywords: Populism; Democracy and Workers' Party

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE FRANCISCO WEFFORT	17
1.1. Francisco Weffort no contexto da USP: do “Seminário de Marx” a experiência do CESIT (1958- 1961).....	19
1.2. Francisco Weffort e o contexto do CESIT: os primeiros passos da agenda populista (1961-1963).....	27
1.3. O nacionalismo e o comunismo na análise de Francisco Weffort	42
1.4. Francisco Weffort na CEPAL: da consolidação da abordagem populista ao ativo engajamento político	50
1.5. Francisco Weffort no CEBRAP: do sindicalismo populista à aposta na democracia (1968-1976).....	60
 CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA DEMOCRACIA EM FRANCISCO WEFFORT: ENTRE A REFORMA SOCIAL E A OPÇÃO PELA MILITÂNCIA POLÍTICA	69
2.0. Intelectuais e a questão da democracia nos anos 70.....	69
2.1. Florestan Fernandes: a contrarrevolução prolongada.....	70
2.2. O autoritarismo na América Latina: a tese de Cardoso.....	83
2.3. A origem do CEDEC e o pensamento democrático de esquerda.....	91
2.4. A originalidade do CEDEC.....	101
2.5. A democracia essencial de Francisco Weffort: a perspectiva de “ocidentalização” do Brasil	137
2.6. A busca de Francisco Weffort pela institucionalização de um projeto democrático para o Brasil	152
 CAPÍTULO 3 - DO PT AO GOVERNO FHC: A PERSPECTIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL	161
3.1. A construção de um partido	161
3.2. Francisco Weffort e o PT: possibilidades e limites da relação intelectual e partido...	171
3.3. a compatibilidade entre o ideal político-social em Weffort e o governo de FHC.....	193
3. 4. Considerações Finais.....	201
REFERÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se à análise da relação entre o pensamento e a ação de Francisco Weffort. Detém-se mais especificamente sobre sua contribuição teórica para a construção da democracia no Brasil, visto que sua intensa atividade intelectual guarda relação direta com sua conversão em ator político de destacada atuação – sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e seu Secretário Geral até o início de 1990 – e ao exercício da função pública como Ministro da Cultura ocupada no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Vida intelectual e política, uma íntima fronteira que poucos intelectuais ousaram transpô-la sem romper a coerência entre seu pensamento e ação política. Francisco Weffort exerce um engajamento preservando essa dupla dimensão identitária (intelectual e política), ele é um intelectual que se coloca na política, desta maneira se expressa, preservando o que Norberto Bobbio chama de “política extraordinária”¹ (Bobbio, 1997, p. 34). Analisar a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort permite-nos atestar que seu agir como ator político esteve condicionado à intenção de se aproximar aos poderes constituídos da sociedade civil, como colaborador de um projeto que tornasse o país efetivamente democrático.

Seguindo a perspectiva filológica gramsciana², buscamos interpretar a problemática dos intelectuais e da política no Brasil, através da reconstrução objetiva do passado, em que se internaliza o texto e o contexto no estudo do ritmo de desenvolvimento do pensamento do autor. De outro modo, resgata-se as funções imputadas como essenciais e próprias às exigências do momento – como a formação de uma frente ampla e sólida de resistência democrática – analisando-as de maneira a abordar as influências que se sofre e exerce dentro do espaço que se atua. Naturalmente, nesta apreensão o contexto de abertura política adquire centralidade dentro de suas formulações, uma vez que destacam-se duas esferas: o exercício da crítica através de análises que buscam recobrar um ideal democrático, por meio da participação política das classes trabalhadoras, por outro lado, o tempo despendido na dimensão política impõe a

¹ A ideia de “política extraordinária” em Bobbio aparece como a política praticada pelos intelectuais, diferente da política ordinária dos políticos profissionais, estes se colocam na esfera partidária como homens de cultura, sintetizando várias ideologias.

² A filologia é um instrumento empregado por Gramsci buscando a objetividade na reconstrução do passado, em particular, Gramsci emprega este estudo para analisar a obra de Karl Marx e posteriormente dialogar criticamente com o pensamento de Croce. A filologia se ocupa de estudar os fatos individuais, o método se opõe às análises abrangentes como o das estatísticas.

tarefa de conversão das análises conceituais em projetos possíveis de serem aplicados, assim nasce a disposição ativa pela definição de uma agenda de oposição democrática.

Os trabalhos de Milton Lahuerta foram pioneiros ao destacar a relação entre a intensa atividade acadêmica do grupo de intelectuais oriundos das Ciências Sociais da USP e a vida política a partir da década de 1970. Na visão deste pensador, primeiro estes intelectuais inclinam-se num esforço de reformulação das teorias explicativas da realidade político-social brasileira, para confirmar estas tendências de debate em suas atuações políticas (Lahuerta, 1999). Partindo-se desta perspectiva de análise, resgatamos neste estudo o contexto de sua vida universitária, uma vez que grande parte de suas influências advém do rigor teórico-metodológico implementado por Florestan Fernandes nas Ciências Sociais, bem como da leitura inovadora que se produziu do “O Capital” no agrupamento do “Seminário de Marx” (Lahuerta, 1999; Sorj, 2008).

O caminho para vida pública acompanhou o discurso democrático amplamente difundido naquele contexto de abertura política, posto que as estratégias adotadas para esta institucionalização seguiram as “diferentes concepções acerca do processo de modernização vivido pelo país” (Lahuerta, 2001, p. 77). No que diz respeito a essas relações, o fortalecimento da sociedade civil permitiu canalizar diversos instrumentos de combate ao autoritarismo militar, a saber: as vitórias eleitorais obtidas pelo MDB; a relevância adotada pelo movimento operário e sindical da região do ABC paulista e o fortalecimento dos partidos políticos. A ampliação dos espaços de “combate” foi condição fundamental para que grande parte destes intelectuais se tornem homens da vida pública, como segue nesta passagem:

As diferentes concepções sobre o Estado, sobre as possibilidades antevistas nos movimentos sociais, sobre a questão das alianças fundamentavam estratégias de ação diferenciadas entre esses intelectuais. Basta notar que enquanto Cardoso centra o foco de sua análise na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo dessa sociedade civil, amenizando a importância do tema das classes sociais e de sua identidade, Weffort radicaliza seu posicionamento quanto ao potencial de ruptura do movimento operário, valorizando os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, como o elemento mais dinâmico dessa sociedade civil emergente (Lahuerta, 2001, p. 77).

Quando consideramos o protagonismo atingido pelos intelectuais, entre as décadas de 1970 e 1980, percebemos que a relação entre “cultura” e “política” adquirem o primeiro plano, neste sentido salta à memória a indagação proposta por Norberto Bobbio, “nosso problema não

é o de saber se os intelectuais são rebeldes ou conformistas, livres ou servís, independentes ou dependentes, mas de trocarmos algumas idéias sobre o que os intelectuais que se reconhecem em uma determinada parte política fariam ou deveriam fazer" (Bobbio, 1997, pp. 69-70). O levantamento desta proposição leva-nos para um campo interpretativo, segundo o qual o mundo da cultura (destinado aos intelectuais) e o mundo da política (campo de atuação do político profissional) são distintos, porém não são opostos entre si – o “poder ideológico” a “força moral” e a prática parlamentar – correspondem, segundo Bobbio, campos do pensamento e da ação independentes entre si, mas o campo da cultura possui relativa autonomia perante o campo da política. A saber:

[...] parece-me que seria possível falar de autonomia relativa da cultura com respeito à política [...] a cultura (no sentido mais amplo, isto é, no sentido da esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos) não pode nem deve ser reduzida integralmente à esfera do político. A redução de todas as esferas em que se desenrola a vida do homem em sociedade à política, ou seja, a politicização integral do homem, o desaparecimento de qualquer diferença entre o político e – como se diz hoje – o pessoal, é a quintessência do totalitarismo. Não se trata de rejeitar a política (é aquilo que chamei de não-indiferença), mas se trata de não exaltá-la a ponto de cantar: 'Certa ou errada é sempre a minha pátria' ou, o que dá no mesmo, 'Certo ou errado é sempre o meu partido' (ou, pior ainda, a minha seita). Não vejo nenhuma diferença entre dizer 'tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado' e dizer 'tudo no partido, nada fora do partido, nada contra o partido.' (Bobbio, 1997, p. 80).

Seguindo esta acepção, o trabalho resgata às conexões entre a identidade intelectual de Francisco Weffort e a questão partidária, marcada por um basismo de esquerda, que se opõe à tradição varguista. Entendemos que seu crescente envolvimento nas questões partidárias ao longo da década de 1980, associa-se tanto à percepção da construção da autonomia concreta dos trabalhadores – outrora vinculado ao populismo e a ideologia nacionalista – quanto a seu esforço na organização da legenda partidária afim de lograr êxito nas eleições e promover o florescimento da genuína “revolução democrática”³. Podemos dizer que se trata de um intelectual que promove a fusão entre ciência e militância, uma vez que a inserção no ambiente da política lhe proporcionaria a possibilidade de praticar suas ideias e projetos. Assim,

³ A expressão “revolução democrática” em Francisco Weffort aparece em seus escritos de inícios de 1990 como a possibilidade de construir, a partir da redemocratização, um Estado baseado na liberdade política e na justiça social. Naturalmente seus estudos apresentavam uma relação muito forte entre a consolidação democrática ao esforço de superação da crise econômica, uma vez que esta era condição necessária para distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Após o naufrágio da perspectiva petista do poder popular, a concepção “revolução democrática” passou a ser representada pela vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso.

encaramos sua passagem pelo Ministério da Cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Analisando a dimensão intelectual-atuante, Daniel Pécault (1990) emprega a expressão “partido intelectual” para descrever atuação destes no processo de abertura democrática, estes converteram o raio de ação para “estratégias voltadas para fora” - buscando aproximação entre os partidos políticos, ampliando os movimentos sociais e autonomizando classes populares - condição que dará certa popularidade a estes, já que apartados do ambiente acadêmico, realizavam tarefas em maior sintonia aos problemas cotidianos da população e até mesmo ao necessário fortalecimento dos movimentos de classe que passava ganhar força (Pécault, 1990, p. 300). Em sua trajetória, Francisco Weffort, enquanto secretário geral do PT, possui o status de ser um dos principais articuladores da proposta de conversão do partido em uma agremiação, cujos projetos passaram a ter apelo nacional.

A trajetória de Francisco Weffort permite-nos afirmar que sua atuação política acontece sendo membro de centros de pesquisas, especialmente nos casos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), ora por intermédio das instituições partidárias – como nos casos do PT e do cargo ocupado no governo de Fernando Henrique Cardoso – nesta condição, Weffort desempenha funções cuja tarefa é “educativo-cultural”⁴, como no caso do PT e a disputa pela hegemonia no poder, ora ainda ocupando cargo burocrático na estrutura governamental como durante o exercício do cargo de Ministro de Cultura no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A relação político-partidária entre um intelectual, que outrora tivera destacado papel na organização do PT e que ocupará a função pública no governo do PSDB, é entendida neste trabalho como coerência às trajetórias intelectuais que se desenrolaram de maneira simultânea em nível de engajamento político-intelectual. Por isso, defendemos que Francisco Weffort avalia a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso como a grande oportunidade de consolidação da “democracia social” no Brasil, uma vez que, desde o início de 1990, quando Weffort se afasta do PT, acreditando no enfraquecimento da proposta de construção de um partido de massas (convertida numa perspectiva política puramente eleitoreira), suas relações com o PT vão se tornando cada vez mais coisa do passado, até se desligar definitivamente em 1994.

⁴ Termo empregado no sentido gramsciano, buscamos ressaltar a condição de arquiteto da edificação de uma proposta de intervenção pública pautada no ideal da consciência do trabalhador como pressuposto da ação política.

Defendemos ainda limites na natureza política firmada após sua adesão ao governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que, estamos diante de um típico caso, em que o intelectual atua na política, tendo por reflexo o resultado de suas contribuições para o pensamento político brasileiro. Neste sentido, abordamos as possibilidades e limites em seu caminhar na política, uma vez que, desfilado do Partido dos Trabalhadores em 1994, Weffort declara apartar-se do jogo político-ideológico eleitoral⁵. Então, o que justifica sua permanência no governo de Fernando Henrique Cardoso durante a gestão dos dois mandatos (1994 – 2002)? Acreditamos na hipótese da adesão sem aderência, o presidente eleito representa a possibilidade de superação dos resquícios da era Vargas no Brasil. Fernando Henrique Cardoso materializava o ambicioso plano de implementação de políticas públicas capazes de: combater os abismos das desigualdades sociais, promover o diálogo necessário com o Congresso, de estabilizar a economia, superar a forte presença do Estado sobre as organizações sociais. Neste sentido, encontramos uma completa compatibilidade entre a produção acadêmica de Weffort, em especial seu livro “Qual democracia?”, com o fazer político de Fernando Henrique Cardoso.

Considerando a definição de John Pocock (2003) sobre a análise do espaço ocupado pelas “linguagens” na apropriação dos atores políticos ao longo de suas práticas, buscamos refletir acerca dos espaços ocupados por Francisco Weffort: suas narrativas como ator político, seus “discursos” enquanto membro da Executiva Nacional do PT e como isso desencadeou na estruturação de um partido de massas. Nas palavras de Pocock, “os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate” (Pocock, 2003, p. 25). Podemos perceber que o autor demonstra uma preocupação muito intensa em relação a forma como os “historiadores do pensamento político” retratam as narrativas sobre as relações de poder, por isso resgata o universo das *langues* (línguas), cujo objetivo é resgatar as línguas e as intenções do autor, bem como as *paroles* (discursos) proferido ao longo de suas línguas. Assim, sua definição caracteriza:

⁵ Conforme podemos observar em uma entrevista dada ao Jornal da USP na data de 11 a 17 de setembro de 2006, em que afirma: “[...] aos poucos, abandonando a militância e me desfiliei do partido em 1994. Vou votar em Geraldo Alckmin, mas não sou do PSDB nem de partido nenhum”.

O método de Skinner, portanto, nos impeliu na direção tanto do resgate da linguagem do autor quanto do resgate de suas intenções, bem como a tratá-lo como habitante de um universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite nessas línguas. Isso de forma alguma resulta em reduzir o autor a um mero porta-voz de sua própria linguagem. Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto lingüístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto lingüístico e induzam a modificações e transformações no interior dele. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre *langue* e *parole*. Sustenta-se não somente que essa história do pensamento político é uma história do discurso, mas que ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso (Pocock, 2003, p. 28).

Neste sentido, procuramos reconstruir a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort, destacando os significados das “línguas” e dos “discursos” ao longo de sua trajetória, seja na formação de uma frente ampla de resistência à ditadura, ou na iminência de suas escolhas políticas.

Por fim, ressaltamos que o trabalho parte da análise das influências teóricas mais marcantes que condicionaram o desenvolvimento de seu pensamento, por isso recorreremos ao contexto do “Seminário de Marx”, CEPAL, CEBRAP e CEDEC, analisando-os em equivalência às principais problemáticas de seu contexto histórico.

Destacamos ainda a dimensão de um projeto democrático – que se passa tanto pela caracterização e superação do autoritarismo quanto pelo tipo de regime a ser construído – centralizamos nossa análise no estudo dos procedimentos institucionais típicos da democracia (fortalecimento dos partidos políticos, lideranças carismáticas, liberdade política, igualdade social, dentre outros), o que nos leva defender que Weffort desenvolve os primeiros estudos acerca da qualidade da democracia no Brasil.

Pretendemos, portanto, demonstrar ao longo deste trabalho que as escolhas políticas efetivadas por Francisco Weffort não são condições puramente momentânea da política, e sim escolhas que retomam uma trajetória intelectual repleta de significados.

CAPÍTULO I – A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE FRANCISCO WEFFORT

O que se pretende neste primeiro capítulo é elaborar uma revisão da trajetória intelectual de Francisco Weffort ao longo das décadas de 50 e 70. Este recorte temporal serve-nos para demonstrar não só uma perspectiva que apresente o autor e suas realizações, mas também para abordar os principais referenciais teóricos adquiridos por Weffort ao longo dos anos de estudo no “Seminário de Marx”, quer como relevantes marcos para construção de sua abordagem acerca do “populismo”, quer como atributos que favoreceram a formação de seu pensamento político e que serviram de embasamento para compreender tanto o desenvolvimento de sua obra intelectual, quanto de seu ativo engajamento na construção do Partido dos Trabalhadores.

A retomada de sua trajetória intelectual parte da mais ampla investigação, na qual se internaliza a produção acadêmica do autor, seu contexto de estudo, e o ritmo no qual seu pensamento foi se desenvolvendo, por essa razão, o “populismo” ocupa espaço central neste primeiro capítulo.

Adotamos alguns dos trabalhos de Milton Lahuerta⁶ como orientação para conduzir a análise da trajetória intelectual de Francisco Weffort, em especial, sua tese de doutorado, bem como alguns dos trabalhos por este orientado, no câmpus de sociologia na Unesp de Araraquara e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)⁷. A tese de Lahuerta (1999) se destaca por estudar um grupo de intelectuais que consolidaram uma nova “interpretação do Brasil”, mediante a revisão e crítica de temas considerados essenciais para se debater a construção do Brasil – nacionalismo, populismo, autoritarismo, democracia, democratização, dentre outros – a principal contribuição do pensamento de Milton Lahuerta para este trabalho é o resgate da hipótese acerca da posição assumida por estes intelectuais ter assegurado respeitabilidade para realizar a transição ao ambiente da política.

⁶ Destacamos os seguintes trabalhos de Milton Lahuerta:

- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e transição: entre a política e a profissão. 1999. 275f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 1999.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Cadernos AEL, 8 (14/15), 2010.

⁷ São os seguintes trabalhos:

- ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória. 2012. 128 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.
- TAUIL, Rafael Marchesan. Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort. 2017. 229 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2017.

Destacamos em semelhante nível de importância a dissertação de Ana Paula Moreira de Araújo⁸, através deste trabalho podemos estabelecer critérios que possibilitaram a reconstrução da trajetória intelectual de Francisco Weffort⁹, bem como dimensionar o impacto que o debate do populismo levou-o a se tornar um legítimo intérprete do pensamento político brasileiro.

Outra importante contribuição foi a tese de doutorado de Rafael Marchesan Tauil¹⁰, o trabalho se propôs à análise pormenorizada da trajetória intelectual de Weffort, evidenciando as mudanças que aconteceram nas formulações da “teoria do populismo” de Weffort. Tauil (2017), constrói uma análise detalhada dos principais temas de estudo de Weffort: populismo, socialismo, democracia, Partido dos Trabalhadores. Um trabalho profundo que forneceu elemento, de forma generalizada, sobre a vida e obra de Weffort.

Não poderia deixar de citar o trabalho de Fabiane Costa Oliveira¹¹, desenvolvido na Unesp Franca, sob orientação da professora Teresa Malatian, a pesquisa forneceu-nos a um só tempo informações sobre o pensamento nacionalista de Hélio Jaguaribe, como também uma clara demarcação estrutural acerca da reconstrução de uma trajetória intelectual que se deixa “consumir” pela “tentação” de pensar e agir na política partidária.

Em face do objetivo proposto ao capítulo e pelo necessário debate acerca do populismo, registramos que a principal fonte do capítulo é seu livro “O populismo na política brasileira” de 1978. Tecer essa consideração se faz necessária, pois o livro é composto de diversos artigos, alguns dos quais foram escritos por Weffort no primeiro momento de sua trajetória, marcado por preocupações e influências bastante específicas. Por isso mesmo, na versão final de sua “teoria do populismo”, em 1978, aparecem sensíveis alterações aos textos de origem.

Por outro lado, se faz necessário registrar que o objetivo neste trabalho é apresentar uma discussão centrada no conceito de “populismo” restrito à obra de Francisco Weffort, não alongaremos em uma revisão bibliográfica sobre o tema. Por fim, observamos que o objetivo

⁸ ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória. 2012. 128 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.

⁹ Os critérios mencionados trata-se da organização histórico-político da trajetória intelectual de Weffort, em que se elege como foco o debate das produções acadêmicas, as polêmicas que se sobressaíram e seu envolvimento na política nos contextos político-intelectual do CEBRAP e CEDEC. Em nossa análise iniciamos esse estudo na CEPAL, passando pelo CEBRAP até chegar no CEDEC.

¹⁰ TAUIL, Rafael Marchesan. Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort. 2017. 229 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2017.

¹¹ OLIVEIRA, Fabiane Costa. Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária. 2004. 134 f. dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca, 2004.

do debate, em torno do populismo, serve para justificar as escolhas adotadas por Weffort, que permitiram a construção de um partido político que sintonizasse aos anseios dessa classe trabalhadora.

1.1. FRANCISCO WEFFORT NO CONTEXTO DA USP: DO “SEMINÁRIO DE MARX” A EXPERIÊNCIA DO CESIT (1958- 1961).

Os primeiros passos de Francisco Weffort rumo à sua integração no ambiente intelectual foram dados no agrupamento que ficou conhecido como o “Seminário de Marx”¹². O grupo é idealizado a partir das experiências obtidas por José Arthur Giannotti na França, de tempos que realizava estudos de pós-doutorado na *Université Paris-Sud* 11¹³. Após seu retorno, Giannotti, propõe aos amigos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP¹⁴ a discussão sobre questões relativas à burocratização do comunismo na União Soviética, algo que foi ajustado para imergir diretamente na obra máxima do criador do comunismo. O núcleo original do grupo se aproxima no início de 1958 e mantém esta agenda até abril de 1964, contexto em que o golpe militar compromete totalmente o desenvolvimento de pesquisas no campo das humanidades (Schwarz, 1999, p.2).

O “Seminário de Marx”¹⁵ contava com a presença tanto de professores, exclusivamente da Universidade de São Paulo, auxiliares de ensino e estudantes que se reuniam a cada quinze dias, às tardes de sábado, com rodízio de expositores e de casas, tendo maior frequência as casas de Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti. O anfitrião do dia se responsabilizava por apresentar e direcionar o trecho selecionado para a discussão de “O Capital”, ao final, abria-se para apreciação de leituras de outros autores marxistas que interessava o grupo (Schwarz, 1999, p.02; Sorj, 2001, p.17). O núcleo original contava com a presença de Fernando Henrique

¹² GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. Novos Estudos n° 50, SP. 1998.

¹³ Entre os anos de 1956 e 1957, José Arthur Giannotti, realiza seus estudos de pós-doutoramento na Paris-Sud 11, por lá frequentou o grupo de estudo dirigido por Claude Lefort, denominado “Socialisme ou Barbárie”, contexto no qual Giannotti estabelece seus primeiros contatos com leituras críticas sobre o enrijecimento da União Soviética, não por demais dizer que será desta experiência que Giannotti terá a ideia de montar o grupo, ou seja, ler o filósofo alemão à moda francesa.

¹⁴ Tratava-se dos jovens professores assistentes da USP, mencionados no parágrafo seguinte, alguns deles como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, antes mesmo da criação do grupo, introduziu, pioneiramente, na USP, cursos sobre Marx, quando ele ainda era lido de forma promissora pelas Ciências Sociais ou de forma apologética por grupos marxista-leninistas (Sorj, 2001, p. 20).

¹⁵ O objetivo do grupo era estudar de forma detalhada a obra do filósofo alemão, havendo comparações entre as traduções do português, inglês e francês com a publicação no idioma original. O ambiente suscitava muita camaradagem e ao mesmo tempo impunha certa disputa e rivalidade em face do forte rigor intelectual imposto sobre as leituras, e até mesmo sobre a seleção e desenvolvimento de temas a ser objeto de estudo. Rigor intelectual que pode ser conferido ao longo de toda a produção intelectual de Francisco Weffort.

Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Octávio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Novais, Bento Prado Jr., Leôncio M. Rodrigues, Rui Fausto, Juarez Brandão Lopes e Sebastião da Cunha¹⁶ (Sorj, 2001, p.17). Conforme apurado pela historiadora Lidianne Soares Rodrigues¹⁷, cada um destes professores assistentes contavam com o apoio de estudantes auxiliares¹⁸, aqueles que mais se destacavam nas disciplinas ministradas em suas aulas na USP. Na visão de Michel Löwy, que aderiu ao grupo na condição de auxiliar, eram “considerados suficientemente maduros para participar” de um projeto de consequências teóricas inovadoras (Löwy, 1996, p.3). A longo prazo, a contribuição específica do seminário se orientou para desdobramentos intelectuais e políticos de grande relevância, acabou por engendrar não só uma “nova interpretação do Brasil”, mas também acionar um ativismo político da maior parte de seus membros durante a mobilização da sociedade civil contra o regime militar (Lahuerta, 1999, p. 89).

É neste ambiente intelectual que Francisco Weffort, aos 21 anos de idade, passa a vivenciar sua primeira e decisiva experiência intelectual após ingressar na USP, foram mais de três anos de convivência com professores-assistentes de catedráticos que, em sua época, dispunham de muitos desafios pela frente. Conforme sugere Lidianne Soares Rodrigues, ler Marx no final da década de 1950, representava a estes, a necessidade de construção de uma carreira intelectual mais autêntica e independente no campo das discussões acadêmicas, ao passo que esta atuação levou a composição de um conjunto de leitura bibliográficas oferecida nos cursos a partir da conexão com os diálogos gerados pela apreciação de “O Capital”, como também, buscavam uma posição que ao mesmo tempo “imitavam e com a qual rivalizavam” ao mestre de ofício, Florestan Fernandes (Rodrigues, 2001, pp. 40-41). Esta dinâmica assegurou a Weffort uma formação que conjugava tanto um rigor intelectual quanto a inevitabilidade de se pensar as transformações ocorridas no contexto internacional e no cenário local. Nesta tarefa, a figura de

¹⁶ Em relação as fontes consultadas, encontramos divergências consideráveis em relação ao grupo que originalmente compôs o “Seminário de Marx”, optamos por mencionar apenas aqueles que se repetiram em todas as fontes consultadas.

¹⁷ RODRIGUES, Lidianne Soares. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978). Tese de doutorado. Departamento de História/Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁸ No início dos anos de 1960, os estudantes de Ciências Sociais já adquirindo o status de intelectuais passaram a contribuir com as discussões do grupo, dentre eles cabe destacar Francisco Weffort, Michel Löwy, Rui Fausto, Emília Viotti da Costa, Sérgio Ferro, João Quantim de Moraes, Lourdes Sola, Claudio Torres Vouga, Albertina de Oliveira Costa, Paulo Sandroni, Beth Milan, Emir Sader, Eder Sader, entre outros (Lahuerta, 1999, p.86).

maior impacto sobre sua formação foi a de Fernando Henrique Cardoso, de quem havia sido aluno na graduação em Ciências Sociais, e atuado como assistente pessoal no “Seminário”¹⁹.

Lidiane Soares Rodrigues (2001), observa ainda que a vitalidade do grupo atraiu jovens de todas as áreas das humanidades, estes buscavam vivenciar experiências investigativas que se relacionava a objetivos distintos dos acadêmicos catedráticos, experimentados no roteiro político de início da década de 60. Engajavam-se na busca de um marxismo mais prático, voltado à experimentação de um academicismo que transcenderia as barreiras da dimensão teórica e atingiria a reflexão da política no campo prático. Refletindo sobre este episódio, Lidiane cita Fernando Novaes, “o pessoal que ficou de fora e queria entrar ficou muito irritado e a solução encontrada foi organizar outro grupo” (Ibid., p.42). E conclui da seguinte maneira:

Segundo Paul Singer “várias outras pessoas, o Weffort etc. tentaram entrar mais já pegaram o bonde andando, nós já estávamos reunidos há meses, então estava realmente difícil de assimilar tudo aquilo que tínhamos acumulado em termos de estudos comuns” (Teixeira apud Singer, 2001, p. 41).

A autora sugere que Francisco Weffort tenha participado de forma paralela das duas versões do grupo, no primeiro, com predomínio do rigor acadêmico, na segunda, uma formação mais voltado à apreensão política:

[...] além de Ruy Fausto, possivelmente também estivesse aí Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Claudio Vouga, Albertina Costa, Paulo Sandroni, Beth Milan, e o próprio Emir Sader [...], o segundo grupo de leitura d'O Capital e discussão política (Teixeira, 2001, p. 43, **grifo nosso**).

O resgate desta informação vai de encontro ao que buscamos defender ao longo deste capítulo, o engajamento de Weffort no “Seminário”, confere a este uma formação sólida que permitiu construir em torno do conceito de “populismo” uma interpretação consistente sobre o “*modus operandes*” da política no Brasil. Assim, para Weffort assumir uma interpretação política baseada no conceito de “populismo”, referia-se à análise que contemplaria sua formação histórica, social, política e econômica, aspectos que Weffort desenvolve buscando compreender esse fenômeno político através dos processos estruturais marcados pela industrialização e urbanização desencadeados a partir de 1930 (Tauil, 2017).

¹⁹ Lidiane Soares Rodrigues (2001), descreve que a leitura de George Lukács era muito apreciada por Weffort e vários outros jovens que se agrupavam no “Seminário de Marx”, por isso mesmo, tais jovens possuíam uma aspiração ideológica que a permitiu descrevê-los como trotskistas do regime de Stálin.

Michel Löwy (1996), em entrevista aos professores Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis, descreve o “Seminário de Marx” como um espaço multidisciplinar “havia professores de várias disciplinas filósofos, economistas, historiadores, sociólogos” contribuindo para que o domínio crítico da obra fosse esmiuçada em todos os terrenos que foram explorados por Karl Marx (Löwy, 1996, p.4). Por sua vez, Roberto Schwarz (1998), observa que “o ambiente era de camaradagem, muita animação, e também de rivalidade” o que assegurava debates acalorados, as diferenças econômicas existentes entre os participantes “em vez de atrapalhar, contribuía para nos dar o sentimento da primazia do interesse intelectual e político” (Schwarz, 1998, p.02). Fato é que, cada um desses especialistas deveria extrair interpretações baseadas em sua área de conhecimento, para que ao longo do acalorado debate, fossem assimiladas as posições levantadas e comparada à realidade brasileira (Schwarz, 1999).

À frente destes desafios apurados pelos participantes do grupo, defendemos ainda que a participação de Francisco Weffort no “Seminário de Marx” impôs a este um rigoroso padrão intelectual de “análise conjuntural”, que o levou a se tornar um dos críticos de maior consistência às formulações teóricas tanto nacionalista do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), quanto dos comunistas do PCB²⁰.

Sobre essa dimensão, Roberto Schwarz (1999) observa que a crítica aos comunistas se praticava desde a criação do grupo. Estes vivenciaram o alinhamento estrutural realizado por Nikita Khrushchov, no XX Congresso do PCUS, quando é divulgado os crimes e expurgos praticados por Stálin durante os 12 anos que presidiu a União Soviética. Vista enquanto perspectiva orientadora aos Partidos Comunistas, a divulgação dos crimes gerou um movimento em massa de grande rejeição ao “modelo soviético” como via de acesso ao socialismo, posto que, anos mais tarde, o chamado “eurocomunismo” seria firmado como a genuína estratégia de entrada ao socialismo a partir do fortalecimento do vínculo entre “democracia-socialismo” (Coutinho, 1979). À vista disso, Schwarz, observa que a leitura crítica de Marx representava:

Um esforço de auto-retificação da esquerda, bem como de reinserção na linha de frente da aventura intelectual. Afrontava o direito de exclusividade, o monopólio exegético que os partidos comunistas haviam conferido a si mesmos em relação à obra de seus clássicos, da qual davam uma versão de catecismo, inepta e regressiva. À distância, o seminário paulistano sobre *O*

²⁰ Lahuerta (1999) afirma que Weffort levou adiante a crítica nacional-desenvolvimentista iniciada em tempos de USP, por isso pode se perceber em seus primeiros trabalhos uma forte presença do marxismo sustentando a revisão da história política do país a partir de 1930. Uma posição que marcará distinção clara contra o ideologismo nacionalista e aos comunistas.

capital fazia parte desta contestação, como aliás indica a inspiração lefortiana inicial (Schwartz, 1999, p. 03).

Portanto, a rejeição ao chamado “marxismo vulgar” e as construções conceituais geradas pelo PCB, fundamentava críticas desenvolvidas pelo grupo aos comunistas. Ao observar a particular trajetória intelectual de Weffort, em especial, seus estudos relacionados ao populismo, levam-no a se tornar um dos maiores críticos da escola paulista de sociologia ao nacionalismo e ao comunismo. Ideia que pode ser observada nesta passagem do texto “Política de Massas”:

A ideologia, fruto de uma agência governamental (ISEB), nasce do próprio Estado, embora pretenda traduzir a consciência popular. E a política nacionalista expõe de várias formas o pecado original da ideologia [...]. O nacionalismo não possui nem o líder que exprimiria a maneira dita “não-ideológica” a ideia de comunidade do povo, nem a organização partidária que exprimiria de maneira ideológica explícita. Como ideologia, com efeito, o nacionalismo não passa do estágio de “atmosfera”, que se expande à custa da ambiguidade e da indefinição social [...] A dependência dos grupos nacionalistas de esquerda, face ao governo federal é, então, inevitável, pois desligar-se do governo significaria deparar com o drama de reconhecer a própria fraqueza e a situação de marginais no processo político. Por isto, giram à volta do poder “não-ideológico”, constituído originariamente pelas massas através do reconhecimento de alguns líderes [...]. Daí a perplexidade dos esquerdistas após a vitória de Jânio Quadros, perplexidade que exprimia o caráter inevitável da adesão a este político que os princípios repelem pois se aliara aos grupos mais reacionários, mas que, de qualquer modo, é o homem a quem o povo conferiu o poder (Weffort, Op. cit., pp. 192/193).

Weffort observa o processo de burocratização instaurado nas teses do PCB como proveniente de uma estratégia de “colaboração de classes”, (aliança entre os comunistas ao populismo varguista), direcionado pelo alinhamento firmado junto à União Soviética (Weffort, 1972). Entende-se que a interpretação de Weffort ampliou a percepção crítica do grupo e “contribui para manter vivo entre a juventude universitária um ideal de militância e um certo *ethos* de esquerda” que se impunha de maneira feroz sobre o marxismo soviético através de um feroz rigor metodológico (Lahuerta, 2001, p.59).

Francisco Weffort²¹, em entrevista no início dos anos 80, relembra a experiência dos tempos de “Seminário de Marx” como um substrato essencial para o “*savoir-faire*” de todos os membros. Muitos destes intelectuais passariam a desempenhar um papel de “*intelligentsia*

²¹ Isto É, 9.3.1983.

nacional”²² frente às condições de resistência, que se fazia necessário durante a mobilização da sociedade civil. Acerca dessa ampliação da função social do intelectual, adotamos a proposição sugerida por Milton Lahuerta (2001), que pode ser verificada tanto nas posições de Francisco Weffort, quanto de Fernando Henrique Cardoso²³, estratégias de ampliação dos “interesses modernos” destinados a ganhar força no país como alternativa civilizatória a seus dilemas, posicionamento crítico erguido como objeção a crítica da herança “nacional-desenvolvimentista”, no caso de Weffort, o populismo foi empregado como “chave” interpretativa da emergência política das “classes populares”²⁴.

Por fim, observamos ainda que Bernardo Sorj (2001) menciona que a grande contribuição de Marx para o grupo, foi possibilitar uma enriquecedora experiência na formação e atuação daqueles intelectuais, diante de uma cultura de enfrentamento, que veio a se tornar necessário contra o regime militar, descrita da seguinte maneira:

A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais de lealdade e uma marca de origem. Quando o CEBRAP foi criado, o seminário de Marx serviu como um mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial (SORJ, 2001, p.20).

Nesta abordagem, é evidente que o grupo soube divisar e precisar com exatidão as mudanças em curso a partir da segunda década de 1950 e início da década de 1960, adotando-as como ponto de partida para referenciação de suas teorizações. Fernando Henrique Cardoso em “Maria Antônia: uma rua na contramão”, observa que:

Com o populismo de Jânio e Jango, com o ISEB nacional- desenvolvimentista e com a presença das massas urbanas, o Brasil mudara. E nós também. A “luta de classes”, as contradições do capitalismo, a dialética (em lugar do “método

²² Conceito extraído de Ana Paula Moreira de Araújo, pesquisadora produziu uma interessante dissertação de mestrado sobre a trajetória de Weffort, intitulada “Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória”, nela pode-se ter um panorama geral a respeito da trajetória intelectual de Francisco Weffort.

²³ Lahuerta, Milton Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: Cadernos AEL nº 14/15 (vol. 8), 2001.

²⁴ O caráter dessa expressão será empregado em conformidade àquela pensada por Francisco Weffort, designa tanto os trabalhadores urbanos, quantos os rurais, assalariados e não-assalariados.

funcionalista” que tinha em Florestan um ardoroso defensor) passaram a ser o pão nosso de cada dia (Cardoso, 1988, p. 30).

Foi nestes termos que, no início da década de 60, se deram as mudanças de perspectiva teórica na FFCL (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras), provocando uma verdadeira revolução a partir dos estudos que este grupo havia feito de Marx. Não se pode deixar de considerar que as reflexões dos jovens professores assistentes geraram um desconforto intelectual muito grande em Florestan Fernandes, o que levou-lhe operar uma mudança gradual na estrutura de seu pensamento para estar concatenado à necessidade de se compreender as transformações sócio-políticas decorridas da industrialização, assim descrita pelo próprio Florestan: “diante de um grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores que se dispunham a interpretar o Brasil e a periferia capitalista a luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar a testa do grupo” (Fernandes, 1980, p. 192), ou seja, Florestan Fernandes, diante do crescimento do grupo e da relevância acadêmica das produções, desloca-se de um debate predominantemente racial para dedicar-se com intenso vigor ao debate da estrutura de um capitalismo dependente, destacando a necessidade de compreender a consciência burguesa no Brasil (Araújo, 2012).

No decurso das transformações teóricas enfrentada por Florestan, observamos que toda a Cadeira de Sociologia I passará por mudanças na virada desta década, havendo um contínuo deslocamento do tipo de investigação centrada exclusivamente nas relações raciais no Brasil para a temática que contemplava a dimensão da inserção social frente às mudanças provocadas pelo desenvolvimento industrial (Romão, 2006). Questão problemática e ampla, que oportunizou ensinar a prática do conhecimento e das experiências teóricas acumuladas nos anos que se reuniam em torno do “Seminário de Marx”. Por assim dizer, na passagem de 1961 para 1962, é criado o CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), este nasce com o intuito de investigar a nova configuração urbana resultante da intensificação do processo de industrialização ocorrido em São Paulo²⁵. A constituição deste centro contou com o estímulo e acompanhamento de Florestan Fernandes²⁶, sendo que as questões burocráticas de organização

²⁵ A criação do CESIT é aprovada na congregação da FFCL-USP a 30/11/1961 e no conselho universitário da USP na sessão de 21/12 do mesmo ano. Mas é apenas com o decreto n.39854, de 28/02/1962, assinado pelo governador Carvalho Pinto que o centro é criado oficialmente (ROMÃO, 2003).

²⁶ A criação do CESIT aponta – a priori – para três frentes: a consolidação da hegemonia da Cadeira de Sociologia I; as preocupações da Cadeira com a questão do desenvolvimento econômico brasileiro e, a par com esse ponto, a necessidade de captar o modo pelo qual a empresa industrial irradiava seus efeitos sobre a urbanidade: e a dificuldade de obtenção de recursos para a viabilização das pesquisas – concomitantemente a este último item, está presente a tentativa de incorporar os projetos de investigação do Centro ao Plano de Ação de gestão do então governador de São Paulo Carvalho Pinto (1959-1963).

do projeto e a busca por verbas para o financiamento de pesquisas, esteve sob a responsabilidade e direção de Fernando Henrique Cardoso²⁷, considerado o mais prestigiado dos assistentes de Florestan, além de deter naquela época, demasiada influência sobre o Conselho Universitário da USP.

O CESIT, desde a sua fundação²⁸, passou a dispor de verbas em quantidade suficiente para que os pesquisadores pudessem viver da atividade acadêmica e ocupar-se única e exclusivamente com o bom desenvolvimento das pesquisas, situação para a época um feito e tanto, principalmente, a se levar em consideração o fato da faculdade ter passado por momentos difíceis no período que antecedeu ao governo Carvalho Pinto²⁹.

O relatório de atividades da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), dos anos 1962³⁰ e 1963³¹, aponta o CESIT como um dos principais receptores de verbas destinadas à USP, algo que, sem dúvidas, assegurou tanto as condições materiais de trabalho (como espaço apropriado e mobiliário para o desenvolvimento dos projetos), quanto acesso às bolsas de pesquisa destinada ao desenvolvimento dos projetos - contemplando “pesquisadores-chefes³²” e portadores de diploma de curso superior, os recém-formados³³ - situação na qual Francisco Weffort se enquadrava.

²⁷ É importante mencionar que, o considerável crescimento do CESIT, está diretamente relacionado a fenomenal atuação de Fernando Henrique Cardoso, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto em relação à perspectiva econômica. Cardoso, através de seu prestígio intelectual, se tornou o elo entre os franceses e a Cadeira de Sociologia I, será ele que com o apoio de Alain Touraine que estruturam a proposta de criação do CESIT, ao longo do ano de 1960, durante a visita do sociólogo francês à USP, em 1960.

²⁸ A constituição do CESIT, contou com o apoio e participação de Alain Touraine, de passagem pela USP, após realizar pesquisas no Chile sobre a classe operária. Alain Touraine, conhece a Faculdade de Filosofia da USP através do contato estabelecido por Azis Simão, regente da Cadeira de Sociologia II, quem, também havia desenvolvido alguns trabalhos sobre a classe operária. O encontro certamente foi mais promissor para os pesquisadores da Cadeira de Sociologia I, como salienta Romão (2006) citando Claudio Vouga a partir de entrevista concedida a este autor: “Touraine quando veio nesse período de 59-60, conheceu o Fernando Henrique e se bandeou de lado”, esta colocação pode ser interpretada a partir da importância que Fernando Henrique vinha adquirindo dentro do quadro de professores e pesquisadores da área de Ciências Sociais. Touraine tinha larga experiência em estudo sobre a indústria e a classe operária e passará a se interessar com maior ênfase no desenvolvimento dessa temática sob a observação da realidade latino-americana, em especial, a via chilena de acesso à modernização. A sintonia e o apreço de Cardoso por Touraine vinha desde tempos em que se estudava Marx no seminário, e com isso, este, passou a desenvolver o interesse pela sociologia do trabalho.

²⁹ Romão (2006) cita que a proximidade entre Cardoso e o empresário Fernando Gasparian, a época presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), permitiu uma vultuosa doação para o CESIT, algo em torno de Cr\$ 10.000.000,00, uma quantia, segundo o autor, sete vezes o orçamento da Cadeira de Sociologia I.

³⁰ Relatório de pesquisa, FAPESP, ano de 1962, p. 50.

³¹ Idem, p. 280.

³² Segundo o relatório, o valor da bolsa correspondia a cerca de 60 % do salário recebido por um professor assistente.

³³ A estes, o valor da bolsa correspondia a 10% do salário recebido por um professor assistente.

No CESIT, o papel de mentor intelectual da “sociologia como uma ciência empírica” voltada à instrumentalização de seus benefícios a favor do desenvolvimento do país, coube a Florestan Fernandes (Romão, 2006). A escola paulista de sociologia se consolida a partir de um viés estritamente científico, empregando um método bem à maneira da Escola de Chicago – um trabalho colaborativo interdisciplinar, pesquisas empíricas e um rigor metódico – influências explícitas que levaram a sociologia paulistana a se afastar do padrão de análises ideologizada do ISEB e do PCB (Arruda, 2010, pp. 17-18).

Concordamos tal qual propõe Milton Lahuerta³⁴, a experiência no CESIT consolidou a posição de Fernando Henrique Cardoso como “intelectual que dirige intelectuais”, o que levou a estabelecer uma relação direta com a vida política e, ao mesmo tempo, impôs sobre Weffort uma agenda “cheia de significados políticos no ambiente radicalizado de críticas à herança nacional-popular” (Lahuerta, 2001, p. 66).

1.2. FRANCISCO WEFFORT E O CONTEXTO DO CESIT: OS PRIMEIROS PASSOS DA AGENDA POPULISTA (1961-1963).

No contexto de formação do CESIT, Francisco Weffort irá se vincular como pós-graduando, chama atenção sua precoce ascensão desde que ingressara na FFCL, de acordo com informações colhidas em seu currículo de USP, percebe-se a promissora carreira que dava seus primeiros passos ao ocupar o requisitado posto de docente na Cadeira de Política³⁵, sob a liderança de Paula Beiguelman, com quem anos mais tarde faria seu doutorado. Entendemos, assim como propõe Maria Hermínia Tavares³⁶, que Weffort em sua particular trajetória intelectual³⁷ contribuiu de maneira muito original para tornar a Cadeira de Sociologia I nacionalmente influente sobre a maneira de pensar as relações de poder no Brasil, tendo na

³⁴ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Cad. AEL, v. 8, n. 14/15, 2001.

³⁵ Conforme informações apresentadas em seu curriculum Lattes, Weffort leciona a disciplina “Instituições Políticas” para os alunos da graduação em Ciências Sociais, ocupando este posto de março de 1961 até novembro de 1963.

³⁶ “Francisco Weffort—Professor Emérito”. Disponível em: <https://qualidadedademocracia.com.br/francisco-weffort-professor-emérito-b1773adf352>. Acesso em: 03 de março de 2019.

³⁷ Observamos aqui toda as linhas de pesquisa desenvolvidas por Weffort, que de forma geral trabalharam as seguintes temáticas: o populismo como conceito tradutor da realidade política brasileira, a forte presença do Estado sobre a sociedade, seu projeto de democratização social, bem como o fortalecimento da estrutura social de “baixo para cima” através de seu envolvimento com o PT.

perspectiva revisionista dos grandes temas relacionados ao “Estado” e à “sociedade”, a fórmula para se realizar uma nova “interpretação do Brasil”.

Das experiências obtidas no “Seminário de Marx” até sua adesão ao grupo do CESIT, Weffort se destaca como um distinto pesquisador das manifestações populares na política nacional. Entendendo a importância que a vivência no grupo do CESIT possuiu para sua formação, bem como o impacto que as produções deste momento tiveram sobre o enquadramento analítico do populismo, deter-nos-emos neste tópico sobre a reconstrução de sua trajetória diante do CESIT.

Uma agenda de estudo/trabalho que tem início adotando uma perspectiva teórica que chamaremos de “academicismo marxista”, por meio da qual se pode observar tanto a influência adquirida de Florestan Fernandes, no emprego de terminologias e preocupações teóricas centrada no limite da explicação clássica de Max Weber³⁸, quanto ao método, às teorizações incorporadas durante os anos de estudo no “Seminário de Marx”³⁹, o que permitiu-lhe forjar uma autêntica interpretação que emprega o conceito de populismo como “chave” explicativa das estruturas que se formam a partir de 1930, tendo no Estado o grande agente impulsionador

³⁸ A descrição do populismo através de uma orientação sociológica leva Weffort analisar afundo a relação estabelecida entre “líder-massa”, por isso, Weber, nesta etapa de caracterização do populismo, é empregado por Weffort como parâmetro para se mensurar o tipo “dominação” estabelecida sobre as massas.

³⁹ O que pretendemos mostrar é que, a perspectiva teórica incorporada por Weffort ao longo do “Seminário de Marx”, pensando na diversificação de autores marxista estudado pelo grupo, em particular, o húngaro Lucács e sua obra “História e consciência de classes”, influenciou demasiadamente na construção de uma interpretação que colocava em interação *estrutura* e *história*, uma leitura que buscava compreender dialeticamente a sociedade capitalista e a relação estabelecida por meio desta com a América Latina. Em outros termos, a forja da “interpretação do Brasil”, a partir do conceito de populismo, acontece por meio de um afastamento natural dos modelos de interpretação “descritivos” e “comparativos” de uma visão entre o “novo” e o “velho”, entre Europa (moderna) e América (atraso). O século XX da América, em especial, a particular entrada brasileira no processo de modernização, precisa ser compreendido a partir das características próprias. Observando este aspecto Florestan Fernandes (1978), na introdução do livro de José Álvaro Moisés “Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo 1953/54)” desenvolve um raciocínio demonstrando a originalidade do pensamento de Weffort, afirmando que havia, academicamente, a necessidade de desbravar a noção de estrutura e por isso recorrer a abordagem histórica, assim descrita por este: “as investigações sociológicas não poderiam iniciar-se, entre nós, pelos estudos de conjuntura. Era preciso desbravar muita coisa para chegar-se a uma compreensão correta e criadora de tais estudos [...]. Esta circunstância indica uma razão bastante forte para que todos aqueles que, de alguma maneira, tenham podido se dedicar a estudos sobre movimentos originados da iniciativa das classes populares, se sintam estimulados a dar a público os seus resultados [...], estes são ponto de partida úteis para uma reavaliação de épocas históricas que a nossa tradição elitista e autoritária deu como marcadas pela ausência das classes populares e, de forma especial, a classe trabalhadora, na cena política.”

de mudanças sociais⁴⁰, uma relação interdependente entre as classes populares⁴¹ e líder populista.

No âmbito do CESIT, Weffort irá escrever um conjunto importante de artigos sobre o populismo: “Política de Massas” (1963), “Raízes sociais do populismo em São Paulo” (1963) e “Estado e massas no Brasil” (1964), estudos considerados seminais para sua maior reflexão sobre o populismo, a tese de doutorado. “Classes Populares e Política: contribuição ao estudo do populismo” é defendida em abril de 1968, em meio ao expurgo das aposentadorias compulsórias realizadas na USP pela Ditadura Militar.

Ao analisar a trajetória e a produção de Francisco Weffort no contexto do CESIT, defendemos que seu academicismo passa a se conectar ao engajamento prático da ação política, no qual as Ciências Sociais, no pós 1964, adere diante da necessidade de elucidar o golpe militar, dimensão projetada por José Álvaro Moisés através da seguinte reflexão: “quais são os fatores estruturais e históricos que podem explicar a tendência da classe trabalhadora urbana a ser mobilizada mais por movimentos populistas, como no período pré-1964, que por partidos ideológicos, tais como o Partido Comunista e/ou socialista?” (Moisés, 1978, p. 01). Indagação que serve-nos para apontar a tese central no diagnóstico de Weffort, o populismo teria se formado sob a crise da hegemonia das estruturas oligárquicas - entre 1930 a 1964 - sem que houvesse a sua completa substituição por uma hegemonia burguesa, o que originou uma estrutura de Estado que funcionava através da conjugação do “atraso” com o “moderno”.

Por outro lado, a mesma indagação permite-nos observar que, o engajamento político-intelectual de Francisco Weffort, tendo o populismo como objeto principal para se compreender a participação política das classes trabalhadoras⁴², acabou por se tornar referência para novos

⁴⁰ Interpretação vigorosamente influenciada pelos autores latinos da “sociologia da modernização”, tais como: Gino Germani, Torcuato di Tella e Medina Echevarria, estes partiram da observação que as sociedades latino-americanas se encontravam numa época de transição entre as chamadas “sociedades tradicionais” para as “sociedades industriais”, isto assegurava uma atenção especial para o estágio do desenvolvimento capitalista destas nações como fator condicionante para se entender a emergência das classes populares à vida urbana (Germani, 1968).

⁴¹ Adotamos a definição de classes populares formulada por Francisco Weffort (1968), assim definida: “a expressão designa, de maneira provisória, a todos os setores sociais – urbanos ou rurais, assalariados, semi-assalariados ou não-assalariados – cujos níveis de consumo estão próximo dos mínimos socialmente necessários para a subsistência”.

⁴² Faz-se referência à eleição das temáticas: “estudo das raízes sociais do populismo” e “estudo sobre as classes populares e desenvolvimento social/desenvolvimento urbano no Brasil”. Entendemos que a vinculação a estas propostas de estudo são iniciadas em tempos de CESIT, a longo prazo, o permitiram construir uma importante interpretação associado a teoria da Ciência Política, dialogando com correntes do pensamento latino-americano que questionava a “dependência e o desenvolvimento econômico na América Latina”, suas críticas formaram um poderoso contraponto à teoria de Faletto e Cardoso, a qual vinha exercendo maior influência entre os intelectuais

estudos sobre as lutas sociais e políticas das classes trabalhadoras, ao passo que também serviu de reavaliação de toda uma época histórica marcada por uma tradição elitista e autoritária (Fernandes, 1978).

Dito isto, observamos que sua ligação junto ao CESIT, acontece de imediato, após sua criação, a princípio, conforme explica Leôncio Martins Rodrigues⁴³, o centro nasce como um programa de pesquisa destinado ao estudo da “Empresa industrial em São Paulo”, um *survey* com amostra de 300 empresas destinado a entender a composição da nascente indústria paulista. Sobre esse levantamento de dados Leôncio, explica:

Dos resultados do *survey* deveria sair nosso mestrado. No programa de pesquisas elaborado na cadeira, Fernando Henrique faria um estudo sobre empresários; Octávio Ianni, sobre o Estado. Florestan Fernandes faria um estudo de interpretação mais geral da sociedade brasileira. (Ramalho; Jácome, 2010. p.6).

O *survey* é ampliado através de novas pesquisas que buscam “caracterizar o Brasil moderno” e suas “lutas pela industrialização e independência econômica”, à medida que, também, se tornou uma “tentativa de defender e revigorar o regime democrático” (Ianni, 1964, p. 09). Neste sentido, as pesquisas que surgiram a partir do *survey*, buscaram, na essência, o sentido das manifestações mais notáveis do processo político nacional, inclusive o resgate das correntes ideológicas integrantes do fenômeno populista. Este projeto resistirá até 1968, quando o Ato Institucional nº 5 aposenta de forma compulsória grande parte dos professores da USP, em especial Fernando Henrique Cardoso, o mentor intelectual do CESIT.

A segunda linha de pesquisa desenvolvida pelo CESIT é “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, sob a responsabilidade de Fernando Henrique Cardoso, a mesma buscou “compreender o crescimento econômico e as tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira; a intervenção do Estado na

loais e os estrangeiros, seja por sua capacidade explicativa da realidade local a partir da crítica das teorias convencionais do desenvolvimento capitalista ou por sua crítica exercida sobre às estruturas econômicas do processo de acumulação, e disto os problemas que suscitaram. Por assim dizer, a publicação do livro “O populismo na política brasileira” de 1978, reúne as colocações sobre a questão elencada, sendo leitura obrigatória para se entender os reflexos da prática populista na política brasileira como efeito condicionante de uma cultura política inexpressiva do ponto de vista da ação, e contribui para o estabelecimento de uma corrente do pensamento brasileiro associada à dinâmica expressiva de atuação do Estado sobre a organização dos movimentos autônomos na sociedade.

⁴³ RAMALHO, José Ricardo; JÁCOME RODRIGUES, Iram. Sociologia do trabalho no Brasil: entrevista com Leôncio Martins Rodrigues. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 72, febrero, 2010, pp. 133-148.

criação ou fomento de condições para provocar ou acelerar o desenvolvimento econômico em geral” (Romão, 2006, p. 28).

Em suma, como afirma Romão (2006), a constituição destes projetos tiveram por objetivo incorporar tanto uma postura acadêmica, na qual se emprega as bases teórico-metodológicas de uma análise sobre a realidade brasileira, quanto sobre a perspectiva para se entender e pensar condições para o desenvolvimento independente na periferia do capitalismo.

Francisco Weffort vincula-se à temática dirigida por Octávio Ianni, um estudo aprofundado sobre a:

Construção de um Estado ativo e empreendedor que interfere na esfera econômica com a finalidade de dinamizar as forças produtivas e corrigir os desequilíbrios e as desigualdades que aparecem na economia (Bernardes, 2009, p.36).

Esta linha de estudo resultará na elaboração do projeto coletivo denominado “Política e revolução social no Brasil”, livro organizado por Octávio Ianni e publicado em 1965, participaram além do próprio Ianni, Gabriel Cohn, Francisco Weffort e Paul Singer, Os escritos foram produzidos no segundo semestre de 1963, sendo que “Política de massas” é o artigo de entrada de Weffort no estudo do populismo. A importância deste texto e dos demais incluídos na coletânea é que podem ser considerados uma tentativa sociológica de responder o fracasso da esquerda articular uma política em conjunto com o governo Goulart, para impedir o golpe de 1964.

No contexto em que a coletânea é publicada, estava em curso um processo de desmonte do CESIT, “depois do biênio 1962/63, o financiamento à Sociologia I e ao CESIT caiu bastante”, e com isso Florestan Fernandes passou a incentivar a “transferência de pesquisadores do CESIT para a docência na Cadeira de Sociologia I” (Romão, 2006, p. 139). Quando o cerco passou apertar ainda mais, Florestan encoraja todos os pesquisadores que estavam adiantados em seus trabalhos a defenderem suas teses e/ou dissertações⁴⁴. Por assim dizer, a obra é originada em meio a um turbilhão de mudanças políticas e econômicas e pode ser considerada uma das principais produções do CESIT⁴⁵, já que a intervenção militar reduziu

⁴⁴ Registra-se o fato de que não era muito comum antes da reforma universitário de 1969/70 a defesa de dissertações de mestrado, o desenvolvimento de uma pesquisa qualificada já levava direto ao doutorado.

⁴⁵ Romão (2006) cita que: “é certo que as principais obras originadas do CESIT, especialmente aquelas previstas no projeto Economia e sociedade no Brasil, são concluídas entre 1963 e 1966 (Ibid, p. 138).

consideravelmente ano a ano o financiamento de pesquisas até a extinção melancólica do centro na passagem de 1969 para 1970⁴⁶.

No capítulo escrito em setembro de 1963, Weffort começa afirmando que as “massas” teriam se constituído na política brasileira, após as transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1930, sob a égide de um país moderno, como o grande “parceiro-fantasma” que jamais havia atingido a capacidade de influir na política (Weffort, 1963, p.162), estas surgem identificadas a um discurso de conformação da ordem política vigente, é peça de uma engrenagem maior chamada populismo, na qual opera como fonte de sustentação a estrutura de governo.

Por força clássica da antecipação das “elites”, as massas têm permanecido, até nossos dias, o parceiro-fantasma no jogo político. São a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares (Weffort, 1963, p.162).

Pode-se perceber com a descrição que o populismo se forma para Francisco Weffort a partir de uma relação de amparo estrutural, o líder populista exerce a soberania nacional baseada num vínculo de confiança gerado pela ilação da modernização ordeira, os frutos bem sucedidos de sua implantação promove uma harmonia de classes firmada por meio dos benefícios gerados pelo desenvolvimento industrial, que é outorgado às “classes populares” a prerrogativa de via de acesso aos bens de consumo. Por essa descrição, o populismo acaba sendo um sistema de amparo estrutural que se sustenta durante o processo de maturação política das classes populares, tendo de um lado a estrutura de poder efetivada, através da subjugação realizada pelo líder populista, e do lado mais fraco da situação, a busca popular pelo acesso a uma vida digna.

O populismo é efetivamente um fenômeno de massas, no sentido de que classes sociais determinadas tomam, em dadas circunstâncias históricas, a aparência de massas. [...] o desenvolvimento econômico e social tenha conduzido a algum tipo de distinção, de fato e não apenas de direito, entre os aspectos políticos e os demais aspectos do conjunto social. Então, o isolamento do indivíduo dentro da massa impõe-lhe a necessidade de uma relação essencialmente política com o poder, o que só pode ocorrer no sistema capitalista [...]. No caso brasileiro, esta tendência se exprime na assimilação

⁴⁶ Sobre este aspecto ver: ROMÃO, Wagner de Melo. “O golpe de 1964: altera-se a conjuntura política”. In: Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

do populismo a formas sociais “pré-capitalista” (ou a tipicamente capitalista), assimilação que, em última instância, constitui a caracterização nacionalista do populismo. [...] O populismo é, no essencial, a exaltação do poder do Estado, é o próprio Estado se colocando, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa (Idem, pp. 174 a 176).

Para ele, o populismo adquire vitalidade através da conjugação de forças e interesses de classes desencadeados a partir de 1930, dando origem a um “Estado de compromisso”, que terá nas massas populares a grande força de equilíbrio para sua sustentação. Weffort afirma que este esquema de poder se atualiza a cada crise vivida no país, sendo que as “elites” políticas se movimentam para antecipar qualquer possibilidade real de intervenção popular na política.

[...] todos esperam – mesmo os mais radicais – encontram uma “fórmula” que torne desnecessário aquela participação. Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até entre os grupos mais antagônicos, que evite a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes. Mais de 30 anos após a República Velha, é espantoso constatar a marca do espírito oligárquico na nova “elite” que, deste modo, envelhece rapidamente (Idem, p. 161).

A democratização de 1945 teria gerado as condições ideais para que as camadas populares emergissem na política, através do voto, uma efetiva pressão, com “certa autonomia” sobre esta estrutura de poder (Weffort, 1965, pp. 166-167). Todavia, a emergência dessas classes populares não ocorre de maneira organizada, seja através de partidos políticos eficientes ou por meio de associações sindicais e entidades estudantis. Diante de tais características, a relação política se transforma numa relação entre indivíduos.

Desde 1945, o povo pode influir – e efetivamente o faz, ainda que apenas indiretamente – na composição de forças ao nível da “elite”, e em sua renovação, [...] é preciso, portanto, não descuidar da importância do sufrágio. Por menos que se queira, este meio formal e limitado é decisivo, circunstância que marca seriamente a natureza política da participação popular (Idem, pp. 164-165).

Na primeira metade da década de 1960, a crise deste sistema de poder atingirá um novo patamar, após a renúncia de Jânio Quadros à presidência. Desde este episódio, a conjugação de forças dos grupos politicamente dominantes será no sentido de manter a participação política das massas como uma mera formalidade (Weffort, 1965, p.23), porém, a aproximação de João Goulart junto às massas e a crescente participação destas nas questões do Estado, tornou a via do golpe, a solução mais prudente para se preservar a hegemonia do bloco de poder que se colocava em disputa. Sobre este último episódio Weffort (1965) o descreve assim: a “urgência

crescente de soluções fundamentais para os problemas do desenvolvimento deixa bastante claro que alguns setores políticos deverão ser sacrificados, não poderão ser compreendidos no desfecho que se pronuncia” (Ibid, p. 162).

Como assinala Alberto Aggio⁴⁷, o populismo na interpretação de Weffort deixa de ser pensado como conceito e passa a ser empregado como uma “teoria explicativa”, e daí encontra-se o centro de sua crítica. Este observa ainda que, o populismo como conceito é “insuficiente em seu poder explicativo a respeito da história contemporânea da América Latina”, uma vez que a “teoria da modernização” em Weffort associa o nascimento da sociedade industrial e moderna pela teoria da “dependência estrutural” (Aggio, 2003, p.163), revelando uma crônica limitação sobre os limites intrínsecos para se vivenciar a modernidade na América Latina. Proposição levantada por Alberto Aggio (2003), que conclui com as seguintes palavras:

A conclusão a respeito do papel do populismo nas sociedades latino-americanas não poderia ser mais negativo, uma vez que, nesta interpretação, se entende que o processo de modernização impulsionado por este movimento não realizaria, de nenhuma maneira, a construção de uma sociedade pluralista, de participação autônoma e ampliada, como se efetivou nas chamadas “democracias ocidentais” mais importantes (Aggio, 2003, p 21-22).

Para Aggio, a dinâmica da modernização brasileira, apresenta-se como um processo de ocidentalização específico, pois guarda em si uma “relação de universalidade” comparada ao processo histórico vivenciado pela Europa, que ao mesmo tempo precisa ser “compreendido no contexto de suas particularidades e singularidades” (Aggio, 2003, p. 139).

A partir destas colocações, a noção de “massas” apresentada por este historiador adquire um viés completamente “subjetivo”, a julgar pelo panorama comparativo convencionado entre o nascimento e o sentido adotado pelas massas na Europa em simultâneo com a emergência desta no âmbito da política modernizante vivenciadas pelas sociedades latino-americanas nas primeiras décadas do século XX, estas tomam o processo de “modernização econômico-social” do ponto de vista “subjetivo” por se identificarem juntamente à via de entrada ao consumo e pela ineficiência das instituições liberais de “acomodarem conflitos e promoverem a integração social e política”, somada a “situação concreta de dependência vivida pelas sociedades latino-americana”. Por certo, Aggio afirma que no contexto local, o conceito de “massas” derivou

⁴⁷ AGGIO, Alberto. A Emergência das Massas na política latino-americana e a Teoria do Populismo. In. Idem e Lahuerta, Milton (org.). Pensar o Século XX: política e história na América Latina. São Paulo: Ed. UNESP. 2003, pp. 138-164.

“muito mais da identificação da ação ou da simples existência daqueles setores sociais que se encontravam alijados dos sistemas políticos nacionais, isto é, deslocados integralmente do campo de possibilidades de obtenção de direitos” (Aggio, 2003, p. 140).

Neste sentido, as “massas” e a percepção política que se terá sobre ela, fundamentará toda a discussão acerca do papel do Estado enquanto agente transformador da realidade social, por isso mesmo, estas serão alvo de apreciação de um projeto de Estado, tanto dos intelectuais e políticos nacionalista, quanto do partido comunista ao manifestar um conjunto de intenções políticas em forma de plataforma de governo.

O segundo artigo de Francisco Weffort foi “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, publicado pela Revista Civilização Brasileira, em 1965. Neste, Weffort faz uso da tipologia weberiana para realizar a descrição de formas do populismo⁴⁸ a partir do seu “conteúdo social e político” (Weffort, 1965, p 39). Para isso, é empregado como objeto de análise os resultados do questionário aplicado em bairros paulistanos de maior penetração populista, bem como informações levantadas sobre os resultados das eleições gerais para governador de Estado, em 1962. Tais dados foram analisados a partir das “conexões de sentido” definida pela sociologia weberiana, o que permitiu a Francisco Weffort focalizar as relações líder-massa, próprias do populismo, em termos de formas de legitimidade das relações de dominação (Idem, p. 41).

Outra preocupação, inerente neste trabalho, foi a de apresentar um estudo sobre o populismo que fosse além da “consciência” exposta pela abordagem nacionalista, em especial, o foco de Weffort direcionava-se à objeção das considerações de Guerreiro Ramos sobre o populismo⁴⁹. Guerreiro Ramos atribui à ascensão populista a crise da hegemonia “nacional-desenvolvimentista”.

O populismo, neste artigo, é tratado por Weffort como “manifestação de uma situação de classes” (Idem, p. 54), significa, pois, entender que o conjunto de práticas políticas desenvolvidas no seio do Estado, se apoiam numa série de estratégias firmadas através de uma poderosa relação entre “líder-massa”, que atua de forma a mascarar as diferenças de classes e obscurecer o conteúdo ideológico presente na relação. Neste sentido, a “imagem” formada de

⁴⁸ Basicamente o estudo ambiciona entender sob quais condições o populismo irá se manifestar como prática política e conteúdo social em Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

⁴⁹ Em 1961, Alberto Guerreiro Ramos publica o livro “A Crise do Poder no Brasil: (problemas da Revolução Nacional Brasileira)”, por meio dele faz um estudo detalhado sobre as condições que ocasionaram a derrota do “nacional-desenvolvimentismo” nas eleições presidenciais de 1960, onde o candidato nacionalista, Marechal Henrique Teixeira Lott (governista) é derrotado pela ascensão do populismo janista (de direita).

Jânio Quadros ou Adhemar de Barros se sobrepõe ao partido e ao Estado, uma vez que tendem firmar relações políticas baseadas no caráter pessoal, pois as “atitudes políticas de um líder podem transformar a imagem, mas a relação pessoal que a constitui, dissolve os conteúdos políticos concretos no sentido de fortalecer [...] os caracteres de personalidade como “coragem”, “generosidade”, “intransigência”, etc.” (Idem, p. 56). Por mais que evidencie características de uma realidade política estudada na grande capital paulista, Weffort indica elementos da ideologia da camada popular que se tornam alvo de manipulação quando emergem à cena nacional. O artigo tem grande importância, seja por apresentar uma discussão sobre a manipulação populista das massas a partir de um enfoque marxista, seja por utilizar a sociologia weberiana para (re)construir as conexões que dão sustento ao populismo diferenciando da abordagem nacionalista.

Ao investigar a particular relação que se forma entre o sujeito (indivíduo) e o líder populista, Weffort emprega o conceito de Weber “conexões de sentido”⁵⁰ (Weffort, 1965, p.41), buscando compreender de que maneira ocorre o desenvolvimento da consciência individual e como ela se relaciona ao “carisma” e ao “paternalismo” verbalizado pelo “adamarismo” e pelo “janismo”. Assim, o populismo passa a ser abordado na relação “líder-massa” por sua dimensão social e política. Socialmente, a imagem transmitida por esses personagens populistas ao grande público⁵¹ estabelece uma relação de proximidade que se assemelha à cumplicidade, onde o líder verbaliza um discurso de proximidade e plena capacidade para lidar com os principais problemas que afetem a qualidade de vida desses indivíduos. Politicamente, a relação tende a ser construída de forma a “mistificar as diferenciações de classe e de ideologia, e confirmar, em aparência, a noção elaborada pelo senso comum, pois se manifesta sempre como fenômeno de massa, ou seja, como relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos” (Idem, p. 41).

Nestas condições, a relação “líder-massa” é conceituada por Weffort através da expressão “amorfização”⁵² (Weffort, 1965, p.46), fundamento decisivo para se analisar as circunstâncias que uma classe passa a se manifestar como massa, nos termos do autor: “como entender a conexão entre massa e classe?” (Weffort, 1965, p.47), Weffort recorre à Lukács para analisar a situação da “pequena-burguesia” e extrair sobre ela conclusões que se assemelham

⁵⁰ Para Weffort, compreender as conexões de sentido no populismo é necessário compreender a ideologia, a imagem, os interesses de classe e interesses individuais como sendo coisas distintas, mas imbricados num só conjunto.

⁵¹ Adhemar de Barros, “tipo patriarcal” e Jânio Quadros, “carismático”.

⁵² Pensada por Weffort como a falta de natureza ou incapacidade de auto-organização enquanto classe.

ao comportamento das massas. Weffort sugere que, a ausência de um comportamento de classe pode ser compreendido na dinâmica do desenvolvimento capitalista, já que este dificulta a formação de uma política autônoma.

Com efeito, a explicação desta relação impõe algum tipo de conhecimento das condições gerais do sistema capitalista no Brasil e supõe algum modo particular de inserção das classes neste sistema. O fato de que o operariado assuma o comportamento de massas só é inteligível, deste ponto de vista, se admite que esta classe não encontra ainda possibilidades de apresentar, com autonomia, sua perspectiva para o conjunto da sociedade; isto é, se admite que no Brasil, o sistema não esgotou todas as possibilidades, nem passou por crises profundas que tornariam este esgotamento em termos politicamente realista (Idem, p. 48).

No artigo “Estado e massas no Brasil”, publicado em 1965, pela revista *Civilização Brasileira*⁵³, o foco foi analisar os requisitos que desencadearam o processo de “massificação”⁵⁴ das classes populares após sua emergência à cena nacional, diante das profundas transformações ocasionadas com a liquidação do Estado Oligárquico, ocorrido através da revolução de 1930.

Em relação a este artigo, é notório detectar duas importantes questões sobre a massificação das classes populares. A primeira delas é que, o populismo para Francisco Weffort se forma a partir das condições geradas com a revolução de 1930, assim, o termo é empregado para traduzir as transformações e as acomodações de interesses que ocorrerá no processo de intensificação do desenvolvimento capitalista brasileiro. A conjuntura de estabelecimento do capitalismo industrial evidência, segundo Weffort, as circunstâncias de “marginalidade e dependência” que a economia brasileira passaria operar, externamente, ao ser incorporada na estrutura de produção e consumo, comandada pelas nações desenvolvidas. De modo semelhante, internamente, nas relações políticas, forjou-se uma fórmula de “acomodação de interesses” que reunia as vantagens e interesses dos grupos ligados à industrialização e da ligeira permanência de setores ligados à “estrutura agrária tradicional” (Idem, pp. 47-49).

A segunda dimensão de grande importância neste artigo será a exposição de uma arquitetura de poder que dará sustento ao populismo, chamada por Weffort de “Estado de

⁵³ Terá nova edição a partir de sua revisão para compor o segundo capítulo do livro “O Populismo na política brasileira”, publicado em 1978.

⁵⁴ Comportamento político assumido pelas classes populares no qual passam agir, segundo Weffort, uniformemente a partir do influxo de uma ideologia populista emanada pelo Estado, isto afasta-lhes da correta compreensão sobre a condição de dominado.

compromisso”. O populismo prolifera sob condições em que se expressa os interesses de grupos e classes, tanto da antiga república oligárquica de produtores de café, quanto do Estado industrial que se formará daquele instante em diante. Assim descrita pelo autor:

As condições em que se processa a Revolução – levada avante por um tácito compromisso entre as classes médias sem autonomia política e setores tradicionais menos vinculados à exportação – não conseguem estabelecer solidamente as bases do novo poder. Observamos, com efeito, que nenhuma destas duas grandes forças possuía condições reais para se constituir nos fundamentos de uma nova estrutura de Estado. Conseguem deslocar a representação política dos interesses cafeeiros, mas não podem negar o fato de que o café ainda é a base decisiva da economia (Weffort, 1965, p. 49).

A prevalência desta estrutura de poder somente poderá atingir plenos efeitos a partir do conducionismo praticado pelo líder populista sobre as massas populares urbanas, esta a “única fonte de legitimação possível ao novo Estado brasileiro” (Idem, p.50).

No que diz respeito à participação política das “massas”, nesta nova configuração de Estado, Weffort emprega o conceito de “parceiro-fantasma” para retratar seu papel dentro da estrutura populista, que se legitima mediante a formação de compromisso entre os grupos dominantes, assim narrada:

Com efeito, as massas são as bases de legitimidade do Estado, mas, nesta mesma medida, não podem desenvolver uma ação política autônoma. Em outros termos: são a raiz efetiva do poder, mas nesta mesma condição, não passam de “massa de manobra”. Conferem legitimidade a um chefe populista (e, através dele, ao Estado) enquanto servem de instrumento para a aquisição e preservação do poder, instrumento particular útil quando nenhum dos grupos dominantes possui condições hegemônicas sobre os demais (Weffort, 1965, p.58).

As massas populares se tornaram no contexto de 1930 a 1945, durante a solução de compromisso estabelecida em torno de Vargas, a fonte de legitimação de uma estrutura de poder que se articula através da aliança dos interesses de classes. Estas (as massas) foram a “grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares” (Weffort, 1965, p.162). Com isso, Weffort chama atenção para a “fórmula de acomodação entre os detentores do poder”, como sendo de fato, o real dilema da incorporação democrática vivida pelo país (Idem, p. 162).

Ao analisar os artigos produzido no CESIT, observa-se que, no contexto de seu funcionamento, ganha cada vez mais espaço dentre os pesquisadores de Ciências Sociais, a explicação de que o acesso e a permanência dos benefícios produzidos pelo Estado acontecem pela “via autoritária”, algo que deixará marcas profundas sobre a estrutura social, pois no Estado populista uma de suas características basilares é a baixa adesão popular à cultura política que lhes permita analisar todo o conteúdo político manipulador (Idem, p. 52).

Segundo o autor, uma tarefa trágica para toda democracia burguesa:

Por forças das transformações econômicas e sociais que se associam ao desenvolvimento industrial e à estagnação da estrutura agrária, a democracia recém instaurada se defronta, de imediato, com a tarefa trágica de toda democracia burguesa, de incorporar as massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas torna-se uma dimensão política essencial no novo processo político (Weffort, 1965, p.164).

Por isso mesmo, a análise do desenvolvimento capitalista, suscitada por Weffort, provoca uma reelaboração de ordem teórica, a qual parte de uma busca por respostas às “razões e os efeitos do atraso no Brasil”, temática fortemente debatida entre os pesquisadores da Cadeira de Sociologia I, associando, neste momento, a análise a partir da “periferia”, isso permite indagar sobre os princípios que articulam o sistema” (Araújo, 2012, p.43; Bastos, 2002, p.201).

Na passagem para a década de 70, essa versão do populismo começou apresentar os primeiros sinais de inconsistência, muito disso, em virtude das pesquisas que começavam a surgir centradas em novos eixos teóricos. “O populismo na política brasileira”, de Weffort, passava a ser revisitado por meio de críticas que se embasavam em novos estudos no campo do marxismo, como é o caso de Luiz Werneck Vianna e seu refinamento de interpretação, através do pensamento de Antonio Gramsci.

A brilhante análise de Luiz Werneck Vianna⁵⁵ emprega o conceito de liberalismo para construir uma interpretação dissonante daquelas que tomaram a revolução de 30 como marco divisor no passado recente do país – seja pela outorga por parte do Estado, seja pelo disciplinamento dado pelo Estado na questão social –, para Werneck, a dinâmica das classes sociais e sua ligação com o Estado opera-se por meio da combinação entre “liberalismo” e

⁵⁵ Trata-se de sua tese de doutorado, defendida em 1976, no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação de Francisco Weffort. Em 1978, é lançada o livro de mesmo título: “Liberalismo e Sindicato no Brasil”.

“corporativismo”, tendo, no Estado forte, as características necessárias para conduzir o processo de modernização da economia.

Werneck Vianna observa que o projeto ideológico do liberalismo oligárquico da primeira república atingirá exaustão ao longo da década de vinte. O conjunto das frações dominantes passa a ter de conviver com as pressões democratizantes, vindas tanto da classe operária e das oligarquias não-exportadoras, quanto da classe média urbana; estes projetavam leis protetoras no trabalho e os setores médios a abertura política, condição que terá seu desenlace com a crise de 1929. No desfecho daquela década, o consagrado liberalismo excludente das oligarquias passava a ser substituído por um novo projeto de modernização alicerçado no “corporativismo”. Sobre esse momento, Werneck Vianna registra:

A ruptura da ortodoxia liberal, promovida pelos próprios setores oligárquicos que a implantaram, e a pressão operária pela intervenção legal do Estado sobre o mercado de trabalho suprimiram o espaço para a passagem do projeto fordista da facção burguesa industrial incapaz de pensar fora do universo da fábrica e dos postulados constitutivos do liberalismo clássico, mostrou-se impotente quando a guerra pelo controle da vida social passou de ‘posição’ a ‘movimento’, para usar uma imagem hoje em voga emergente na vida política, lhe custará acudir à imaginação que o Estado *benefactor* afinal não era subversivo, embora nunca esconderá confiar mais numa ordem exaltadora do indivíduo e de sua empresa (Vianna, 1978, p. 85).

A defesa da bandeira democratizante parece, para Luiz Werneck Vianna, o principal instrumento que a fração burguesa das camadas médias passou a operar com a finalidade de contrastar a hegemonia das oligarquias exportadoras. Assumir o compromisso de alargar a perspectiva de incluir toda a nação num mesmo projeto, implicava para estes setores no “abandono da pauta liberal dos primeiros tempos da insurreição dos tenentes, tendo como contrapartida o revigoramento da proposta intervencionista”, trata-se, portanto, de duas propostas conflitantes de liberalismo: o das oligarquias exportadoras (excluentes) e dos setores médios (democratizantes) (Vianna, 1978, p. 107).

Werneck Vianna entende que, na passagem deste momento importante, o Estado passa atuar como “autônomo no político”, ou seja, a abertura do sistema político acontece no contexto que a economia passa operar voltada para o mercado interno, sendo que, concomitantemente, estava em andamento o movimento de emergência das “camadas médias urbanas, da organização sindical e política operária” (Idem, p. 117).

As pressões políticas vindas de “baixo” e dos setores dissidentes demarcavam uma estrutura de poder pouco estável, neste sentido, Werneck Vianna observa que o novo papel a

ser desempenhado pelo Estado passa ser o de operar “como um gerente de conflito entre as classes dominantes, sem imprimir um sentido determinado à sua política econômica que não fosse o de atender a grupos de interesses”. O compromisso fundamental seria, portanto, entre as “várias facções burguesas” (Idem, p. 117). Neste contexto, sua interpretação é radicalmente distinta daquela empregada por Weffort (1965), uma vez que este autor entende que a vitalidade do Estado modernizador, no pós-30, será por meio da aliança entre oligarquias e liberais.

A emergência dos setores médios assomada às antigas bases de poder levará, segundo Weffort (1968) à reorientação da economia para a indústria, dado que a reformulação e ampliação deste Estado funcionará através do “corporativismo”, sendo que a estrutura de Estado é reorganizada conforme o interesse destes grupos e a participação popular somente é permitida conforme o estrito condicionamento destes que se encontram no poder. Vargas representa, para Weffort, a própria imagem desta conciliação de interesses. Um político que foi gerado pelo sistema oligárquico, mas se tornou o grande impulsionador do processo de democratização do Estado.

No caso de Werneck Vianna, ao acentuar o caráter de modernização como “revolução pelo alto” não o descreve como processo hegemônico da burguesia industrial, e sim que “os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal” (Idem, p. 135). Sobre este aspecto Werneck Vianna sintetiza:

Ao remover o Estado Liberal, a coligação aliancista cria as bases para promover “de cima” o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses. O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação às camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal (Idem, p. 135).

Podemos apontar que, a grande contribuição, em sua análise, se encontra na afirmativa de que toda revolução “pelo alto” pode assumir o sentido particular de uma “revolução passiva” (Idem, p. 141). Por meio do uso de categorias gramscianas, Werneck Vianna descreve como o liberalismo não encontrou sobrevivência, no pós-30, pelo endosso do Estado autoritário, mas, ao mesmo tempo, observa que houve espaço para legislação social e organização corporativa para o movimento sindical. Werneck o descreve através do “justo equilíbrio entre o emprego da

coerção e a proposição de um projeto de forma consensual para as classes subalternas” (Idem, p. 207).

1.3. O NACIONALISMO E O COMUNISMO NA ANÁLISE DE FRANCISCO WEFFORT

A dinâmica de estudo, estabelecida pelo grupo do “Seminário de Marx”, levou-os a incorporar uma leitura “estrutural” de Marx, e por meio dela, uma compreensão aprofundada da realidade brasileira (Lahuerta, 1999, p. 91). Igualmente significativo, foram as divergências ideológicas, que desde o princípio se tornaram evidentes entre os intelectuais do CESIT e os ideólogos impulsionadores do nacionalismo emanado pelo ISEB. Tais experiências são imprescindíveis para compreender e contextualizar as ideias de Francisco Weffort acerca do cenário imediato ao qual seu pensamento se insere, comprometido com o estudo crítico de uma realidade nacional, que entre as décadas de 50 e 60, deparava-se com uma “cultura militante”, embasada no imaginário político dos comunistas, muito disso pela leitura ortodoxa e dogmática consagrada pela III Internacional Comunista e pela Revolução Cubana (Reis, 2007, p. 55). Não muito distante desse mundo à parte, naquela mesma década, o Brasil experimentou taxas de crescimento inspirado em um programa nacionalista, que se orientava fortemente pelas teses cepalinas, sobretudo, no horizonte teórico da “produção substitutiva às importações”, marca característica do nacionalismo latino-americano, que no Brasil, Weffort designou de “nacionalismo populista”.

É com estas referências que Francisco Weffort fundamentará seus estudos, embasando-se no legado crítico adquirido ao longo dos anos de estudante na USP, o nacionalismo e o comunismo, serão abordados no decurso de seus estudos, enquanto poderosas formas ideológicas que atuaram para robustecer a presença do Estado sobre a sociedade, enaltecendo a existência de um líder carismático, tornando o populismo um poderoso “fenômeno de massas” (Weffort, 1963, p. 192).

Em sua “interpretação do Brasil”, o nacionalismo é presença marcante nos debates políticos e sociais como um eficiente agente embasador de um “projeto de modernização político-social e econômico”, uma vez que nos debates, os discursos e as práticas governamentais passam a ser impregnados por uma ideologia nacionalista, que de forma geral, passou resignar à

sociedade um arquétipo de democracia “limitada pelos controles estatais” (Aggio, 2001, p. 159).

À vista disso, para Weffort, o nacionalismo, nesta fase de modernização, foi sendo compreendido como uma estratégia destinada à aceleração das relações capitalista: desenvolvimento, industrialização e independência em relação ao estrangeiro, o que confirmou nas relações internas uma democracia ao estilo burguesa, baseada em uma incorporação controlada. Já no contexto das relações externas, o nacionalismo e o tipo de política por ele emanado, determinou a entrada do Brasil no quadro das relações periféricas (Weffort, 1978).

O nacionalismo na etapa posterior a 1930, servirá de sustentáculo à formação de uma estrutura de Estado “moderna”, que permite substituir a hegemonia de uma decadente elite oligárquica, que se apoiava no café, por uma classe média urbana compromissada com os interesses industriais. Estes novos parâmetros de organização social inaugura a chamada “democracia burguesa”, onde “os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los” (Weffort, 1963, p.22), Weffort, chama atenção para o fato de que, a partir de 1930, torna-se necessário “cortejar as massas”, já que a noção de democracia adquirida, estava sendo forjada em um ambiente distante das lutas político-sociais, por isso ela não se estabeleceu enquanto “valor fundamental”, como pode ser observado nesta passagem:

A democracia, como ideal de vida política, nunca chegou a ter, entre nós, condições propícias de difusão e é difícil garantir que possua raízes sociais profundas. Ainda mais difícil é admitir que no Brasil, o regime democrático possua eficácia apregoada pelos americanos como fórmula de equilíbrio e de controle social. A história brasileira desenvolveu nos políticos e no povo uma aguda sensibilidade em relação ao poder, uma consciência clara, fundada em inúmeras experiências, de que a política se resume em posições de força e em lutas de interesses. Todos sabem, os políticos e o povo, que as normas formadas na Constituição só adquirem validade em função dos conteúdos particulares que assumem em cada caso, em função dos interesses materiais que coincidem com elas em circunstâncias determinadas (Weffort, 1978, p. 23).

No contexto posterior a redemocratização de 1945, ocorre a ampliação da emergência política das classes populares mediante a difusão do populismo, e terá como uma das principais bases de apoio o pensamento nacionalista. Embalado pelo modelo proferido pela agência do ISEB, por assim dizer, os governos que seguiram Vargas (1951-1954); Juscelino Kubistchek (1956-1961) e o mandato polêmico de sete meses de Jânio Quadros em (1961), foram exemplos de governos que se voltaram às práticas nacionalista, estes criticados por Francisco Weffort,

por assegurar à ideologia nacionalistas uma forte presença do Estado como centro de ação política sobre as formas de organização política independente.

Vale ressaltar que, Ângela de Castro Gomes em seu artigo “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, publicado em 1996 na revista Tempo, chama atenção para as primeiras ilações a respeito do populismo formulado pelos intelectuais nacionalistas ter surgido no início da década de 1950 com o “Grupo de Itatiaia⁵⁶”, são eles os primeiros porta vozes da ideologia “nacional-desenvolvimentista” que se fundamentará no centro de referência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.

“Que é Ademarismo?” (1954), ensaio político atribuído a Hélio Jaguaribe, pode ser considerado uma das primeiras publicações produzidas pelos nacionalistas a respeito do populismo. Nela, Jaguaribe buscou entender a origem desse fenômeno político, alertando os nacionalistas quanto ao risco desta prática se impor sobre o horizonte ideológico salvaguardado por este grupo. Assim, partindo deste intuito, a imagem do político paulista é diferenciada do estilo “clientelista”, já que a base de sustentação eleitoral de Adhemar de Barros concentrava-se, exclusivamente, no meio rural. Mesmo partindo destas condições, o político populista era descrito como o líder que adquiria uma importância substancial sobre seu partido, o PSP (Partido Social Progressista), arrebatando através de um estilo que combinava “carisma” e “paternalismo”, as condições essenciais para se impor no cenário político nacional.

Hélio Jaguaribe afirma que o populismo se constitui como uma poderosa ideologia política firmada a partir da união de classes em 1930, sendo assomada ao estágio de “maior destaque” no período democrático, que se estendeu de 1945 a 1964. Também é neste cenário que ganhou força a política ao estilo nacionalista. Contudo, em São Paulo, estado de maior complexidade nacional, o “populismo”, estilo arrebatador de se fazer política, crescia ao estilo “adhemarista”, um estilo de voto que se distanciava do voto “clientelista” e do voto “nacionalista”. Este era visto por Jaguaribe, como “paternalista”, que verbalizava um conteúdo social de ordem.

Contra essa arrebatadora demonstração de força política, Jaguaribe, conclui seu artigo alertando os nacionalistas quanto aos prováveis riscos ao projeto “nacional-desenvolvimentista”. Em face dessa expressão política, a neutralidade do populismo somente seria alcançada mediante duas alternativas apontadas, a seguir apontadas:

⁵⁶Segundo a historiadora participaram do grupo: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

A primeira, que se anuncia como a mais provável, embora seja a mais prejudicial para o desenvolvimento econômico e social do país, é a intervenção das Forças Armadas, representando o estrato superior da classe média, os remanescentes do latifúndio e a parcela da burguesia mercantil contrária [...]. A segunda alternativa seria a formação de uma ampla frente nacional democrática de esquerda, que agremiasse a burguesia industrial, os setores mais esclarecidos da classe média, incluindo os representantes desses setores nas Forças Armadas, e a parcela politizada do proletariado (Jaguaribe, 1954, p. 30).

Anos mais tarde, Weffort, no artigo “Política de Massas” (1963), rebate o artigo de Hélio Jaguaribe. Seu ponto de partida é a noção de “massas” incorporada ao sistema político nacional a partir dos frutos bem-sucedidos da industrialização, por isso mesmo, as massas aparecem como conteúdo de “manobra” dos interesses articulados pelo Estado (Weffort, 1963, p. 163). Fator desprezado nas análises nacionalistas e muito criticado por Weffort, sobre estas colocações, Weffort tece algumas conclusões a respeito da apreciação nacionalista em relação ao populismo, assim definidas:

A demagogia, a emocionalidade, a verbiagem social – etc. – e especialmente pela “ausência de ideologia”. O populismo seria, então, mera exterioridade, fato político sem conteúdo [...] os ideólogos nacionalistas, podiam, em meados dos anos 50, ter a satisfação ingênua de ver no populismo a infância de nossa democracia, uma fase já superada pela ascensão do nacionalismo que inauguraria a fase da “política ideológica” (Weffort, 1978, p. 25).

Outro ideólogo nacionalista que produziu uma importante obra relacionada ao contexto de estudos de Weffort foi Alberto Guerreiro Ramos, este publica, em 1961, o livro “A crise do poder no Brasil”, por onde esboça uma interpretação sobre os limites da relação entre “líder-massa”, definindo o populismo, através de seus aspectos exteriores, como a “verbalização”, o seu “caráter conducionista”, o “apelo emocional”, o “paternalismo” e a “demagogia”, bem como demonstra a “amorfização” das diferenças sociais e políticas que parecem ser a característica mais visível da relação “líder-massa”.

Weffort irá debater esse texto ao publicar “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, artigo de 1963, por onde estabelece uma crítica a forma como os intelectuais isebianos tratavam o populismo, visto em sua análise, através de seus aspectos exteriores. Assim descritos por Weffort: a) “massificação”, provocada por ampla proletarização das camadas da sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na

“massa”; b) perda da “representatividade” da “classe dirigente” e de sua “exemplaridade”, que, assim, se transforma em “dominantes” parasitária; c) por último, é a presença de um líder dotado de carisma que arrebanha toda as massas sobre seu domínio. Na observação de Weffort, não há um cuidado em detalhar profundamente a formação desta relação, tomando o populismo apenas como fenômeno de massas.

Por outro lado, a crítica tecida por Weffort aos “comunistas” pode ser entendida em dois momentos. Em um primeiro contexto, seus estudos se firmaram por caracterizar a origem e a consolidação do populismo, neste sentido, os primeiros textos de Weffort, seminais para a estruturação de sua tese de doutorado, abordam o pensamento comunista a partir da aderência à ideologia pragmática de afirmação do Estado populista. Já em um contexto posterior, subentendido o cenário de redemocratização de 1945 a 1964, o populismo varguista adentrando seus últimos momentos de existência, mas, fortalecida a estrutura sob a qual o sindicalismo populista passaria operar. Este cenário de análise caracterizaria uma das maiores polêmicas da carreira de Weffort.

A temática do “comunismo” é trabalhada de forma crítica na tese “Sindicalismo e Política”, apresentada à USP em 1972, voltada para o concurso de livre-docência⁵⁷, nela há um capítulo exclusivo que analisa a tentativa frustrada de formação do sindicalismo populista entre os anos de 1945-1950. Passados alguns meses de sua apresentação à Cadeira de Ciência Política, Weffort separa este capítulo e o publica em forma de artigo após apresentação de comunicação em evento no México sobre “Movimientos Laborales en la América Latina”, organizado pelos institutos FLACSO/ILPES/CEPAL, este capítulo será a base para a reflexão de sua crítica em relação aos comunistas.

É neste contexto político estudado por Weffort que o retorno das atividades sindicais passam a orientar-se com afinco dentro de uma estrutura sindical populista (Weffort, 1972). Neste sentido, a objeção ao pensamento comunista ganha força e fundamentação crítica por deixar de articular um caminho livre e independente para a classe trabalhadora das “amarras” do Estado, e por centrar-se exclusivamente na ortodoxia marxista soviética. Sobre este último aspecto, Weffort afirma que a ideia de aliança para o Partido Comunista Brasileiro subsistia desde o ano de 1942, contexto ao qual o pensamento da população deixou de ser formado pela razão, e passou crescentemente a ser influenciado pelo sentimento de paixão e pertencimento

⁵⁷ Todas as citações se referem a parte II, separação estabelecida por Weffort e adotada neste trabalho conforme originalmente estruturada.

após o torpedeamento das embarcações brasileira pelos nazistas⁵⁸. Os comunistas prontamente responderam ao chamamento de Vargas à unificação da unidade nacional. Assim descrita “o apelo de Vargas à união nacional em torno do governo [...], foi respondido prontamente pelos comunistas, que depois farão sua a posição assumida neste momento pelo governo” (Idem, p. 19).

Tal perspectiva foi sacramentada na Conferência da Mantiqueira, onde, em decorrência da grande guerra, “definiam o estabelecimento da linha política à base da união nacional em torno do governo”⁵⁹, posição novamente reafirmada pelos integrantes do velho partidão em abril de 1944, após novo discurso de Vargas rumo à conciliação da união nacional.

Segundo Weffort, a concretização da aliança entre Vargas e o PCB, tendo como principal efeito aos comunistas o seu retorno da clandestinidade, aconteceu apenas em abril de 1945, período em que:

Tem início a campanha pela Constituinte e quando os comunistas passam a fazer frente com o “queremismo”. Efetivamente, só depois do episódio da “lei malaia” que lhe fechara a saída pelo lado conservador e que estimulava a UDN a buscar uma solução através do golpe de Estado, Vargas se decidiu a aceitar um acordo com o P. C.. Significa dizer que os comunistas passarão a ser recebidos como aliados quando Vargas já se encontra isolado no governo e quando o conjunto das forças políticas se encontrava empenhado em garantir o processo eleitoral, ainda que à custa do golpe de Estado. Não obstante, os comunistas não apenas aliam-se a Vargas como de fato se subordinam a seus objetivos políticos e desinteressando-se das eleições previstas para dezembro, põem todo o empenho no movimento pela Constituinte, engrossando assim o movimento “queremista” (Idem, p. 2 e 3).

Para tanto, Weffort sintetiza as experiências políticas dos comunistas, no contexto da grande guerra, como uma “confluência de interesses políticos entre os comunistas e o governo de Vargas, já em decadência” (Idem, p.03). A crítica de Weffort é em relação a “estratégia de colaboração de classes”, gerando uma natural subordinação do Partido Comunista aos interesses do governo, o partido não empenhou-se em prover a defesa dos direitos e interesses

⁵⁸ De 1941 a 1943, cerca de 34 embarcações pertencentes à Marinha mercante brasileira foram torpedeadas por submarinos nazistas, destes a grande maioria eram cargueiros e alguns de passageiros. Porém, em agosto de 1942, a embarcação Anibal Benévolo, transportando carga e passageiros, foi abatido próximo ao Egito, na ocasião, mais de 150 passageiros morreram, este episódio inflamou uma reação popular contra o afundamento da embarcação brasileira, no Rio de Janeiro aconteceram uma série de passeatas e comícios populares, exigindo algum tipo de retaliação ao Estado alemão.

⁵⁹ Ibidem.

da classe trabalhadora, sobre a qual, desde a sua origem apresentava-se como representante natural dos anseios populares, fundamentação maior que levou o partido se constituir como representante de classe. Por assim dizer, nesta interpretação, o erro maior dos comunistas foi não tentar organizar um caminho independente perante as tendências política interna (aliança firmada com Vargas) e externa (subordinação à política externa soviética).

Por outro lado, Weffort afirma ainda que aceitar uma política de conciliação é “declarar incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma”, por isso a parceria estabelecida com Vargas abria uma nova perspectiva para a democracia no período, a “democracia corporativa” (Idem, p.27). Em realidade a esta política de conciliação formam-se “organizações paralelas”, uma tentativa de encontrar um caminho livre perante a estrutura do sindicalismo populista e ao P. C., surge, então, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que passa atuar tomando por base os interesses dos trabalhadores especificados nos seguintes objetivos: I) soberania das assembleias; II) eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do Ministério; III) autonomia administrativa; IV) eliminação do requisito legal da padronização dos sindicatos.

De abril a outubro de 1945, poucas foram as greves ocorridas neste período, por isso mesmo, a política de conciliação de interesses firmada entre Vargas e o PCB operou-se de maneira pacífica para ambas as partes, porém, em fins de dezembro daquele ano, deflagra-se a greve do abono de natal dos trabalhadores no setor de energia elétrica. Esta greve, segundo Weffort, irrompe o movimento operário adormecido por todo o Brasil, que na passagem de 1945 para 1946, registra mais de 60 movimentos grevistas por todo o Brasil, movimento descrito por Weffort da seguinte maneira:

Depois de quase uma década de ausência, o movimento operário ressurgia assim com as aparências de uma explosão que deverá provocar reações em todo o sistema político, a começar pelos comunistas e pelo governo. Os primeiros passarão de uma posição francamente contrária às greves a uma posição ambígua de tolerância. O segundo passará da tolerância à repressão (Idem, p. 41).

O começo do fim desta breve relação firmada entre o populismo e o comunismo ocorre quando, de maneira muito branda, o P. C. muda a sua orientação, “agora (as greves) passarão a ser vistas como direito dos trabalhadores, [...] o P.C. defenderá a greve como um direito, mas ao mesmo tempo insistirá em transferir a responsabilidade pela ocorrência de greves para os empresários e para “setores do governo”. Posição sutil e difícil” (Idem, p.05).

A síntese da retomada das atividades sindicais no Brasil, nos estudos de Francisco Weffort, associa a crise da estrutura do populismo varguista e à formação do sindicalismo populista, e dela a postura conformista do Partido Comunista. Weffort, afirma que o PCB fez uma leitura totalmente errada quanto a estratégia para melhor aderir ao projeto da Internacional Comunista em nosso território, a crítica e a falta de adaptação à realidade do populismo latino-americano.

A crítica ao pensamento de Weffort parte de colegas do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida, dois pesquisadores ligados à linha dos movimentos populares escrevem um texto intitulado “Modus in Rebus: partidos e classe na queda do Estado Novo”, texto não publicado, porém de grande circulação entre os associados do CEBRAP. Em resposta, Weffort, escreve o texto “Dejemos de farsas inúteis: história crítica ou história ideológica”, também não publicado e circulado de forma manual⁶⁰. Conforme aponta Kaysel e Mussi (2017), apesar de não terem sido publicados, os textos conferem certa relevância ao episódio, principalmente por gerar na sequência a saída de Weffort e diversos outros intelectuais para fundarem o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

O texto de Martins e Almeida é uma reação às considerações de Weffort ao descrever a conexão entre o PCB e o sindicalismo populista durante o governo Vargas. Kaysel e Mussi (2017) observam que o texto de Weffort é considerado, pelos intelectuais cebrapiano, como um texto que atendia mais a propósitos “político-partidário” opostos ao PCB, uma clara referência ao engajamento de Weffort e à argumentação apartada do ambiente acadêmico.

Partido da revisão do conceito de “estrutura” e “conjuntura”, Martins e Almeida sustentam que Weffort confere ao “PCB uma possibilidade de ação política muito mais ampla do que efetivamente este possuiria na conjuntura de queda do Estado Novo” (Kaysel y Mussi, 2017, p.11), motivo pelo qual passariam desqualificar toda abordagem de Weffort relacionado à incapacidade do PCB propor uma agenda política independente. Sustentam que a realidade do PCB precisaria ser pensada a partir da singularidade histórica que estruturalmente se formou país, incidindo diretamente na capacidade de organização autônoma dos operários, especialmente devido as leis sociais e os decretos salariais do período.

⁶⁰ Não foi possível analisar os textos alvo da polêmica entre Weffort e Martins y Almeida, por isso, a abordagem apresentada baseia-se por completo no trabalho: KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978). 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

Diante deste episódio em 1976, Francisco Weffort decide sair do CEBRAP, e juntamente com diversos outros intelectuais, fundam em 1976, o CEDEC.

1.4. FRANCISCO WEFFORT NA CEPAL: DA CONSOLIDAÇÃO DA ABORDAGEM POPULISTA AO ATIVO ENGAJAMENTO POLÍTICO

A história da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) teve início quando o embaixador do Chile junto à ONU, Hernán Santa Cruz, solicitou ao Secretário-Geral a inclusão de um projeto de resolução junto ao ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) visando criar uma comissão econômica que analisasse o desenvolvimento na América Latina⁶¹. Desde sua definitiva criação em 1948⁶², a CEPAL se torna referência no desenvolvimento de estudos refletindo as implicações das relações político-econômicas entre América Latina e Europa⁶³.

Em grande medida, o “pensamento da CEPAL” é estruturado em virtude do vigor intelectual, capacidade de liderança e experiência prática, exercida pelo economista argentino Raul Prebisch. Com efeito, Fernando Henrique Cardoso⁶⁴ descreve Prebisch, como o mais importante diretor-executivo da história desta instituição, suas ideias povoaram uma discussão quanto à polaridade “centro-periferia”, e permitiu definir novas estratégias para enfrentar os desafios de uma economia que se conectava em um mundo integrado.

Nas palavras de Octávio Rodrigues (2001), as análises de Prebisch se tornaram traços delineadores para a exploração de um conjunto de ideias que giravam em torno da chamada “concepção do sistema centro-periferia”, que articulava tanto em teoria como em análises de política econômica, relacionando o fortalecimento das condições locais como circunstância essencial para superação do atraso e libertação de um desenvolvimento condicionado a fatores externos.

⁶¹ CEPAL, Antecedentes sobre la creación de la CEPAL, (1988), p. 09.

⁶² Em 25 de Fevereiro, o Ecosoc aprova por 13 votos a 0 a criação da CEPAL, o órgão teria como membro todos os países da América Latina, acrescido os seguintes países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e a Holanda. A presença destas nações europeias e a americana, justifica-se por ainda exercerem soberania em território latino.

⁶³ História de la Cepal, disponível em: <https://www.cepal.org/es/historia-de-la-cepal> Acesso em: 22/02/2019.

⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à edição brasileira. In: Rodríguez, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 17-22.

As ideias de Prebisch⁶⁵ e da CEPAL exerceram grande impacto sobre o debate desenvolvimentista durante a década de 50 na América Latina, principalmente no Chile e no Brasil. Com base nos trabalhos desenvolvidos por Raul Prebisch⁶⁶, os técnicos especializados⁶⁷ que se ligaram a esta comissão foram desenvolvendo interpretações segundo o padrão “histórico-estruturalista”, ou seja, uma compreensão estabelecida sobre a ideia de se inverter o padrão de desenvolvimento dos países latino-americanos na situação da divisão internacional do trabalho, assim descrita por Marcelo Francisco Dias⁶⁸:

Os problemas econômicos que afligem(iam) o Brasil e a América Latina eram vistos, na interpretação estruturalista, como sendo resultantes de suas “desajustadas” estruturas produtiva, ocupacional, institucional, fundiária etc., e não por fatores monetários e/ou fiscais, como queriam os economistas de filiação neoclássicos (Dias, 2012, p. 21).

Neste sentido, segundo Milton Lahuerta (1999), o ideal desenvolvimentista apregoado pela CEPAL irá exercer grande influência sobre o pensamento político defendido pelos nacionalistas do ISEB. Este grande polo intelectual, sediado em solo carioca, se tornou, na segunda metade dos anos 50, o principal influenciador do ideal “nacional-desenvolvimentista”, sustentado principalmente pelo governo Juscelino Kubitschek, por força de expressão, a CEPAL atuava como influxo sobre o recebimento e incorporação destas ideias à realidade político-econômica brasileira.

A implementação do Estado desenvolvimentista por Juscelino Kubitschek (1956-1961) será representado pelo ambicioso programa de modernização denominado “Plano de Metas”, que articulava uma agenda de crescimento econômico através de uma “mudança estrutural” e na capacidade produtiva nacional. Sobre esta política econômica desenvolvida por Kubitschek, as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa M. Starling afirmam que o ISEB potencializou a evolução de uma alternativa à “modernização fora do modelo norte-americano”, assim descrita:

⁶⁵ Segundo informações colhidas no site da CEPAL, o subtópico “vigência del legado de Prebisch”, nele Osvaldo Sunkel, descreve Prebisch a partir de seu “apego à realidade histórica em que vivia, a sua vontade de transformá-la e a sua capacidade para renovar as suas ideias à luz de sua experiência e das mudanças contemporâneas.

⁶⁶ Daremos destaque ao texto intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, apresentado em julho de 1949, na Conferência de Havana, por meio deste, Prebisch chamaria atenção de toda a atmosfera intelectual latino-americana, por meio deste, explana as “conjunturas” ao desenvolvimento local, autônomo e integrado da economia regional.

⁶⁷ De acordo com a pesquisa levantada sobre o período destacamos: Juan Noyola Vásquez, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares. Além destes destacamos a “figura” de maior proeminência no cenário econômico brasileiro Celso Furtado.

⁶⁸ DIAS, Marcelo Francisco. Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. 2012, 197 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2012.

Esse grupo forneceu a fundamentação teórica para projetos do alto escalão da administração de Kubitschek, e contribuiu com uma visão ampla do Brasil e de seu projeto de industrialização. Produziu, ainda, os argumentos de defesa para uma opção nacionalista não ortodoxa, que não significasse rejeição ao estrangeiro e que estivesse circunscrita à definição de qual é o interesse nacional (Schwarcz; Starling, 2015).

Nas palavras de Hélio Jaguaribe⁶⁹, trata-se de um ativismo intelectual, por parte dos isebiano, na divulgação das Ciências Sociais aplicadas à compreensão crítica da realidade brasileira, na qual se permite o incentivo e a promoção do desenvolvimento do projeto “nacional-desenvolvimentista”.

Por outro lado, Milton Lahuerta (1999) analisando as transformações ocorridas na passagem da década de 50 para a década de 60, afirma que as teses cepalinas se tornaram fundamento para se pensarem um projeto desenvolvimentista centrado na superação da ideia de barreiras econômicas, sociais e institucionais que se impunham ao crescimento econômico do país. Por isso, a urgente necessidade de se pensar bases sólidas para o desenvolvimento da América Latina que tivesse forças para reverter o quadro de dependência estrutural. Observou ainda que as teses cepalinas se direcionavam a pensar uma ação conjunta entre Estado e burguesia industrial, permitindo uma industrialização ordenada à progressiva geração de riquezas que beneficiasse os propósitos do setor industrial, como também proporcionava a elevação das condições de vida das massas.

Ao passo que, se no cenário político nacional, a década de 50 expressou o crescimento das ideias nacionalistas inspiradas em teses cepalinas, concomitante às teses defendidas pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro, passou a ganhar espaço em virtude da redemocratização. Tais teses se aproximavam dos ideais praticados pelos nacionalistas, derivando uma percepção, na qual os “países periféricos deveriam fazer uma revolução democrático-burguesa [...] antes de colocarem o socialismo como meta. Nesse esquema, a burguesia nacional era considerada aliada dos trabalhadores na luta contra os entraves feudais e semifeudais” (Lahuerta, 1999, p. 32). Neste sentido, no final da década de 50, setores da esquerda nacional, passam a praticar uma leitura doutrinária da obra de Lênin sobre o imperialismo, concebendo uma visão simplista desse estágio do capitalismo e uma consequente subordinação do PCB à resolução da questão nacional.

Observe-se que o pensamento político da CEPAL, entre os anos 50 e 60, havia se tornado uma referência nos debates aplicados à realidade política brasileira, tanto à perspectiva

⁶⁹ JAGUARIBE, Hélio. O Brasil no laboratório de Hélio Jaguaribe. Folha de São Paulo, Caderno Mais, fevereiro de 1998.

nacionalista do ISEB, quanto ao propósito comunista (Lahuerta, 1999). Todavia, o contraponto, à estas experiências teóricas, surge com o grupo de intelectuais que a partir da vida universitária na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, passam a conjugar fortemente um rigor intelectual que entrelaçava os “estímulos da vida social e à revolução teórica que os estudos de Marx produziram”, e com isso elaboraram uma interpretação que se caracterizava pela defesa da “especificidade da produção científica e por sua autonomia em relação a outros campos da vida cultural” (Cardoso, 1988, p. 31; Sorj, 2001, p. 16).

Foi neste clima intelectual que o golpe militar de 64 impõe uma severa intervenção sobre a USP, tendo como consequência mais drástica a desarticulação da chamada “escola paulista de sociologia”, efetivada através de cortes em financiamento de pesquisas, perseguições, processos e exílios, fato é que, diversos intelectuais foram levados a abandonar seu país e suas atividades intelectuais. É neste ambiente, de extrema agitação político-institucional no Brasil, que Francisco Weffort passa integrar a CEPAL.

É bem verdade que, o primeiro contato de Francisco Weffort com os membros da CEPAL acontece através de um convite cedido por Fernando Henrique Cardoso⁷⁰ a Weffort, ocorrido no final de 1963. Milton Lahuerta (1999) registra essa passagem:

Como consequência de seu prestígio acadêmico e da linha de estudos que vinha desenvolvendo acerca do proletariado industrial e dos empresários, em 1963, Fernando Henrique Cardoso é convidado para trabalhar na CEPAL. Cardoso recusa o convite e indica para ir em seu lugar seu ex-aluno, Francisco Weffort (Lahuerta, 1999, p. 68).

Portanto, em dezembro de 1963, Francisco Weffort muda-se para Santiago, no Chile, local onde passaria lecionar e atuar como pesquisador não apenas da CEPAL, mas em diversas outras instituições de ensino⁷¹.

Fato é que, àquela altura, a capital chilena havia se transformado numa verdadeira meca do pensamento político latino-americano, o ambiente intelectual era formado por diversas instituições de ensino superior⁷², na qual intelectuais exilados e refugiados de várias regiões da América encontravam “abrigo” e oportunidade para o desenvolvimento de pesquisas que

⁷⁰ O próprio Fernando Henrique Cardoso registra que o repasse do convite a Weffort aconteceu por, naquela época, estar envolvido com preparação da “tese que deveria servir para competir à Cátedra do prof. Fernando de Azevedo, que se aposentara. Estava fazendo uma pesquisa comparativa sobre a “burguesia nacional” na Argentina, no Chile, no México e no Brasil” (Cardoso, 1988, p. 32).

⁷¹ A saber, Francisco Weffort atuou além da CEPAL, no ILPES, instituição vinculada à CEPAL e no FLACSO.

⁷² Destacamos: CEPAL (Comissão Econômica para América Latina); FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais); Faculdade de Economia da Universidade do Chile; ILPES (Instituto latino-americano de Planejamento Econômico e Social), dentre outras.

refletisse sobre o desenvolvimento econômico da região. Assim narrado por Marcelo Francisco Dias:

Por lá passariam também figuras como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Francisco Weffort [...] e inúmeros outros intelectuais brasileiros, argentinos, uruguaios, bolivianos, peruanos, mexicanos, europeus e norte-americanos, que, com suas diversas experiências socioculturais e seus distintos posicionamentos ideológicos (em sua maioria situados no campo da esquerda), enriqueceriam extraordinariamente o ambiente intelectual da capital chilena (Dias, 2012, p. 82).

Se o ambiente político e institucional na América Latina, a partir da segunda metade dos anos 60 e início de 70, ficou marcado pela efervescência política que deu causa às ditaduras militares, a experiência do exílio para esses intelectuais, em grande medida destacamos as trajetórias de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, foi um momento marcado por um intenso labor intelectual, e ao mesmo tempo pela transformação dos objetivos que levaram à prática de militância política.

A evidência maior deste processo é que as circunstâncias de adaptação e inserção no país de exílio (Chile, a princípio) acontece por intermédio de um movimento de aproximação e solidarização entre eles, já que sob àquelas condições, qualquer tipo de diferença acabou convergindo para uma identificação e certo grau de homogeneidade quanto ao interesse de agir conscientemente contra a supressão dos direitos sociais e políticos no Brasil.

Nima Imaculada Spigolon⁷³ relata que a aproximação entre Francisco Weffort e Paulo Freire ocorre em virtude do exílio, os quais, anos mais tarde, viriam a ter uma relação mais que profissional, se uniriam através de laços familiar:

[...] à noite descemos em Santiago. Lá estavam todos os amigos, inclusive um jovem, que me conduziu do aeroporto para a casa de Strauss. E eu mal imaginava que o jovem que dirigia o carro alguns anos mais tarde seria o pai de minhas netas. Era exatamente o Francisco Weffort, que foi ao aeroporto me receber e dar a sua solidariedade política ao homem que seria avô das filhas dele. (Spigolon, 2014, p. 166 apud Freire, Paulo, 2005, p. 78-227).

A ligação de Weffort com a família Freire deste instante em diante se tornaria muito afetuosa. Madalena, a filha primogênita do casal Paulo Freire e Elza Freire, parte ao encontro do pai, rumo ao Chile, ainda no ano de 1964, por lá conhece e passa a conviver com Francisco

⁷³ SPIGOLON, Nima Imaculada. As noites da ditadura e os dias de utopia... O exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979. 2014, 506 f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Weffort, e formam um jovem casal que contrairiam matrimônio, em Santiago, no final nos anos 60. Francisco Weffort e Madalena Freire Weffort⁷⁴ tiveram quatro filhas: Carolina, Helena, Marina e Cristina.

Reforçar a relação entre Weffort e Paulo Freire no exílio é importante, pois demonstra um ativo engajamento de Francisco Weffort com a política. Uma importante indicação, neste sentido, pode ser verificado em Educação e Política (reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade) uma introdução escrita para apresentar o livro de Paulo Freire “Educação como prática da liberdade” de 1967; neste Weffort entrelaça uma abordagem relacionando a emergência política das classes populares ao método freiriano de alfabetização, uma exaltação ao ato de educar enquanto processo de conscientização e libertação de práticas políticas pauperizadas pelo fator ideológico (populismo, nacionalismo). Diferentemente dos primeiros trabalhos, a apresentação escrita por Weffort adota um teor fortemente político dada as circunstâncias atravessadas pelo país, almejando, segundo Weffort, um compromisso das formas populares com a democratização do Estado, e pelo “poder” contido no ato de educar, algo que busca em ampla medida, homens de ação. Narrada por Weffort da seguinte maneira:

A conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho; finalmente, se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo quando não o saibam (Weffort, 1967, p. 11).

Ideal que pode ser observado nas produções acadêmicas de Weffort do período, à vista disso, a dimensão que pretendemos chamar atenção é o teor político que reside em suas produções parte do fomento existente entre os questionamentos que advém de uma compreensão do presente a partir das heranças que estas carregam do passado. Em suma, o populismo passa a ser apresentado como uma poderosa explicação para o imobilismo popular diante do golpe militar.

Partimos do entendimento que sua passagem pela CEPAL elevou sua compreensão, de maneira significativa, a respeito dos problemas do subdesenvolvimento e da dependência dos países latino-americanos. Seja pelo contato e experiência adquirida com inúmeros intelectuais locais que já abordavam a noção de “massa” e “desenvolvimento”, ou até mesmo pela

⁷⁴ Madalena foi professora primária e universitária, arte-educadora e pedagoga, atualmente presta assessorias às instituições públicas e privadas voltada à formação de educadores.

estruturação do debate em torno da dependência no final dos anos 60, fato é que, esta nova percepção o levou a realizar uma reformulação da abordagem populista. A publicação do artigo “O populismo na política brasileira”, em 1967, pela revista *Tempos Modernos*, ajusta conceitualmente sua interpretação a partir do “binômio dependência-populismo” (Kaysel y Mussi, 2017), uma clara referência ao fato de Weffort incorporar e discutir àquela que seria a principal questão no debate cepalino da época, a “teoria da dependência”, em torno de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

A CEPAL foi uma instituição que auxiliou Weffort a compreender a região e sua inserção no mundo, pois pensava o continente a partir de termos próprios. A partir desta constatação, as indagações que deram causa a este tópico foram: que populismo Weffort pensou no âmbito da CEPAL? Que conclusões podem ser extraídas da relação entre emergência política das “classes populares” e golpe militar? Quanto à primeira indagação, observamos que a maneira de conceber a interpretação populista não muda substancialmente em relação aos primeiros artigos publicados, ocorre sua adequação à “teoria da dependência” e notamos uma substancial redução das críticas ao “nacional-estatismo” e ao “nacional-populismo”, muito em virtude da CEPAL ser a base de fomento intelectual para este pensamento. Quanto a segunda indagação, observamos uma ativa mobilização política de Weffort, comprometida com a causa da restauração democrática no país.

Podemos afirmar que, tanto na versão do populismo publicada em 1967⁷⁵, quanto a tese de doutorado defendida em 1968⁷⁶, o populismo é pensado tendo como objeto de referência o fato de as nações latino-americanas terem se constituído como países independentes dentro de uma relação onde o capitalismo se expandia e impunha sobre a América um vínculo baseado na marginalidade e dependência. À vista disso, Weffort observa que, “os países latino-americanos não podem ser compreendidos sem referência às leis fundamentais do sistema do qual fazem parte⁷⁷”, uma constatação que diz respeito ao peso do passado sobre as condições estruturais que deram causa à “emergência política das classes populares”, baseada em uma matriz de formação histórica comum que, ao longo do tempo, proliferou desigualdades e impôs relações econômicas com o exterior baseada na “dependência”.

Neste sentido, a questão nuclear de sua tese foi estudar a ascensão política das classes populares em um cenário de crise das estruturas de poder vigente, por isso a necessidade de se

⁷⁵ WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira” In: FURTADO, C. (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

⁷⁶ _____. “Classes populares e política: contribuição do estudo do populismo.” Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1968.

⁷⁷ Weffort, 1968, p.22.

buscar uma compreensão elástica dos fatos, tendo como marco cronológico a revolução de 1930, cenário de mudanças nas estruturas sociais que propiciou a chegada das classes populares à cena política nacional como fator de transformação. Desta maneira, a abordagem sobre o populismo, enquanto “estilo de governo” ou como “política de massas”, práticas que se tornaram habituais a partir do “estado de compromisso”, originado nas decadentes estruturas agrárias carcomidas pela crise política e econômica vivida no início do século XX é ampliada, gerando as seguintes discussões: o populismo aparece como “expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo”. O populismo, pra Weffort, era ao mesmo tempo, a “manifestação das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário”, mas, sobretudo, a “expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político” (Weffort, 1978, p. 61).

Trata-se, segundo Weffort (1968), de uma característica típica dos principais estados nacionais latino-americanos, que ao adentrar na primeira metade do século XX, passam a experimentar taxas altas de crescimento sustentadas pela industrialização e urbanização. Em decorrência deste processo, formou-se tanto uma elite econômica voltada ao controle da produção industrial, como também surgia social e politicamente as classes populares. A emergência do populismo, no contexto da CEPAL, é pensada como um fenômeno predominantemente urbano e conduzido por uma estrutura que incorpora “de cima”, como resultado do processo de desenvolvimento industrial, posição que se aproxima das interpretações de Gino Germani⁷⁸ e Torquato di Tella⁷⁹, ao observarem uma época de mudanças conduzidas pela substituição de uma estrutura agrária para um estado industrial.

⁷⁸ Sociólogo argentino de origem italiana. Gino Germani nasceu em Roma, Itália, em 1911, a ascensão do regime fascista de Mussolini em 1922, levou-o a um ativo engajamento político, sendo, todavia, preso em 1930, na ilha de Ponza, por onde fica mais de um ano. Em 1934, após a morte do pai, decide recomeçar em terras latino-americanas, passa a viver na Argentina e a dedicar-se exclusivamente ao estudo das Ciências Sociais e a crítica ao fascismo. Dentre uma extensa obra *“Política y Sociedad en una Época de Transición”*, publicado em 1965, foi importante para confirmação da noção de “política de massas” nos estudos de Weffort. Tornou-se um dos principais expoentes do projeto científico profissional das Ciências Sociais na América Latina. Por consequências, suas elaborações teóricas são marcadas pela teoria estrutural-funcionalista, que pode ser considerada um marco analítico na teoria da modernização.

⁷⁹ Torcuato di Tella, nasceu em 1929, Buenos Aires, Argentina. Filho de um imigrante Italiano que se tornou um bem-sucedido empresário, Di Tella, segue os passos do pai, estuda Ciências Sociais e se torna um dos mais

Esses autores da “sociologia da modernização” abordam o surgimento político das classes populares a partir da transformação global na estrutura da sociedade. Uma relação gerada através de uma nova orientação estabelecida pelo desenvolvimento capitalista, a sociedade nacional que passava promover a participação das “massas populares” no curso do desenvolvimento, da democratização e da modernização decorrido com a ascensão da burguesia.

Assim, para Weffort (1968), a ascensão política das classes populares, por intermédio do populismo, é pensada através do flexionamento de um conjunto de fatores - a fórmula de acomodação de interesses, muitas vezes opostos entre si; ao nascimento de novas classes sociais; ao “vazio político” característico do período e a dependência estrutural – a partir de 1930, formam uma poderosa fórmula de poder, denominada por Weffort de “estado de compromisso”. A fórmula de compromisso aponta para uma particularidade da relação entre Estado-sociedade no Brasil, ao atualizar em direção ao moderno, combina traços marcantes do atraso com o novo que se faz emergir. Neste sentido, a capacidade destas “velhas estruturas” persistirem, segundo Weffort, subtrai umbilicalmente as potencialidades para um caminho livre e independente destas novas forças sociais, que se fazem presentes na cena política nacional com maior vivacidade a partir de 1945.

O Brasil, segundo Weffort, vive sob a razoável condição de acomodação dos interesses de classes; sempre a implantação do “novo” não surge com força suficiente para romper com as barreiras de sustentação da estrutura de poder anterior, passando a encontrar uma fórmula de acomodação, onde o “novo” é obrigado a conviver com o “velho”. Sob essas condições, o populismo encontrará terreno propício para se desenvolver. Observado por Weffort da seguinte maneira:

A capacidade das velhas estruturas de persistir e de permeabilizar-se as novas forjas sociais, tão consolidadas estiveram desde os últimos decênios do século passado até os primeiros deste, tal foi sua capacidade de, apesar de tudo, manter vivas certas tradições do período da Independência e, contraditoriamente, preservar também muito das relances sociais formados no período colonial, que a chamada “sociedade tradicional” pouco, paradoxalmente, fazer esquecer as condições de sua própria formação nos quadros do sistema capitalista internacional e apresentar-se como se aí estivesse desde sempre (Weffort, 1968, p. 7).

influentes sociólogos de seu tempo. O livro “Populismo y reforma en América Latina” (1965), ofereceu elementos-chaves para Weffort pensar as relações de poder no Brasil a partir da conceituação do populismo como fundamento norteador de uma nova interpretação do Brasil.

Muito embora, setores da velha forma de comando persista após 1930, o controle sobre as classes populares foi o grande artifício que permitiu o sustento do populismo, neste sentido, a importância exercida pelo líder populista adquire papel primordial, já que este constrói uma relação individualizada com as massas e tende à “mobilização social” das classes trabalhadoras a partir do acesso aos benefícios produzidos pela industrialização, aliás, o acesso ao consumo aparece como aporte para a realização de uma “revolução de expectativa”, se tornando, a partir de 1945, a principal forma de manifestação das pressões populares ao cenário político nacional, a “via do consumo”. Assim, a manifestação popular foi-se direcionando cada vez mais em relação ao trabalho, acesso aos bens de consumo e a possibilidade de voto. Narrada por Weffort da seguinte maneira:

As classes populares, em ascenso quanto à participação econômica e política, encontram-se de fato duplamente determinadas. A conquista individual de uma nova posição dentro da gama de possibilidades que oferece a composição heterogênea destas classes não significa, apesar de todas as possíveis ilusões, a passagem para uma “classe superior”; pelo contrário, traz consigo todos os problemas que afetam a nova posição conquistada e, em última instância, ao conjunto de classes populares. Numa palavra, a vitória individual traz em germe uma frustração social. Esta experiência contraditória da formação social destas classes se expressa também ao nível político: a conquista da cidadania, ou seja, da igualdade de direitos, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade (Weffort, 1968, p.139, **grifo nosso**).

Em síntese, a adoção de um comportamento populista por parte das classes populares, num quadro político configurado pela crise de poder, se deve ao fato do país expressar uma relação de dependência estrutural, onde politicamente busca expressar com certo grau de autonomia todo grau de ambiguidade das classes sociais na disputa das relações de poder, circunstância que se perpetua até 1964, com o golpe militar, rompe-se drasticamente essa forma de fazer política, no qual o Estado, através de seu líder principal, flerta com os populares diante de suas aspirações pessoais.

Já no estágio final de conclusão da redação da tese, Francisco Weffort e Madalena casam-se no Chile e partiram para a Inglaterra, e no velho continente, Weffort passa a trabalhar como professor visitante na Universidade de Essex, onde permaneceu até o final daquele ano. Por ocasião de sua defesa, no final do ano de 1967, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso retornam de seus exílios para o Brasil, enquanto o primeiro defende sua tese de doutorado na

USP no início do ano de 1968, já o segundo é conduzido à Cátedra de Ciência Política⁸⁰ do curso de Ciências Sociais.

1.5. FRANCISCO WEFFORT NO CEBRAP: DO SINDICALISMO POPULISTA À APOSTA NA DEMOCRACIA (1968-1976)

O vínculo entre Francisco Weffort e o grupo de que dará fomento intelectual ao CEBRAP acontecerá de maneira muito natural, ao retornarem do exílio, Cardoso e Weffort se deparam com um cenário político e social marcado pela extrema agitação. A atmosfera repressiva era a tônica que sustentava a intervenção sobre às universidades, reprimindo tanto a liberdade intelectual (principalmente nas áreas de Ciências Sociais e humanidades), quanto o engajamento dos movimentos estudantis de centros acadêmicos (que se tornavam cada vez mais politizados). É, sobretudo, nestas condições, que no início de 1968, uma série de protestos estudantis irrompem pela cidade do Rio de Janeiro⁸¹, obrigando uma ação policial que acabou por vitimar um estudante. Tal episódio, segundo Skidmore (1988), levou o movimento da Frente Ampla a se apropriar do ocorrido e passar a publicar diversos editoriais no jornal *Tribuna da Imprensa*, - e a liderar por diversas cidades do Brasil protestos, marchas de solidariedade contra a repressão estudantil.

Em contrapartida, o governo Costa e Silva suprime todas as atividades políticas da Frente Ampla, decreta censura sobre as publicações jornalísticas deste movimento, e Carlos Lacerda, o principal articulador da Frente Ampla, sofre diversos tipos de represarias, sendo em dezembro de 68 preso e torturado pelo regime. É neste contexto, que Weffort defende sua tese de doutorado em abril de 1968, esta, inteiramente produzida no ambiente intelectual da CEPAL, enquanto que, por outro lado, Fernando Henrique Cardoso realiza o concurso para se tornar titular da Cátedra de Política da FFCL na USP. Narrativa por este lembrada em *Maria Antônia: uma rua na contramão* da seguinte forma:

Regressei ao Brasil em julho de 1968 com outra tese, está de cátedra debaixo do braço. Os processos contra mim cessaram em 1967. Inscrevi-me para o concurso de cátedra de Ciência Política da USP cujo titular, Lourival Gomes Machado, falecera ainda muito jovem (Cardoso, 1988, p. 33).

⁸⁰ SORJ, B. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC, Jorge Zahar Editor, RJ, 2001

⁸¹ Segundo Skidmore, em março, no centro da cidade, os estudantes protestaram contra “aumento das taxas universitárias, as salas de aulas inadequadas e os cortes do governo para a educação” (Skidmore, 1988, p. 152), além de melhorias na alimentação do restaurante universitário e término da construção do prédio novo.

Observe-se que, a realidade política e social que estes intelectuais encontraram após o regresso era bastante diversa daquela que outrora havia os levado ao exílio, por isso, a proposta de criar um centro de estudos totalmente independente do meio universitário não parecia algo tão distante de suas fronteiras acadêmicas, sobretudo, a partir de dezembro daquele ano, quando o Ato Institucional nº 5, decretado, torna a ditadura ainda mais vigorosa, pois dentre outras medidas autorizava o Presidente da República a realizar desde cassações de mandatos parlamentares até o fechamento do Congresso Nacional, e por vezes, processar aposentadorias compulsórias de diversos profissionais na área de humanidades. Fernando Henrique Cardoso, recém empossado na Cátedra de Política teve sua relação acadêmica com a USP drasticamente rompida. Episódio rememorado na seguinte passagem:

Mal deu para eu ter o gostinho de voltar à USP. Em dezembro de 68 o AI-5 pilhou-nos a todos. Fora eleito diretor do departamento de Sociologia e estava junto com professores e estudantes tratando de reformar os currículos. Não deu tempo: em abril de 1969 fui arbitrariamente aposentado e afastado da cátedra graças ao AI-5 e à delação e mau-caratismo de alguns professores universitários de ultra direita (Idem, 1988, p. 34).

Seja por toda agitação social gerada pelo AI-5 e pela incerteza quanto ao futuro, a articulação para a criação do CEBRAP foi ganhando contorno cada vez mais definidos, conforme pode-se constatar nas palavras de Milton Lahuerta:

Enfrentando condições reconhecidamente adversas, o núcleo dos intelectuais uspianos rapidamente procuraria reagir a essa agressão. Passados poucos meses do AI-5, já no ano de 1969, ainda sob o calor da hora, os “cassados” juntam-se a outros intelectuais e fundam o CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento com a perspectiva de dar continuidade à tradição de pesquisa a qual se filiavam. Pretendiam também, com esse ato, dar uma demonstração de que algo novo se movia no campo da esquerda. Em tal contexto, o CEBRAP representava uma continuidade e uma superação do ambiente intelectual cultivado na antiga Faculdade (Lahuerta, 1999, p. 129).

Segundo Bernardo Sorj (2001), o CEBRAP se constituiu sobre bases sólidas, se tornando um verdadeiro oásis em meio ao caos, adquirindo até nos primeiros anos da década de 70, o status de um autêntico QG para intelectuais “cassados” pela repressão militar. Muito dessa característica, segundo Sorj, reside no fato da instituição se constituir de maneira pouco vulnerável à repressão estatal.

À vista disso, Fernando Henrique Cardoso⁸², em narrativa sobre os entraves de sua constituição, registra:

Foi difícil criar o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). As pessoas estavam com medo, procuramos algumas personalidades que pudessem nos dar algum respaldo, como o Paulo Egydio Martins, que viria a governar São Paulo, e o empresário e político Severo Gomes. Também tivemos apoio de gente como Dom Paulo Evaristo Arns, Celso Lafer e José Mindlin, que nos deram suporte político e moral (Cardoso, FHC conta a Folha de São Paulo, 2019).

Observe-se que, da exposição realizada por Cardoso, bem como da narrativa explorada por diversos pesquisadores consultados para este trabalho, como em Lahuerta (1999); Sorj (2001); Perruso (2008) e Baptista (2009), a observância de que a proeminência do CEBRAP se deve alguns pontos primordiais: ajuda financeira da Fundação Ford; os vínculos estratégicos que a instituição tinha, por meio de alguns de seus pesquisadores, com setores mais liberais do empresariado e da classe política (principalmente a paulistana), da igreja (sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, esta assume um papel de proteção e incentivo aos movimentos populares); e da intelectualidade de forma geral. Perspectivas que garantiram a sobrevivência do CEBRAP em um contexto muito turbulento.

Mesmo assim, Cardoso lembra que a situação era bastante complicada. Assim, para garantir a existência do centro e a sobrevivência de seus pesquisadores, os primeiros trabalhos desenvolvidos acabaram sendo uma sequência de estudos que já haviam sido iniciados pelo CEDIP (Centro de Estudos de Dinâmica Populacional) da USP, iam na linha de população e fecundidade em São Paulo, assim registrada por este:

Nos anos 1970, empresas de planejamento coincidiram de estar contratando trabalhos de pesquisa no limiar entre o público e o privado. [...], mas ainda sobrevivíamos mal. Alguns de nós tirávamos quase nada do Cebrap, nos mantínhamos dando aulas por fora, às vezes com temporadas em instituições estrangeiras – afinal, éramos em grande parte professores aposentados (Cardoso, FHC conta.. Folha de São Paulo, 2019).

É mediante estas condições que, intelectualmente, o CEBRAP começa a se sobressair, reunindo todos os suprimidos pelo regime militar. Assim, havia no centro além dos intelectuais uspianos (todos com participação no Seminário de Marx), intelectuais mineiros e cariocas (oriundos de universidades federais), pregressos de uma situação semelhante a que ocorrera na

⁸² FHC conta como o CEBRAP o aproximou de Ulisses e Lula na ditadura. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 99, nº 33.012, 12 de junho de 2019.

USP. Destacamos, nestas condições, a inserção de Francisco Weffort ao agrupamento do CEBRAP, este, na avaliação de Milton Lahuerta (2001), será ao lado de Fernando Henrique Cardoso, os mais importantes intelectuais do centro, até a segunda metade dos anos 70, reunindo em torno de suas identidades a dimensão decisiva do intelectual combativo (mais à esquerda), que transcendia a fronteira estritamente do espaço acadêmico, e passa ocupar um papel decisivo sobre a política, seja pelo certo tipo de relacionamento construído com setores ligados à resistência ou até mesmo pela reavaliação da dimensão decisiva do papel do intelectual sobre a sociedade, pensando a cultura, a política e a influência que seus debates exercem sobre a política.

Kátia A. Baptista (2009) observa que, de um passado recente suscetível a muito respeito, Weffort é integrado ao grupo do CEBRAP com o status e a experiência de pesquisas que contribuirá para que o centro firmasse nacionalmente como um protetorado da liberdade intelectual⁸³ e da leitura uspiana de uma “sociologia crítica”. Neste sentido, podemos concluir que as atividades desenvolvidas no âmbito do CESIT e do contexto de internacionalização da CEPAL – seja no caso de Cardoso ou de Francisco Weffort – contribuíram demasiadamente para a criação e fortalecimento do CEBRAP, tanto é que, Weffort ao lado de Boris Fausto, formam de um núcleo de estudo voltado à discussão da temática da “estrutura de classe e processo político”, pouco explorada pelo CEBRAP (Sorj, 2001, p. 46).

Como observado pela pesquisadora, a atividade intelectual de Francisco Weffort, neste contexto, de 1968 a 1976, será muito produtivo. Seu primeiro ponto de reflexão é a crise da política populista, após os acontecimentos de 64, em sua perspectiva de estudo há uma ruptura drástica com aquele modo tradicional de se voltar às classes populares, como nos períodos do “getulismo”, “ademarismo” e “janismo”, narrativa que pode ser constatada no livro “O populismo na política brasileira”:

Os golpes de Estados se apresentam desde os primeiros anos de democracia como um recurso ao qual a direita ameaça recorrer para reparar sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular. A oposição da direita à posse de Vargas em 1950, a crise de 1954 que termina com seu suicídio, as dificuldades opostas à posse de Juscelino Kubitschek em 1955, a renúncia de Quadros em 1961, o oposição civil-militar à posse de Goulart como sucessor de Quadros – são alguns dos episódios característicos de uma instabilidade política que pareceria indicar o esgotamento do quadro político surgido em 1930 (Weffort, 1978, p. 77, **grifo nosso**).

⁸³ É bem verdade que o centro sofre um atentado, uma bomba explode no prédio da rua Bahia logo após a publicação do livro: São Paulo 1975: crescimento e pobreza.

Percepção igualmente registrada por Angela de Castro Gomes no artigo “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. Referindo-se à produção do Weffort no âmbito do CEBRAP, ela registra:

[...] toda produção foi realizada em um contexto de crise do pensamento das ciências sociais brasileiras, marcada pela necessidade imperiosa de explicar o golpe de 1964 e de, para fazê-lo, revisar as interpretações até então compartilhadas e utilizadas como guias de formulação política (Gomes, 1996, p. 7).

Entretanto, a decadência da estrutura de governo populista não significou definitivamente o epílogo desta prática, Weffort passa a se ocupar exclusivamente com a caracterização teórica e prática do movimento operário e sua relação com o sindicalismo. Neste intervalo de tempo, em que seus estudos vão se desenvolvendo, sucedem diversos episódios que guardam uma relação de proximidade com sua agenda de estudo, por exemplo, em abril de 1968, nas cidades mineira de Contagem e paulista de Osasco, acontece a primeira grande greve no Brasil desde que os militares haviam tomado o poder, meses mais tarde, em junho do mesmo ano, diversos setores da sociedade – artistas, estudantes, religiosos – se reúnem para a grande passeata dos 100 mil. Estava claro que o ambiente político e social começava a apresentar os primeiros sinais de resistência, nisto, o movimento operário começava a ressurgir após quase duas décadas de desdobramentos secundários de controle exercido pelos governos nacionalistas e de crises político-econômicas.

O texto “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968” (1972a) é a abordagem de entrada na temática do sindicalismo populista, sugestivo para um contexto em que as Ciências Sociais passaram a ser aplicadas (ou) utilizadas como importantes ferramentas no processo de estranhamento e desarticulação das estruturas autoritárias, constituídas no interior da sociedade política, por esse motivo, o texto resultou em uma abordagem que revelou um certo espontaneísmo que tomou conta do movimento operário ante a organização oficial dos sindicatos tutelados, principalmente após os acontecimentos de 64. Demonstrou com certo grau de autonomia, um ineditismo das classes populares aparecendo como fator de ação sobre a eclosão de greves, em um contexto que havia ingerência nacional, sobre as formas de organização sindical. Por este mesmo motivo, estudar o movimento grevista em Contagem e Osasco, representou para Weffort, poder captar as disposições em resistir e sobreviver, que estavam sendo articuladas diante às “tendências dominantes no processo de expansão do capitalismo industrial” (Weffort, 1972 a, p.18), tanto por sua dimensão externa, ao destacar

ações de repressão praticadas pelo regime visando combater estas formas de organização consideradas paralelas; quanto por sua dimensão interna, reconstruindo o movimento a partir do influxo das formas de legitimidade político-sindical que foram sendo tecidas.

Em resumo, sob quais características foi possível articular a greve, sendo que até aquele contexto, o movimento operário havia sido moldado pela estrutura do sindicalismo populista? Sua abordagem aponta para o nascente protagonismo do movimento operário, que passou a radicalizar e apresentar todo seu potencial de ruptura contra uma estrutura de poder pactuada pela aliança de interesses a serviço dos grupos hegemônicos no poder. Na certeza de que este sintoma constituiria a tônica sobre o movimento sindical nos próximos anos, Weffort afirma:

O movimento operário não pode ser visto apenas como dependente da história da sociedade, mas também como sujeito de sua própria história e, como tal, capaz de influir sobre a sociedade. É principalmente nesta segunda perspectiva histórica que um estudo das greves de 1968 se apresenta como pertinente (Weffort, 1968, p.10).

Weffort, realizando uma interpretação baseada na leitura gramsciana de “bloco histórico”, considera a greve de 1968, como uma tendência característica no avanço das relações capitalistas, concebidas a partir da década de 30, para demonstrar que a “revolução burguesa” estava ocorrendo e assumia uma forma conservadora entre aliança dos setores das elites modernas e grupos tradicionais. Por este ângulo, o modo como as diferentes classes e grupos sociais se relacionam entre si, incide diretamente plano estrutural (determinando uma elevação nas condições sociais e econômicas dos trabalhadores), estas podem ocasionar variações no padrão superestrutural, definindo relações entre classes e grupos, em que o movimento operário é visto como sujeito da sua própria história, permitindo, segundo Weffort, o nascimento de tendências ideológicas favoráveis a preservação dos interesses da classe trabalhadora e ao fortalecimento dos movimentos sociais. À vista disso, Weffort trabalha com o conceito de “espontaneidade operária”, para destacar uma abordagem que colocava em evidência o nascimento de um novo ator social, salientando sua livre capacidade de organização política, em meio as peculiaridades histórico-estruturais de sua formação, descrita desta maneira:

A espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma tentativa de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa (Idem, p. 24).

Destacando a relevância dos trabalhos de Francisco Weffort no contexto do CEBRAP, Bernardo Sorj (2001), observa que a perspectiva de lançamento de um campo de resistência à opressão do regime antidemocrático de 64, parte em grande medida das formulações de Cardoso e Weffort, estes, empenhados em formular sólidas análises não apenas nos amplos setores da intelectualidade, mas também no ambiente político - promovendo a defesa dos valores democráticos e de justiça social – distanciam-se tanto das teses leninistas (de grande impacto sobre o PCB), dos ideais isebianos, para refletir sobre uma postura considerada mais “moderna” e atenta aos valores que visavam recolocar a questão da Democracia em primeiro plano. Neste sentido, para Sorj, o texto de Weffort, “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968” (1972a) sintetiza muito bem o papel de um intelectual que está em transição do universo das ideias para o campo da ação, em uma atitude existe a vigilante função de pensar, interpretar, propor ideias, conectadas ao ativo engajamento de validar os argumentos num exercício político prático. Assim descrita por este:

Os trabalhos de Francisco Weffort, em particular o estudo (1972) sobre as greves em Contagem e Osasco foram possivelmente os que mais contribuíram para a valorização da capacidade autônoma da classe operária de definir seus rumos e a construção de uma visão dos trabalhadores capaz de autogerir seu destino. Esses trabalhos contribuíram para uma crítica do modelo comunista e do sindicalismo herdado do período Vargas, mas favoreceu uma linha de estudos sobre os trabalhadores que esquecia o restante das classes sociais e que estava centrado quase exclusiva e unilateralmente em torno do proletariado da grande indústria (Sorj, 2001, p. 127).

A afirmativa de Sorj, no segundo trecho, indica uma abordagem melhor explorada em sua tese de livre docência, direcionada ao departamento de Ciência Sociais da USP, “Sindicatos e Política” (1972b) é uma interpelação a favor da união de classes, sobretudo, dos trabalhadores contra os refugos da política nefasta do populismo, que nos anos 60 e início de 70, tinham efeitos diretos sobre o sindicalismo. Sua tese capta o momento de uma mudança estrutural, que por intermédio de uma inspiração gramsciana, passa a favorecer o debate intelectual sobre o fortalecimento da sociedade civil como antídoto ao autoritarismo civil-militar.

O chamamento para uma ação política, contido em seus escritos, sustenta que o surgimento de um novo ator político em meio ao fortalecimento e voluntarismo de classe, aparece pela primeira vez na história, como um fator de desequilíbrio na estrutura de poder. Característica que o levaria apoiar-se em conceitos e categorias marxistas como “estrutura” e “conjuntura” para afirmar que, nesta subversão de ordem, as estruturas atualizam-se no nível das conjunturas,

por isso, a consequente valorização da dimensão subjetiva e política no processo de transformação social.

Na tentativa de fortalecer o movimento da sociedade civil, que se tornava mais evidente a partir do final da década de 1970, Weffort e outros intelectuais constituem, em 1976, um novo núcleo de pesquisas: o CEDEC. Estes, partem em busca de formulações mais centradas no fortalecimento dos movimentos sociais e na construção de uma legítima identidade dos trabalhadores. Das formulações construídas no CEDEC, Weffort, ao longo dos anos 80, passa a se dedicar a um tipo de atuação política diferente da que marcou seus tempos de CEBRAP e CEDEC, contexto em que ficou marcado sua ação no campo político também, por meio da militância partidária. De acordo com Daniel Pécaut:

[...] a intervenção política dos intelectuais manifesta-se cada vez mais na inserção de cada um nos partidos políticos entre os quais se redistribui a oposição: o MDB (rebatizado como PMDB após a nova mudança nas regras do jogo imposta pelo regime), depois o PT e, em menor proporção, as demais formulações partidárias surgidas após 1982. Essa distribuição não implica, pelo menos até essa última data, uma atenuação da influência dos intelectuais. O papel que algum deles tiveram na atualização do programa do MDB em 1974, a contribuição que outros dão mais tarde à criação do PT e o espaço que ocupam nas listas de candidatos às eleições demonstram bem a importância de sua presença política. Essa redistribuição marca, porém, uma mudança. Antes disso, jamais os intelectuais haviam manifestado, em tamanha proporção, o seu engajamento político por meio da adesão a partidos políticos (Pécaut, 1990, p. 260).

A opção pela militância política surge em um contexto em que a política partidária aparece como a forma mais promissora de realizar mudanças substanciais sobre as bases de uma sociedade que passava apresentar os primeiros sinais de abandono do autoritarismo civil-militar, para construir uma democracia liberal baseada em sua disseminação a todos grupos sociais. O fortalecimento destas bases institucionais seria um grande divisor de águas nas carreiras de Weffort e Cardoso, enquanto o primeiro se dedicará com afinco para estruturar o Partido dos Trabalhadores; o segundo passa a fazer parte da grande articulação nacional em torno do MDB, escolhas que levaram estes intelectuais a caminhos distintos, visando preservar a ampliação/fortalecimento da democracia.

Neste sentido, o trato dado por estes à democracia merece uma atenção especial, pois buscamos compreender o projeto político democrático elaborado por Weffort ao Brasil, aspiração tornada pública em forma de tese denominado “PT: um projeto para o Brasil”. Após a chegada de Cardoso à presidência, grande parte destes ideais compartilhados por Weffort, no

âmbito de PT, se tornaram objeto de política públicas voltado à consolidação um projeto de democratização social. Objeto a ser analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA DEMOCRACIA EM FRANCISCO WEFFORT: ENTRE A REFORMA SOCIAL E A OPÇÃO PELA MILITÂNCIA POLÍTICA

2.0. INTELLECTUAIS E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NOS ANOS 70

A questão da democracia e da ativação da sociedade civil foram as temáticas de maior debate entre a intelectualidade brasileira ao longo da década de 1970, principalmente após a vitória acachapante do MDB, em 1974 (Silva, 1998). É sob essas circunstâncias que o General Ernesto Geisel inicia seu projeto de “distensão política”, uma vez que o desgaste político era grande, se buscava restaurar uma espécie de “democracia controlada” no país (Skidmore, 1988). Também é fruto deste contexto político-social o surgimento de forças sociais que passam questionar a repressão do regime ditatorial, em especial, destacamos a autonomia adquirida pelos centros acadêmicos que reuniram uma variedade muito grande de intelectuais que se debruçaram sobre temas como o retorno à democracia, desenvolvimento econômico, dependência estrutural, dentre outros.

A reativação da sociedade civil colocava em xeque a centralização político, uma vez que, conforme demonstra Fernando Henrique Cardoso, era “preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e posso contrabalançar o Estado” (Cardoso, 1974, p.239). Em outras palavras, a síntese do momento fora captada por Weffort nesta passagem: “queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que se não existisse, precisaríamos inventá-la” (Weffort, 1984, p. 95).

Fato é que, a questão da democracia passava a compor o horizonte imediato dos dois campos de ação. De um lado, a perspectiva prática de Geisel em promover os ajustes necessários para organizar uma “democracia controlada”, de outro, a perspectiva teórica e seu esforço em expandir a sociedade civil e substituir a visão estadolatrista. Deste campo de ação, os conceitos de democracia e sociedade civil ligam-se à luta de resistência democrática empreendida pela intelectualidade brasileira. Certo é que grande parte desses intelectuais passam a valorizar a organização dos movimentos sociais em suas especificidades vinda “de baixo”. Neste caso, destacam-se na construção de novos objetos de estudo e pesquisa os centros de São Paulo e Rio de Janeiro, como o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e Idesp (Instituto de Estudos

Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo), além do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

Uma destacada particularidade que o momento irá proporcionar, é o reaquecimento da condição política profissional. À medida em que a fronteira democrática se expandia, mais estreita se tornava a relação de grande parte destes intelectuais com a política, em especial, com o MDB. A emergência de um novo movimento sindical na região do ABC paulista despertava atenção de outro grupo de intelectuais vinculados ao estudo das classes sociais e políticas. Segundo Lahuerta, a escolha pelo vínculo político com o MDB ou pela opção do recém criado Partido dos Trabalhadores “estavam diferentes concepções acerca do processo de modernização vivido pelo país” (Lahuerta, 2001, p. 77).

Podemos dizer que as posições político-intelectual assumida pelas interpretações e atuações de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort acerca do fortalecimento da sociedade civil assumiram uma posição de destaque. Neste sentido, cabe-nos uma reflexão acerca das ideias e da posição ocupada por estes intelectuais neste contexto.

2.1. FLORESTAN FERNANDES: A CONTRARREVOLUÇÃO PROLONGADA

A questão da democracia, no contexto do regime militar, foi exaustivamente discutida pelos intelectuais entre os anos 70 e 80. Naquela ocasião, buscava-se projetar um debate voltado para compreensão das dimensões “ofensiva” e “repreensora” assumida pelo regime militar após o golpe de 64, e se buscava novos caminhos que levasse a restauração da ordem democrática no Brasil. O livro de Florestan Fernandes, “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975), se insere neste contexto de análise, cenário no qual o golpe de 64 pesou muito nas produções acadêmicas, sobretudo, a se pensar que os principais assistentes de Florestan eram de uma geração que chegava ao mundo acadêmico no início dos anos 50, bem no auge do “nacional-desenvolvimentismo”. Isso resultou em preocupações metodológicas de análises extremamente rigorosas e uma atividade acadêmica altamente crítica sobre o perfil de desenvolvimento capitalista nos países “periféricos”.

Ao tom deste novo “labor intelectual”, imposto pelos assistentes de Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I, os anos 60 é marcado pelo deslocamento da linha de pesquisa centrado na questão das relações sociais para questões relacionadas ao desenvolvimento

brasileiro (Romão, 2006). Este corte temático lançava boas perspectivas teóricas de trabalho no início daquela década, a observar pela fundação do CESIT e pela consequente ampliação do universo intelectual que constituía a “rua Maria Antônia”. Toda essa efervescência cultural decorre da atuação intelectual de Florestan Fernandes, orientando ou sendo interlocutor de trabalhos, em tese caracterizado pela dupla dimensão: abrangente e política (através do intenso rigor teórico aprendido com Florestan) e à revolução teórica que os estudos de Marx havia produzido ao longo dos anos de estudo no “Seminário de Marx” (busca por maior independência intelectual frente a Florestan).

No início da década de 60, o contexto das lutas sociais, na América Latina, esteve marcado pelo horizonte revolucionário aberto com a Revolução Cubana. No Brasil, toda essa efervescência cultural e política relacionava-se à crescente participação política das classes populares, sobretudo, nos assuntos relacionados à distribuição de renda e redução das desigualdades. Neste contexto, Florestan manterá um ativo engajamento político, como no caso da campanha em defesa do ensino público, período em que havia na sociedade um importante debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (1961), cujo foco centrava-se no estabelecimento das diretrizes educacionais do país. Sobre este episódio Romão cita Florestan:

A campanha possibilita que se trave, na sociedade brasileira, um debate sobre a educação nacional que tem caráter inaugural pela dimensão que tomou, percorrendo não só auditórios de várias capitais brasileiras, mas também do interior do Estado de São Paulo. Também não se restringiu a uma discussão de educadores e acadêmicos, mas teve penetração na sociedade ao atingir sindicatos, organizações estudantis e por meio da intensa cobertura feita pelo jornal O Estado de São Paulo (Romão, 2006, p. 69).

Em outra passagem pode-se observar que Florestan atribui ao episódio um momento único em sua carreira, onde extraiu importantes interpretações sobre a organização de classes e da estrutura de poder que lhe confere organização, por meio desta atuação podemos observar a intervenção pública do sociólogo:

Graças a essa campanha mobilizei as vantagens da condição de sociólogo militante para observar, analisar e interpretar o meio ambiente. Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. As debilidades das correntes radical-democráticas; as deficiências do movimento socialista; a violência e o obscurantismo da reação conservadora; a neutralização do Legislativo e do Executivo por interesses particularistas regionais ou de classe e setoriais, todos fundamentalmente egoístas e

antinacionais; uma persistente ‘reação sociopática à mudança social’, que submetia todas as inovações de significado político ao mais cruel e cego controle de classe. Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista (Fernandes, 1977, p. 200 apud Romão, 2006, pp. 78-79).

Neste mesmo contexto, Paulo Freire cria seu método revolucionário de alfabetização. Sua análise crítica pressupunha que a ideologia praticada no processo educativo refletia os valores das “classes dominantes”, naturalmente o educador em seu ato de ofício, acabava se transformando em um instrumento do domínio cultural das “classes opressoras”. À vista disso, Paulo Freire pensa uma prática educativa onde a questão ideológica transcenda a relação “opressor-oprimido”, ou seja, que a educação deixasse de ser guiada pelos interesses estatais e passasse ser vivenciada por meio da relação estabelecida entre o professor de periferia e seus alunos. Uma educação construída a partir das vivências do próprio educando, e por meio dela, a significação e a transformação da realidade. Na base dessa prática educacional estava a ideia de que a alfabetização seria fator determinante ao engajamento político das classes populares.

Portanto, vivia-se no Brasil, um período de grande efervescência cultural, mas, de maneira surpreendente para muitos setores da sociedade, o golpe militar acabou por abater todas as pretensões populares de se organizar como “sociedade civil”. Neste sentido, “A Revolução Burguesa no Brasil” é um livro de análise profunda, buscando compreender como foi possível o golpe militar, em 1964, tolher todas as formas das ruas se manifestarem livremente e de se organizarem como sociedade civil, por meio desta indagação, Florestan analisa o papel da burguesia no singular movimento de acumulação capitalista irradiador do centro para periferia.

Este processo de espoliação que a burguesia submeteu as classes dominadas, gera em Florestan uma preocupação de buscar compreender como as classes sociais se organizavam diante da “contrarrevolução prolongada”, ou seja, como os grupos sociais de trabalhadores se organizavam diante da transformação da ordem democrático-burguesa pelo alto⁸⁴. Nesta ideia, há em Florestan uma profunda contribuição às Ciências Sociais em relação ao ciclo de leituras a respeito da emergência das classes populares na política após 1930. Por isso, José de Souza Martins classifica a obra de Florestan da seguinte maneira:

⁸⁴ A Revolução Burguesa de Florestan, precisa ser compreendida dentro do contexto de transição para os estudos econômicos, neste sentido, Florestan demonstra grande preocupação com a questão do negro na sociedade que atravessava uma nova organização de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, *A Revolução Burguesa no Brasil* é um livro que pode ser visto como o último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes, sobre o destino histórico do país, aberto com a revolução de 1930. Ao mesmo tempo, é o estudo que faz a ponte entre esse momento denso de inquietações intelectuais e políticas, o próprio momento de nascimento das ciências sociais entre nós, e o momento atual (Florestan, 1975 apud Martins, 2006, p.12).

Por se tratar de uma obra revisionista, seu conteúdo e suas pretensões interpretativas são bastante amplos, assim, as considerações tecidas tratar-se-á de apresentar esse processo de recomposição capitalista pensado por Florestan Fernandes, e demarcar a influência que esse campo de abordagem passou a exercer sobre a intelectualidade latino-americana. Em especial, nosso objetivo é analisar como sua posição influenciará a atuação dos intelectuais cedequianos na luta pela reconstrução da democracia no Brasil, analisando tanto sua contribuição em relação à formação do capitalismo no Brasil, por meio da crítica à revolução democrático-burguesa gerenciada pelos interesses dos grupos de “cima”, quanto interessa-nos abordar como o pensamento de sua obra serviu de base para formação dos fundamentos do programa político do PT em 1989.

Por meio da escolha deste campo de análise, queremos evidenciar que o pensamento de Florestan é crucial para se pensar a lógica e uma saída para o autoritarismo democrático-burguês vigente, principalmente após 64. Pensar por meio de “A Revolução Burguesa no Brasil” é amadurecer o argumento de Florestan, de que não dá para explicar o subdesenvolvimento apenas por meio dos fatores provenientes da imposição do capital externo, mas, pela compreensão de que essa burguesia possui a sua fração de protagonismo no processo de espoliação, ainda que seja submissa ao capital monopolista. Contra essa particularidade do capitalismo buscamos em Florestan estratégias de ativação dos movimentos sociais, de autoformação do trabalhador contra a força da ordem capitalista. Ideias que aparecem com maior clareza no final de sua vida, muito como crítica ao PT, por abandonar a perspectiva gramsciana de formar um partido de “cunho pedagógico”. Sobre essa perspectiva “pedagógica”, Florestan fala do papel que o PT deveria cumprir para emancipar os trabalhadores dessa ordem capitalista monopolista:

[...] fortalecer e dirigir o movimento social que se volta para a transformação da ordem existente, para consolidar a democracia, promover a formação de uma sociedade socialista e instituir a associação indissolúvel entre liberdade e igualdade em todas as relações humanas. Seu escopo histórico consiste em

atingir uma época na qual a evolução da civilização progrida sem provocar manifestações concomitantes de barbárie (Fernandes, 1991, p. 18).

Florestan inicia sua obra afirmando que o problema central está no “padrão de civilização” buscado pelo país após a Independência. O ideal consistia em replicar em nosso país as estruturas sociais, econômicas e políticas encontradas na Europa, por isso mesmo, a nação já nasce limitada por um forte determinante estrutural ao vincular-se ao eixo monopolista inglês. Neste sentido, o processo de independência formal do Brasil não significou uma independência global. Como se pode observar nesta passagem:

Esse padrão, pelo menos depois da Independência, envolve ideias bem definidas de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida imperantes no chamado “mundo ocidental moderno”. Portanto, não seria em elementos exóticos e anacrônicos da paisagem que se deveriam procurar as condições eventuais para o aparecimento e o desenvolvimento da “burguesia”. Mas, nos requisitos estruturais e funcionais do padrão de civilização que orientou e continua a orientar a ‘vocação histórica’ do povo brasileiro. À luz de tais argumentos, seria ilógico negar a existência do ‘burguês’ e da ‘burguesia’ no Brasil. Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social (Fernandes, 1975, pp. 33-34, grifo nosso).

Neste sentido, a ideia de uma “Revolução Burguesa” é trabalhada por Florestan não como um fenômeno ocasional, mas como um fenômeno estrutural, no qual estivemos condicionados a reproduzir os “processos de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil”, tendo a burguesia local atuado simultaneamente no polo ativo e passivo deste processo, por meio de “comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes”, onde a atuação desta burguesia “deu origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado” (Fernandes, 1975, pp. 37-38).

Observando essa dupla condução – a de levar e a de ser levada, enquanto agente de transformação na sociedade - praticada ao longo do processo de espoliação capitalista, caracterizada como “móveis capitalistas”. No Brasil, esse movimento de expropriação foi tão violento e profundo que teve de atender tanto aos anseios da burguesia interna quanto externa. Demarcando essa natureza, Florestan sintetiza, por meio do exemplo extraído no período colonial, “a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos do agente econômico

interno era demasiado pequeno”. Por isso, a “formação da mentalidade econômica do principal agente econômico interno estava sujeita a uma distorção inevitável”, haja vista que, sob muitos aspectos, era obrigado atuar “como parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora que em termos de situações internas de interesses econômicos, sociais e políticos” (Idem, pp. 40-42).

Conforme mencionado anteriormente, a independência formal não significou uma independência global, pois as “elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial, e sim, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial”, já que estes se tornavam um entrave para que as elites locais substituíssem o quadro dirigente local formado pela dominação europeia. Não conjugou-se o princípio organizador de um sociedade comum a todos, mas, conforme descreve Florestan, a independência representou por um lado, um “elemento puramente revolucionário”, ao substituir os quadros dirigentes locais por uma burguesia local e “outro elemento especificamente conservador” focado em “preservar e fortalecer uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessária à construção e ao florescimento de uma nação” (Idem, p. 51).

Conduzida a independência, outro fator determinante para implantação do Estado nacional no Brasil, foi o liberalismo. As leis que davam vigência ao liberalismo no Brasil não induziram à formação de uma sociedade livre e cidadãos conscientes de suas capacidades, pelo contrário, o liberalismo adaptou-se à realidade brasileira, por meio de mecanismos que externamente colocavam o Brasil como importante exportador de “comodities”, mas, internamente se conservava o espírito da sociedade colonial.

Neste sentido, o liberalismo aparece como a grande “força cultural viva da revolução nacional brasileira”, haja vista que seus princípios moldaram a organização de uma sociedade que externamente fez uso dos liberais para assegurar mercado e manter boa relação com os países europeus, internamente, o liberalismo foi se adaptando aos horizontes culturais de uma “sociedade senhorial” e “estamental senhoriais”, ou seja, serviu para formação de uma dominação patrimonialista (Idem, p. 57).

Ao explorar essa dimensão, Florestan registra:

A dominação patrimonialista vinculava, no nível da sociedade global, os interesses e as formas de solidariedade dos estamentos senhoriais à constituição de um Estado nacional independente e à ordenação jurídico-

política da nação. O desenvolvimento prévio da sociedade, sob o regime colonial, não criara, por si mesmo, uma nação. Mas dera origem a estamentos em condições econômicas, sociais e políticas de identificar o seu destino histórico com esse processo. Desse modo, a constituição de um Estado nacional independente representava o primeiro passo para concretizar semelhante destino. Por meio dele, os interesses comuns daqueles estamentos podiam converter-se em interesses gerais e logravam condições políticas para se imporem como tais. Ao se concretizarem politicamente, porém, os referidos interesses tinham de se polarizar em torno da entidade histórica emergente, a nação. Somente ela poderia dar suporte material, social e moral à existência e à continuidade de um Estado independente. Assim, ao enlaçar-se à fundação de um Estado independente e à constituição de uma sociedade nacional, a dominação patrimonialista passou a preencher funções que colidiam com as estruturas sociais herdadas da colônia, com base nas quais ela própria se organizava e se legitimava socialmente e as quais ela deveria resguardar e fortalecer (Idem, p. 76).

Neste sentido, o desencadeamento da “revolução burguesa no Brasil” seguiu especializando-se “na produção agrícola e na obtenção dos excedentes de que precisa por meio da exportação dependente do mercado externo”, Florestan observa que este alinhamento dependente impõe a formação de um “mercado interno forçosamente débil”, por ser um desenvolvimento que se constitui em face do excedente econômico gerado pela produção dependente voltada ao mercado exterior (Idem, p. 110).

O diagnóstico extraído, por meio desse quadro analítico, revela uma modernização econômica que produziu um “aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por ‘elites nativas’”. Florestan pensa o referido aparelhamento através de uma perspectiva global, tanto do ponto de vista da economia nacional estar atrelada aos interesses e necessidades do mercado internacional, mas, essencialmente, por meio do movimento em que o capital internacional passa a controlar a economia interna, por isso a “transferência de tecnologia” torna-se, por um lado, o objeto que “eliminava a posição marginal que o Brasil ocupava em face do capitalismo”, por outro lado, a condição essencial que permitia a manutenção desse domínio.

Em suma, o modelo de dominação burguesa descrito por Florestan permite observar o movimento de composição da modernização burguesa no Brasil, por meio da implantação de um capitalismo, que se associa de forma dependente ao capital internacional, porém, Florestan se interessa, acima de tudo, a descrever as condições que este sistema operou. Para Florestan, a Burguesa se insere nas relações do capital dotada de um “moderado espírito modernizador” que

tendia a limitação dessa modernização ao “âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (Idem, p. 242).

Observada o processo de disposição da “Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan parte em busca de respostas a seguinte indagação, o “êxito relativo da burguesia brasileira nesse movimento que a levou, finalmente, a descobrir e a cumprir as tarefas e os papéis que lhe cabiam no contexto histórico global”. Voltado a esta discussão, seu livro apresenta um tópico super importante chamado a “contrarrevolução prolongada e ‘acelerada da História’”. Desta maneira, Florestan passa pensar a questão:

As características demográficas, econômicas e sociais da sociedade brasileira, que tornavam viável e fácil uma nova eclosão do industrialismo e a aceleração do crescimento econômico com colaboração externa; a assistência técnica, econômica e política intensiva das nações capitalistas hegemônicas e da ‘comunidade internacional de negócios’; a forte identificação das Forças Armadas com os móveis econômicos, sociais e políticos das classes burguesas e sua contribuição prática decisiva na rearticulação do padrão compósito de dominação burguesa; a ambiguidade dos movimentos reformistas e nacionalistas de cunho democrático-burguês e a fraqueza do movimento socialista revolucionário, com forte penetração pequeno-burguês e baixa participação popular ou operária. Esses fatores são, de fato, suficientes para “explicar o que houve”, mas eles fixam as respostas no plano morfológico das relações e conflito de classes. É possível ir um pouco mais longe indagando-se por que, afinal de contas, em determinado momento a burguesia brasileira realizou o seu movimento histórico de uma forma que é especificamente contrarrevolucionária (em termos do padrão democrático-burguês ‘clássico’ de revolução nacional) e envolve uma ruptura com todo o arsenal ideológico e utópico inerente às ‘tradições republicanas’ da mesma burguesia. Aqui entramos na área dos fenômenos de consciência de classes, que infelizmente tem sim mal e pouco investigado. Se ficarmos nos limites de certas constatações gerais, porém, podemos responder àquela pergunta no nível explicativo mais importante (Fernandes, 1975, pp. 360-361, grifo nosso).

Florestan passa, então, a articular o papel histórico desempenhado por essa burguesia no contexto de construção do Estado brasileiro, alertando que ela assume o seu movimento histórico personalista e “contrarrevolucionário”. Neste sentido, José Aricó (1988) registra:

Sua característica distintiva está em ser um processo de transformação a partir de cima, de *revolução pelo alto*, que está, por suposto, nas antípodas da tão desejada revolução democrático-burguesa que os partidos comunistas latino-americanos instituíram como modelo teórico e político de transformação e que pretenderam levar à prática através de múltiplas combinações táticas desde o final da década de vinte (Aricó, 1988, p. 07).

Neste contexto, Aricó chama atenção nos argumentos de Florestan Fernandes para o processo de transformação material da sociedade brasileira ser gerenciada por uma burguesia que o conduz pelo, de forma a empregar todos seus instrumentos de poder e aparatos ideológicos que trabalham de maneira a providenciar uma ruptura republicana.

Pode-se encontrar na gênese da argumentação de Florestan e Aricó o debate sobre o significado e o papel histórico do Estado enquanto produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento. Assim, Lênin no texto “O Estado e a Revolução” (1917) apresenta uma definição de Estado retomada por Florestan em sua argumentação. Para este, o Estado acaba sendo:

O produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são irreconciliáveis (Lênin, 1917, p. 216).

A posição de Florestan analisada, por meio da construção conceitual de Lênin, revela a projeção da classe burguesa em colocar “seus interesses materiais e seus comportamentos coletivos” como padrão a serem absorvidos por todos os grupos sociais. Neste sentido, há um “amplo esforço de revisão e de redefinição de ideologias e utopias” a serem assimiladas pelo conjunto da população, que por sua vez, teve uma burguesia local que realizou o mesmo processo de “assimilação da experiência democrático-burguesa europeia e norte-americana” (Idem, p.363).

Portanto, para a burguesia local “governar seu mundo” ela deveria “começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente”, daí Florestan observar que essa burguesia passa a realizar esse movimento por três vias.

Primeiro, através da descoberta de que não iríamos ‘repetir a história’. A grande esperança republicana, de que se faria a revolução industrial de modo autônomo e segundo o modelo de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo, esboroa-se por completo no limiar mesmo da industrialização intensiva. Quando isso ficou patente, também se evidenciou que a concretização de uma democracia burguesa plena não era uma ‘questão de tempo’ nem de ‘gradualismo político’. Os cálculos infundados e as expectativas erradas tinham de ser revistos. Assim, a burguesia brasileira aprendeu, de um golpe, que a história não é auto germinadora, e que ela não corrige os erros dos homens, nasçam eles de ambições exageradas ou de fantasias medíocres (Fernandes, 1975, p. 364, grifo nosso).

Neste sentido, a racionalidade burguesa no Brasil não conseguiria ocupar e desenvolver o mesmo papel histórico que a burguesia europeia, movido exatamente pelos impedimentos criados pela burguesia do velho mundo. Esta compreensão, além de frustrar os agentes do capitalismo local, impõe sobre eles um papel a ser ocupado infimamente distante das pretensões iniciais de se tornar irradiadora de uma moderna civilização no cenário latino-americano. Em segunda via temos:

Segundo, através de entrechoques alimentados por antagonismos intraclases, ou seja, por interesses e aspirações divergentes de classes ou estratos de classe burgueses. Ignorando os limites de seus papéis históricos, em diferentes momentos, setores civis ou militares e civis-militares, da alta e da média burguesia, lançaram-se a aventuras tidas como ‘nacionalistas’, ‘democráticas’ e ‘revolucionárias’ – e de fato elas sofriam essa elaboração intencional; e seriam isso mesmo, se fosse possível transformar, primeiro, as bases dependentes das relações de produção e de mercado. Todavia, as classes burguesas que lutavam por causas tão amplas não tinham coragem de romper com a dominação imperialista e com os liames que as prendiam às várias formas de subdesenvolvimento interno. Em consequência, patronizavam uma variedade especial de ‘populismo’, a demagogia populista, agravando os conflitos de classe sem aumentar, com isso, o espaço político democrático, reformista e nacionalista da ordem burguesa existente. Essas foram, no entanto, as experiências que acordaram a burguesia brasileira para a sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa (Fernandes, 1975, pp. 364-365, grifo nosso).

No embate de interesses político-econômicos os setores da burguesia local que almejavam reverter a ordem institucional de poder, e implementar a sua revolução baseada em maiores liberdades democrática e de produção e circulação de suas mercadorias, ela deveria romper com os laços de dominação imperialista, algo que nunca nem foi cogitado, por isso, conforme aponta Florestan, as únicas tentativas de reformas levadas adiante por setores da burguesia acabaram se tornando movimentos demagógicos de inspiração populista. Na terceira etapa aparece:

Terceiro, através da exposição de elites das classes burguesas a influências socializadoras externas e de manipulações diretas de problemas internos por meio de controles desencadeados e/ou orientados a partir de fora. O âmbito da dominação imperialista aprofunda-se e alarga-se com a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Não existem nesta última fronteiras ao controle societário externo, o que permite falar em um imperialismo total. As experiências, nessa esfera, são bem conhecidas. Há os grupos, extraídos de várias categorias profissionais, civis e militares, que foram deslocados para o exterior e sofreram completa reciclagem (ideológica e utópica), graças a programas especiais de “treinamento”, de “preparação

técnica especializada” ou de doutrinação. Há os programas de comunicação em massa, através de rádio, televisão, imprensa e mesmo da educação escolarizada, e os programas de assistência técnica (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional etc.), que criam redes articuladas de ‘modernização dirigida’ (Fernandes, 1975, p. 365, grifo nosso).

Esta terceira etapa complementa a percepção de que os burgueses são levados a ajustar sua percepção e explicação do mundo por meio do sistema de dominação imperialista.

Caminhando para o final de sua obra Florestan ressalta que a “internacionalização das estruturas materiais das relações das relações de mercado e de produção também se estendem às superestruturas das relações do poder burguês”:

As burguesias da periferia sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes patronizadas da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o ‘equilíbrio do sistema capitalista mundial’, ou, ainda na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. E suscita enorme indulgência para com atitudes e comportamentos que se chocam, precisamente, com os mores da democracia e da civilização cristã, o que significa que, indiretamente, ela amplifica o espaço psicológico, cultural e político para o florescimento de um padrão de liberdade de classe que é extremamente egoístico e irresponsável. No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (Fernandes, 1975, pp. 367-368).

Neste sentido, ao se concretizar o golpe militar de 1964, Florestan Fernandes afirma que estava em curso um movimento de “desarticulação e desorientação” da própria dominação burguesa que a encaminhou para um processo de “erosão intestinal”. As “classes e os estratos de classe burguesa divergiam e se digladiavam entre si por causa de vários interesses em conflito”, a flagrante disputa que se operava dentro da ordem burguesa não chegava a colocar em risco a dominação burguesa e o poder burguês, mas, esse litígio interno retirou dos horizontes políticos dessa burguesia qualquer possibilidade de articulação política (Idem, p. 375).

Por fim, Florestan observa que há burguesia no Brasil, ao pôr em curso a revolução burguesa, e acaba por submergir, dentro de um processo político conduzido pelos próprios

interesses, ao “associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva” (Idem, p. 424). Assim, quando no contexto da segunda metade dos anos 70 apresentava o retorno da participação política das classes populares, exigindo a democratização dos canais de participação política, neste interim, a burguesia não dispunha mais de capacidade de direcionamento desse movimento, conforme seus interesses, daí para Florestan abrir espaço para eclosão de uma ordem revolucionária comprometida com o socialismo.

Por meio desta exposição, observamos que o pensamento de Florestan Fernandes ainda aparecia como o grande “fermento intelectual” para a reflexão de, ao menos, duas gerações de cientistas sociais. Neste sentido, entendemos que a leitura original empregada por Florestan possibilitou ao grupo de intelectuais cedequianos aprofundar um debate acerca da reconstrução democrática no país. Ao extrair de Florestan o pensamento de uma “contrarrevolução” burguesa que se prolongava no poder, estes intelectuais passam a promover perspectivas teóricas e práticas voltada à qualificação da expressão popular, em meio à luta pela reconstrução democrática.

Igualmente relevante ao debate apropriado pelos cedequianos foi a defesa do socialismo, enquanto estratégia política de organização do Estado, por meio dos populares. O PT foi o grande elo entre Florestan Fernandes e grande parte destes intelectuais que integraram o CEDEC, por meio de onde, puderam compartilhar ideias, promover debates, construir tendências. Emergir por completo na política, ideia que trabalharemos mais à frente.

Analisando a posição de Florestan Fernandes acerca do ideário liberal na primeira república, Luiz Werneck Vianna⁸⁵ assume uma posição crítica de seus estudos ao observar que o quadro de hipótese, em Florestan, estaria incompleto. Para Werneck, incorreria sobre análise da burguesia uma outra parcela que identificaria na “burguesia industrial o portador dos papéis específicos à classe burguesa, e que teria emergido do interior da economia agro-exportadora, para gradativamente contestar seu poder” (Vianna, 1978, p. 94). Isto é, Werneck consegue captar as frações dos interesses divergentes presente no grupo da burguesia, esta posição leva-o para uma análise mais diversificada, atribuindo um papel de maior decisão à burguesia nacional perante a burguesia internacional.

Para Werneck Vianna, a fração de “tipo burguês” que nasce com a ruptura do pacto colonial se torna emergente com certa autonomia após a Independência, estes irão conquistar

⁸⁵ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

seu espaço ao impulsionar o desenvolvimento do mercado nacional sem deixar de atender a demanda do projeto da “grande lavoura exportadora” (Vianna, 1978, p. 95). A grande divergência em relação a Florestan Fernandes será na proposição do papel de agente histórico assumido por essa burguesia, uma vez que as marcas impressas sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro geraram a “contestação aos traços remanescentes da estrutura colonial no Estado Nacional” (Idem, p. 96).

Em Florestan Fernandes, essa transformação no deslocamento da função hegemônica de uma classe por outra, sem que tenha produzido os mesmos efeitos da “revolução” jacobina, recebeu o vocábulo da “contrarrevolução prolongada”. No rastro dessas transformações, Werneck Vianna a descreve como “revolução passiva”. As transformações moleculares desencadeadas pelos setores da burguesia originaram a longa transformação em curso, assim:

O objetivo da ação está em se contrapor aos restos estamentais, obrigando a implementação de um estatuto liberal que, pelo menos formalmente, inviabilize o sistema de privilégios ainda persistente. O reforço para a configuração da ordem liberal consistirá na contribuição política desses setores, concorrendo para a mercantilização dos valores e práticas sociais (Idem, p. 96).

A pobre “revolução passiva” brasileira combinou os ideais do liberalismo oligárquico com a escravidão, inegavelmente, manteve seu caráter altamente excludente, entretanto, os “postulados do liberalismo” defendido por essa fração burguesa foi democratizando a esfera de participação e eliminando as marcas da dominação e da exclusão social. Nos termos de Werneck Vianna:

O sentido dinâmico do liberalismo, durante a fase monárquica, apesar da versão excludente da oligarquia, é o que prevalece. O liberalismo não surge ‘no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constitui uma das forças que trabalhavam por seu sepultamento, já que a manutenção do *status quo ante* colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado Nacional emergente se converte em fator da preservação da escravidão, do Império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transição das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as ideias e os princípios liberais’. O conflito sistema estamental versus sistema competitivo, presente em toda a história imperial brasileira, evoluirá lenta mas progressivamente para a primazia deste, estabelecendo-se as condições de emergência do modo de produção de mercadorias. A mercantilização intensiva e extensiva da sociedade, dependente da cidadania irrestrita e do trabalho livre, será uma obra do fruto da práxis liberal, representando o triunfo do *ethos* burguês e dos novos estratos urbanos da sociedade civil contra o assim chamado Estado Patrimonial (Idem, p. 97).

Neste sentido, a noção de “transformismo”, contida na análise de Werneck Vianna, se diferencia de Florestan Fernandes por não se associar por completo a um movimento de mudanças derivado “pelo alto”, resgatando nestes postulados a indução da burguesia e seu papel de agente transformador.

2.2. O AUTORITARISMO NA AMÉRICA LATINA: A TESE DE CARDOSO

Em seu contexto de criação, foi mencionado que o CEDEC nasce como centro de estudos que se dedica com maior propriedade aos movimentos de autonomização política ligadas às classes populares. Ao longo dos anos, o CEDEC se consolida como uma importante agência de fomento à pesquisa que, em linhas gerais, se caracterizou pela oposição ao autoritarismo militar e pela busca de canais que permitisse potencializar os movimentos populares na base.

A questão do autoritarismo foi um dos temas mais debatidos entre os intelectuais na América Latina, buscava-se uma compreensão extensiva sobre seu caráter “autoritário-burocrático” e, como antídoto político, propunha-se a valorização dos canais de participação popular como estratégia para se alcançar a democratização (Lahuerta, 2001). Logo, este debate estava extensivamente discutido quando, em 1976, o CEDEC é criado.

No Brasil, a centralização deste debate esteve vinculado entre os paulistas, cariocas e mineiros. No caso de São Paulo, este debate foi travado exclusivamente pelos intelectuais vinculados ao CEBRAP, no Rio de Janeiro, obteve destaque o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ambos criados no auge do autoritarismo militar, em 1969. Em Minas Gerais, o debate esteve ligado ao Departamento de Ciência Política da UFMG. Toda produção intelectual, deste período, esteve marcada pela necessidade imperiosa de se colocar em termos democráticos as manifestações políticas contra o regime ditatorial.

Podemos considerar os trabalhos de Cardoso como pioneiros para se pensar a valorização da democracia como forma de combate ao autoritarismo militar. Empregamos uma perspectiva analítica relacionada ao marxismo, seus trabalhos tiveram o êxito de trazer à tona um debate sobre “a melhor expressão da constituição e do fortalecimento da sociedade civil” (Lahuerta, 2001, p. 69). À vista disso, elegemos seus escritos de início dos anos 70, especialmente aqueles reunidos no livro “Autoritarismo e Democratização” (1975), para

representar o significado deste debate ao promover o nascimento de uma cultura democrática em meio ao regime de exceção, ao mesmo tempo, buscamos compreender como este debate influenciou na organização do CEDEC e ganhou fôlego após sua constituição.

Acerca deste pioneirismo Milton Lahuerta (2001) observa:

Tal pioneirismo se deve ao fato de ele ter sido o autor do grupo (Cebrap) que mais rapidamente deslocou seu foco analítico das dimensões estruturais (inclusive da temática das classes sociais) para concentrar-se na representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira (Lahuerta, 2001, p. 68).

Na introdução de seu livro, Cardoso apresenta os eixos temáticos de análise que desencadeiam sua preocupação com a questão democrática, e que ao mesmo tempo confirmam este deslocamento analítico apontado por Lahuerta.

Os estudos e ensaios reunidos neste livro tem dois eixos principais. Um analítico e quanto possível fundamentado empiricamente, procura caracterizar formas predominantes de autoritarismo e os modos pelos quais se organiza a acumulação capitalista no Brasil e, mais limitadamente, em outros países latino-americanos. O segundo eixo é claramente valorativo: busca delinear as insuficiências das soluções autoritárias e vislumbrar onde de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias (Cardoso, 1975, p. 11).

Sobre o primeiro eixo temático, Cardoso volta-se à investigação da estrutura do sistema de acumulação capitalista brasileiro. Investigando em detalhes, Cardoso chama-o de “sistema de produção capitalista dependente”, ideia que o leva a caracterizar a economia brasileira e a maneira como ela se abriu ao sistema global de produção e consumo como dependente por necessitar de recursos à expansão do capital. No segundo eixo temático, Cardoso relaciona esta estrutura de produção dependente a um sistema político que jamais foi democrático, a combinação destes fatores levam Cardoso cunhar o termo “nacional-estatismo dos regimes autoritários”, onde o Estado utiliza “tecno-burocraticamente os recursos políticos do estado e tem fortes fatores inibidores para transformar a ‘ideologia de Estado’, que os caracteriza numa ideologia genuinamente fascista” (Cardoso, 1975, p.19). Aspectos narrados por Cardoso da seguinte maneira:

Desenvolvimento capitalista, mas dependente; dependente, mas associado; baseado no dinamismo da empresa, mas estatal; de ideologia perenemente ascensional, mas beirando o ciclo descendente, e assim por diante. Mais ainda, a dinâmica desse estilo de desenvolvimento acomoda-se a uma estrutura política que nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente europeia, no sentido de que o desenvolvimento capitalista e a revolução burguesa não a modificaram plenamente. Não obstante, também a forma deste autoritarismo variou, desde o paternalismo autocrático do império, passando pela forma oligárquica republicana da ‘democracia de elites’ e pelo populismo autoritário (às vezes beirando o fascismo) até ao atual autoritarismo tecnocrático, que não está imune também aos apelos fascistas (Cardoso, 1975, pp. 12-13).

A respeito da problemática da dependência, a preocupação inaugural de Cardoso é apontar os equívocos em relação aos aspectos sociais e políticos do crescimento capitalista, nas interpretações do modelo de desenvolvimento brasileiro que imperou até os anos 60. A saber, Cardoso expressa essa preocupação na seguinte passagem:

Ou haverá que inquirir mais a fundo sobre o processo social e buscar formas de análise capazes de propor políticas que em vez de arderem nos círculos candentes da imaginação generosa do romantismo, redescubram as contradições e oposições no sítio em que elas podem, pela força da realidade, transformar o impulso generoso da denúncia em força organizada que expresse o ponto de vista dos que são social e politicamente oprimidos? Mas, como é possível redescobrir uma prática política que se abra para o futuro, e, portanto, que induza à negação da reprodução das formas prevaletentes de dependência, sem uma análise correta das formas atuais de dependência e imperialismo? E neste particular eu creio que é preciso indicar, como há tempos o fez Stavenhagen com seu penetrante ensaio, as novas teses equivocadas sobre a dependência e o imperialismo na América Latina (Idem, p. 27).

Assim, Cardoso se lança na empreitada de promover uma revisão das teses que construíram interpretações a respeito do desenvolvimento capitalista na periferia, apontando sobre cada uma delas seus equívocos. Críticas assim distribuídas: expressando seu entendimento, por meio da “Teoria da dependência”, Cardoso critica o pensamento da esquerda latino-americana de filiar-se integralmente à ideologia populista russa (*narodnik*). Nesta tese, há o entendimento de que o problema central para não haver desenvolvimento capitalista consistente está na inexistência de um mercado interno robusto (relacionado à estrutura precária de produção e consumo) e pela insuficiência dinâmica do capital (capacidade de promover poupança interna é pequena). Cardoso observa que o padrão de desenvolvimento capitalista, não só na periferia, é o desenvolvimento e desigualdade, as distorções do acúmulo geram

problemas sociais, políticos e econômicos que gradualmente podem ser sanados. Ao levantar esse diálogo, Cardoso chama atenção para o desenvolvimento capitalista analisado em espiral.

Cardoso, igualmente questiona os estudos de Rui Mauro Marini⁸⁶ e André Gunder Frank⁸⁷, nestes pode-se ver a análise de que o capitalismo dependente explora de forma extensiva a mão de obra por meio de um controle salarial e distribuição regressiva de renda. Cardoso sustenta que tais condições não são fatores determinantes ao impedimento do crescimento na periferia, assim observa “eu sustento que eles constituem condições que dão forma à especificidade desta modalidade de capitalismo e que acentuam as contradições da economia capitalista no seu desenvolvimento na periferia”, daí a constituir-se condição “*sine qua non*”, para Cardoso, este horizonte ideológico estava distante de se concretizar (Cardoso, 1975, pp. 32-33).

Outro ponto salientado em sua crítica é a “distinção entre um processo real e um processo ideológico” ao referir-se a tese de que as burguesias na periferia deixariam de existir como força social ativa (Cardoso, 1975, p. 34). Nesta interpretação, Cardoso expõe:

Os fatos demonstram, em toda América Latina, que o comportamento real e do grosso do empresariado local não sustentou as teses reformistas quanto às modificações agrárias que se julgava ser necessárias para ampliar o mercado; nem sustentou a política de fortalecimento dos centros locais de decisão e de transformação do estado em instrumento de oposição à penetração econômica estrangeira (Idem, p. 34).

As análises das teses criticadas por Cardoso nascem do aprendizado obtido com o caso brasileiro, o modo pelo qual a economia e a política passam a projetar o desenvolvimento capitalista e associar-se ao caráter “dependente” e “associado”. Essa vinculação se encaminha para os três setores da economia: o privado nacional; o estrangeiro e o público. Ainda observa que, ao criarem as condições gerais para o capitalismo expandir, esses setores acabam por se “acomodar” e atuar de modo “enfeudado” ao capital estrangeiro. Nas palavras de Cardoso, “as empreiteiras dependem do Estado, ou das fábricas de autopeças, que dependem das multinacionais. Mesmo os bancos guardam relações específicas com os grandes clientes estrangeiros” (Idem, p. 47).

⁸⁶ MARINI, Rui Mauro. Dialéctica de la Dependência la economía exportadora. Santiago, Sociedad y Desarrollo, vol. 01. 1972, pp. 35-51.

⁸⁷ FRANK, Andre Gunder. Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil. New York: Monthly Review Press, 1967.

Tipificando o Estado brasileiro de “autoritário-burocrático de caráter modernizador”, Cardoso observa que o padrão de desenvolvimento dependente-associado assumiu formas distintas. O primeiro deles aconteceu mediante os efeitos da revolução de 1930, e seu caráter era de “industrialização substitutiva de importações”, esta modalidade de aceleração econômica tinha por objeto:

A implantação de uma indústria local para a fabricação de produtos que eram importados. Essa industrialização foi em grande parte fomentada pelo Estado e baseou-se, inicialmente, na mobilização de capitais nacionais, formados no setor exportador primário e no setor urbano-mercantil. A implantação da ‘indústria substitutiva de importações’ requereu medidas protecionistas para abrigar o mercado interno das importações e fez-se graças a políticas de transferência de rendas do setor agrícola-exportador e do setor mercantil financeiro para os setores produtivos ligados ao mercado interno. Consequentemente, provocou o fortalecimento deste como polo dinamizador da economia (Idem, p. 64).

O modelo de desenvolvimento econômico está diretamente associado ao padrão de comportamento político-social das massas. O modelo de “industrialização substitutiva de importações” assentava sob o modelo de participação social, política e econômica associada ao populismo, e deste, toda variante pactuada entre o Estado e os setores economicamente dominantes conduzindo os interesses das classes populares urbanas.

O segundo modelo de desenvolvimento econômico caracterizado foi o da “industrialização restritiva” ou “restritiva”, implantada após o final da Segunda Guerra, no Brasil, ganhou corpo com o governo de Kubitschek. Cardoso observa que o nacionalismo do período adotou algumas posições para dar novos rumos ao modelo brasileiro, surge a “indústria de bens de consumo durável”, como o setor da “linha branca”, e a indústria de veículos. Este fenômeno modificou o padrão de relacionamento entre o centro e a periferia, pois:

Correspondeu a uma alteração no comportamento dos consórcios internacionais que passaram a fazer investimentos nos setores secundários e terciários das economias das economias dependentes, dando origem ao que eu designo como ‘internacionalização do mercado interno’. Com efeito, a partir desta etapa a industrialização e o comportamento global das economias dos países periféricos passaram a pautar-se por formas próximas das que caracterizam os países centrais. Entretanto, esse processo se dá num contexto nacional (social e político) distinto do que prevalece nos países centrais e tem consequências específicas (Cardoso, 1975, p. 73).

Porém, na emergência deste processo há um problema, Cardoso observa que “transfere-se para as economias em desenvolvimento um sistema produtivo ‘já pronto’, importando-se fábricas completas, que no decorrer de poucos anos, passam a fabricar os utensílios usuais da ‘vida moderna’ dos países desenvolvidos”, a problemática neste processo é que esse desenvolvimento não tornou-se penetrante e indutor de novas tecnologias pensadas e desenvolvidas a partir do campo nacional.

No terceiro modelo focou-se sobre a “dinamização econômica por meio da exportação de produtos semimanufaturados e de alguns produtos acabados de consumo popular” (Idem, p. 64). Esse terceiro modelo de desenvolvimento pensado através da centralização autoritária e burocrática do Estado, a partir do golpe de 1964. Este padrão de desenvolvimento impôs, segundo Cardoso, algumas problemáticas – a começar que a expansão econômica legou uma política de “disciplina salarial e desengajamento popular do processo decisório”, e um aprofundamento da dependência econômica ao capital estrangeiro (Idem, p. 81).

A análise objetiva do padrão de desenvolvimento capitalista, ao longo das décadas, reforça, segundo Cardoso, a estrutura típica de um comportamento econômico caracterizado por uma “dependência estrutural”. Seja ela caracterizada como dependência tecnológica ou pela constante necessidade de esperar uma contrapartida do capital externo para planejar o desenvolvimento nacional, o que, sem sombra de dúvidas, apontam para um crescimento desequilibrado, superficial e indutor de dívida externa.

À vista disso, Cardoso destaca que as experiências político-econômicas passadas precisam ser levadas em consideração, para se pensar uma agenda de transformação política profunda no país.

No passado, a elite cultural latino-americana registrou frequentemente a força do patrimonialismo e a ineficiência da liberal-democracia. Sem negar ambas as tendências, eu penso que a consciência crítica da situação deve levar as análises mais longe. É preciso meditar não apenas sobre o processo político tal como ele ocorre, mas sobre como nos parece que ele deve vir a ser. Dessa forma, a identificação de forças virtuais de inconformismo com respeito à tendência ‘natural’ ao burocratismo e à apatia, especialmente entre as massas urbanas, e a reafirmação de ideias capazes de contraporem-se ao rolo compressor da ‘falta de tradição urbana’ ou da ‘tendência ao compromisso’ torna-se essencial para uma possível dinamização da vida política. A ativação da sociedade urbano-industrial requer, mais do que nada, a substituição da ideologia do compromisso por outra que rotinize o conflito e que permita legitimar socialmente a ideia de que sem movimento, luta e tensão será impossível fazer uma genuína transformação política (Idem, pp. 162-163).

Todavia, como compreender a relação existente entre o modelo de desenvolvimento brasileiro e o reposicionamento das forças sociais para uma possível abertura política? Pensando sobre esse aspecto, Cardoso realiza uma digressão profunda para caracterizar o reordenamento do aparelho ideológico do Estado, em face do autoritarismo, posiciona-se no centro de uma “guerra subversiva”, onde o compromisso com o discurso à fronteira ideológica extensiva aos interesses americanos, colocava-se em primeiro plano.

O autoritarismo permitiu à direita criar um Estado “tecno-burocrático-autoritário”, que “liquidou o sistema partidário”, incorporou ao sistema de poder as Forças Armadas e grupos econômicos que expressavam interesses monopolísticos. Estes setores romperam a barreira do consensualmente construído, para impor à sociedade um ciclo expansivo de exploração e excessiva mordada.

Cardoso destaca que o sentido de ser desta “guerra subversiva”, estava perdendo sentido e entrando em conflito com outros tipos de interesses do atual “bloco de poder”, a saber, “entre a situação de interesses mundiais e a ideologia oficial brasileira há uma contradição, quanto a um aspecto essencial do condicionamento político do regime, ou seja, a definição do inimigo e de suas bases”. Prosseguindo em sua argumentação, Cardoso completa “estou partindo do princípio de que uma página da história foi virada no mundo [...] a guerra fria foi redefinida e, conseqüentemente, as guerras internas de subversão perdem pouco a pouco sentido” (Cardoso, 1975, pp. 229-230).

As transformações deste processo apresentava certa preocupação já que “essa debilidade é a fraqueza específica do modelo brasileiro”, em outros termos “a vida política gerada pela ordem burocrático-autoritária atual está esclerosada em ‘canais competentes’ cada vez mais entupidos, e não resolveu os problemas básicos de fluidez e comunicação [...] entre Estado e setores sociais que sustentam o bloco de poder” (Idem, p.231).

Apostando na ativação dos canais de participação política, Cardoso observa que a esperança é algo que se constrói, daí expressar a partir de sua experiência e pelas condições sócio-políticas postas, as seguintes condições:

Ela dependerá da ativação das forças acima mencionada para que se proponham mais firmemente a dar rumos menos incertos ao futuro político. Entretanto, dado que o sistema político brasileiro, hoje como no passado, deriva do amálgama entre dois tipos distintos de organização política – uma baseada na existência de classes inseridas numa ordem capitalista industrial e monopolística, outra enraizada no patrimonialismo estatal originado no

sistema capitalista colonial -, seria utópico pensar que a solução para os impasses políticos brasileiros derivaria da implantação plena do modelo de organização representativa que dá ao Estado funções basicamente agregativas [...]. Consequentemente, para que possa ocorrer um desdobramento político que permita a reativação, na sociedade civil, das classes sociais e de suas frações, torna-se necessário um pacto em que se definam as condições para a existência entre as duas formas de articulação política que são próprias de sociedades do tipo brasileira (Idem, pp. 235-236).

Cardoso ainda aponta outro alerta à ativação da democratização substantiva na sociedade brasileira:

Enquanto as elites dirigentes e os grupos opositores, tanto os ligados à ordem social dominantes quanto os populares, não entenderem que a democratização não significa a eliminação dos conflitos pela via de adesão simbólica e valores pseudo-consensuais que estabelecem uma ordem supostamente homogênea, mas praticamente o oposto, ou seja, o reconhecimento da necessidade e da legitimidade da divergência – enquanto isto não for entendido, os riscos do totalitarismo estarão presentes (Idem, p. 237).

Entendemos que o livro cumpriu uma importante função ao lançar as bases para se pensar a democratização substantiva da sociedade brasileira. Neste sentido, promoveu a importante função acadêmica ao apresentar um diagnóstico claro/preciso a despeito do modelo político brasileiro, sua desnutrição ao longo do tempo, para, a partir desta perspectiva, vislumbrar possibilidades de fazer nascer uma sociedade “igualitária, socializante e democrática” (Idem, p. 22). A análise de Cardoso tem o mérito de potencializar a aglutinação deste polo de oposição, centrando-se em estratégias destinadas à reativação da sociedade civil, aperfeiçoando o ideal democrático a partir da valorização dos movimentos sociais vinculados à ampliação da cidadania e da participação política, percebida como condição estratégica para assegurar o florescimento de uma sociedade mais justa, igualitária e livre.

Assim, podemos dizer que, o pensamento político desenvolvido por Cardoso, se liga por completo aos propósitos traçados pelo CEDEC. A reativação da sociedade civil, pensada a princípio por Cardoso, e posteriormente, pelos intelectuais do CEDEC, é função ampla e complexa de articular seja por envolvimento dos diversos tipos de negociação com a estrutura oficial do regime, seja pela reativação de todos os canais de participação política.

2.3. A ORIGEM DO CEDEC E O PENSAMENTO DEMOCRÁTICO DE ESQUERDA

O contexto, no qual, o CEDEC irá surgir em 1976, na cidade de São Paulo, é marcado por mudanças substanciais àquelas que outrora havia levado a criação do CEBRAP⁸⁸. Este é concebido, em meio ao acirramento das tensões políticas provocadas após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, fato que serviu para demonstrar bem a influência dos “generais linha dura” no governo Costa e Silva, exatamente, por tornar o AI-5 uma “arma” de perseguições políticas e pessoais por parte dos detentores do poder. O CEDEC é criado em um contexto político, onde as características apontavam para o aparecimento da “política de distensão”. Os planejadores do Estado (Geisel-Golbery) concentravam esforços na concepção de uma estrutura estatal que se tornasse a longo prazo mais flexível, liberalizante aos anseios da sociedade. O avanço da “liberalização progressiva” permitiu o surgimento dos primeiros indícios de nascimento de uma cultura democrática, seja pelas iniciativas adotadas tanto pelo governo Geisel⁸⁹ quanto pela resistência dos diversos setores da sociedade organizada⁹⁰, que se tornavam mais vigorosos. À vista disso, a formação do centro pode ser considerada um marco ao captar as transformações desencadeadas no “calor do momento” e conceber a partir delas uma ampla matriz de estudos e debates sobre os problemas mais inquietantes que envolviam a reflexão sobre o retorno à democracia.

Considerado um “golpe dentro do golpe”, com o AI-5 os militares enrijeceram o regime e se consolidaram no poder. As insatisfações do governo contra determinados setores da sociedade foram resolvidas, por meio de diversas medidas de exceção – da censura às universidades e imprensa aos “interrogatórios” (tortura) contra militantes políticos (esquerda) e parlamentares do MDB; da intervenção federal nos Estados à cassação de mandatos e fechamento do Congresso Nacional.

⁸⁸ Se torna internacionalmente reconhecido por desenvolver um pensamento que gerou relevantes interpretações no debate intelectual e político da América Latina nos anos 70, principalmente sobre a dimensão da teoria da dependência.

⁸⁹ De acordo com Maria Helena Moreira Alves, em seu livro “Estado e Oposição no Brasil – 1964/1984”, um trabalho muito influente nesta área de conhecimento, a desmontagem das engrenagens que davam sustento ao aparato de repressivo pretendia “assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica”, à medida que ocorria o desmantelamento gradativo dos mecanismos de repressão, mudanças no sistema eleitoral que visavam assegurar maior “flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda assim garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo” (Alves, 2005, pp.223-224).

⁹⁰ A repressão praticada pela ditadura suscitou um enorme entrelaçamento e intercâmbio entre as esquerdas, as universidades, intelectuais e movimentos sociais (o movimento estudantil sob liderança da UNE, o engajamento da Igreja Católica através de suas organizações e o movimento sindical) de um modo geral.

Tomando por base a narrativa do jornalista Flávio Tavares em seu livro “Memórias do Esquecimento”, podemos afirmar que o AI – 5 se assemelhou a uma grande noite de pesadelos que parecia não ter fim, representou para aqueles milhares de perseguidos; torturados e mortos uma completa transgressão aos direitos e garantias fundamentais. Por sinal, o uso da violência repressiva, a partir de 1968, atingiu patamares alarmantes e se praticou ora como pressuposto ao controle e extermínio da oposição armada, ora como suporte ao aparelhamento do Estado pela via modernizante e autoritária. Fato é que, conforme observou Rodrigo Patto Sá Motta, a decretação do AI-5 “tornou a ditadura mais militar, mais autoritária, e reduziu o espaço para a atuação de aliados civis, embora estes continuassem presentes, só que agora em posição ainda mais subalterna” (Motta, 2018, p.196). À custa dessa repressão, muitos foram aqueles que tiveram seus projetos de vida cessados por meio do exílio, vidas ceifadas, ou de qualquer modo, todos civis que tiveram seus direitos restringidos, como o de ir e vir e a suspensão de direitos políticos.

Existe uma mitológica construção, por meio dos documentos oficiais do regime que, o AI-5 foi uma “medida para manter a ordem e segurança” contra os “atos subversivos” praticados pela esquerda⁹¹. Neste sentido, a prática de expurgos frente ao ativismo da oposição tolheu o ativismo das ruas, liquidou a resistência armada dos grupos de esquerda e golpeou setores como a imprensa, o Judiciário, o Parlamento, a Igreja, as universidades e as elites sociais – que paulatinamente passaram a engrossar o discurso sobre a perda de prestígio do governo militar (Motta, 2018). À vista disso, diversos foram os intelectuais, sob acusação de militância política, passaram a ser vistos como inimigos da nação. Tortura⁹², exílio e aposentadorias compulsórias estavam entre as medidas mais habituais adotadas para combater um tipo de

⁹¹ Narrativa que pode ser observada e desmistificada por meio de diversos trabalhos na historiografia, citarei o artigo de Rodrigo Patto Sá Motta intitulado “Sobre as origens e motivação do Ato Institucional 5” de 2018, é preciso na análise. “Em suma, as motivações a impulsionar o AI-5 podem ser sintetizadas nos seguintes pontos, sem intenção de atribuir a qualquer deles o papel de variável independente, ou seja, de fator determinante principal: a insegurança de grupos de direita militares e civis frente ao aumento do ativismo da oposição no parlamento, nas ruas e nas ações de resistência armada da esquerda, que a seus olhos ameaçava o regime; associada ao último ponto, a intenção dos mesmos setores de golpear as instituições liberais para retirar os limites que tolhiam sua ânsia repressiva; a perda de prestígio do governo militar entre segmentos dominantes, sobretudo a imprensa, o Judiciário, o Parlamento, a Igreja e as elites sociais, gerando sensação de isolamento e de fragilidade; o projeto de revigorar a “revolução” através da escalada autoritária, uma ofensiva imaginada como uma espécie de retorno às fontes originais de 1964, tendo em vista também unificar as Forças Armadas na defesa do regime” (Motta, 2018, p. 211).

⁹² Segundo Skidmore (1988), em abril de 1974, o CEBRAP seria invadido, “dois pesquisadores foram presos e um deles muito torturado”, tratava-se exatamente de Chico de Oliveira e Vinicius Caldeira Brant, informação confirmada por Chico no programa Roda Viva no dia 02 de julho de 2012.

pensamento e ação que tomava conta principalmente das universidades públicas, cuja alegação era ser considerado subversivo e contrário aos ditos “interesses nacionais”.

Neste ambiente de repreensão, o CEBRAP passa a desempenhar uma importante função ao aglutinar intelectuais – com certo grau de homogeneidade – contra o regime militar. O labor por uma Ciências Sociais centrada no empirismo histórico-estrutural de análise tocava o teor das análises desenvolvidas por este grupo, em conjunto com a dimensão acadêmica, o clima político da época reforçaria o desenvolvimento de uma forte agenda na defesa dos valores democráticos e de justiça social (Sorj, 2001).

Portanto, o CEBRAP, além de se tornar o principal refúgio aos intelectuais cassados pelo regime, irá potencializar o desenvolvimento de um pensamento comprometido tanto com as questões relativas à democratização quanto com uma agenda de debate que, ao longo do tempo, se tornou inovadora em vários aspectos: seja por implementar um marxismo acadêmico (originário de tempos no “Seminário do Capital”) que se torna o padrão intelectual das publicações veiculadas principalmente pela “Revista Novos Estudos Cebrap”, até mesmo por se opor ao tipo de Ciências Sociais praticada entre as décadas de 50 e 60, portadora de “projetos nacionais” ou “conselheira do poder”⁹³. Por último, estavam as críticas à tradição política varguista e a oposição marcada em relação ao pensamento comunista⁹⁴.

Em síntese, o CEBRAP, enquanto centro de estudos, funcionou como um *lócus* para aquela grande *intelligentsia* elaborar um projeto nacional comprometido com o interesse de modernização social e ao planejamento democrático. Por isso, o debate que o centro se dispôs a realizar centrou-se nos seguintes eixos: o modelo político brasileiro; a redistribuição de renda; o crescimento populacional; as interpretações estacionistas do modelo de desenvolvimento brasileiro; a questão democrática.; a questão da dependência e o Estado burocrático (Baptista, 2009).

Em tempos de repressão à liberdade de pensamento nas universidades e até ao fechamento de centro de estudo, como foi o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o ISEB, o modelo de oposição teórico-prático, implantado pelos intelectuais cebrapeanos “virou uma espécie de modelo que se reproduziu no Chile e na Argentina, onde também se instalaram regimes autoritários” (Cardoso, 2019), sendo que em território nacional, o CEBRAP se

⁹³ O CEBRAP irá se fortalecer enquanto oposição ao projeto nacional dirigido pelo ISEB.

⁹⁴ A principal crítica aos comunistas no CEBRAP foi realizada por Francisco Weffort. Em 1972, este defende sua tese de Livre-docência, na USP, denominada “Sindicatos e Política”, uma análise sobre o sindicalismo populista, por meio desta Weffort realiza severas críticas à atuação do PCB durante a conjuntura da era Vargas.

consolida como um grande palco de resistência, e suas ideias firmaram-no, como a principal instituição que se levantou na crítica ao regime militar, compromissada com a valorização dos movimentos sociais e com a qualificação de novas lideranças populares (Sorj, 2001).

À medida que o CEBRAP se envolvia na crítica das instituições do autoritarismo militar e na busca pela compreensão das bases sociais que conformavam o regime, outras referências no plano internacional começavam a definir a atuação destes intelectuais. A começar pelas primeiras evidências da operacionalização da economia em um fenômeno de mundialização - mediante o surgimento de um “crescimento acelerado da indústria [...], fusões de empresas e pela formação de conglomerados” (Paes, 2001); a expansão do capital e das empresas multinacionais possibilitaram uma radical transformação no padrão moderno de vida⁹⁵.

Por outro lado, enquanto o capitalismo expandia suas fronteiras, o regime comunista, na antiga União Soviética, apresentava os primeiros sinais de desintegração. O enfraquecimento do marxismo centrado no leninismo abriu uma nova conjuntura, a possibilidade de refletir sobre a realidade do comunismo/socialismo e da “esquerda” mundial, de maneira geral, a partir do encontro entre a sociedade e os novos ventos que começavam a soprar no mundo, ou seja, passa acontecer a valorização da democracia enquanto ambiente de construção de uma sociedade socialista (Chauí e Nogueira, 2007).

Em linhas gerais, essa valorização do espaço democrático pela esquerda acontecerá entre os anos 70 e 80, em meio ao fracasso da luta armada em todas suas vertentes - maoístas, castrista, trotskistas -, daí a universalidade da democracia, caracterizada pela forte influência do eurocomunismo de Berlinguer.

Um grande paradoxo no pensamento marxista, uma vez que o processo de derrocada do regime comunista na União Soviética veio acompanhado de um esgotamento da vertente teórico-prática centrada no “marxismo-leninismo”, tornado célere após a divulgação ao mundo dos crimes cometidos por Stálin. Na contramão ao enfraquecimento do marxismo centrado nos “manuais soviéticos”, observa-se ao longo do período que antecedeu ao golpe militar de 1964, um relativo aumento das lutas populares e com ela uma circunstancial expansão da vida cultural

⁹⁵ Por outro lado, em trabalhos como, “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil” escrito por José Serra em coautoria com Maria da Conceição Tavares (1971), “A economia brasileira: crítica à razão dualista” (1972) de Francisco de Oliveira, “As contradições do Milagre” (1973) escrito por Paul Singer, a tese do milagre econômico é desmistificada, a formação dos conglomerados internacionais acentuou a concentração de capital e o crescimento localizado em determinadas áreas do país.

e política do país, foi neste “frescor” cultural que as primeiras referências a Gramsci aparecem de forma mais precisa ligado à atividade intelectual (Coutinho, 2007).

As esquerdas que adotavam como referência o vanguardismo leninista, foram obrigadas a promoverem um processo, embora tímido, de abertura pluralista. Gramsci penetrava os muros das universidades, pela primeira vez, para ser aclamado como o “filósofo da práxis, o proponente de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diferente da realidade soviética” (Idem, p.283). Propor Gramsci, no Brasil, em pleno contexto ditatorial – 1966 a 1968 – era, sem sombra de dúvidas, uma corajosa iniciativa editorial, porém, conforme apontam Coutinho (1985) e Aricó (1988) a cultura dominante nos ambientes políticos de esquerda latino-americana era fortemente influenciada pelos modelos interpretativos do chamado “marxismo da III Internacional”, o chamado “marxismo-leninismo”, e por isso, estes atestam à incapacidade deste primeiro ciclo gramsciano, no Brasil e na América Latina, de poder acessar toda a complexidade do pensamento e da obra de Antonio Gramsci. Seja por apresentá-lo como o pensador da “filosofia, da estética e da sociologia da cultura” (Coutinho, 2007) ou por colocá-lo de forma “irredutível ao leninismo” (Aricó, 1988).

Além das complicações de ordem editorial, muito bem explicitadas por Carlos Nelson Coutinho⁹⁶, o que sem sombra de dúvidas contribuiu para deturpação a despeito do literal caráter enfrentado por Gramsci, ao pensar as questões da nova era do capital, após ser levado ao cárcere de Turi. Na esteira destas incompreensões, tanto do passado quanto do presente, destacamos algumas interpretações que apontam a exigência criteriosa de analisar Gramsci e sua obra política, por meio de um rigor intelectual que conserve a realidade gramsciana, em seu tempo com as múltiplas possibilidades de se pensar apropriações para a realidade política local. Por isso, nas interpretações de Nicola Badaloni (1988); Alberto Aggio e Luiz Sérgio Henriques (2010) aparece como elemento central em relação as categorias de Gramsci e a realidade brasileira, a chamada questão de “método”, ou seja, destacam a necessidade de haver uma “historicidade” que coloque em sintonia as questões do momento em relação a vida e obra de Antonio Gramsci.

José Aricó (1988) aponta que a expansão e a consequente apropriação do pensamento gramsciano no território latino-americano, tornou Gramsci o principal instrumento de análise das realidades nacionais, situação que se deve a “dois momentos históricos diferentes” - a

⁹⁶ COUTINHO, C. N. (Org.) . Introdução. p. 07 a 45. Antonio Gramsci. Cadernos do cárcere. Vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. P. 494.

Revolução Cubana e sua onda expansiva que a conquista de Havana gerou no pensamento da esquerda e a “torrente de golpes militares que modificou a face de um continente erodido pela violência armada e pela contrarrevolução” -, nestas situações, “as ideias de Gramsci contribuíram primeiro para alimentar projetos radicais de transformação, para depois possibilitar, e rapidamente, reflexões mais críticas e realistas sobre as razões de uma trágica desventura” (Aricó, 1988, p. 04).

Num e noutro momento, as reflexões foram bastante distintas. Como apontado anteriormente, o Gramsci, incorporado pela esquerda, adentra por inteiro a história do leninismo. José Aricó (1988) observa que será a partir da contrarrevolução da direita em diversos países latinos, fazendo uso da tradicional violência, promovendo o cerceamento das liberdades através da cassação do direito ao *habeas corpus* e na restrição aos direitos políticos, é que, em meados dos anos 70, setores ligados à esquerda se tornam mais abertos a um novo ciclo de recepção gramsciano.

É, então, que se inicia um novo juízo a respeito da obra do pensador sardo, o que se pode observar é que, as esquerdas, em especial suas vertentes do “ismo” – castrismo, maoísmo, trotskismo – haviam perdido espaço, e com elas a vertente refratária ao modelo copiado de sociedades “orientais”. Desta maneira, o PCB inicia um processo de reavaliação crítica de seus velhos modelos (Coutinho, 2007), por outro lado, o amadurecimento em definitivo para se “chegar” a sua obra, desencadeou leituras em consonância com a realidade nacional baseadas em categorias de análises teórica como a *críticidade* e a *historicidade* conforme sugerem Aggio e Henriques (2010), essenciais para demandar um certo reconhecimento de que a sociedade brasileira havia mudado, se tornara mais complexa, “ocidental” ao paradigma gramsciano – imposto pelo surgimento das características que permitiam identificar o nascimento da “questão da democracia como processo de aprofundamento das lutas sociais e como espaço no qual se dá a transformação da sociedade” (Weffort, 1986, p. 67). Por isso mesmo, esta maior circulação de seus escritos e a incorporação de suas ideias estão associadas à luta pela conquista da democracia, e, por consequência, uma nova atitude em face do vínculo entre democracia e socialismo.

A fortuna maior de Gramsci está em poder oferecer respostas a “processos específicos de vinculação entre teoria e prática” das realidades latino-americanas, ao experimentar processos de desenvolvimentos, onde o capitalismo chega tardiamente, e o Estado passa a assumir o papel de sujeito histórico garantidor de mudanças, uma vez que a luta de classe não

chega a se expressar com clareza na sociedade, por isso, o pensamento de Gramsci adequa-se de maneira muito original a um movimento crítico de repensar o tipo de articulação entre sociedade e política (Aricó, 1988; Chauí e Nogueira, 2007). Problemática enfrentada por Alberto Aggio e Luiz Sergio Henriques:

Para além do limitado dilema entre ortodoxia textual e desvio doutrinário, entre defesa incondicional da letra e supostas “traições” mais ou menos heréticas e até mal-intencionadas do ponto de vista ortodoxo. Exatamente por ser um clássico, Gramsci suporta perguntas incômodas *a partir do nosso próprio tempo* e permite que se discrimine implacavelmente, nele, o que foi tributo pago às ilusões do comunismo e do bolchevismo histórico e o que, ao contrário, é fina e clarividente percepção de estruturas políticas que desafiam nossa compreensão e com que, em muitos casos, ainda convivemos (Aggio; Henriques, 2010, p. 13, “grifo dos autores”).

Por isso, o reconhecimento da “ocidentalidade” gerou um progressivo deslocamento das investigações para um “terreno mais concreto da realidade nacional”, isto é, os problemas nacionais passam a ser ressignificados, a partir de uma assimilação mais “orgânica”, surgindo, entre os anos 70 e 80, abordagens que permitiram reposicionar o debate no campo superestrutural, ou seja, promovendo a redescoberta da “sociedade civil”, como o espaço para um debate apropriado sobre a conquista da “hegemonia cultural e política [...] sobre o conjunto da sociedade como um conteúdo ético do Estado” (Gramsci, Q 6, p. 225). Nasceram interpretações que passam a apoiar-se em conceitos e categorias gramsciana como: “sociedade civil”; “sociedade política”; “hegemonia”; “reforma intelectual e moral”; o “moderno príncipe” e a “revolução passiva” - essenciais para se pensar a realidade política brasileira, através de um novo ângulo, sobretudo, do ponto de vista que tencionava ao irrefreável processo de transição política desencadeado no país.

Neste desafio, do entrelaçar entre o pensamento e práticas democráticas, vão surgir importantes interpretações que se tornam fundamentais para marcar um ponto de inflexão no processo “recente” de crise do regime autoritário no Brasil, surgem obras amplamente marcadas por uma erudição que se remete diretamente a influência de Gramsci, como nos casos de Luiz Werneck Vianna e sua tese “Liberalismo e sindicato no Brasil” (1976) e Carlos Nelson Coutinho em “A democracia como valor universal e outros ensaios” (1984) e “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” (1985). Outras marcadas por um caráter profundo de se (re) pensar o colapso das teorias hegemônicas que vigoraram durante os anos 50 e 60, no cenário nacional e latino-americano, como no caso das obras de Florestan Fernandes em “A revolução

burguesa no Brasil” (1975); Fernando Henrique Cardoso em “Autoritarismo e democratização” (1975) e Francisco Weffort “Por que democracia?” (1984). Em linhas gerais, o que se pode perceber com estas obras é um grande esforço intelectual, por tornarem ainda mais “visíveis” a fratura interna no “bloco de poder”.

O debate acerca da construção da “sociedade civil” está diretamente ligado à função desempenhada pelos intelectuais no seio da sociedade. Estes se caracterizam por elaborarem uma ideologia posta a serviço dos interesses da classe dirigente, a partir do vínculo “orgânico” junto ao grupo que representam, sendo que um dos aspectos centrais de sua função é tornar própria aos populares uma concepção de mundo da classe fundamental (Portelli, 1977). Quando se analisa o panorama político, entre as décadas de 70 e 80 no Brasil, propomos que o CEBRAP e posteriormente com a fundação do CEDEC, se tornam centros de estudos que assumirão uma função “dirigente” e “técnica” na luta de longo fôlego pela derrubada do bloco histórico que compunham as forças de poder. Em especial, nosso objetivo, ao demonstrar o processo de ampliação de uma sociedade “primitiva ou gelatinosa” para uma sociedade civil autônoma, é destacar a contribuição teórico-política de Francisco Weffort, cenário no qual a “questão democrática” dominava o ambiente político como nunca tinha ocorrido em qualquer outro momento da história brasileira.

Do ponto de vista teórico, Francisco Weffort possui uma trajetória intelectual bastante interessante, percebe-se em seus estudos, principalmente aqueles que surgem após a criação do CEDEC, um intelectual identificado com o princípio “orgânico” dos intelectuais em Gramsci – seja por desenvolver estudos cuja capacidade política sobressaltava aos interesses acadêmicos de tratar apenas da investigação das lutas pelas liberdades democráticas, seja ao emergir na luta pela “abertura” brasileira, faz articulando toda sua capacidade de intelectual “organizador de massas de homens” (Gramsci, CC. 02, p.04), como pode ser verificada na frase de abertura de seu livro *Por Que Democracia?* (1984), onde ele começa afirmando, um “argumento pela democracia no Brasil. É, pois, um ensaio político. E a minha esperança é que cumpra uma função política, estimulando o debate sobre a questão de democracia entre nós” (Weffort, 1984, p.09) e na passagem subsequente “o país mudou e, com ele, mudamos todos nós” (Idem, p. 14). Nestas colocações percebe-se a emergência deste “espírito democrático”, no qual suas produções assumem um posicionamento teórico-político de relevância a vários debates relacionados à vida política brasileira (essencialmente no movimento de articulação teórico e prático que dará origem ao PT).

No campo das esquerdas, isto é, daqueles que buscavam tornar mais amplo as transformações de ordem estrutural na sociedade brasileira, os trabalhos de Francisco Weffort atingiram destaque como poucos em sua época. Partindo da metáfora gramsciana de “ocidentalização”, Weffort passa a examinar os fatores que levaram o Brasil a se tornar uma “sociedade de enorme pujança, de uma enorme capacidade de expansão capitalista”, e a partir destas mudanças, “abrir espaço para um ponto de vista mais sociológico – ou seja, mais estrutural, que explique como essa sociedade, efetivamente, está mudando” (Weffort, 1986, p. 69). A prevalência neste debate, levaram os estudos de Francisco Weffort atingir certo grau de protagonismo, o que lhe garantiu, no ambiente do CEBRAP, o status de intelectual muito influente na linha de estudo “movimentos políticos coletivos no Brasil”, nesta época faziam parte deste grupo José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Ingrid Sarti e Maria Hermínia Tavares de Almeida (Tauil, 2017), intelectuais que após a constituição do CEDEC seguem juntos com Weffort com objetivo de ampliar o “espaço para a realização de pesquisas e debates sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da realidade brasileira, com ênfase especial na problemática das classes populares” (Chauí e Nogueira, 2007, p. 189).

O processo de modernização das forças produtivas havia produzido uma nova atitude em face do vínculo entre “democracia-socialismo”, mesmo em plena ditadura militar, os novos atores sociais foram encontrando as condições necessárias para enfraquecer as bases de sustentação dos organismos que asseguravam o exercício da hegemonia, em toda sociedade, pelos militares. Por isso mesmo, o fato da democracia atingir um “enraizamento social profundo”, gera em Weffort o dever de realizar um chamamento a toda esquerda para engrossar o coro em torno de uma espécie de “partido da ação” (Q 2, 56, 213 [CC, 5, 184]), assim narrado nesta passagem:

No meu entendimento, ou nós, socialistas (marxistas ou não), somos capazes de tratar da questão da democracia ou outros o farão. A questão da democracia tem tal força que dará origem a um liberalismo moderno no Brasil, se é que ele já não começa a existir. Isso significa dizer que a disputa em torno do sentido da democracia é uma disputa histórica, necessária (Weffort, 1986, p.89).

A democracia, é apresentada por Weffort, como o terreno específico da luta de classe em um Brasil que se tornava cada vez mais “ocidental”. Por outro lado, neste longo curso que foi a renovação democrática, os militares eram obrigados a conviver com diversos tipos de

manifestação de descontentamento contra o regime, e muito disso, tinha a ver com a crise econômica que se desenhava, e se prolongaria por um longo período na realidade das famílias brasileiras.

O Brasil não era o mesmo, a começar pelo governo. Costa e Silva tinha sido substituído por Médici, este havia deixado de legado para Geisel apenas a fumaça do que se chamou de “milagre econômico”⁹⁷, e por meio desta situação, o crescimento das insatisfações populares com o regime militar – alimentado pelo desencontro entre as promessas governamentais e suas realizações efetivas – levou ao surgimento de sensíveis alterações, porém de fundamental importância para se pensar o processo de abertura política, tanto do ponto de vista dos detentores do poder quanto pela resistência de certos setores que se levantaram engajados na tarefa de emergir como possíveis alternativas na construção do regime democrático no Brasil.

Na transformação desta causa (democratização) em processo (luta democrática), o CEDEC irá encontrar sua principal razão de existir e seus intelectuais desempenharão com maestria a função de conciliar “práticas e reflexões teóricas emergentes” (Araújo, 2017, p. 16), ou seja, os cedequianos passam a contribuir de maneira muito original sobre o debate teórico e prático voltado à redefinição de novas bases sociais e política que levasse a superação do autoritarismo militar. Ideias que podem ser verificadas no editorial do primeiro volume da revista do CEDEC, de 1978, que posteriormente seria batizada com o nome “Lua Nova”. Seu editorial expunha as exigências do momento, bem como apresentava os esforços de um grupo que não se furtou aos compromissos de sua atividade intelectual, assim expostos: uma “reflexão voltada para as questões atuais da construção da democracia no país, uma reflexão sobre a ação política, social e econômica em nosso tempo”⁹⁸. Percepção que vai de encontro às definições de Cícero Araújo, “a ideia original era fazer uma instituição de pesquisa, mas também de intervenção política e social, voltada especialmente para os movimentos sociais”⁹⁹. Estes buscavam renovadas estratégias para se pensar a relação entre sociedade e Estado no Brasil.

⁹⁷ O governo Geisel coincidiu com o início da crise econômica, provocada muito pelos efeitos da chamada “crise do petróleo” de 1973, os membros da OPEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) promoveram um embargo petrolífero contra os países que apoiava Israel na Guerra Árabe-israelense, situação que afetou drasticamente a projeção de crescimento econômico nacional.

⁹⁸ Revista de Cultura e Política, Vol.01, Nº01 -1978.

⁹⁹ Ibidem, p.16.

2.4. A ORIGINALIDADE DO CEDEC

Fundado em maio de 1976, o CEDEC reuniu diversos intelectuais que se dedicaram ao estudo dos problemas teóricos e práticos, em torno da política e da cultura popular brasileira (Chauí e Nogueira, 2007). O centro nasce da proposta defendida por Francisco Weffort de buscar projetar um espaço que se voltasse com maiores cuidados aos estudos das questões relacionadas à democracia, pois começavam a surgir as primeiras evidências de que as lutas sociais e políticas poderiam dismantelar a ditadura militar.

No contexto de sua criação, começavam a surgir discussões relativas ao desfecho do regime militar, ainda que o clima não fosse dos melhores. As insatisfações populares tornavam-se cada vez mais crescente, após o assassinato de Vladimir Herzog, no final de 1975. Em virtude disto, milhares de pessoas participaram de um culto ecumênico na catedral da Sé. Em São Paulo, desafiando pela primeira vez a negativa de aglomerações em espaços públicos, em janeiro de 1976, o sindicato dos jornalistas do Estado de São Paulo encaminhou junto à Justiça Militar um manifesto de protesto ao ocorrido¹⁰⁰. Evidências que permitem-nos dizer que, a nau tripulada pelos militares, começava a se deparar com fortes turbulências. A certeza foi estabelecida, por meio das eleições municipais de novembro de 1976, onde o MDB obteve uma vitória esmagadora. Por diversos motivos o regime se abria e/ou era obrigado a se abrir para a questão da democracia (Skidmore, 1988; Chauí e Nogueira, 2007). É neste cenário, que o CEDEC passa desempenhar a importante função de trazer à tona e expandir o debate sobre a participação política das classes populares, contexto onde estas aparentes “fissuras” na estrutura de poder causavam grave crises de legitimidade política.

O CEDEC foi a “luz no fim do túnel que não se apagou”, mesmo sobrevivendo sob condições adversas à prática de pesquisas (Moisés, 1984, p. 01). Todo o trabalho desenvolvido no centro buscou potencializar o papel desempenhado pelos “sujeitos históricos coletivos” e sua capacidade de gerar uma “prática social transformadora”, por isso, a ideia reativa de uma sociedade organizada movendo-se em direção à renovação do Estado. Podemos dizer que o CEDEC foi tornando-se o porta-voz da “transformação histórica” que o Brasil necessitava: habilitando movimentos trabalhistas e sindicais, promovendo a cultura popular e autonomizando a questão dos partidos políticos, ou seja, entra em cena, junto com a criação do

¹⁰⁰ Era a primeira vez, naquele período de forte censura e repressão, que se ousava contestar publicamente a versão oficial de suicídio de Vladimir Herzog e reclamar a completa elucidação dos fatos.

CEDEC, um profundo debate sobre a “*organização*”, “*autogestão*” e “*participação*” ativa dos movimentos populares na política (Elias, 2006, p. 09; Chauí e Nogueira, 2007; Araújo, 2017).

Se é verdade que, a partir da segunda metade da década de 70, os movimentos em luta contra a ditadura engrossam o coro, também é verídico que, Geisel, ao assumir a presidência tinha planos de iniciar uma “abertura democrática”. Durante seu governo, Geisel travou um embate contra a ala dos “generais linha dura” – avessos a qualquer possibilidade de liberalização política – a seu lado, para construir um caminho à democracia estava o general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil da presidência (Skidmore, 1988, pp. 319-320). Trabalhando em conjunto, Geisel-Golbery passam a pensar num processo de “liberalização a partir de dentro”, cujo princípio norteador estava no entendimento de que o exército não devia se prolongar no poder, seja pela opção de devolver aos civis o controle político das instituições, seja pelo prolongado desgaste do exército perante a sociedade:

O retorno dos militares a um papel mais “profissional” [...] os interesses a longo prazo das corporações militares e do Brasil exigiam o abandono das funções de política nacional repressora em favor da modernização dos equipamentos, da organização e do planejamento das três armas (Skidmore, 1988, p.320).

Resta-nos indagar, que tipo de democracia pensava Geisel restaurar no Brasil? A resposta foi dada por Golbery, “lenta, gradual e segura”, isto é, um tipo de democracia onde não houvesse espaço para oposição e que o partido do governo continuasse a mandar sem ocorrer qualquer tipo de contestação. Nesta empreitada, a busca por uma “democracia controlada” resultou ao longo dos anos 1974-1979 experiências políticas, no mínimo, contraditórias (Skidmore, 1988, p. 320).

A cada manobra em direção à liberalização, o governo sempre respondia aos estímulos vindos da sociedade de maneira a evidenciar o controle da situação. Em 1974, o MDB “quase dobrou sua representação na câmara baixa [...] o resultado no Senado não foi menos dramático, a representação do MDB subiu de 7 para 20”, porém, a maior derrota aconteceu nas assembleias legislativas estaduais, “o MDB assumiu o controle das assembleias legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas”, estados de maior importância da federação e estratégicos colégios eleitorais. Em resposta, o governo fez aprovar uma série de reformas institucionais (conhecidas como “pacote de abril”), por meio deste ato “todos os governos de estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978 [...] os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores”,

também fez aprovar uma lei que ficava proibido fazer propaganda eleitoral na televisão, a chamada “Lei Falcão” (Skidmore, 1988, pp. 337-338).

Thomas Skidmore destaca, se Geisel teve de enfrentar qualquer tipo de risco com seu projeto de “descompressão do regime”, este provinha muito mais da ala dos “generais linha dura” que de resistência criada pela sociedade (Skidmore, 1988). Desde o princípio, Geisel soube que o segredo para a “abertura democrática” ter sucesso dependia da obtenção do “apoio majoritário dos militares reduzindo ao mesmo tempo o poder da linha dura e restabelecendo o caráter mais puramente profissional dos membros das forças armadas” (Idem, p. p.319). Por outro lado, as forças de oposição formada, principalmente, pelas esquerdas acadêmicas¹⁰¹, estabeleciam um consenso por outro ângulo. Tamanha tensão de não haver consenso e unidade na forma de fazer política pelo exército, tornava aparente uma crise de legitimidade do “sistema”, estes apostavam que essa crise abriria um vazio de poder, e com ele, a abertura de espaço para sociedade se organizar para luta democrática (Chauí e Nogueira, 2007).

No conjunto das interpretações pela luta democrática daquele momento, vale destacar a interpretação de Alberto Aggio (2008), este, observa que o caminho percorrido pela democratização, no Brasil, seguiu as “dimensões tanto do projeto quanto do processo de liberalização”, ou seja, o impulso inicial dado pelo regime era “defensivo” e “inibidor” e se caracterizou para os padrões da época como uma “autorreforma”. Por outro lado, uma vez em curso, o processo de liberalização adquire um caráter “ofensivo” e “emergente”, as forças democráticas que se articulam focalizam na ruptura dos padrões de “modernização conservadora que havia sido o padrão de desenvolvimento do país”. Aggio, afirma ainda que os custos da liberalização foi desenvolver um “processo implicitamente negociado”, onde a democratização da vida social compunha um termo e a política outro em separado, e, à medida que o processo avançava, a política caminhava subordinada aos avanços sociais.

Interessa-nos abordar este caráter “ofensivo” e “emergente” que o processo de liberalização tomou caminho. Muito do avanço deste programa, em conceber a passagem de uma democracia, meramente como formalidade, para uma democracia concebida através do vínculo entre o cidadão e suas instituições, coube ao “rito de passagem” representado pelo

¹⁰¹ O PCB, principal partido das esquerdas, com o golpe militar, em 1964, atravessou momentos difíceis. Em abril daquele ano foi instaurado um IPM (Inquérito Policial-Militar) que resultou na cassação do mandato parlamentar de 51 parlamentares. Com a decretação do AI-2, em 1965, como sabemos, a consequência direta foi a implantação do bipartidarismo entre ARENA e MDB, neste processo, uma pequena parte dos militantes de esquerda aderiram à oposição do MDB, já a outra, em sua maioria, se associaram à luta armada, porém até o início dos anos 70, esta luta armada estava praticamente liquidada pela perseguição implantada pelo AI-5.

CEDEC, por retratar “práticas e reflexões teóricas emergentes” que se tornaram uma “possível alternativa de construção do regime democrático” (Weffort, 1984; Araújo, 2017, p.15). Neste sentido, é que o centro é concebido, reunindo uma ampla frente democrática de intelectuais que se dedicavam ao “estudo e ao debate das questões mais inquietantes que desafiavam as sociedades latino-americanas” (Chauí e Nogueira, 2007, p. 188). Estes se identificavam com um “pensamento democrático de esquerda”, contudo, pode-se dizer que o CEDEC não se prendeu apenas ao pensamento político ligado às esquerdas (Idem, p. 221).

O centro é criado baseando-se no ideal de “pluralismo”, o que enfatiza dois campos de atuações principais: o primeiro, diz respeito à luta pela eminente necessidade de se captar e qualificar a atuação dos emergentes atores sociais envolvidos na questão da democracia, em especial, enfatizando a importância dos movimentos sociais para retomada das liberdades democráticas. Já o segundo, alinha-se ao desenvolvimento de ideias que ofertasse um fôlego maior na luta pelo desenvolvimento da democracia no Brasil, no geral, a exposição da crítica ao “novo”, do pensamento que a transição democrática se fazia “pelo alto” (Weffort, 1984, p. 17). Por meio desta interpretação, o manejo de novas perspectivas que permitissem canalizar e potencializar a ação autônoma destes grupos subalternos.

Acerca da marca pluralista do CEDEC, cita-se:

Incluía, por exemplo, os liberais progressistas contra a ditadura, gente como Celso Lafer e Almino Affonso, por exemplo [...] Miguel Arraes. Incorporaram-se ao grupo Plínio de Arruda Sampaio, vindo da democracia Cristã, o pessoal da OAB, da ABI, por intermédio de Perseu Abramo, o pessoal do Cebrap – uma parte do Cebrap passou a participar dos dois Centros –, o pessoal da Ciência Política da PUC, das Ciências Sociais da USP, os grupos ligados à Teologia da Libertação e a Paulo Freire (Chauí e Nogueira, 2007, pp. 187-188).

Em suas origens, o CEDEC contou com um grupo de intelectuais bastante atuantes, faziam parte do núcleo elementar personalidades como Francisco Weffort¹⁰², Marilena Chauí, José Alvaro Moisés, José Augusto Guilhon Albuquerque, Amélia Cohn, Beatriz Sarti, Maria Vitória Benevides, Pedro Jacobi, Régis de Castro Andrade, Ricardo Neder, Roque Silva, Lúcio

¹⁰² Francisco Weffort foi o primeiro diretor-presidente do CEDEC. Nesta função, ao longo dos anos iniciais do centro, Weffort foi o responsável direto juntamente com os pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, em especial, José Alvaro Moisés, que possuiu um protagonismo grande na estruturação dos primeiros projetos desenvolvidos pelo CEDEC, pela busca de verbas para financiar o desenvolvimento das pesquisas. Iniciativa sem a qual, o centro não teria sobrevivido.

Kowarick, Luiz Eduardo Wanderley, Márcia Leite, Edison Nunes, entre outros (Chauí e Nogueira, 2007; Mussi, 2017).

O centro é formado, especialmente, após o afastamento de Francisco Weffort do CEBRAP. Na ocasião de seu distanciamento, algumas questões pareciam sensíveis e passíveis de investigação, como por exemplo, o renascimento dos movimentos populares urbanos. Digo, Weffort e o grupo do CEDEC, souberam captar as exigências do momento e fazer delas a causa motora de suas atuações, por isso, as proposições de projetos de pesquisa, seminários, simpósios trouxeram a temática dos movimentos sociais como nunca haviam aparecido antes. A maior contribuição do CEDEC na derrota aos anos de chumbo, foi, sem sombra de dúvidas, a potencialização de estudos voltados à identidade dos trabalhadores e a sua decorrente luta pela conquista da hegemonia política. Portanto, estabelecendo um paralelo entre CEBRAP e CEDEC, a problemática norteadora da atividade intelectual do primeiro – tais como a compreensão do regime militar, do Estado autoritário-burocrático e da problemática da distribuição de renda -, não fazia sentido nos estudos do grupo de Weffort¹⁰³.

Dentre as razões, apontadas por Francisco Weffort, para justificar seu egresso do CEBRAP, algumas aparecem destacadas por Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007), a primeira delas é que: “o Cebrap é economicista demais e passa ao largo das questões políticas, e nós precisamos de um centro que discuta as questões políticas”, já a segunda relata o interesse das Ciências Sociais trazer para primeiro plano o estudo das “classes subalternas”¹⁰⁴, assim descrito: “começavam a se iniciar certos estudos na área das Ciências Sociais que não correspondiam [...] a uma certa tradição do trabalho acadêmico na área, não só em São Paulo, mas de um modo geral, no Brasil” (Idem, p.186).

¹⁰³ Milton Lahuerta (1999) refletindo sobre esse momento importante tanto para o CEBRAP, quanto para a trajetória intelectual de Francisco Weffort, anota a seguinte passagem: “é de 1976 o afastamento de Francisco Corrêa Weffort do CEBRAP para fundar o CEDEC. Suas posições sobre o sindicalismo e sua desconfiança com relação à política institucional levaram-no a fomentar, no âmbito das próprias discussões e do jogo de interesses que se articulavam no CEBRAP, uma posição que se pretendia mais radical e que tinha a perspectiva de constituir um novo ator político com base nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado” (Lahuerta, 1999, p. 228).

¹⁰⁴ Marilena Chauí afirma que a originalidade do CEDEC foi a de colocar os estudos sobre as classes populares em primeiro plano, já que a sociologia paulistana ocupava-se de maneira muito rasa à temática: Florestan Fernandes e seus discípulos analisaram a questão do negro a partir da submissão a um sistema de heranças culturais impiedoso, posteriormente, já sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, seja na CEPAL ou no CEBRAP, o debate centrou-se sobre a questão econômica, a compreensão do processo de industrialização paulistano-nacional em comparação com o latino-americano e deste a dependência aos grandes centros do capital. Tão pouco a sociologia carioca, através do ISEB, também concentrara-se sob a compreensão econômica do Brasil e deste um plano de desenvolvimento nacional. Portanto será com a criação do CEDEC que o debate sobre as classes populares adquire o status acadêmico.

A maior parte destes intelectuais eram oriundos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e a outra parte possuíam vínculo com a Pontífice Universidade Católica (PUC-SP), onde desenvolviam pesquisas na área de Ciência Política (Araújo, 2017). Em sua grande totalidade, estes intelectuais conciliavam a estreita relação entre a atividade de docência e pesquisa, o que tornava suas tarefas mais árduas. A julgar pela conjuntura do momento, o “ambiente ideológico dessas universidades não era muito propício para o tipo de inquietação que esses docentes viviam” (Idem, p. 173), por isso mesmo, o encontro entre docência e pesquisa acabou por convergir a centros de pesquisas autônomos em relação ao poder público, como pode ser verificado nos casos do CEBRAP, do CEDEC e do IDESP.

A busca pela autonomia intelectual assegurava a liberdade de expressão e conhecimento, já que reforçava a relação entre intelectuais e instituições civis, como no caso das agências de apoio à pesquisa e dos organismos de base, capazes de garantir, através do financiamento de projetos, totais ou parciais, a autonomia e independência de ação deste grupo de intelectuais. Pode-se citar como exemplo de organismos que ao longo dos anos de 1976 até 1988 financiaram os projetos cedequianos o ILDES (Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social), a Fundação Ford, a Organização Católica Canadense, a Arquidiocese de São Paulo, o centro de estudos e pesquisas Josué de Castro e o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural). Se, por um lado, estes intelectuais asseguraram a liberdade de pensamento e ação apartando-se do Estado e dos órgãos de ensino e pesquisa por este controlado, por outro, verifica-se a difícil relação entre atividade docente e produção intelectual, em seu duplo aspecto, no empenho, dedicação e tempo despendido para realizar o trabalho burocrático de manter uma ligação direta com os órgão de apoio e fomento à pesquisa. Singelamente, sintetizamos este aspecto na troca de cartas entre José Alvaro Moisés e George Zarur, antropólogo e presidente da comissão de análise de projetos do CNRC, a data da carta refere-se ao dia 11 de março de 1977, e nela Moisés cita:

Ando lerdo para responder a correspondência, pois o excesso de trabalho neste início de semestre é grande (estou com dois cursos até julho) [...], estou esperando não sem alguma ansiedade a liberação da parcela que vocês alocaram para o projeto, pois isso permitiria colocar a pesquisa em franco andamento (Moisés ao CNRC, 11 de março de 1977).

Por outro lado, fica exposto a flagrante disputa pelo financiamento de projetos, principalmente a se levar em consideração o nascimento do CEDEC – composto por jovens

professores-pesquisadores - e a posição de vanguarda ocupada pelo CEBRAP no cenário nacional, por isso, Moisés relata na mesma carta:

Acabo de enviar nosso projeto (Cultura Paulistana e Renovação Urbana – 1977) à seleção da Fundação Ford [...] embora saiba que as chances são pequenas, pois estou informado de que eles aprovarão apenas três pedidos e há gente bastante mais qualificada do que eu competindo, com vários trabalhos publicados e que já tem o doutorado a pelo menos cinco anos (Moisés à Fundação Ford, 10 de março de 1977, inserção nossa dos escrito entre parênteses).

Conforme Moisés temia, a negativa ao financiamento do projeto veio por meio de outra carta do dia 10 de maio de 1977, escrita por James A. Gardner, representante do escritório da Fundação Ford no Brasil, nela continha a seguinte resposta:

lamento informar que a Fundação Ford não poderá financiar o projeto que V. Sa. apresentou para consideração dentro do Programa de Dotações para Pesquisa em Ciências Sociais [...]. A seleção recentemente realizada foi altamente competitiva e nem todos os projetos qualificados puderam ser escolhidos [...]. Espero que nossa impossibilidade de financiar o projeto não desvie os seus esforços da pesquisa e convido-o a apresentar outros projetos de pesquisa nas futuras competições do programa em Ciências Sociais (Fundação Ford a Moisés, 10 de maio de 1977) .

O ímpeto destes intelectuais em estruturar as Ciências Sociais autônoma e disposta à investigação dos caminhos que levasse à soberania do governo popular, não foram fáceis. O resultado do projeto “Cultura Paulistana e Renovação Urbana” resultou na circulação mimeografada do texto preliminar de Moisés “A cultura Popular e renovação urbana em São Paulo” (1977), este foi endereçado às organizações de base católica, que haviam financiado parte do projeto, para assim terem maior conhecimento da realidade popular dos trabalhadores, e a partir da tomada de conhecimento do vasto horizonte de classe, planejar o seu envolvimento nas questões políticas. Mais tarde, os trabalhos deste projeto foram reunidos em forma coletânea pela pesquisadora Anna Luiza Salles Souto no livro “Movimentos Populares Urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja” (1983), reuniu diversos trabalhos relacionados aos movimentos populares.

Neste sentido, o CEDEC firma-se como um centro de pesquisa, reflexão e ação que se dedicou exclusivamente aos estudos que buscavam um novo impulso à “resistência ao regime autoritário e instigavam novas reflexões e estudos sobre as relações entre Estado e sociedade no Brasil” (Araújo, 2017, p. 16). Certamente o centro pode ser considerado um grande marco

referencial na guinada dos movimentos populares em direção à redescoberta de uma significativa capacidade de resistência na luta pelo dismantelamento da ditadura militar.

Outro dado importante, registrado por Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007), refere-se à presença do gramscismo na vida cultural brasileira nos anos 70, em especial, da “acolhida” das categorias de Gramsci pelos intelectuais cedequianos como suporte à perspectiva para se pensar a emergência dos novos protagonistas na luta pelas liberdades democráticas. Por mais que o centro inclinasse ao “pluralismo”, havia uma forte tendência ao pensamento de esquerda, em síntese, as tendências teóricas do momento respondem em parte está predileção.

A “geografia” de Gramsci, na América Latina, permite descrever o seu intenso debate a partir da segunda metade dos anos 70, alçado inicialmente na Argentina e no México como o principal intérprete das esquerdas no século XX, Gramsci chega no Brasil posteriormente (Aricó, 1985). Por isso, uma das grandes referências no movimento de constituição do CEDEC estava o “debate sobre a crítica da ideologia no sentido marxista” – o foco estava no debate sobre o conjunto de ideias e valores das classes dominantes que passa a ser interiorizado por todas as classes sociais. Nesta crítica, as “discussões retomavam as análises de Gramsci sobre hegemonia e sobre a cultura” (Chauí e Nogueira, 2007, p.187).

Prosseguindo na abordagem, os autores observam que convencionou-se introduzir a palavra “cultura” ao nome do centro, pelo fato de que a “palavra ‘cultura’ tinha um alcance acadêmico, político e histórico suficientemente amplo para agregar muita gente” (Idem, p. 187). Pode-se observar que, em conjunto com o desejo de se construir um centro de estudo que fosse plural, aberto a todas matrizes intelectuais, um dado interessante é a presença de Gramsci fornecendo um caldo de cultura, na qual os cedequianos puderam se inspirar, para a partir desta instrumentalização, pensar a problemática da democracia. Neste sentido, Marco Aurélio Nogueira (2008) observando essa operação Gramsci no Brasil, relata que os “Cadernos do Cárcere” serviram como um “balão de oxigênio” nos ambientes de esquerda, permitiram a renovação e a construção de um novo caminho que relacionasse democracia como valor em si mesma. E, como tal, o CEDEC, privilegiando um “pensamento democrático de esquerda” pavimentou o caminho a partir de uma instrumentalização centrada no referencial gramsciano que permitiu a construção da democracia política brasileira.

Analisar a agenda de debate desenvolvida pelos cedequianos, coloca-nos sob a seguinte indagações: de que maneira houve essa aproximação entre intelectual e as categorias de trabalhadores? a ponto de esses tomarem essa luta como sua, pertencente a todos membros da

sociedade, principalmente as camadas mais modestas dos populares que, durante todo o período de arbítrio, foram reprimidos duramente.

Para entender afundo essa completa imersão do CEDEC no debate sobre a democratização do país, elaboramos um quadro demonstrativo das temáticas abordadas pelo centro.

ANO	PROJETO DE PESQUISA	PESQUISADOR RESPONSÁVEL	AGÊNCIA DE FOMENTO	RESULTADO DO PROJETO
1976	Democracia populista? *	Francisco Weffort	_____	_____
1977-1978	Cultura paulistana e renovação urbana	José Álvaro Moisés	CNRC; Diocese de São Paulo; Developpement et la Paix	MOISÉS, José Álvaro. Cultura popular e renovação urbana em São Paulo (mimeo). SOUTO, Anna Luiza Salles. “Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja
1977-1979	Movimento operário na América Latina	José Álvaro Moisés	Diocese de São Paulo; Developpement et la Paix	MOISES, José Álvaro. “Il populismo in América Latina”. MOISÉS, José Álvaro. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina”. MOISÉS, José Álvaro. “A greve dos 300 mil e as comissões de empresa”. WEFFORT, Francisco Corrêa. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964” (1ª parte) e (2ª parte)
1977-1979	Recife, Brasil, 1977	Francisco Weffort	Developpement et la Paix	CEDEC. Relatório de avaliação das atividades realizadas.
			ILDES (Instituto Latino-Americano de	ABRAMO, Laís Wendel. Empresários e trabalhadores: novas ideias e velhos fantasmas.

1979-1983	Estrutura e representação sindical	José Alvaro Moisés Régis de Castro Andrade	Desenvolvimento Econômico e Social) Fundação Ford	ANDRADE, Regis de Castro. “Por que os sindicatos são fracos no Brasil?”. LEITE, Márcia de Paula. Classe, ideologia e o trabalhismo. ARTI, Ingrid A. Porto Vermelho. Os estivadores santistas no sindicato e na política. Dentre outros.
1979-1984	Sindicatos e comissão de fábrica no atual movimento operário brasileiro	Daisy Camargo	ILDES (Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social)	Relatório de Pesquisa
1979	Democratização da Educação e da Cultura ou Cultura e Educação democratizadas?	L. Felipe Ferret Serpa	_____	Material de conscientização
1981-1982	Movimentos sociais urbanos: formas de organização e participação sociopolítica na região da Grande São Paulo”	Lucio Kowarick	United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD) Inter-American Foundation International Development Research Centre (IDRC)	Livro: “As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente” Livro: “Nova República: um balanço” Livro: “Terra de habitação versus terra de espoliação” Livro: “Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul” Livro: “Movimentos sociais na transição democrática” Livro: “Cidade, Povo e Poder” Livro: “Movimentos Sociais Urbanos, minorias étnicas e outros estudos”
1983-1984	Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo	Régis de Castro Andrade		“A transição política ou o longo percurso dentro do túnel” “Condições políticas da transição democrática” “Por Que Democracia?” “A OAB na abertura”

A natureza desta investigação centra-se no resgate da agenda de pesquisa debatida pelos intelectuais cedequianos, ao longo dos anos de 1976 a 1988. Percorrer este trajeto serve-nos para demonstrar que este grupo forneceu uma importante contribuição para se pensar a realidade política brasileira, no contexto de transição para a democracia, seja por meio de análises detidas em seu caráter explicativo da realidade e de incentivo à ação coletivo, seja pela conversão desta plataforma democrática em “projeto para o Brasil”, sistematizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo da campanha presidenciais de Lula em 89.

A tarefa de analisar o resgate da transição política à democracia no Brasil, centrada no ambiente do CEDEC, exige-nos intimidade documental para poder dissecar a atividade intelectual do centro em sua especificidade, na qual se expressou por uma vocação intelectual “popular-participante” (Mussi, 2016, p.03). Tarefa que, de maneira geral, remete-nos aos ensinamentos de Quentin Skinner, ao analisar o significado das interpretações na História das ideias, por isso, alguns questionamentos tornam-se pertinentes nesta parte do trabalho. Quais problemáticas esses intelectuais buscavam responder? De que forma foi possível construir um caminho alternativo? (Skinner, 2001, p.82).

O CEDEC surge no final do primeiro semestre do ano de 1976, a atividade intelectual do grupo, nesta fase, restringiu-se mais a encontros organizativos e definidores de possíveis temática à abordagem, conforme apontam Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira:

Weffort reuniu um pequeno grupo. Das primeiras discussões que realizamos, participaram ele próprio, José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhaon Albuquerque, que vinha do Rio[...]. Depois, juntou-se a nós Luiz Eduardo Wanderley, que seria depois o reitor da PUC e foi quem arranhou o espaço no qual o Cedec existiu inicialmente, uma casinha em frente à PUC, lá na rua Monte Alegre (Chauí e Nogueira, 2007, p. 187).

A atividade intelectual, inaugural do CEDEC, tem muito a ver com a proposta assumida pelo grupo, mencionada anteriormente, de discutir classes sociais, a partir de movimentos sociais em geral, por outro lado, é bastante sugestivo o impacto das experiências intelectuais de Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Régis de Castro sobre a ênfase concedida pelo grupo nas pesquisas.

Quanto à posição de Weffort, pode-se dizer que sua liderança tem muito a ver com experiência acumulada em anos anteriores, a saber, a temática dos estudos sobre a participação política da classe operária vinha sendo desenvolvida por Weffort ao lado de Boris Fausto desde o início dos anos 70 no CEBRAP (Sorj, 2001). Por outro lado, ao analisar o tipo de produção desenvolvida pelo centro, os intelectuais que formavam o CEDEC possuíam uma predileção à

esquerda, e suas críticas, provenientes de interpretações emergentes que visavam captar as novas formas de organização da “sociedade civil”, mais autônoma em relação ao Estado, apresentavam muita familiaridade as críticas de Weffort à esquerda comunista¹⁰⁵, como pode ser observada nesta passagem:

Esse modo de revisar a história do país, marca registrada das formulações de Francisco Weffort, fez escola na cultura universitária e influenciou bastante a parte mais intelectualizada da oposição de esquerda [...]. Weffort foi vitorioso na discussão, gerando toda uma linhagem de estudos que vão reiterar o suposto de que a esquerda que atuava no movimento sindical permanecera a reboque do Estado e do nacionalismo, abdicando de sua autonomia e de suas reivindicações econômicas (Lahuerta, 2001, p. 67).

A José Álvaro Moisés coube a tarefa organizadora de esmiuçar a temática dos movimentos sociais em objetos mais específicos de estudos a partir das primeiras pesquisas que foram sendo desenvolvidas pelo CEDEC. Sobre esta posição ocupada por Moisés, destacamos alguns aspectos importantes: José Álvaro Moisés desenvolve sua tese de doutorado na USP, sob orientação de Francisco Weffort entre os anos de 1974-1978, momento em que estudou alguns movimentos de bairro em São Paulo relacionando-os às tendências de organização autônoma da sociedade civil. Ideia que estará presente no desenvolvimento dos primeiros projetos do CEDEC, por exemplo, no projeto “Cultura Paulistana e Renovação Urbana” (1977-1978) – que tinha como pano de fundo a intenção de estudar o bairro do Brás, em São Paulo, levantando informações a respeito das correntes migratórias que desembocavam na grande metrópole.

José Álvaro Moisés, Régis de Castro e Lúcio Kowarick possuíam bom relacionamento com o movimento sindical e abertura com a Igreja Católica, estes, conheciam bem os principais líderes sindicais vinculados à “Oposição Sindical Metalúrgica”, especialmente, por terem participado do movimento estudantil, nos anos 60, como militante da ação popular (Perruso, 2008). Esta condição permitiu ao CEDEC facilidade na aplicação do *survey* sobre a estrutura e representação sindical; acesso às entrevistas com trabalhadores do “chão” de fábrica. Estas características levaram o CEDEC captar e monitorar as “novas” tendências de organização desde o seu início, intenções que podem ser verificadas na passagem que segue abaixo:

Estabelecimento de contato com pesquisadores e dirigentes sindicais e militantes operários locais, de forma a permitir um acesso mais direto não apenas aos dados mais recentes, como também a fontes que, de outra forma,

¹⁰⁵ Para Weffort, não só o Estado populista deveria ser superado, mas também toda a tradição de pensamento da esquerda comunista era recusada por se tornar cúmplice da forma de organização do Estado populista.

em vista da atual situação política na região, seriam praticamente inacessíveis. Dados que [...] poderiam apresentar um quadro inteiramente novo das tendências de desenvolvimento do movimento operário na base (MOISÉS, José. Movimento Operário na América Latina (mimeo), 1977, p. 04).

Um dos primeiros registros de pesquisa desenvolvidos pelo CEDEC está representado em um documento datado de 1976, neste há o esboço de um projeto de trabalho, de autoria de Francisco Weffort, que buscava investigar os “tipos de ações políticas das classes subalternas urbanas na América Latina”, por meio dos seguintes tópicos:

- “Organizações operárias e Estado. O populismo”;
- “Vulnerabilidade do Estado e as formas de expressão do movimento operário”;
- “Determinantes da vulnerabilidade do Estado, a ação coletiva dos trabalhadores urbanos”;
- “Estado, organizações políticas e representatividade de classe”;
- “Tipo de expressão política das classes subalternas”;
- “As implicações para ação sindical da intervenção do Estado na economia”;
- “Formas de articulação das organizações operária e o Estado: controle; capacidade de negociação etc.”;
- “Eficácia da pressão sindical sobre a economia e politização”¹⁰⁶.

Este esquema, detalhado em forma de tópicos, representava pontos a serem objeto de discussão. O que chama atenção neste “esquema de trabalho” é a substituição dos elementos, que no passado caracterizaram a chamada “democracia de massas”, e que passava a ser analisado a partir da potencialização dos movimentos sociais urbanos como substrato essencial de luta em busca de uma democracia que fosse real. Ou seja, Weffort anuncia os primeiros indícios de uma tentativa de articular a ideia de uma democracia que transpõe as marcas do populismo e se torna vigorosa em plena ditadura.

Neste projeto há uma ligeira mudança de foco praticada por este autor, podemos dizer que a classe trabalhadora não aparece sob a condição de análise, interpretada a partir de uma “totalidade harmônica”, sendo uma abordagem tão cara a Weffort em seus estudos sobre o

¹⁰⁶ WEFFORT, Francisco. Esquema de trabalho (mimeo), São Paulo, CEDEC, s/d, p. 1/6. (documento não tendo data, porém, quando fornecido pelo setor de arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, estava dentro da pasta relativo aos documentos do ano de 1976 – por isso, e até mesmo levando em consideração o conteúdo que o documento apresenta adotamos esta data).

populismo¹⁰⁷, ou seja, Weffort não toma a realidade das classes populares como unívoca e passiva diante de um Estado que assume a dianteira no processo de modernização da sociedade.

De fato, as primeiras pesquisas desenvolvidas pelo CEDEC iniciam-se a partir de janeiro de 1977, a título de exemplificação três projetos passam a serem desenvolvidos neste contexto. O primeiro foi “Cultura Paulistana e Renovação Urbana” – tratando-se “de um estudo histórico sobre as condições de formação da cultura popular típica em uma das áreas mais tradicionais de São Paulo, o bairro do Brás”¹⁰⁸ (1977-1978) -, cujo objetivos específicos envolvia captar as “interfaces culturais que se apresentam no estabelecimento de tecnologias e industrialização”, o foco estava em resgatar informações a respeito das correntes migratórias que chegavam na região do Brás e relacioná-la a intensificação da industrialização na região do ABC paulista.

O segundo projeto, desenvolvido de forma simultânea foi “Movimento Operário na América Latina” (1977 a 1979), este teve por objetivo central captar “as novas tendências emergentes na base do movimento operário e a crise das estruturas sindicais centralizadas que, nas últimas décadas, se tem organizado à volta do Estado”, neste sentido, o estudo possibilitou “a definição de perspectivas futuras, tanto teóricas como práticas, para o movimento operário nesta parte do mundo”¹⁰⁹. Todos os dois projetos estiveram sob a coordenação de José Álvaro Moisés.

O terceiro projeto foi denominado “Recife, Brasil, 1977” (1977 a 1979), este, sob a coordenação de Francisco Weffort. O projeto teve por objetivo central mapear o que se convencionou chamar de “amplo material secundário a respeito da maior”, ou seja, o foco estava no estudo das condições de pobreza daqueles povos que viviam nas regiões mais

¹⁰⁷ Refiro-me às críticas que vieram após a tese do “trabalhismo no Brasil” se consolidar, por Ângela de Castro Gomes, esta realiza um estudo profundo que visou questionar toda a linha de interpretação da emergência política das classes populares por meio do fenômeno do populismo, pra isso, a autora segue a linha da cultura política, embasando-se, principalmente em Thompson. Outra interessante interpretação parte de Maria Helena Rolim Capelato em “Multidões em cena”, a autora apresenta uma crítica consistente ao conceito “política de massas” de Weffort, nisto, apresenta uma interessante lógica simbólica de formação e mobilização de identidade dos trabalhadores nos governos peronista e varguista. Por último, Jorge Ferreira revisando o conceito de populismo na historiografia observa que as novas leituras da relação Estado-sociedade baseadas em Gramsci permitiu rever toda teoria populista, e por meio deste autor, reposicionar a relação tecida entre classes populares e Estado, no sentido que, nem tudo se passava por uma relação de forças desproporcional e pendente à sobreposição do Estado sobre a sociedade, neste jogo de forças, a repreensão praticada pelo Estado, em grande medida, era rebalanceado pelas “instancias persuasivas da sociedade” (Ferreira, 2000, p. 87).

¹⁰⁸ Carta de José Álvaro Moisés a Alejandro Portes, encarregado do setor de Ciências Humanas da Fundação Ford, datada de 10 de março de 1977, nela Moisés submete o projeto apreciação da Fundação Ford e descreve a sua relevância.

¹⁰⁹ MOISÉS, José Álvaro. Movimento Operário na América Latina (mimeo), São Paulo, CEDEC, 1977, p. 01.

distantes dos grandes centros industriais, apartados da ação do Estado. Por este motivo, o exemplo de Recife como “um estudo que desnude as raízes do processo de espoliação”¹¹⁰.

Quanto ao projeto “Cultura Paulistana e Renovação Urbana”, participaram os seguintes pesquisadores Anna Luiza Salles Souto Ferreira, Edison Nunes, Jucenir da Silva¹¹¹ e contou com o apoio financeiro do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), vinculado à UnB (Universidade de Brasília), para o desenvolvimento da primeira parte do projeto¹¹². Ao final, o projeto originou os seguintes trabalhos:

- MOISÉS, José Álvaro. Cultura popular e renovação urbana em São Paulo (mimeo). São Paulo: Cedec, 1977;

- SOUTO, Anna Luiza Salles. “Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja”. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. (Ciências Sociais Hoje, nº 2). 1983.

O desenvolvimento desta pesquisa, pelo CEDEC, abordando as formas de cultura popular locais, dando ênfase à configuração da classe operária a partir das correntes migratórias que desembocavam na região do Brás, além de contribuir para o desenvolvimento de outros projetos - como no estudo sobre o movimento operário -, sinalizou para as alternativas populares à democracia, ao buscar entender as formas de organização da classe trabalhadora, abrindo espaço para firmar o CEDEC como local de destaque sobre o debate do movimento popular.

No que diz respeito ao projeto “Movimento Operário na América Latina”, os objetivos centrais eram: inteirar-se a respeito das condições históricas que deram origem à subordinação do movimento operário latino-americano, à política do Estado e das classes dominantes; estudar algumas questões relativas ao desenvolvimento e/ou atrofiamento do movimento latino-americano na base; abordar as tendências e orientações ocorridas nas últimas décadas no interior do movimento operário, buscando mapear de forma global as soluções encontradas para seus problemas organizatórios.

A temática dos estudos sobre o movimento operário apresenta muita força dentro do grupo do CEDEC, seja pela influência e tradição implantada por Weffort, desde o contexto do CEBRAP, seja pelos contornos que o movimento passava adquirir naquele contexto da segunda

¹¹⁰ Carta de Candido Procópio Ferreira de Camargo, subscrita por Francisco Weffort ao Développement et Paix, sem data, nela se ressalta a importância no desenvolvimento do projeto.

¹¹¹ Conforme descrição de José Alvaro Moisés na carta de 10 de janeiro de 1978 endereçada à Coordenadoria Geral do SESI, local onde se realizaria pesquisa junto ao CETREN (Centro de Triagem e Encaminhamento).

¹¹² Em carta datada de 7 de fevereiro de 1977, a Jorge Zarur, coordenador de projetos vinculado à Universidade de Brasília, Moises mensura o financiamento da primeira parte do projeto que deveria ter duração de 5 a 6 meses.

metade dos anos 70. A busca por captar essas tendências emergentes na base do movimento operário esteve no “topo” dos interesses de investigação do grupo. Moisés afirma que, rastrear os objetivos previamente expostos anteriormente, serve para entender a conquista da cidadania pelos trabalhadores, uma etapa tão complexa na vida política latino-americana, uma vez que:

Por um lado, temos a tradição dos movimentos populistas que resulta na conquista da cidadania, por outro, temos a tradição de controle e repressão imposta pela mesma experiência populista ao desenvolvimento do movimento operário (Moisés, 1977, p. 02).

A implicação do movimento operário na América Latina, marcada pelo seu condicionante populista, é analisado por Moisés, através dos seguintes fundamentos: I - o populismo marca a etapa final do processo de formação e de crise do Estado moderno, para Moisés, a expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos no seio da estrutura populista, é própria do contexto de expansão das bases estruturais populista, uma tentativa dos grupos dirigentes de encontrarem solução para a profunda crise de legitimidade, na qual se encontrava as classes dominantes, isto quer dizer que a emergência política das classes populares se deu no marco das estruturas autoritárias; II – o resultado deste determinante foi a inexistência de um movimento operário forte, com alguma exceção no caso do Chile; III – estas circunstâncias históricas determinam o atrofiamento do movimento operário na base, fator determinante para o sindicalismo se desenvolver atrelado ao Estado, isto equivale dizer que o movimento operário ficou circunscrito às mobilizações que se realizaram de forma espontânea, daí as consequências: ausência de direção política, espontaneísmo e voluntarismo na ação política e uma supervalorização da luta de defesa de ordem econômica.

O desenvolvimento deste projeto contou com apoio financeiro das organizações católicas, do Brasil e do Canadá, no território nacional a Ação Católica Operária, vinculado à Diocese de São Paulo¹¹³, que financiou boa parte do projeto, o restante foi complementado através do fomento dado pela Organização Católica Canadense, a “Le Developpement et la Paix”¹¹⁴, que possuía grande interesse sobre os movimentos operários de base na América Latina, com especial ênfase sobre os países: Brasil, Argentina, Peru e México. O produto da pesquisa desenvolvido pelo CEDEC serviu essencialmente para o desenvolvimento da

¹¹³ Vínculo reforçado através da carta do Comitê Regional da Ação Católica Operária ao CEDEC, datada de 21 de maio de 1977, onde se estreita os laços quanto ao objetivo de se conhecer a situação dos grupos de base e sua capacidade de ação frente ao Estado.

¹¹⁴ Como pode ser observado pelo relatório financeiro intermediário, de 10 de julho de 1978, enviado pelo CEDEC à Organização Católica.

consciência de suas funções (destas organizações) e melhor posicionamento de suas condições, a se pensar em um país que começava a viver a transição do autoritarismo à democracia.

Vicente Bevilacqua¹¹⁵, secretário geral da Ação Católica Operária, descreve a importância do projeto reforçando a vinculação entre setores intelectuais e Igreja Católica, enquanto ação indispensável para conscientização e aprimoramento do entendimento para uma ação que pudesse potencializar as ações dos grupos de base, assim descrito:

Achamos por bem apoiar tal projeto tendo em vista que ele pode servir em muito para o trabalho que se propõe a ACO, ou seja, conscientizar a classe operária do seu valor histórico e como responsável pelo engrandecimento das nações através do seu trabalho e sua produção, apesar de tudo ela continua marginalizada no contexto econômico da nação, sendo que este fenômeno se acentua cada vez mais a medida que ela vai sendo desenformada e enganada pela propaganda massificante do capitalismo (Bevilacqua, (mimeo), 1977, p.01).

E continua afirmando, quanto a seu compromisso na libertação do trabalhador e pela derrubada do Estado de exceção:

Assim sentimos que um trabalho da natureza que se propõe o CEDEC pode nos ajudar a encontrar as causas e motivos que levaram a classe operária se alienar dos seus próprios problemas; mesmo porque tendo em vista que a ACO é um movimento que se propõe a modificar a vida do trabalhador no seu aspecto social e religioso, ou seja através da evangelização transformar o indivíduo de marginalizado a cidadão consciente, participante e responsável (Bevilacqua, (mimeo), 1977, p.01).

Quanto à Organização Católica Canadense, o relatório final do projeto endereçado à organização, evidencia o engajamento dos cedequianos pela construção da democracia no Brasil. O interesse partia do pressuposto que havia a urgente necessidade de potencializar a compreensão das condições de vida e exploração dos trabalhadores, engajamento que foi trilhado por meio de sua participação nos movimentos de base. Neste, José Álvaro Moisés descreve o alcance do projeto.

A finalidade era conhecer a situação dos grupos de base e sua capacidade de ação frente ao Estado. O projeto desenvolveu pesquisas, textos e debates nessa direção e cremos que caminhou bastante nesta direção. [...] Contribuiu para uma autoconsciência maior dos dirigentes da ACO e OS, em São Paulo, de suas funções de promoção da classe trabalhadora (Moisés, (mimeo), 10 de julho de 1979).

¹¹⁵ Carta ao CEDEC em 21 de maio de 1977.

O projeto deu origem a uma variedade muito grande de publicações, por isso destacamos apenas aquelas de maior expressão.

- MOISÉS, José Álvaro. O ciclo de greves do final dos anos 70. São Paulo: Cedec, set. 1979;

- MOISÉS, José Álvaro. “Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina”. *International Review of Sociology*, Roma, vol. XIII, nº 1-2, 1977;

- MOISÉS, José Álvaro. “A greve dos 300 mil e as comissões de empresa”. In: Moisés, José Álvaro e Munhoz, Fabio Antonio. *Movimento sindical pré-64*. São Paulo: Cedec/Brasiliense, 1978;

- CEDEC. “Liberdade sindical e democracia. Entrevista com líderes sindicais”. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo: Cedec, nº 1, jul. 1978;

- ANDRADE, Regis de Castro. *The economics of underdevelopment, the State and politics in ECLA's Doctrine – 1949-1964*. Universidade de Glasgow, 1978;

- WEFFORT, Francisco Corrêa. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964” (1ª parte). *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo: Cedec, nº 1, jul. 1978, pp. 7-13; Idem (2ª parte), idem, nº 2, jan. 1979, pp. 3-11; Idem, *Revista de Cultura e Política*, São Paulo: Cedec, nº 1, ago. 1979, pp. 11-18.

Apresentação destes trabalhos torna evidente duas questões importantes: a primeira diz respeito à profissionalização do CEDEC. A cada ano que se passava, os intelectuais cedequianos engajavam-se ainda mais em um movimento de fortalecimento da luta democrática, esse direcionamento assegurou o amadurecimento da atividade acadêmica “popular-participante”, ou seja, de transposição de uma atividade restrita ao círculo acadêmico para o campo prático, onde esses passavam a se envolver diretamente na rotina diária dos trabalhadores das indústrias, mantinham estreita ligação com os líderes sindicais. Por outro lado, a segunda questão diz respeito à internacionalização dos intelectuais que formavam o centro. Observa-se a solidificação do CEDEC como centro especializado no debate das questões democráticas, perspectiva que garantiu expressiva notabilidade a seus intelectuais não só no Brasil, mas também nos ambientes intelectuais da Europa e América do Norte.

Como é notório, o foco dos estudos desenvolvidos pelo CEDEC era apresentar uma nova perspectiva sobre os movimentos sociais urbanos que pudesse contribuir tanto para emancipação do movimento operário quanto fomentar a discussão pela abertura democrática.

Até o presente momento pouco se tinha abordado sobre os estudos das classes trabalhadoras, o CEDEC buscou captar as transformações no movimento dos trabalhadores, no calor do momento, essa foi sua grande originalidade, se tornou o porta-voz de um movimento, que pela primeira vez buscava reverter a ordem, na qual operava as relações entre Estado-Sociedade, atribuindo relevância às formas de organização social dos movimentos na base.

Além disso, os intelectuais do CEDEC tinham a preocupação em articular o campo intelectual não só de São Paulo, estes construíram um centro marcado pela pluralidade de ideias que fossem elas, como única exigência, contrárias ao regime militar, por isso, rapidamente o campo de debate estendeu-se formando um eixo entre Rio-São Paulo. O contato estabelecido com os intelectuais de terras cariocas permitiram o desenvolvimento de seminários, conferências e intermediações recíprocas para publicação de trabalhos. Dotados deste sentimento, é que surge o projeto, “Recife, Brasil, 1977”.

A ideia de realizar um projeto centrado na região nordeste do país tinha muito a ver com esta perspectiva de projeção do CEDEC, ideal que se concretizara, através da troca de experiências entre pesquisadores e de maior conhecimento das diferentes realidades brasileiras. Por outro lado, podemos destacar que o interesse especial sobre o Recife se explica através dos seguintes fatores: o primeiro deles diz respeito ao fato de Recife ser a terra natal de Paulo Freire. Na passagem que se segue o próprio educador solicita à Organização Católica Canadense uma atenção especial ao projeto:

Mais uma vez, estou escrevendo para você. Desta vez sobre um projeto que, talvez já tenha sido enviado para o “Developpement et Paix” ou será enviado, mas que não virá necessariamente ao seu escritório, pois é um projeto vindo do Brasil que prevê um estudo sobre Recife que, como você sabe, é minha cidade natal (Carta de Paulo Freire ao “Developpement et Paix”, datada de 28 de janeiro de 1977).

E continua asseverando sobre a importância do projeto e da respeitabilidade do CEDEC:

Eu estudei cuidadosamente o projeto que foi mandado por nós pelo seu coordenador Professor Francisco Weffort, o qual eu conheço há muito tempo e com quem eu tenho laços de amizade, mas também, isso é mais importante no caso do projeto, para cuja competência profissional tem recentemente criado o "Centro de Estudos de Cultura Contemporânea" (CEDEC) em São Paulo, que traz consigo um grupo de pesquisadores de altíssima competência, alguns deles eu conheço pessoalmente, e de todos eles eu conheço o trabalho duro. [...] gostaria de expressar meu total apoio à aprovação do projeto (Carta de Paulo Freire ao “Developpement et Paix”, datada de 28 de janeiro de 1977).

Em outra carta fica mais evidente a importância de Paulo Freire intermediando a execução do projeto:

O CEDEC é hoje em São Paulo um dos centros de debate sobre o movimento popular mais importantes. Os seminários envolvem claramente uma participação ativa de líderes sindicais e de organizações do movimento popular – definitivamente, não se trata de um simples programa de publicações ou estudos. Esta é sem dúvida uma das razões fundamentais pelas quais Paulo Freire está hoje trabalhando com eles, com uma sala de trabalho nas dependências do CEDEC. Espero que você possa fazer com que o seu comitê consiga aprovar (Carta do CEBRAP a Bill Smith, não datada).

Todo o esforço, pela busca de fomento para o desenvolvimento do projeto, relacionava-se a investigação do segundo e principal aspecto. A necessidade de se realizar um estudo profundo sobre as condições de marginalidade, à qual vivia boa parte da população brasileira, em especial, Recife e suas periferias¹¹⁶. Tais condições passaram a serem analisadas sob o prisma crítico de um crescimento desigual, fruto de um programa político nos governos populistas, nacionalistas e militares que priorizaram a região Sul-Sudeste do país.

O aspecto do crescimento desproporcional e as consequências do atraso para as regiões norte-nordeste, tornou-se o grande objeto de discussões após o início dos trabalhos¹¹⁷, isto, porque os pesquisadores envolvidos no projeto passaram a projetar um entendimento sobre o qual a formação das regiões metropolitanas a partir da década de 50, passam a enfrentar uma série de contradições sociais e políticas após a intensificação dos investimentos estatais nos setores “de base” (petróleo, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações) e na substituição de importações de bens de consumo. Assim consequências mais imediatas foram: o aprofundamento da divisão social do trabalho; aumento da demanda por serviços de infraestrutura – água, esgoto, asfalto, iluminação pública –; maior demanda por serviço de transporte público coletivo que conectasse centro-periferias. Características que associam um padrão de acúmulo capitalista desproporcional, uma vez que as taxas de crescimento experimentadas não resultaram num massivo programa de urbanização das periferias.

Detendo-se neste tipo de reflexão, José Álvaro Moisés no livro “Cidade, Povo e poder” (1982), observa que, quando comparado o padrão de acúmulo de capital dos grandes centros

¹¹⁶ Conforme pode ser confirmado na carta de Procópio Ferreira endereçada ao Développement et Paix, sem data, na qual este apresenta os seguintes argumentos: “é uma das mais pobres cidades do Nordeste, justifica a proposta de realizar um estudo que desnude as raízes de um processo de espoliação”.

¹¹⁷ O projeto foi instaurado por meio de um convênio firmado com a UFPE.

industriais às condições de vida nas periferias teve como consequência um crescimento desproporcional bastante devastador às populações periféricas. Moisés observa que o poder público não se envolveu com a devida atenção e eficiência para assegurar um crescimento equilibrado, por isso, em sua análise, o padrão de desenvolvimento foi criando certos tipos de necessidades assistenciais que não foram sendo atendidos, como por exemplo, no sistema educacional (em todos os níveis) não foi capaz de atender seja a demanda em decorrência do movimento migratório, seja pela expansão da rede urbana em direção à periferia. A mesma situação pode ser verificada em relação aos serviços de saúde e a oferta de espaços culturais às populações em geral, em síntese, faltou ao sistema ampliar junto à expansão urbana a oferta de hospitais, postos de saúde, maternidades. Igualmente falho foi a oferta por equipamentos sociais e culturais para as regiões distantes (creches, maternidades, parques, bibliotecas, centros de recreação, locais para prática de esportes, áreas verdes). Em resumo, o projeto “Recife, Brasil, 1977” lançou olhares para o virtual questionamento do abismo entre a região nordeste e o restante do país.

Um importante exemplo na promoção deste embate intelectual foi a realização do "Seminário Nordeste: Estrutura Econômica e Social, desenvolvimento e processos políticos", ocorrido no início dos anos 80, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco. Por meio deste buscou-se valorizar as potencialidades da região visando questionar os processos de desenvolvimento econômicos, social e político da região, tal qual projetado pelo CEDEC. A execução deste projeto, permite-nos afirmar que o CEDEC se firma como o principal centro de estudos sobre as formas de organização social dos trabalhadores¹¹⁸ e passa adquirir projeção internacional.

O ano de 1979, sem sombra de dúvidas, é o ano que ocorre o ponto alto das atividades intelectuais desempenhadas pelo CEDEC, em especialmente, este também será o momento que acontecerá o pico da atividade intelectual de José Álvaro Moisés. Nota-se que, a partir deste ano, os intelectuais cedequianos passam a se dedicar com mais intensidade a projetos que tinham por finalidade “fomentar pesquisas, estudos, discussões, publicações e a formação de cientistas altamente qualificados na abordagem de temas referentes aos sindicatos, Estado e estrutura social na América Latina”¹¹⁹. Em linhas gerais, a abordagem dos cedequianos passa a

¹¹⁸ Conforme tabela de projeção dos trabalhos desenvolvidos, o CEDEC contava com atividades desenvolvidas nos seguintes Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

¹¹⁹ MOISÉS, José Álvaro. Projeto Piloto. História Social. Movimento Operário, Estado e democracia no Brasil. CEDEC (mimeo), 1979, p. 01.

se movimentar em direção ao estudo do movimento operário em suas relações com o Estado e a democracia nos períodos compreendidos entre 1953-1964 e 1975-1979, cujo objetivo central passa ser captar as transformações na estrutura sindical a partir das características de flexibilização dada pelas novas condições conjunturais. Desta ampliação de foco nasce o projeto “Estrutura e representação sindical”, coordenado por José Álvaro Moisés e Régis de Castro Andrade, o projeto foi desenvolvido entre os anos de 1979 a 1983 e contou com o apoio financeiro da Fundação Ford.

Outro dado importante é a consolidação do intercâmbio intelectual formado pelo eixo cultural Rio-São Paulo. A estrutura produtiva do Estado do Rio de Janeiro aparentava ser um terreno muito fértil à investigação da atividade sindical e das peculiaridades da intervenção estatal sobre este setor. Neste sentido, o projeto foi construído tomando por base as “recentes greves nas fábricas do ABC; [...] a greve dos médicos residentes, e seguido pelos professores”¹²⁰, portanto, o barril de pólvora estava por estourar, um indício do poder de organização que o “novo sindicalismo” passaria a desempenhar sobre a organização dos trabalhadores. Captando essas novas tendências no calor do momento, o CEDEC passa a se dedicar ao estudo dos movimentos sindicais, tendo por critério o nascimento das classes populares no seio do populismo, por sua chancela as determinações vindas do Estado, no geral, as condições que impõe certo tipo de atrofiamento à capacidade de organização autônoma dos trabalhadores. Em decorrência disto, os objetivos do projeto aparecem descritos da seguinte maneira: analisar a “influência das orientações político-partidárias no movimento sindical” e estudar a “estrutura produtiva específica do Estado do Rio de Janeiro”¹²¹.

Potencializando a perspectiva de análise, nasce um segundo projeto denominado “Sindicatos e comissão de fábrica no atual movimento operário brasileiro”, coordenado por Daisy Camargo, no caso deste projeto, o objetivo era resgatar as “formas que está assumindo a relação entre os movimentos sociais operários legais e ilegais na conjuntura de crise política que se abre no Brasil em 1974”¹²². Neste sentido, o projeto ganhou vida, a partir de uma análise que buscou equacionar as transformações “estruturais” ocorridas no contexto de 1945 a 1964, que permitiram descrever níveis de autonomia da sociedade civil em marcha de resistência à pressão da estrutura populista. Diante desta constatação e demarcação, a segunda parte centrou-se sobre a análise “conjuntural”, que destinou ao estudo de organizações de bases embrionárias

¹²⁰ _____ Projeto de Pesquisa: Estrutura e representação sindical, CEDEC (mimeo), 1979, p. 03.

¹²¹ _____ Formulário de aplicação do questionário aos entrevistados (mimeo), p. 02.

¹²² _____ Projeto: Sindicato e comissão de fábrica no atual movimento operário brasileiro (mimeo), p. 03.

que surgem a partir de 1974. Com efeito, a crise de hegemonia que se desenhava no contexto estabelecia as condições conjunturais favoráveis para eclosão dos movimentos reivindicatórios a partir de 1977.

O desenvolvimento deste projeto, abordando as formas de luta operária através da estrutura sindical, possuía como referência outros dois importantes trabalhos que se dedicaram ao estudo da forma sindical oficial e seus condicionantes sobre as possibilidades para mobilização do operariado. O primeiro deles é o trabalho de Francisco Weffort, “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)”, neste trabalho Weffort analisa a eclosão do movimento operário na conjuntura do após guerra e na crise do segundo governo Vargas. O segundo foi o trabalho de José Álvaro Moisés, “Sindicatos e comissão de fábrica no atual movimento operário brasileiro (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-1954), uma greve que marca o ressurgimento do movimento operário.

Estes projetos caminharam de forma simultânea. Quanto ao projeto “Estrutura e representação sindical”, foi dividido em dois momentos diferentes de vigência, o primeiro consistiu numa pesquisa que desenvolveu um grande *survey*, contendo 193 entrevistas com líderes sindicais de 7 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e Rio Grande do Sul), visando “verificar a opinião e o comportamento de líderes sindicais frente à estrutura corporativa”. O foco estava na abertura de um espaço de comunicação que fornecesse um canal direto entre os setores sindicais e demais atores sociais envolvidos na luta contra o autoritarismo.

Dada amplitude do movimento a se realizar, o CEDEC firmou parcerias com diversos órgãos tanto de fomento à pesquisa quanto de auxílio ao desenvolvimento das entrevistas, no sul, participou o grupo de Estudos Sindicais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no sudeste, a Universidade Federal de Minas Gerais através do CEPET (Centro de Pesquisas do Trabalhador), o ILDES (Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico) do Rio de Janeiro e o Centro Josué de Castro (ONG sediada em Recife), órgãos que financiaram parte da pesquisa e auxiliaram na criação um espaço de reflexão conjunta entre sindicalistas e outros atores sociais (intelectuais, advogados, políticos e empresários), para subsidiar a luta sindical em seus objetivos de participação na reforma sindical em debate desde 1979.

As pesquisas lideradas por José Álvaro Moisés, Régis de Castro Andrade e por Daisy Camargo, contribuíram por apresentar um caráter profundo, profissional e ativo desta nova retomada da atividade sindical no Brasil. Se no passado, as massas eram estimuladas a

participarem social e politicamente, através do influxo direcionado pelo Estado, a década de 70 apresentou profundas transformações, surge a espontaneidade e a consciência operária na ação social e política das classes subalternas, que passa a ser um forte imperativo na ruptura da estrutura sindical e política centrada nos limites legais permitidos pelo regime. Neste sentido, o seu caráter “não espontâneo”, de alguma maneira, se ligou à consciência operária sob a forma de sua “tradição de luta” – e, este foi o grande objeto de interesse pelo grupo do CEDEC investigar.

A pesquisa contribuiu por apresentar as novas tendências, dentro do movimento sindical, no calor do momento. À medida que estas novas tendências tornavam-se objeto de estudos, também adquiriam cada vez mais espaço dentro da estrutura corporativa sindical, transformando o que a princípio foi analisado como “tendência espontânea”, posteriormente foi se tornando prática renovadora, capaz de apresentar certa “oxigenação” sobre a renovação da democracia como tendência política, bem como proporcionando espaço ao processo de reconstituição da unidade do movimento sindical, como pode ser observado nesta passagem:

Com efeito, a recusa ao autoritarismo, que deu a tônica a todas manifestações políticas e populares no período, não se deteve nas arbitrariedades pelos órgãos do Estado, mas atingiu as estruturas autoritárias de muitas entidades da sociedade civil. Em particular, o autoritarismo marcante da estrutura dos sindicatos brasileiros foi profundamente questionado e os chamados sindicalistas autênticos colocaram-se na liderança desse processo, expressando, no interior do sindicalismo, tanto o movimento geral da sociedade, em busca das alternativas democráticas para a organização da convivência social, quanto as aspirações específicas de um grande número de trabalhadores no sentido de se libertar dos entraves da estrutura sindical para o desenvolvimento de um movimento sindical amplamente representativo (Silva, 1983, pp. 03-04).

A democracia passou a se expressar dentro do movimento sindical, principalmente, por meio de assembleias, palco privilegiado para o embate de ideias e para a tomada de decisões e, essencialmente através de onde surgiam as decisões sobre a conduta a ser tomada pelo movimento.

Posicionando-se como um contraponto na interpretação sindical realizada pelos cedequianos, os estudos de Luiz Werneck Vianna produziram um importante contraponto sobre a “leitura” de organização dos trabalhadores. O artigo “Apontamentos sobre a questão Operária e Sindical” é resultado de um seminário intitulado “Relações de Trabalho e Movimentos Sociais”, coordenado pelo próprio Werneck Vianna, no ano de 1979, nas dependências do CEDEC. Neste trabalho, Luiz Werneck Vianna percorre a bibliografia relativa ao sindicalismo

apontando as “contribuições” e “limitações”, ao mesmo tempo, propõe um balanço sobre o movimento operário e sindical.

Neste sentido, Werneck estabelece um paralelo com as interpretações partilhadas pelo CEDEC e crítica, ideia presente no seguinte trecho:

A rigor, a proposta que submetemos à apreciação se define pelo isolamento de uma perspectiva que integre verdadeiramente os estudos sobre a classe operária brasileira na história e no contexto de forma particular de imposição do capitalismo no país. Nosso suposto é o de que, a não ser em alguns trabalhos de caráter geral, essa integração ainda não se efetivou com o grau de complexidade exigido (Vianna, 1979, p. 01).

Werneck critica o fato das interpretações nas Ciências Sociais, ao lidarem com a questão do movimento operário e sindical, promovem a separação entre “a sociedade e a política”, para este, havia a necessária urgência de se abordar a sociedade e a política em conjunto para construir uma abordagem mais coesa, além do mais, Werneck descreve que as interpretações do momento tendiam a deixar no isolamento as condições de trabalho nas fábricas como “higiene e segurança do trabalho, ritmo de trabalho e disciplina fabril, etc.” e sua relação com o movimento político e sindical.

Werneck prossegue criticando a tendência às concentrações de análises no campo estrutural, como se fosse as determinantes essenciais:

[...] atraso este que se tornaria, na década seguinte uma das variáveis explicativas para a montagem do sindicalismo corporativo e o aparecimento do fenômeno populista. Como tem sido apontado por inúmeros autores de diferentes orientações, a bibliografia que se definiu por essa perspectiva explicou tal retardamento em função do papel desagregador jogado pelas alterações sociais ocorridas então na composição social da classe operária. Todavia, por mais impressionante que seja o argumento, obviamente que não contém uma sociologia – resta de fora, para mencionarmos um caso importante, toda sociologia industrial (Vianna, 1979, p. 02).

Sem citar os trabalhos de Francisco Weffort¹²³ sobre o populismo, Luiz Werneck Vianna tece uma crítica ao que chama de “via naturalística”, ou seja, à tendência de considerar que a passagem natural do campo para a cidade é, a um só tempo, responsável por bloquear uma

¹²³ WEFFORT, Francisco. Classes populares e política: contribuição do estudo do populismo. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1968b.

_____. Sindicato e política. Tese (livre-docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972b.

_____. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)”. Estudos CEBRAP, n. 4, abr. 1973 [1972].

formação cultural aos ideais socialista, ao imaginar que o trabalhador ao realizar essa passagem estava apenas interessado nesta pequena revolução pessoal na expectativa de vida, Werneck afirma que, apenas estes termos, são incapazes de descrever a “servidão ao Estado” e sua resignação ao “pacto populista”. Para este pensador, a política estatal é outro componente de grande relevância a ser adicionado à fórmula desta equação. A saber: “e não pela política consciente e brutal do Estado em reprimir o sindicalismo livre a fim de aprisioná-lo na estrutura corporativa e abrir o caminho para imposição do modo de produção especificamente capitalista” (Vianna, 1979, p.01).

Outro dado importante criticado é a “construção do objeto em exame se produz à margem da história do capitalismo entre nós”, fenômeno que o leva a dizer que o atraso de classe após 1930 não decorre da ação do Estado, mas no “atraso que lhe é constitutivo”, isto é, o “autoritarismo de nossas instituições políticas e sociais encontra uma de suas poderosas matrizes nessa fraqueza própria à classe operária”. Para Werneck, estes analistas não consideraram a singularidade do nosso capitalismo, a sua:

Perversão expressa numa “revolução-burguesa” que não conheceu uma etapa democrática, marcada pelo amplo compromisso entre a fração burguesa industrial e o latifúndio, onde o moderno só logrou passagem através e pelo arcaico e recessivo, e somente na medida em que soube demonstrar sua aptidão de com ele se compatibilizar (Vianna, 1979, pp.01-02).

Por isso, o projeto desta sociologia, ancorado numa interpretação de matriz teórica marxista, passa a valorizar, segundo Vianna, os condicionantes de uma prática anticapitalista, daí a crítica à sociedade de massas e pelas disfunções produzidas pela sociedade capitalista ao longo do seu desenvolvimento, ideia observada nesta passagem:

Na verdade, essa sociologia estava animada pela ambição de interpretar a política, e seu fim explícito era o de formular bases materiais do fenômeno populista, cuja significância teórico-prática não se restringiria ao período de 1930-1945, mas iluminaria toda história republicana moderna, principalmente a agonia das instituições políticas liberais de 1964. De certo modo, pode-se até dizer que essa sociologia não fez sociologia sobre a classe operária, limitando-se a identificar temas dessa natureza – inquestionavelmente relevantes – mas sem submetê-los à investigação científica. E, ainda, que seu problema nuclear consistiu na questão da estrutura corporativa sindical, que associou à emergência do populismo, e das razões de sua continuidade sob a ordem liberal do pós-45 (Vianna, 1979, p. 03).

A partir da década de 70, novas saídas para os estudos sindicais surgem, alimentadas por uma nova interpretação que buscava privilegiar as interpretações de cunho “conjuntural”, e

por este aspecto, a interpretação de Werneck Vianna envereda-se, para o que permite afirmar o atraso mencionado não era apenas material, mas também de ordem cultural, intelectual e político.

Werneck ainda afirma que as novas interpretações, dos anos 70, vinculavam-se à perspectiva que entendia o processo de massificação como resultado da “articulação da ordem corporativa e do corporativismo sindical, com o projeto modernizante burguês e com a emergência do industrialismo”. Neste sentido, o recorte autoritário das instituições oficiais do sindicalismo é uma condição previamente estruturada, para “viabilizar e expandir a ordem burguesa” (Idem, p. 04).

Outro ponto extremamente relevante é a rejeição da contribuição que se funda sob o ideário do “Estado de compromisso” (Vianna, 1979a; 1979b), conceito implícito nas análises sobre a bibliografia do tema e rejeitadas por Werneck Vianna, por isso: “essa categoria tem sido retocada a fim de cumprir os mesmos efeitos, vale dizer, insistir na preponderância das razões políticas no processo de elaboração das instituições corporativas sindicais” (Vianna, 1979^a, p.05).

Por fim, citando Gramsci, Werneck defende uma nova percepção sobre a construção dos estudos operários e sindical, observando a iminente necessidade de se aprofundar os estudos sindicais, a partir de um olhar crítico e interdisciplinar que conjugasse os mais variados componentes do saber para poder extrair da “realidade fabril” - as angústias, suas necessidades imediatas e as aspirações de transformação do Estado e de suas políticas econômicas em algo inclusivo e justo para todos. Em suma, a “democratização da fábrica e democracia política como momento do mesmo processo” (Vianna, 1979, p. 06).

Retornando à problemática do grupo, o início dos anos 80, marca a mudança de “chave” nas temáticas de estudos abordadas pelos intelectuais do CEDEC, estes irão se diversificar grandemente. O que apresentamos até aqui reúne projetos que se voltaram à problemática de estudos concentrados na classe operária e no diagnóstico de falta de autonomia dos trabalhadores e do sindicalismo, por isso, a intenção de “dar voz” aos trabalhadores por meio de *survey*, entrevistas e publicações que refletiam o diagnóstico de que a autonomia viria da ação dos próprios trabalhadores. Nos primeiros anos da década de 80, enquanto as pesquisas sobre o mundo sindical prosseguiram, vão surgir projetos de caráter mais diversos, por exemplo: surge o projeto de cunho mais pedagógico e um grupo de pesquisa sobre os movimentos sociais urbanos.

Quanto ao primeiro assunto, é criado ainda em 1979 o projeto “Democratização da Educação e da Cultura ou Cultura e Educação democratizadas?” coordenado por L. Felipe Ferret Serpa, professor adjunto da Faculdade de Educação da UFBA e coordenador de projetos do CNRC/UnB. Este partiu de um ideal inclusivo, o da democratização da democracia e do acesso e permanência dos estudantes no ensino básico. Na visão de Felipe Serpa e Francisco Weffort¹²⁴, o desenvolvimento do projeto cumpriu a estratégica e inédita função de pensar a promoção da cultura, por meio da valorização das características locais, inserindo a periferia enquanto espaço de produção e sistematização de cultura. Por outros termos, podemos dizer que o projeto contribuiu para discussão do movimento de apropriação, em que os grupos subalternos “retraduzem” os valores dos grupos dominantes.

A síntese da representação desta discussão consta na frase de apresentação do projeto: “a escola que seleciona destrói. Aos pobres tira o meio de expressão, aos ricos tira o conhecimento das coisas”¹²⁵. Portanto, como construir uma realidade inclusiva aos povos periféricos sem atropelar suas necessidades e subjugar seus interesses? O caminho apontado pelo seminário “Democratização da Educação e da Cultura” lançou temas que traçavam um diagnóstico do ensino formal e informal – no geral, observou-se que a educação pública no Brasil padecia de um estudo aprofundado, por isso, o seminário contribuiu apontando temas que se tornaram objetos dessa apropriação. No geral, seguiu-se pelos seguintes temas: I) a “centralização” e seu consequente “autoritarismo” sob a condição de organização do ensino formal e informal; II) o sistema educacional funcional sob a condição de “dominação cultural” – neste aspecto predominam dois fundamentos, a noção de que a “cultura dos grupos dominante prevalece” e a percepção que os “grupos subalternos “retraduzem” os valores da cultura dos grupos dominantes”; III) a “cultura popular” aparece no ensino sob a ótica do ilegítimo, da ineficiência, da inadequação.

Tais pontos permite-nos estabelecer um diálogo sobre os aspectos que o grupo traçou como diagnóstico do problema educacional. Entendemos que a centralização estabelecida pelo Estado evidencia que a escola formal é aparato do Estado e ponto da articulação de uma massa de operários destinados a atender aos interesses e demandas do mercado de trabalho e das concepções de grupos dominantes. Mesmo servindo a tais propósitos, a escola formal tem o

¹²⁴ Francisco Weffort, na condição de presidente do CEDEC, intermediou a formação de convênios entre as universidades, a Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Federal da Bahia, além de possibilitar o trânsito de pesquisadores do CEDEC e CNRC.

¹²⁵ _____ Projeto de Pesquisa: democratização da Educação e da Cultura ou Cultura e Educação democratizadas?, CEDEC (mimeo), 1979, p. 01.

poder de levar a grandes contingentes da população a percepção de poder transformar a própria realidade e o destino do próprio país por meio do engajamento de seus pares. O processo de abertura do diálogo sobre as possibilidades de ensino é expressão dos direitos da cidadania: a conquista da democracia. Por último, a noção de que a escola, ao desenvolver conteúdos e adotar determinados métodos acaba por menosprezar a cultura local das comunidades periféricas, para transformar essa realidade, é adequado que professores e alunos pertençam à mesma classe social, quando não, que se interaja e valorize os locais de cultura popular. Em suma, o professor de periferia cumpre a estratégica função de retraduzir a cultura dominante no processo de ensino, sem que suas marcas culturais passem por um processo de descaracterização.

Debatendo essa noção de cultura do povo e do autoritarismo das elites, Marilena Chauí (1979) destaca três observações para estabelecer diferenciações entre a cultura do povo e o autoritarismo das elites. A princípio encontra-se na percepção de Marilena a necessidade de promover a separação entre o “popular” e “povo”, justamente por:

Uma cultura como sendo do povo permite assinalar que ela não pertence simplesmente ao povo, mas que é produzida por ele, enquanto a noção de “popular” é suficientemente ambígua para levar à suposição de que representações, normas, atos encontrados entre as classes dominantes são ipso facto do povo (Chauí, 1979, p. 03).

Uma outra observação quanto à noção de “cultura do povo” diz respeito ao uso do singular “cultura do povo”, quando na realidade a filósofa descreve como correto empregar no plural “culturas do povo”. Para Marilena, assegurar a afirmação da pluralidade de culturas é caminho necessário para se pensar a valorização do ambiente democrático e conseqüentemente a formação de uma estrutura governamental que propague tais princípios. Por isso:

Se a cultura for considerada como uma ordem simbólica que exprime o modo pelo qual homens determinados estabelecem relações com a natureza e entre si e o modo pelo qual interpretam e representam essas relações, a pluralidade cultural permite assinalar a singularidade histórica e social de uma cultura; permite também que não ocluamos a dificuldade contida no termo “povo”, pois *lato sensu* costuma-se considerar como povo não só o operariado, o campesinato e os assalariados dos serviços, como ainda camadas que constituem a pequena-burguesia, não sendo possível, portanto, agrupar em um todo homogêneo as manifestações culturais desses vários setores da sociedade; permite, enfim, que não caiamos no embuste dos dominantes para os quais interessa justamente que multiplicidade cultural seja encarada como multiplicidade empírica de experiências unificáveis e homogêneas, ou para usar o jargão em voga, como multiplicidade destinada ‘a integração nacional’. Se mantivermos presente e viva a pluralidade poderemos talvez marcar a

diferença entre a manifestação operária, a camponesa e a pequena-burguesia; poderemos também permanecer abertos para uma criação que é sempre múltipla, solo de qualquer proposta política que se pretenda democrática, poderemos, enfim, graças à diferença encontrar o lugar onde a convergência se torna possível, isto é, na dimensão das política (Chauí, 1979, p. 04).

Por último, a observação que Chauí (1979) realiza diz respeito ao risco de incorrer ao tratar a “cultura do povo” romanticamente como aspecto passível da libertação. Por ser do povo, consequentemente conduz à libertação. Marilena Chauí alerta que o “romantismo pode desembocar no populismo e prestar serviços inestimáveis aos dominantes” (Chauí, 1979, p. 05).

Valendo-se desta percepção valorativa da “cultura do povo” e da observação crítica de que a educação não é neutra, ela tem características de classe, o projeto desdobrou-se em um grupo de estudo que se voltou exclusivamente à reflexão de algumas perspectivas sobre a educação em Paulo Freire. A proposição, por meio de uma abordagem freireana, era a de desnudar a perspectiva ideológica da educação estar à serviço dos ideais dos grupos dirigentes. Para isso, o grupo formado por pesquisadores do CEDEC e do CNRC, levou adiante a propositura de uma educação onde a ideologia fosse a ponte que permitisse a transcendência da relação “opressor-oprimido”.

A base do método educativo de Paulo Freire sintetizava o ideal de que o conhecimento resulta da relação do homem com a natureza, que ele transforma por meio do seu trabalho, o resultado dessas transformações, que se separa do homem, constitui o seu mundo. Dito isto, é observável entender que o grupo dos pesquisadores envolvidos entendiam a abordagem educacional ao estilo Paulo Freire era capaz de atingir-transformar-engajar as populações de comunidades periféricas, mesmo com a diversidade socioeconômica gritante. Engajar as periferias é fazer da educação o aprofundamento da tomada de consciência para transformar uma realidade de miséria, de opressão, e de ausência de democracia. Para o grupo de pesquisadores, esses pressupostos passam a ser pensados sob a condição de uma educação capaz de promover a libertação e a democratização.

No que diz respeito ao assunto dos movimentos sociais urbanos, foi criado ainda no início da década de 80, um grupo bastante heterogêneo (reuniam desde cientistas sociais a arquitetos e urbanistas) que se dedicaram ao estudo dos chamados novos movimentos sociais, compunham a equipe os seguintes pesquisadores: Eunice Ribeiro Durham, Francisco Luiz Salles Gonçalves, Laís Wendel Abramo, Lícia do Prado Valladares, Milton de Abreu

Campanário, Nabil Bonduki, Pedro Jacobi, Raquel Rolnik, Rosa Maria F. Castro Oliveira, Silvio Caccia Bava e Vera da Silva Telles.

A propósito do desenvolvimento deste projeto cita-se o pioneirismo do CEDEC na promoção de debates e pesquisas voltados à temática dos novos movimentos sociais e do movimento operário, do qual a proposta central residia na investigação da “existência de um ‘novo caráter’ de contradições e lutas sociais na região da Grande São Paulo, onde eclodiram inúmeros conflitos centrados nas relações de trabalho e nos bairros populares”¹²⁶.

Na passagem que se segue, Pedro Jacobi observa que essa vertente investigativa do projeto tinha por preocupação expor a gravidade da ausência de políticas públicas sociais voltada para solução dos problemas estruturais.

A dívida social, agravada por uma recessão prolongada que aprofundou o desemprego e o subemprego e aguçou problemas na área da saúde, habitação, alimentação, transporte e educação [...]. Emergia a necessidade de transformações estruturais que contemplassem uma revisão completa do perfil de intervenção governamental nos setores sociais entre 1964 e 1984. Neste período se acentuaram as precárias condições de vida da parcela significativa da população brasileira, reflexo dos efeitos perversos do modelo econômico vigente, onde o modelo social nada mais é do que uma derivada do modelo econômico (Jacobi, 1986, pp. 255-256).

O primeiro projeto desenvolvido pelo grupo foi “Movimentos sociais urbanos: formas de organização e participação sociopolítica na região da Grande São Paulo”, coordenado por Lúcio Kowarick, o projeto teve vigência entre os anos de 1981-1982 e contou com o apoio financeiro das seguintes instituições: a *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), instituto independente vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), sediado em Genebra, financiaram o desenvolvimento da primeira parte da pesquisa. A *Inter-American Foundation*, uma agência independente de fomento à pesquisa do governo norte-americano, financiou as pesquisas de campo. Já a *International Development Research Centre* (IDRC), uma corporação canadense da coroa, financiou grande parte das publicações que ao longo de dois anos o grupo produziu. Na apresentação do projeto, Kowarick descreve esses aspectos e expõe grande parte das necessidades a serem tratadas:

O tema geral inclui: uma análise histórica e atual das questões urbanas, sobretudo a “habitação”; uma análise das associações de moradores, sociedades amigos de bairros e outras formas de aglutinação urbana, assim como sua influência no desenrolar das greves metalúrgicas de 1978-1980 em

¹²⁶ _____ Projeto de Pesquisa: Movimentos sociais urbanos, CEDEC (mimeo), 1981, p. 01.

São Paulo; e uma análise sobre a luta pela posse da terra urbana. A pesquisa envolveu pesquisadores de três instituições – Cebrap, Iuperj e Cedec –, tendo o Cedec atuado como centro coordenador. O trabalho de campo contou com o apoio financeiro concedido pela Inter-American Foundation, e a preparação final do texto para publicação foi parcialmente financiada pelo IDRC, Canadá (Kowarick, Lúcio. Relação de atividades realizadas pelo CEDEC (mimeo), 1981, p.33).

Na descrição de Lucio Kowarick fica evidente o profundo envolvimento intelectual das agências e centros de pesquisas, principalmente as do eixo Rio-São Paulo, CEDEC e o IUPERJ. Por outro lado, o envolvimento do CEDEC e CEBRAP no projeto desmistifica a cisma de que havia divergências entre os intelectuais desses centros.

Em virtude da extensão e profundidade que o projeto almejou alcançar, ao longo dos anos de 81-82, uma vastidão muito grande de trabalhos foram produzidos. A saber, cita-se alguns dentre os mais importantes desenvolvidos:

- O Livro: “As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente”, organizado por Lúcio Kowarick. O livro contou com artigos de André Singer, Clara Ant., Laís Wendel Abramo, Lúcio Kowarick, Milton Campanário, Vera da Silva Telles, entre outros;
- O Livro: “Nova República: um balanço”, organizado por Flávio Koutzii. Igualmente contou com a participação generosa de diversos intelectuais debatendo sobre o tema, a saber destacamos alguns: Dalmo Dallari, Luís Fernando Veríssimo, Pedro Jacobi, Paul Singer, Plinio de Arruda Sampaio, Rui Falcão, entre outros;
- O Livro: “Terra de habitação versus terra de espoliação”, organizado por Paulo Krischke. O livro foi dividido por capítulos escritos por Milton de Abreu Campanari, Tilman Evers, Eliane Godoy e Paulo Krischke;
- O Livro: “Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul”, organizado por Paulo Krischke e Ilse Scherer-Warren. O livro contou com uma grande diversidade de colaboradores, dentre eles, alguns estrangeiros;
- O Livro: “Movimentos sociais na transição democrática”, organizado por Emir Sader. Artigos de Pedro Jacobi, Lúcia Lippi Oliveira dentre outros;
- O Livro: “Cidade, Povo e Poder”, de grande circulação. O livro contou com a participação de José Álvaro Moisés, Paulo Krischke, dentre outros;

- O Livro: “Movimentos Sociais Urbanos, minorias étnicas e outros estudos”. Livro igualmente celebrado por sua repercussão. Participaram do projeto Pedro Jacobi, José Álvaro Moisés, Édson Nunes, dentre outros.

Pela competência e repercussão que a maioria das produções atingiram ao longo da década de 80, percebe-se que o projeto contribuiu de maneira substancial ao debater as mazelas do processo de urbanização e as causas motoras de degradação da condição existencial dos povos periféricos. Por outro lado, considerável também foi a contribuição ao debate democrático ao incluir os povos e as condições de vida marginalizada como pressuposto determinante de construção do Estado democrático. Enfim, avançou no debate sobre a construção de uma democracia consolidada e substantiva.

Além de todas essas abordagens, a década de 80 é o momento que começam surgir estudos sobre a democracia, a democratização das instituições brasileiras e a participação política de militantes vinculados às comunidades eclesiais de base. Estudos que ganham força a partir de 1983. Sobre essa temática, quem mais se dedicou foram os seguintes pesquisadores Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Régis de Castro Andrade, Marco Aurélio Garcia, Maria Victoria Benevides e Emir Sader. Grande parte dos estudos foram financiados pela Fundação Ford.

Na esteira das transformações em curso surge o projeto “Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo”, sob a coordenação de Régis de Castro Andrade. O projeto almejava “investigar as origens, o alcance, as limitações e as perspectivas do processo de reconquista dos direitos políticos ao longo da transição democrática iniciada em 1974”¹²⁷.

O projeto foi dividido em duas partes. A primeira fase se iniciou em 1983 e foi encerrada em 1984. Neste momento da investigação, foi estudado, por meio de seminários e debates, o “histórico da abertura” e a “perspectiva dos rumos da transição”. A esse período de pesquisa correspondem os seguintes textos:

- “A transição política ou o longo percurso dentro do túnel” – ensaio de José Álvaro Moisés, publicado inicialmente em formato de resumo no jornal Folha de São Paulo e posteriormente em formato de livro pela editora brasiliense;

¹²⁷ _____ Projeto de Pesquisa: Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo, CEDEC (mimeo), 1983, p. 01.

- “Cronologia da transição”. Relatório preliminar, elaborado por José Álvaro Moisés e Anna Luísa Salles Souto Ferreira;
- “Condições políticas da transição democrática”, artigo de Régis de Castro Andrade;
- “Por Que Democracia?” ensaio político escrito por Francisco Weffort;
- “A OAB na abertura” – dossiê sobre a gestão de Raymundo Faoro na OAB (1977-1979), de autoria de Maria Victória Benevides.

Também esteve sobre a ênfase do projeto o desenvolvimento de uma série de seminários, simpósios e outros meios de comunicação em massa, como revistas. No geral, movimentou toda a equipe de pesquisadores do centro.

No segundo semestre de 1984 tem-se início as primeiras reuniões de trabalho referentes ao projeto “A sociedade brasileira e a democratização de suas instituições políticas”. O princípio norteador do projeto era “identificar nos movimentos sociais e políticos do Brasil contemporâneo, os elementos críticos e construtivos que configuravam a vontade nacional de reinstitucionalização democrática”, por meio da síntese destes objetivos o projeto ainda almejou “contribuir para que as aspirações e demandas de setores sociais e politicamente mal representados se façam mais presentes na Assembleia Constituinte”¹²⁸.

Quanto a esta segunda parte do projeto, foram desenvolvidos reuniões de estudo voltadas para se debater os seguintes textos: “Democracia de massas: o problema das instituições políticas” de Fábio Comparato; “O que é democracia?” de Francisco Weffort e “Cenários alternativos da Constituinte”, texto de autoria de Marco Aurélio Garcia. Também foi realizado o seminário denominado “Perspectiva da reconstitucionalização do país”.

Uma importante representação do debate promovido pelo grupo foi a publicação do livro “As esquerdas e a democracia”. Organizado por Marco Aurélio Garcia, sua primeira edição foi lançada em 1986 e contou com a participação de Daniel Aarão Reis, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Maria Victória Benevides, Régis de Castro Andrade e José Álvaro Moisés debatendo o objeto em questão, as esquerdas em face das transformações desencadeadas no Brasil a partir da segunda metade dos anos 60 do século passado.

¹²⁸ _____ Projeto de Pesquisa: Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo, CEDEC (mimeo), 1983, p. 03.

A exposição de Francisco Weffort é um forte argumento a favor da questão da democracia no Brasil. O processo de aprofundamento das lutas sociais apresentou a democracia como um valor substancial diante do movimento de “ocidentalização” que converteu a sociedade brasileira em palco de luta pelas liberdades democráticas. Neste sentido, Weffort parece concordar com Carlos Nelson Coutinho, ao estabelecer uma crítica ao chamado “marxismo-leninista”, se as liberdades democráticas ganham espaço em face da emergência da sociedade civil, isto impunha uma nova atitude em face do vínculo entre democracia e socialismo.

Citando Bobbio, Weffort explicita a seguinte preocupação, o problema é “saber se ‘está escrito’ que os países democráticos jamais poderão chegar ao socialismo. E este é o grande problema teórico e prático que temos que enfrentar”. Por meio desta exposição torna aparente a preocupação inaugural do livro “Por Que Democracia?” de (1984), a de explicar como a democracia adquiriu, ao longo dos anos 70 e 80 a dimensão de um “valor universal”. Apresentando o argumento de Coutinho (1979), Weffort afirma que “o Brasil até os anos 60 é uma coisa; dos anos 60 em diante é outra”, ou seja, operou-se uma radical mudança sobre a concepção de organização do Estado, “mudaram os modos e os graus pelos quais o poder se distribui na sociedade e no Estado”, tornando-a plural na luta pela reconquista do estado democrático de direito (Weffort, 1986, pp.67-68). Neste sentido, observamos que a interpretação, tanto de Francisco Weffort, quanto de Carlos Nelson Coutinho, são bastante inovadoras por abandonar a perspectiva revolucionária acalentada pela esquerda vinculada ao PCB, e apegar-se ao valor democrático como principal fundamento diante do acentuado processo de modernização que a sociedade brasileira atravessa daquele momento em diante.

A despeito desta concepção de mudança desencadeada pela sociedade, Weffort expõe as necessidades decorrentes de um país moderno e “ocidental”, o maior envolvimento da sociedade nas questões políticas.

Hoje o Brasil é, cada vez mais, uma sociedade capitalista de perfil moderno. Não é por acaso que se fala tanto em modernização do Brasil de hoje. É que, efetivamente, a sociedade capitalista é uma sociedade em mudança, é uma sociedade em transformação permanente. O capitalismo é um sistema de produção e um sistema de relações sociais que, por todas as suas características, destrói, absorve e constrói. A dialética da sociedade capitalista é uma dialética de transformação permanente do próprio capitalismo. É claro que – desde que se sustente uma hegemonia do tipo burguês – essa transformação significa, precisamente, a modernização do capitalismo (Weffort, 1986, p.68).

A exposição desta avaliação realizado por Weffort confirma a percepção de que, a lógica do capitalismo como lógica de transformação, opera na conjuntura histórica desde meados dos anos 60, havia produzido uma mudança radical na estrutura da sociedade brasileira. O Brasil havia se tornado um país de enorme pujança, de enorme capacidade de expansão capitalista.

No compasso das transformações de ordem econômica, a “questão democrática” surge com enorme força diante da composição desse liberalismo moderno, por isso Weffort avalia “ou nós socialistas, (marxistas ou não) somos capazes de tratar da questão da democracia ou outros o farão”, isto coloca para Weffort como problemática central a disputa pelo significado da democracia, em termos do próprio autor “isso significa dizer que a disputa em torno do sentido da democracia é uma disputa histórica, necessária” (Idem, p. 69).

Nestas condições, a concepção revolucionária caudatária da concepção francesa e russa perde espaço e sentido de ser. Weffort afirma que para determinados setores reconhecer isso não era fácil, por não se tratar apenas de uma polêmica relacionada à esquerda, mas também por todo o pensamento político liberal e democrático brasileiro. Para Weffort, a concepção de revolução cristalizada na memória é a da revolução como um passo decisivo para tomada dos aparelhos, prosseguindo indaga, o que foi a revolução sem o imaginário da tomada da Bastilha? Outro ponto nuclear é a de que após o desmoronamento do poder, “há uma ruptura histórico-política fundamental a partir da qual um novo poder proclama uma nova ordem”. Tomando por base essa descrição Weffort afirma: “esta imagem de revolução, no meu entendimento é anacrônica para a moderna sociedade brasileira. Nesta, como dizia o Carlos Nelson, não existe esse poder tão concentrado nos aparelhos” (Idem, p. 70).

Expondo a discussão em outros termos observa, “o que significa a revolução em sentido processual?”, Weffort incorre no entendimento de que as transformações, para serem permanentes necessitam de instituições sólidas que direcione esse processo de ruptura, caso contrário:

Se um processo de transformação da sociedade não é capaz de criar, antes da ruptura, instituições que definam as formas de exercício do poder da etapa posterior, então a ditadura será inevitável. Ou os pressupostos da nova ordem política são antecipados de alguma forma – como pressupostos de uma nova ordem política democrática – ou o autoritarismo será inevitável por um longo período de tempo (Idem, p. 70).

Por fim, em sua breve exposição, Weffort afirma que havia a urgente necessidade de caracterizar melhor o entendimento que se tem de democracia em geral. Clarear essa concepção entre o que se entende por “democracia no sentido que ela apresenta com um valor em si” e por seus “desdobramentos conceituais”. Cuidados como esse evitaria seus usos instrumentais. Neste sentido, passaremos analisar a contribuição democrática de Weffort no tópico a seguir.

2.5. A DEMOCRACIA ESSENCIAL DE FRANCISCO WEFFORT: A PERSPECTIVA DE “OCIDENTALIZAÇÃO” DO BRASIL

Definir a “interpretação do Brasil” construída por Francisco Weffort, por meio do conceito gramsciano de “ocidentalidade”, especialmente buscando enquadrar sob este enfoque o seu projeto democrático concebido em meio à luta de resistência democrática que se propagou a partir dos anos finais da década de 70, coloca-nos sob a tarefa de realizar uma digressão em direção aos “Cadernos do Cárcere”, e extrair na obra de Gramsci o entendimento necessário para se realizar algumas considerações sobre o desenvolvimento do conceito de “democracia” no pensamento de Weffort. Para melhor compreensão do seu programa de desenvolvimento democrático do Brasil, parece-nos útil além da dimensão “Oriente-Occidente” a utilização dos conceitos de “revolução-passiva”, “sociedade civil” e “sociedade política”. A apropriação destes conceitos gramscianos serve-nos para avaliar a emergência da “questão democrática” no Brasil, imposta pelo protagonismo dos movimentos sociais na redefinição democrática das bases institucionais, políticas, econômicas e sociais.

Sobre os usos conceituais de Gramsci em território nacional, Carlos Nelson Coutinho observa que sua apropriação permitiu o afastamento de uma perspectiva política da esquerda, centrada nos velhos esquemas dos manuais soviéticos:

As originais categorias de Gramsci foram acolhidas por muitos intelectuais brasileiros como instrumento mais adequado para construir um marxismo aberto e criador, capaz de retificar e/ou superar os pontos débeis que provém de leituras dogmáticas de Marx, em particular, da herança da Terceira Internacional e do “marxismo-leninismo” (Coutinho, 2007, p. 280).

A menção a estes conceitos, bem como a colocação de Coutinho revela qual Gramsci pretendemos abordar. Realizar este esclarecimento se faz urgente e necessário, pois com a

introdução do pensamento de Gramsci no Brasil, ocorrida no início dos anos 60, vem acompanhado por uma decisão editorial criticada por estar propensa a interpretações incompletas acerca do pensamento de Antonio Gramsci (Coutinho, 1999).

Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira (ECB), inicia as tratativas de compra dos direitos de edição com Franco Ferri, diretor do Instituto Gramsci (IG) em 1962, estas questões burocráticas tornam-se objeto de apreciação e são finalizadas dois anos mais tarde e a primeira publicação passa a circular em 1965. Para o primeiro volume editorial do pensamento de Gramsci, no Brasil, foram publicados quatro livros organizados e traduzidos por Ênio, assim nomeados: *O materialismo histórico dialético*; *Os Intelectuais*; *Notas sobre Maquiavel e as Cartas do Cárcere*¹²⁹.

Acerca desta decisão editorial, Carlos Nelson Coutinho observa que inicialmente a proposta havia se tornado um fracasso, seja pela radicalização do cenário político nacional através da publicação em dezembro de 1968 do AI-5, seja pela perspectiva política das esquerdas no Brasil, alinhada às determinações do “marxismo-leninismo” da III Internacional Comunista. Porém, no final dos anos 60, o cenário era outro e Coutinho o descreve da seguinte maneira:

O que parecia assim, no final dos anos 60, um verdadeiro fracasso comercial e político revelou-se, ao contrário, uma das mais bem sucedidas iniciativas editoriais no campo do pensamento social em nosso país: graças a essa velha edição, Gramsci tornou-se um dos pensadores estrangeiros mais influentes na vida cultural brasileira. Pode-se dizer, sem hesitação, que nove em cada dez pesquisadores brasileiros que hoje citam e utilizam Gramsci em suas investigações – e não são poucos esses pesquisadores – conheceram nosso autor através dessa velha edição (Coutinho, 1999, p. 37).

Por paradoxal que possa parecer, a (re)apreciação do pensamento de Gramsci ganha força no decorrer da década de 70, também como uma reação ao endurecimento do regime militar. Os fatores que explicam essa mudança de cenário podem ser percebidos com a crise tanto da chamada “velha esquerda” (muito em virtude da aniquilação dos grupos de luta armada) e dos primeiros sinais de crise institucional apresentado pelo regime. Estes aspectos em conjunto permitiram as ideias de Gramsci adentrar amplamente nos ambientes universitários e centros de pesquisas para ser estudado e debatido. Naturalmente, esse ciclo de apropriação do

¹²⁹ Coutinho aborda de forma detalhada a organização dos Cadernos e as edições italiana e brasileira dos Cadernos do Cárcere em: COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (vol.1). Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pp. 07-45.

pensamento de Gramsci torna-se muito intenso, pois conciliava a necessidade intelectual do momento, a busca por referenciais teóricos que traduzisse a realidade política do país - capitalismo “moderno” e “ocidental” e do ativismo que vinha das ruas – realidade nova, que acabou tornando Gramsci um intelectual muito apreciado por ter pensado e proposto conceitos para uma conjuntura político-econômica italiana que se assemelhava bastante a realidade política do Brasil. Neste sentido, Marco Aurélio Nogueira registra esse momento:

A partir de 1975-1976 tal situação conhecerá um deslocamento. De certa maneira, as ideias de Gramsci serão então “socializadas”, transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que comunistas, liberais, socialistas e cristãos começariam a interpretar a realidade do país. Naquele momento foi como se explodisse a especulação contida na universidade. O gramscismo veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se “gramscianos” (Nogueira, 1985, p.130).

A força de um vulcão que Nogueira faz menção se refere a segurança que estes intelectuais encontraram no pensamento de Antonio Gramsci para adotar e aplicá-lo à realidade política brasileira. Por intermédio de Gramsci se produziu a compreensão da história e da conjuntura política brasileira no contexto de ampliação das lutas democráticas (Lucca-Silveira, 2012). Segundo Aricó, a fortuna que o autor dos “Cadernos do Cárcere” alcançou no território latino, entre os anos 70 e 80, está relacionado à “relevância particular no sentido de poder dar conta de processos específicos de vinculação entre a teoria e a prática” acerca da conquista da democracia (Aricó, 1988, p. 05).

Na transformação do ambiente político hostil em terreno cultural propício à adoção do gramscismo, Lincoln Secco (2002) observa que o pioneirismo em relação a criação dos primeiros cursos destinados ao debate dos conceitos gramsciano aplicados à realidade brasileira nasceram na USP e Unicamp, posteriormente se espalham para a PUC-SP e Unesp. Segundo este autor, em 1975, intelectuais como Alfredo Bosi, Michel Debrun e Francisco Weffort lecionam na graduação e pós-graduação cursos e promovem debates sobre o tema, como também publicam textos, abordando os usos e apropriações conceituais voltados à interpretação conjuntural, por meio de conceitos como “Estado ampliado”, “revolução passiva”, “sociedade política” e “sociedade civil”.

Entretanto, quando se trata de interpretações originais a despeito da realidade brasileira por meio da “lupa” gramsciana destacam-se os trabalhos “Liberalismo e Sindicato no Brasil” e “A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil” de Luiz Werneck Vianna; “A

democracia como valor universal” e “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” de Carlos Nelson Coutinho e “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil” de Marco Aurélio Nogueira. Estes intelectuais se inserem em um movimento de renovação mais amplo de adesão à questão democrática, por meio do conceito de “revolução-passiva”, para interpretar o processo de modernização brasileiro, caracterizado como “americanização”.

Estes trabalhos não se relacionam diretamente com a produção democrática de Weffort, uma vez que partem de premissas interpretativas opostas. No caso de Weffort, em sua análise, percebe-se o peso do Estado disciplinando a organização dos movimentos sociais das classes populares; no caso de Coutinho, a adesão à questão democrática se faz através de uma linguagem “marxista-comunista”; em Werneck Vianna caracteriza a cultura política brasileira, por meio do liberalismo, já Nogueira busca interpretar a redemocratização, por meio de um pensamento político de esquerda que liga-se a democracia partilhada no eurocomunismo.

Naturalmente, as perspectivas de “ocidentalização” percorrem caminhos diferentes em cada um destes autores, porém, há uma grande contribuição nestes intelectuais, acerca do fortalecimento do movimento da “sociedade civil” e do caminho a ser adotado pós 88. Por isso mesmo, é fundamental recorrer a Gramsci e extrair de seu pensamento as noções fundamentais para se compreender a realidade brasileira, por meio do pensamento político de Weffort, buscando relacionar momentos que o pensamento destes intelectuais dialogam em torno da construção democrática.

Nos “cadernos”, a referência a sociedades “ocidentais” e “orientais” aparecem pela primeira vez na nota 16 do volume 3, publicados pela editora civilização brasileira. Nesta passagem, Gramsci diz:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (Gramsci, Q 7,16, p.262).

Nesta passagem, Gramsci expõe os dois grandes paradigmas de civilização. No “Ocidente” os Estados desenvolveram modernos “sistemas produtivo-industrial” e sociedades civis mais atuantes, por meio da valorização cultural e política de grupos sobre o conjunto da

sociedade, já no “Oriente” o conjunto das transformações de ordem industrial e o exercício da hegemonia cultural e política de um grupo caminhava, segundo Gramsci, de forma embrionária. Naturalmente, no “Oriente” a relação partilhada entre Estado e sociedade encontrava-se em descompasso por revelar contextos histórico-econômico-político caminhando em ritmos diferentes. Gramsci ressalta que, num contexto histórico atrasado, a burguesia é “frágil” e as “novas ideias” são direcionadas por grupos (intelectuais) de forte tendência à “absolutização”.

O horizonte próximo para Gramsci seria a “ocidentalização” dos Estados, daí o modelo americano de hegemonia (fordismo) representar a direção da “nova” sociedade. Ao mirar na construção histórico-política do “americanismo” e do “fordismo”, Gramsci chama atenção dos dirigentes da Internacional para sensibilidade, objetivamente cosmopolitana, que a “ocidentalização” do Estado americano tomaria em curto espaço de tempo. Assim, do ponto de vista da direção, a “guerra de movimento” que embalara a disputa ao “aparelho de Estado”, no “Oriente”, era um instrumento inadequado à conquista do poder no “Ocidente”, onde a democracia possuía sólidas raízes e colocava-se como objeto inescapável a disputa da hegemonia política.

No “Ocidente”, Gramsci alerta que a democracia havia se tornado o terreno específico da luta de classes (Liguori, 2017). Não há como observar a valorização da democracia em Gramsci sem associá-la ao terreno da disputa hegemônica. Christinne Glucksmann em “Gramsci e o Estado” (1980) observa que a conquista do poder passa pela valorização da hegemonia, e esta se torna objeto de disputa nos espaços dos ambientes democráticos das sociedades ocidentais.

A noção leninista de hegemonia observa que a disputa pelo controle do Estado começa sempre no chão das fábricas e pelo sistema de fábricas, espaço onde a classe operária porta-se como protagonista sobre o sistema de produção, contexto de onde deveria partir a ditadura do proletariado. Gramsci, na “Questão Meridional” se aproxima bastante da ideia de hegemonia empregada por Lênin ao registrar a seguinte anotação, “os comunistas turinenses haviam colocado concretamente a questão da ‘hegemonia’ do proletariado [...] o proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes” (Gramsci, 1926, p. 408). Gramsci se referia à vanguarda operária, na questão meridional, ao convocar uma “fórmula mágica” de aliança entre operários do norte e camponeses do sul. Por meio dessa aliança a conquista hegemônica do poder estatal tornava-se amplamente acessível.

Mais adiante em seus “cadernos”, Gramsci na nota “Hegemonia e democracia” traduz a relação e a importância da democracia e o exercício da hegemonia caracterizado pelo exercício da coerção e do consenso.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre os grupos dirigentes e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (Gramsci, Q 8, 191, p.287).

Da democracia, portanto, é compartilhado o espírito de “renovação orgânica” na medida em que os grupos dirigentes são obrigados a se renovarem para manter o vínculo de poder, caso contrário, abre-se espaço para grupos dirigidos assumirem a feição dirigente do processo.

Dentro do que foi exposto, o reconhecimento da “ocidentalidade” do nosso país pode ser averiguado, por meio da interpretação de Weffort, seja diante da emergência dos trabalhadores como protagonista na luta pela liberdade democrática, seja pela emergência de uma sociedade civil mais vibrante e determinista sobre uma nova concepção de mundo que se inaugura com o retorno das eleições presidenciais.

Em 1984, Francisco Weffort publica o livro “Por Que Democracia?”, por meio desta obra passamos analisar a perspectiva de “ocidentalização” do Brasil, através de seu pensamento político. Weffort descreve seu livro como um “ensaio político”, que deveria ser “um argumento pela democracia no Brasil” e prossegue afirmando “minha esperança é que cumpra uma função política, estimulando o debate sobre a questão democrática entre nós” (Weffort, 1984. p. 09).

O livro parte de uma questão norteadora “por que a esquerda fala tanto em democracia no Brasil? Por que não revolução?”¹³⁰, essa pergunta exigiu de Weffort uma acurada reflexão, pois se a questão democrática adquiria contornos cada vez mais definidos, por meio da transição política iniciada em 1974, também é verdade que a presença da questão revolucionária no vocabulário político tornava o debate repleto de ambiguidades – de apropriação tanto à esquerda quanto à direita – exemplificado por Weffort, através de episódios recentes na história nacional. A esquerda flerta com a ideia de revolução no momento em que os “setores que passaram à luta armada e naqueles que lhe deram apoio, muitos acreditavam que o país vivia uma situação de

¹³⁰ Indagação direcionada a Weffort partindo de um assessor político da embaixada americana: “por que democracia? por que não revolução? Vinda de um diplomata americano, uma pergunta como esta suscita em qualquer intelectual brasileiro uma pontinha de paranoia” (Weffort, 1984, p. 13).

estancamento do capitalismo que só poderia ser superada através de uma saída revolucionária no caminho do socialismo”. Por sua vez, a direita maneja o uso da expressão revolução em busca de uma “suposta” manutenção da ordem, pois o “golpe do AI-5, de dezembro de 1968, foi feito em nome da ‘continuidade da revolução?’”. Daí Weffort lançar a seguinte indagação, “como explicar que muitos da esquerda, e mesmo uma boa parte da direita, tenham saído dessa fase falando a linguagem da democracia?” (Weffort, 1984, pp. 16-17). Como resposta a seu questionamento Weffort observa que:

O perfil da transição brasileira se acha, a esta altura, definido. Mais do que em fins de 1983, se percebe agora, em fins de 1984, que, uma vez mais em nossa história, a transição para a democracia se faz “pelo alto”. [...] os militares saem da linha de frente das responsabilidades pela direção do Estado, deixando o poder em mãos que consideram “confiáveis”. O povo, em geral, continua à margem, condição que se expressa no mecanismo sucessório indireto do colégio eleitoral. E mesmo que alguma imprevista reviravolta venha a restabelecer as eleições diretas, não poderá mudar as alternativas postas para o jogo (Idem, pp. 17-18).

Por outro lado, Weffort adverte que o “pacto político” pela redemocratização alcança espaço somente quando o país se depara com a grave crise econômica, daí residiria um dos grandes pecados da retomada das liberdades, pois “a crise econômica continua, e se pode prever que seus custos maiores continuarão sobre os ombros dos trabalhadores. Seria esta a democracia pela qual lutamos durante os últimos anos? seria esta a luz que todos esperávamos no fim do túnel?”, Weffort descreve que não, mas a transição tomava um rumo que não era dos melhores.

Entretanto, Weffort advoga da tese que, de 1968 a 1984, apesar de transcorrido pouco tempo, o Brasil havia mudado: “alguma coisa mudou no país. Mudou o país e, com ele, mudamos todos”. O que Weffort buscava afirmar é que a característica da “sociedade política”¹³¹ estava deslocando de um plano político puramente coercitivo para o plano político das representações, e Weffort descreve essa mudança da seguinte forma “o passado recente, o presente e o futuro imediato se embaralham em nossa visão da época atual” (Weffort, 1984, p. 18). Do ponto de vista gramsciano vale a indagação, a mudança parte da “sociedade política” visando transformar o aparato governamental “lutando contra o novo e conservando o que oscila” ou a mudança parte da “sociedade civil” para atingir o aparato coercitivo governamental, “como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se”

¹³¹ Empregamos o conceito de “sociedade política” tal qual Gramsci conferiu significado ao termo. Na nota 130 do caderno 8 Gramsci redige a seguinte anotação: “sociedade política, como autogoverno” e como “governo dos funcionários”. [...] na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (Gramsci, Q 8, 130, p.279)

(Gramsci, Q7, 33, p.242). Weffort reconhece que a contrapartida parte dos dois lados, tanto do Estado quanto dos atores sociais, que desenvolveram certo protagonismo na ativação deste movimento. Nas palavras do autor:

Tomo a questão do ponto de vista da esquerda. Evidentemente, para a esquerda que sobreviveu a duas grandes derrotas, permanecem os valores fundamentais, a liberdade, a igualdade, o sonho do socialismo. Mas o que mudou, ou vem mudando, é o modo de conceber esses valores e suas relações (Weffort, 1984, p.19).

Funcionando no seio da “superestrutura”, a “sociedade política” pode ser compreendida como um prolongamento da “sociedade civil”, dada centralidade na direção ideológica e cultural sendo que a última possui na construção hegemônica. Seja como prolongamento da “sociedade civil” ou como Estado puro, no entender de Weffort, o seu funcionamento estava carregado de uma tradição política manchada de equívocos. Para este, somos herdeiros de uma tradição política em que o seu sentido acaba se tornando algo raso, as tomadas de decisões passam ser percebidas apenas atos de ofício. Nas palavras do nosso autor, “há muita gente por aí habituado a tratar as grandes decisões políticas como se fossem frutos da natureza, exigência inelutáveis da necessidade histórica”. Esse erro de leitura política é “resultado de uma história em que a política jamais se tornou, verdadeiramente, democrática” (Weffort, 1984, p.25).

Perspectiva que em sua grande maioria fomenta a tomada de decisões, por meio de um posicionamento conservador, e que sempre está aberto a uma “fórmula de conciliação nacional”. Por meio desta questão Weffort demonstra como são “difíceis certas mudanças de mentalidade política”, a combinação destes fatores Weffort chamou de “realismo político” (Weffort, 1984, p.27).

O “realismo político” nos “legou uma concepção autoritária de democracia”, naturalmente, sob tais circunstâncias a única perspectiva ideológica de revolução que prosperou neste território foi “a do golpe de Estado” (Weffort, 1984, p.32). Naturalmente, não havia como escapar da concepção autoritária de democracia. Neste sentido, Weffort argumenta:

Mas o forte da tradição política brasileira é a ambiguidade que a muitos permite serem - ou pretenderem ser – autoritários e democratas ao mesmo tempo. São exemplos disso o Getúlio Vargas de 1945 e o general Figueiredo neste fim de regime militar. A propósito, um brilhante sociólogo, Alain Touraine, definiu o sentido histórico do desenvolvimento do Brasil dos anos 30 aos anos 60 com uma expressão característica: ‘democratização por via autoritária’. O que sugere que a nossa tradição política foi capaz do milagre de distinguir uma eficácia democrática no autoritarismo daquela época. O

único milagre de que a tradição não tem sido capaz, até aqui, é o de discernir na democracia o seu próprio sentido (Weffort, 1984, p. 33).

À medida que se ampliava a participação popular nos movimentos sociais de base, visando consagrar a abertura política, crescia a ambiguidade entre o “cinismo” e o “conservadorismo” das elites dirigentes. Sob tais determinantes, o adjetivo empregado por Weffort é o de uma “democracia como um instrumento do poder”, neste sentido, Weffort não alivia nem mesmo para a esquerda brasileira, esta passa a ser avaliada como “tributária da tradição de combate”, ou seja, a esquerda encara a sua perspectiva conservadora por meio de uma avaliação do cenário nacional de combate ao autoritarismo de direita e pela disputa da hegemonia política valendo-se de “instrumentos que tem sido a pedra de toque da hegemonia conservadora na história política deste país desde a República Velha” (Weffort, 1984, p. 36).

Desenvolvendo o conceito de democracia enquanto instrumento de poder, Weffort se aproxima da teoria marxista do Estado, onde a burguesia “via a si próprio como classe universal e apresentava os seus direitos como os direitos do homem”, neste sentido, Weffort registra:

Mas enquanto Marx vivia, não creio que ninguém caísse de espanto nas ocasiões em que ele qualificava o Estado como ‘comitê executivo dos interesses da burguesia’. As democracias do seu tempo eram democracias censitárias nas quais a cidadania se definia a partir da propriedade e de níveis determinados de renda (Weffort, 1984, p. 37).

Marx, portanto, entendia que a burguesia ocupava uma posição privilegiada na luta de organização e defesa dos seus interesses econômico-corporativo, enquanto instrumento ideológico e repressivo de domínio sobre o proletariado, por conseguinte, a democracia burguesa era, por excelência, a forma de dominação sobre o proletariado. Debatendo essa ideia, Weffort observa que a tese de Marx, no Brasil, encontraria dificuldades de ser aplicada pela predominância da cultura autoritária, por isso, Weffort registra: “se Marx fosse brasileiro, teria dito, certamente, que a ditadura é a forma, por excelência, da dominação burguesa. E talvez dissesse também que a democracia é a forma, por excelência, da rebeldia popular” (Weffort, 1984, p. 39).

Por outro lado, Carlos Nelson Coutinho no artigo “A democracia como valor universal”, assume um posicionamento amplamente crítico em relação ao argumento da democracia como expressão da dominação burguesa, para este, trata-se de uma visão estreita e equivocada da teoria de Marx, assim exposta sua crítica:

[...] numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa. Mas implica, em segundo lugar, ainda que por vezes implicitamente, uma concepção equivocada das tarefas que se colocam atualmente ao conjunto das forças populares brasileiras: essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país (Coutinho, 1979, pp. 34-35).

Em suma, Coutinho critica a associação direta entre dominação burguesa e democracia política, em seu olhar, o Brasil ainda não havia estabelecido as condições materiais e políticas em que a burguesia passaria impor ideologicamente seus valores a todo Estado. Para Coutinho, havia a necessidade de se criar as condições necessárias para implantar o socialismo no Brasil.

Prosseguindo em sua análise, Weffort lança a indagação a respeito do sentido da democracia definida em uma transição que veio pelo “alto”. O fundamento estava no valor adquirido pela democracia ao longo do tempo, em seu processo de gestação, a democracia passou a se tornar terreno fértil, no qual os movimentos sociais ao ressurgirem buscaram sua base de apoio. O Partido dos Trabalhadores é uma síntese da efervescência dos movimentos populares a partir de 1978, em particular pelo crescimento do peso social da classe trabalhadora na organização da agenda democrática, assim, a “americanização” do Brasil toma contornos bem definidos, a se pensar pelo protagonismo ocupado pelas organizações operárias como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Congresso da Classe Operária (CONCLAT), aos poucos, a luta pela emergência das liberdades democráticas estava deixando para trás as marcas do reacionarismo conservador.

Na transição, descobre-se que o país vai deixando para trás as imagens conservadoras que a tradição busca ciosamente preservar. A liberdade de imprensa permite-nos descobrir um processo de modernização de jornais e revistas que vai muito além de tudo o que já foi feito no setor até 1964. A televisão, revela-se um poder de tal escala de influência que torna anacrônicos muitos dos conceitos que a tradição firmou sobre a atividade política do país. E no plano econômico, em que pesem os efeitos da crise, o menos que se pode dizer é que nos tornamos – pelo menos no Centro Sul – um país de perfil capitalista (Weffort, 1984, p.57).

No decorrer da década de 80, a proposta de construção de um futuro democrático tornava-se cada vez mais concreta, muitos sinais apontavam para este sentido. A se pensar pelo fortalecimento das manifestações de massa, do movimento grevista e das liberdades de imprensa e política que aos poucos o país voltava a conviver. Por meio do vibrante “coro” popular, “Diretas Já”, a democracia tornava-se um “valor geral” a ser defendida por todos, assim Weffort descreve o crescimento da efervescência política do momento:

Se é verdade que a iniciativa da transição vem de cima, também é verdade que sua continuidade e o seu avanço progressivo não teriam sido possível sem as pressões nascidas da sociedade civil e dos partidos de oposição, que, aos poucos, acabaram construindo no país uma ampla e difusa, porém muito eficaz, frente democrática (Weffort, 1984, p.59).

Neste ponto, Weffort recobra a noção de “sociedade civil” e “hegemonia” desenvolvida por Gramsci, lembrando a “direção” e a “dominação” exercida pelo conjunto das forças políticas democráticas, no processo de recomposição do Estado diante da redemocratização. Se Gramsci observa que o terreno, no qual se desenvolve a “luta pela hegemonia”, é o da “sociedade civil” (Gramsci, Q 4, 46,473), Weffort irá transpor esse pensamento à realidade brasileira por meio da seguinte colocação, “a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder”, entretanto, Weffort observa que não se tratava apenas de uma luta pela democracia, mas, “a luta política no Brasil, hoje, é tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia” (Weffort, 1984, p.59), ou seja, tratava-se essencialmente de uma luta pelo significado da democracia dentro da democracia.

Coutinho, de forma inovadora para época, no artigo “A Democracia como valor universal”, observa que este processo de recomposição democrática do Estado surge como alternativa à “via prussiana”. Neste sentido, Coutinho registra:

As transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliação) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (Coutinho, 1979, p.41).

A superação do premente autoritarismo enraizado na sociedade brasileiro teria como caminho a adoção da “democracia como valor universal”. A estratégia democrática seria o caminho para superar as debilidades históricas da “via prussiana” no Brasil, assim descrito por Coutinho:

Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social (basta lembrar o caráter conciliador do nosso liberalismo); ela tem consequências na própria estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde a natureza amorfa e atomizada da segunda. Essa debilidade histórico-estrutural da

democracia, aliada à presença de um regime profundamente antidemocrático, faz com que o processo de renovação democrático assume como tarefa prioritária de hoje a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal. Em termos de conteúdo, isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime (Coutinho, 1979, p.42).

Para Weffort, em alusão a Coutinho, a afirmação da democracia, como valor geral, é resultado de uma conquista histórica. O país conseguiu romper as marcas de uma estrutura de classe imposta pelo sinônimo do autoritarismo e instituiu uma luta pela hegemonia, através do fortalecimento da luta, por meio dos partidos políticos, grupos de interesses, classes sociais em torno do sentido da democracia. Ideal que coloca em destaque a superação do sentido instrumental da democracia, por meio da valorização da democracia, enquanto valor que é de todos, espaço de realização da dignidade humana (Weffort, 1984).

Weffort observa que “se a democracia vier” é porque terá “sido vitoriosa na luta” (Weffort, 1984, p. 63). Por meio dessa argumentação Weffort passa analisar a contribuição dos novos atores sociais e do fortalecimento das instituições em direção a este propósito, assim, Weffort observa que, é com as circunstâncias de violências praticadas com o AI-5, que a concepção de democracia se torna democrática. A situação assinalava o enfraquecimento da esquerda de alinhamento entre o PCB e PCUS, mediante o destroçamento da luta armada, por isso, o discurso democrático passa ter como principal intermediário os liberais. Para Weffort, a crescente influência da bandeira liberal desencadeia um processo de renovação dentro da própria esquerda.

A esquerda de 1968 nasce de todas estas crises. E embora o caminho que escolheu viesse a dar em mais de uma derrota, o simples fato de que se tenha disposto a resistir deu início a um processo de ruptura com a tradição política brasileira e, em particular, com algumas das tradições da “velha esquerda”. O caminho das ações armadas resultou em fracasso, mas não morreu o motivo que inspirava: a busca de perspectivas para a construção de uma esquerda independente da política dominante. Por paradoxal que possa parecer, a verdade é que dos escombros a que se viu reduzida pela repressão, nasce uma “nova esquerda” no Brasil. Muitos dos seus sobreviventes aderiram depois a partidos que se criaram a partir de 1978, o PMDB, o PDT e, sobretudo, o PT. No PT se encontraram com um setor de ponta do sindicalismo e da esquerda de origem católica, todos em busca de uma perspectiva de ação independente para o movimento operário e para os trabalhadores em geral (Weffort, 1984, p.83).

Para além da perspectiva teórica liberal, Marco Aurélio Nogueira (1985) observa que o horizonte teórico da esquerda também se movimentou em direção ao gramscismo. De certa forma, por intermédio de Gramsci, a esquerda pôde-se compreender e avançar na luta democrática por meio da valorização de sua capacidade de organização e representação de um novo modelo de sociedade, centralizado nas dimensões de um país moderno, industrial e inclusivo do ponto de vista de acolhimento das expressões populares e da qualificação dos movimentos sindicais e políticos.

Por fim, Weffort promove a articulação entre a ideia de revolução e democracia. Para isso, resgata, por meio do pensamento de Hannah Arendt, a noção de que todas as revoluções possuem em seu íntimo a conquista da liberdade, como nos casos da Revolução Francesa, Inglesa e Russa, o problema acaba sendo o autoritarismo pós-revolucionário existente na tarefa de “construir um novo Estado” e “construindo um novo Estado, abrir caminho para uma nova democracia” (Weffort, 1984, p.109).

É preciso entender que a democracia só existe com a participação dos trabalhadores, por isso, fortalecer as condições de participação popular desencadearia a verdadeira revolução.

Caberá, certamente, aos setores populares das atuais oposições – os únicos, em verdade, que continuarão sendo oposição amanhã – um papel decisivo nesta luta. Penso aqui nos partidos ligados ao movimento operário e popular, em particular ao PT. Mas também no conjunto das instituições ligadas ao movimento operário e ao movimento popular. Seria ingênuo pensar que um só partido político, ou mesmo alguns partidos possam dar conta de um programa tão vasto. Estamos entrando em etapa de amplo desenvolvimento dos conselhos populares, conselhos de empresa, sindicatos, sociedades de bairro, comunidades de base, associações profissionais, associações culturais etc. Uma democracia real em um país como o Brasil pressupõe não apenas pluralismo partidário, mas também pluralismo institucional – e, mesmo, social – dos movimentos populares. É o desenvolvimento de todo este complexo de instituições populares que permitirá, no futuro, mudar o eixo da transição (Weffort, 1984, p 130).

A democracia estava se tornando um valor universal. O valor dessa conquista começava a se tornar acessível a todos os trabalhadores e a todos os grupos sociais em geral, e até mesmo onde o seu valor geral ainda não era compartilhado, existia um forte movimento, para que chegasse.

Por outro lado, a interpretação de Luiz Werneck Vianna consagra-se por buscar em Gramsci o entendimento para interpretar as mudanças da sociedade, por meio da revolução passiva. Com efeito Werneck Vianna relata:

O Brasil [...], mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva. Como notório, aqui, a história da ruptura com o pacto colonial, do processo da Independência e da formação de um novo Estado-nação, diferiu da experiência da América Hispânica, que se revestiu, ao menos em seu impulso inicial, das características de um típico processo revolucionário nacional-libertador, abortado, no caso brasileiro, pelo episódio da transmigração da família real, quando a colônia acolhe a estrutura e os quadros do Estado metropolitano. O nativismo revolucionário, sob a influência das ideias do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, desde aí começa a ceder terreno à lógica do conservar-mudando, cabendo à iniciativa do príncipe herdeiro da casa real o ato político que culminou com o desenlace da Independência, em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora (Vianna, 1997, p.12).

Werneck está chamando atenção para o fato de nunca ter ocorrido uma revolução no Brasil, no entanto, a mudança na forma de organização política e na estrutura econômica acontecia quase que de maneira invisível, assim a marca dessa transformação passou a ser o “conservar-mudando”. Ou seja, o conservadorismo aparece como a principal característica no movimento de transição entre uma mudança e outra, funcionando quase como “restauração” das estruturas e dos grupos de poder. Essa característica retoma o que Werneck chamou de reatualização das bases de poder.

Nesta perspectiva, o ideal em democracia nasce eivado de problemas, pois não se constituiu uma justa relação entre Estado e sociedade, de modo assegurar a comunicação entre as aspirações do povo aos interesses das elites dirigente. Da maneira de Werneck Vianna, os “fatos”, por se constituir de forma precedente aos “atores”, assume o direcionamento sobre a forma de organização do país, de maneira a tornar sempre preponderante seus interesses em detrimento das necessidades dos “atores”.

Desta forma, para Werneck Vianna, o liberalismo torna-se a chave interpretativa essencial para se compreender as transformações político-econômicas atravessadas pelo Brasil, desde a revolução de 1930. Para este, o liberalismo irá se constituir no “fermento” político necessário, para desencadear as transformações que o país necessitava, mas, em momentos

específicos acaba tendo que lidar com o protagonismo dos “atores”. Atentemos a seguinte passagem:

A expansão da ordem burguesa, e, com ela seus personagens sociais da vida urbana – empresários, intelectuais, operários, os militares recrutados nas camadas médias citadinas –, vai tornar-se em caldo de cultura ideal para ativação do ‘fermento revolucionário’ do liberalismo de que falava Florestan Fernandes, no contexto de uma sociedade ainda permeada pela ordem patrimonial. E vai em torno do cânon liberal, principalmente por meio do sindicalismo operário, em suas postulações por direitos sociais, e da juventude militar, em sua denúncia do sistema eleitoral a serviço das oligarquias agrárias, que o elemento da antítese encontra a sua primeira raiz na sociedade brasileira com a formação do Partido Comunista Brasileiro – PCB – e com a rebelião do tenentismo que culminou com a coluna Prestes. As amplas demandas por modernização econômica e social são acolhidas por setores tradicionais das elites, sob a liderança dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que, com o apoio de parte do tenentismo, das camadas médias e da vida popular nos centros urbanos, iniciam, com a chamada Revolução de 1930, um novo andamento à revolução burguesa, já agora sob a chave clássica de uma modernização conservadora (Vianna, 1997, pp. 17-18).

A transição política do autoritarismo à democracia reabre, segundo Werneck Vianna, as condições de validade da revolução passiva, primeiro que as “elites políticas do territorialismo foram afastadas do controle do Estado, tendo sido sucedidas por uma coalizão de forças cada vez mais orientada por valores de mercado e pelo projeto de ‘normalização’ da ordem burguesa no país”, em segundo que “o ‘fermento’ não está mais no liberalismo, nem na questão social, como no momento da incorporação dos trabalhadores ao mundo dos direitos sociais sob a ação tuteladora e organizadora do Estado”, mas, sim, o “fermento é a democracia, tal como se manifesta no processo de massificação da cidadania” (Vianna, 1997, p. 23).

Naturalmente, Luiz Werneck Vianna, por meio de uma interpretação associada ao conceito de revolução passiva em Gramsci, afasta-se por completo da interpretação desenvolvida por Francisco Weffort. É preciso que levemos em consideração o contexto de produção de cada um destes intelectuais, para Weffort, no contexto da década de 70, empregar Gramsci para tecer uma interpretação da realidade brasileira causava no mínimo certa desconfiança, dada leituras realizadas de Gramsci no território nacional, sendo que, a princípio, a maioria delas estava associada ao PCB. Por isso, certo distanciamento do seu pensamento até que o cenário cultural e político permite redescobrir a complexidade e a similitude entre um Itália do século XX e Brasil do século XXI.

2.6. A BUSCA DE FRANCISCO WEFFORT PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO PARA O BRASIL

A reflexão acerca da “virada” na atuação entre o campo intelectual e a vida política de Francisco Weffort pode ser representada por meio da forte tendência que a natureza das mudanças políticas adquiriram na passagem dos anos 70 para a década de 80. A campanha pelas “Diretas Já” pode ser considerada o momento no qual adiciona-se à biografia de Weffort um forte engajamento na vida política. O início das lutas, pela reconstrução democrática, terá por baliza o aprofundamento do movimento grevista e o consequente amadurecimento político da população trabalhadora. Assim, a ideia de formação de um partido político que expressasse os interesses dos trabalhadores no Brasil vai ganhando forma ao longo da década de 70, e se torna realidade com a fundação do Partido dos Trabalhadores em fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

Desde o início de 1980, Weffort trabalha de forma sistemática na organização do Partido dos Trabalhadores, desempenhando um papel fundamental na articulação do partido – pretendia-se construir um partido que se tornasse a expressão dos anseios de todos os núcleos elementares das lutas sociais travadas pelos trabalhadores, além do mais, havia a necessidade de estreitar o campo de atuação dos sindicalistas em uma proposta condicionada aos princípios partidários, haja vista que uma parcela desses líderes possuíam estreita ligação com o PCB, e não queriam dividir a classe trabalhadora em mais de um partido. Também fazia parte do horizonte imediato, organizar as esquerdas dentro do partido, sejam os comunistas e os dissidentes do MDB, sejam os grupos trotskistas, mais radicais, filiados à luta armada -, essa ampla diversidade de interesses tornava a questão da articulação do partido um assunto muito delicado, quer por ser um partido que nasce de “baixo para cima”, quer pela diversidade de tendências que o partido passa abarcar.

Neste sentido, o trabalho de organização partidária desenvolvido por Francisco Weffort foi extremamente relevante, seu intenso labor político e intelectual permitiu direcionar a construção de um “partido pluralista”, tendo na participação popular o caminho estratégico para construção de uma alternativa ao socialismo por meio da valorização democrática¹³².

¹³² Lincoln Secco em “Gramsci e a Revolução” observa que um grande número de intelectuais se sentem atraídos pela proposta política do PT, por expressar uma proposta de organização de um partido de massas.

A real possibilidade de construir um partido de massas é o que atraiu Weffort. O PT, desde os primeiros encontros ainda em 1979, demonstrava a possibilidade de superar uma herança cultural arraigada de práticas populistas através da valorização dos núcleos de comunidade de base, dos sindicatos e das associações de trabalhadores da cidade e do campo. Esta aproximação colocou Weffort frente a uma institucionalização partidária: o PT.

Enquanto membro da articulação nacional do PT, Weffort terá uma trajetória bastante significativa, em junho de 1980 foi eleito suplente na Comissão Diretora Nacional, e no ano seguinte, se torna segundo secretário da Executiva Nacional, ao lado de Jacó Bittar. Em 1983, é eleito Secretário Geral do partido e passa aglutinar o polo das esquerdas em face de uma única tendência que representasse um projeto democrático ao Brasil. Em 1989, torna-se coordenador da campanha presidencial de Lula, contexto em que promove um debate tanto intelectual – articulando seminários como por exemplo: “PT: um projeto para o Brasil”, aprofundando a discussão sobre a construção de uma proposta de governo em sua dupla dimensão: política e econômica; democrática e socialista – quanto em sua função política, na condição de coordenador de campanha, Weffort preparou a imagem de Lula promovendo viagens e discursos a trabalhadores e chefes de Estado, principalmente no exterior.

O PT receberá uma grande influência da intelectualidade paulistana, proveniente estes quase em sua totalidade das Ciências Sociais da USP. Naturalmente, o debate sobre a construção de um caminho alternativo à tradição autoritária e manipuladora das aspirações populares, terá como um dos grandes condicionantes o pensamento desta intelectualidade uspiana, como nos casos de Florestan Fernandes, Paul Singer, Marilena Chauí, Antonio Cândido e Francisco Weffort, para citar apenas os egressos da USP. Grande parte dessas ideias passam a serem identificadas nos debates que, ao longo da década de 80, são realizados pelo partido em forma de seminários e congressos. Nestes encontros, o debate acerca da “concepção socialista de democracia” enquanto estratégia política de construção de um projeto de combate a todas formas de manifestações de desigualdades sociais ocupou espaço central, e por meio de onde, podemos observar com maior frequência a presença das ideias destes intelectuais nas teses resultantes dos “embates” existentes nestes encontros. Neste sentido, Florestan Fernandes ressalta que a originalidade no movimento constitutivo do PT será a perspectiva em que o socialismo passa a ser experimentado não só como um sonho, mas como uma estratégia política capaz de ser atingida:

O que deu origem ao PT? A inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse

peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para os trabalhadores e os oprimidos; formar as premissas históricas de uma revolução socialista (Fernandes, 1991, pp.10-11).

A despeito da dinâmica interna do partido, os congressos serviam como espaço para se divulgar e debater as teses que, posteriormente, seriam postas em votação para escolha da tendência hegemônica. A funcionalidade dessas “tendências” seguiu a estratégia de um partido com fortes traços pluralistas e voltado para representatividade dos interesses da classe trabalhadora. Desde a sua criação, o PT sempre manteve um núcleo sindicalista (sob a liderança de Lula) muito atuante, e estes posicionavam-se radicalmente contrário a qualquer intervenção intelectual no partido, nas palavras de Lincoln Secco:

Já havia no PT uma espécie de cultura operária “basista” e anti-intelectual, embora desde a sua fundação o PT tivesse atraído muitos intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Paul Singer e Francisco Weffort e, mais tarde, Florestan Fernandes. Um documento de 1981 dirigido aos membros de agrupamentos clandestinos do PT, exemplifica bem essa cultura basista: ‘que ingressem no partido que a classe operária, ela mesma, está organizando, tudo bem. Serão todos bem recebidos. Mas não o façam como donos da verdade, ditadores de regras para as massas’ (Secco, 2006, p. 166).

Desde muito cedo, a “Articulação dos 113”, tendência de base sindical – liderada por Lula – torna-se hegemônica dentro do partido, estes passam a organizar o partido através da perspectiva dos movimentos sociais, naturalmente, afastando-se da proposta original de construção de um partido de massas e socialista. Mesmo assim, Lincoln Secco (2006) relata que a falta de embasamento teórico/político nesta proposta leva-os a se aproximarem do grupo intelectual, muitos destes adeptos às ideias de Gramsci. Para Secco, Gramsci torna-se a principal referência para construção de um partido de cunho “pedagógico”. Como segue nesta passagem:

A influência desse centro político mais próximo às ideias de Gramsci (mas também a um exacerbado pragmatismo) acabou por *obrigar* a maior parte das demais correntes a dialogar com as ideias de Gramsci, trazendo uma perspectiva de renovação do pensamento político petista, em detrimento tanto do vanguardismo tradicional da esquerda, quanto dos que já não dão importância às linhas que demarcam a separação do PT com o resto da sociedade política – é claro que isto determinou a predominância de uma determinada leitura gramsciana, muitas vezes rica, outras vezes empobrecida pelos imperativos da luta política imediata (Secco, 2006, p. 172, grifo do autor).

Nos trabalhos de Lincoln Secco (2006; 2011) podemos perceber a defesa do PT como um partido gramsciano desde sua constituição. Para este, os intelectuais que estiveram no partido desde a fundação ou a ele aderiram nos anos iniciais, tiveram uma destacada importância na implementação de conceitos gramsciano nas resoluções partidárias, que serviram de base para o partido refletir e incorporar dentro de suas necessidades populares. Assim, Lincoln Secco escreve:

A presença do que os políticos do PT julgavam ser os conceitos gramscianos nas resoluções partidárias não obedece, obviamente, a nenhum rigor analítico, mas sim às demandas imediatas da política. Esses ‘conceitos’ cumpriram algum papel na definição geral da correlação de forças internas do PT, servindo como uma leitura alternativa ao discurso marxista ortodoxo. Por quê? se é verdade que a Articulação se tornou hegemônica muito cedo, ela não era dotada, ao contrário das tendências de esquerda, de uma teoria oficial, ainda que tivesse um projeto político. Ao se chocar com as demais tendências no plano das ideias, ele teve que jogar no campo adversário, aceitando as premissas do tipo de discurso elaborado anteriormente pelos grupos de esquerda que tinham uma história anterior ao PT. Ideias que pareciam renovadoras no âmbito do pensamento teórico socialista tinham aceitação entre alguns dos que se responsabilizavam pela elaboração teórica das teses da Articulação, mas quase sempre “ganhavam” uma superficialidade quando aplicadas às tarefas políticas (Secco, 2006, p. 188).

Secco chama atenção para o tipo de apropriação gramsciana, realizada pelo partido, quando posta em debate. Atendia às necessidades políticas e imediatas. Discordamos frontalmente da proposição levantada por Secco (2006), uma vez que o partido não conseguiu sustentar uma ação autônoma de classe, o que percebemos é a existência de um partido que caminhava neste sentido, porém, os compromissos com a via eleitoreira levou o núcleo elementar abolir o projeto de “autonomia das classes subalternas”. O PT, quando analisado sob uma perspectiva “pedagógica”, pode-se perceber um vínculo muito forte entre partido e sociedade ao longo dos anos de “Diretas Já”, entretanto, com a institucionalização democrática, o princípio de formação ideológica na matriz de uma “direção consciente” cede espaço para um programa exclusivamente de via ao poder.

Por outro lado, a cadência de um projeto gramsciano, no partido, nasce sem condições propícias para seu pleno desenvolvimento. Desde o princípio, o núcleo elementar posicionava-se contra a mediação, por parte dos intelectuais acerca da direção partidária, desta forma, qualquer tendência de sustentação gramsciana ou alicerçada exclusivamente pelo universo

acadêmico não encontrava apoio nas votações das resoluções partidárias. Assim, a reflexão sobre o partido como “moderno príncipe” acaba se tornando desajustada, ao observar já no início dos anos 90 o afastamento das funções diretivas que os intelectuais ocupavam e ao mesmo tempo a queda de protagonismo que as forças sociais desempenhavam.

Deste modo, no texto “Partidos e representação” (1987) Weffort expressa muito dessa limitação política em mudar o partido e transformar a sociedade. Para Weffort, o “corporativismo” aparecia nos finais daqueles anos como um dos principais problemas a ser debatido no contexto de transição. Os interesses políticos e econômicos de grupos associados à esfera de poder passavam a ser articulados enquanto condição de primeira ordem em face do avanço da democratização. Weffort chama atenção para o fato de que o “fortalecimento democrático da sociedade civil significou, numa certa medida, o fortalecimento de um espírito corporativista como uma espécie de ponto de partida para um agrupamento das pessoas”, por isso, o espírito corporativista passa a se expressar no PT, por meio das disputas de tendências, das eleições para ocupar cargos dirigentes, o que acaba se tornando uma estratégia de desmobilização dos trabalhadores e de suas associações de interesse. Nas palavras de Weffort:

O momento da eleição é um momento de implosão partidária. Uma vez definida a lista de candidatos, cada um está em disputa com o seu companheiro mais próximo no campo das ideias, no campo dos apoios ou no campo dos interesses. Se a disputa é de interesses, eles estão disputando as mesmas fontes de financiamento. Se a disputa é de ideias, eles estão disputando no mesmo campo de propostas. Se a disputa é de público, eles estão disputando os mesmos apoios (Weffort, 1987, p.21).

O debate acerca da democracia, bem como da aglutinação das esquerdas e do fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, enquanto expressão dos interesses sócio-político dos movimentos sociais, representou os dois grandes polos em relação a dimensão intelectual e militante de Weffort. Enquanto expressão deste movimento, o ano de 1984 expressa bem esta ativação. Ao mesmo tempo que participava das mobilizações populares exigindo o restabelecimento do Estado democrático de direito e do efetivo exercício desses direitos democráticos, Weffort preparava uma nova tese para ser submetida ao Departamento de Ciência Política da USP, episódio consumado ainda em 1984, com a defesa da tese “Por Que Democracia?”, a qual foi defendida perante uma banca presidida por Fernando Henrique

Cardoso. Assim, Weffort retorna à Cátedra que havia lecionado antes e permanece até se aposentar em 1995¹³³.

A criação do CEDEC, de fato proporcionou a sua transformação em ator político. Por meio das diversas atividades desenvolvidas no centro, verificamos uma certa constância de Weffort nas questões políticas, seja do ponto de vista organizacional¹³⁴, seja do ponto de vista prático, lançando-se como candidato pelo PT, em 1986, à Assembleia Nacional Constituinte¹³⁵. Ao longo deste movimento, em que foi se afastando do ambiente acadêmico, para atuar politicamente, Weffort desenvolve apenas um único projeto, “Estudo sobre a transição dos regimes autoritários para os regimes democráticos na América Latina”, desenvolvido entre os anos de 1980 a 1993, e terá como produto final o livro “Qual democracia?” (1994). Esse projeto representou muito das opções teóricas e práticas que Weffort buscará implementar no PT, ao longo do período de transição e (re) construção democrática.

Os estudos desenvolvidos pelo CEDEC, a partir de 1984, dão grande importância para realização de debates e seminários que tinham por interesse alcançar um público mais amplo e diverso. Ao ampliar suas atividades, o CEDEC buscou promover um debate que não permanecesse restrito apenas ao circuito acadêmico, estes passam ocupar um espaço de articulação democrática que descobriu sua força na articulação de “todos aqueles que, no campo próprio de ação (partidos, sindicatos, universidades, fábricas, instituições culturais, comunidades religiosas ou movimentos sociais), são os protagonistas da história brasileira dos nossos dias” (Lua Nova, 1984, p. 01).

Na articulação deste campo democrático, as atribuições políticas desempenhadas por Francisco Weffort irá expandir consideravelmente. Desde 1983, Francisco Weffort vinha respondendo como secretário-geral do PT, neste mesmo período, seu nome deixa de constar em cargos editoriais/administrativos do centro. Entendemos que esta atitude serviu para que Weffort se dedicasse com maior propriedade aos assuntos de ordem política.

No campo de articulador, as funções políticas desempenhadas por Weffort irá equivaler ao debate intelectual proposto neste mesmo cenário. No início de 1988, Francisco Weffort

¹³³ Antes do golpe militar, Weffort havia lecionado na Cátedra de Ciências Políticas a disciplina “Instituições Políticas” entre os anos de 1961 a 1963.

¹³⁴ Através da organização de movimentos sociais por meio de seminários, simpósios, cursos e debates junto aos trabalhadores, principalmente os movimentos ligados à atividade sindical.

¹³⁵ Weffort, não se elegeu, obteve por volta de 8500 votos.

pública o artigo “Incertezas da transição na América Latina”, através deste artigo passa promover o debate de alguns temas que são registrados nas conferências anuais e no programa de campanha presidencial de Lula em 1989.

A saber, Weffort faz referência ao sistema partidário como uma das grandes conquistas da luta pela democracia política, e atribui ao Partido dos Trabalhadores um importante papel neste movimento de (re) pensar e (re) construir a democracia no país, dada a herança autoritária que persistia estar à mesa nas negociações da transição democrática. Neste sentido, no final da década de 80, definia-se uma transição “pelo alto”, cuja preocupação passou a ser direcionado à presença dos seguintes componentes:

Razões políticas diversas que começam pelo alto grau de controle dos herdeiros do regime anterior sobre o processo de transição, o continuísmo das práticas patrimonialistas e clientelistas predominantes no cenário político brasileiro, a heterogeneidade e desorganização dos setores populares que facilitam a existência de uma “simbiose” entre a burguesia e o Estado, o que, por sua vez, torna mais difícil o caminho da modernização e da democratização das relações sociais no país (Weffort, 1988, p. 04).

Por isso, o PT, desde a sua constituição, preservou a organização dos núcleos de base, enquanto espaço destinado aos trabalhadores participarem da construção da agenda partidária e como subterfúgio ao distanciamento da tradição política autoritária, assim, a proposta partidária mirava na construção e no avanço da consciência socialista como estratégia de democratização do acesso ao poder, do próprio Estado e da superação dos velhos componentes presentes na política do “mudar conservando”. Neste sentido, Weffort que avalia a posição do partido: “sempre se caracterizou por uma nítida oposição ao regime militar e ao governo da nova República, a avaliação predominante é de que estamos diante de uma transição conservadora que, aliás, acentua cada vez mais seus traços conservadores” (Weffort, 1988, p. 05), ou seja, o partido se opunha a ideia de uma “nova república” que se assentava em traços conservadores, porém, o PT “decide integrar-se à nova ordem institucional – a mesma ordem que, por outro lado, ele procura mudar por todos os meios constitucionais disponíveis” (Weffort, 1992, p. 18).

Em síntese, esse período da trajetória político-intelectual de Weffort, a caracterizamos por meio da dupla acepção: a busca pela liberdade política e a luta pela igualdade, tais ideias são facilmente identificadas em sua intensa atividade intelectual e na proposta política do partido na campanha presidencial de 89.

Tais condicionantes estão identificados às exigências do momento, na transição política abre-se a tarefa de “encontrar respostas para os mais graves problemas econômicos e sociais do nosso país” (Weffort, 1988, p. 26). Enquanto membro da executiva nacional do PT, Weffort coordenou o seminário denominado “PT: um projeto para o Brasil”, em que seus resultados auxiliaram na composição do programa de campanha presidencial, neste, a dimensão da “luta pela igualdade” tem como norte a construção de um plano econômico voltado para distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais, onde o crescimento terá como meta a “distribuição de renda se o governo democrático e popular tiver como elemento de articulação de sua política econômica uma complexa política de rendas” (De Decca; Mattoso, 1989, p. 35).

Acreditava-se que a política de rendas seria a base para se pensar o tipo de articulação econômica que o país precisaria adotar neste eventual governo:

Constituição das diferentes políticas industriais e tecnológicas, agrícola, tributária e fiscal, política de subsídios e incentivos fiscais, juros, créditos, câmbios etc., assim como a negociação com os credores (após o rompimento do acordo com o FMI e a suspensão do pagamento), visando a um crescimento econômico (Idem, p. 36).

Na luta pela igualdade social e a luta pela liberdade política, Weffort buscou reconhecer tanto uma luta pela democracia quanto pela modernização do país. A combinação destes dois valores exigiu de Weffort e do PT a construção de um caminho estratégico em que as massas aparecem como fiéis na balança da construção de um caminho democrático ao socialismo. A organização deste processo pelo caminho popular não significou a exclusão de um campo ou de outro, como Weffort descreve:

Não quer dizer que a tomemos como um valor que substituiria outros valores, estes associados, em certos casos, ao desenvolvimento econômico, em outros, a revolução social. Não se trata de dizer ‘se você quer a democracia lute pela modernização (desenvolvimento, etc.)’ ou, se for o caso, ‘se você quer a democracia lute pelo socialismo (pela revolução, pela igualdade social, etc.)’ (Weffort, 1988, p. 27).

Weffort observa que a luta pela liberdade política no Brasil passava a ser realizada em uma conjuntura na qual a democracia ressurgia com uma força muito grande no mundo capitalista, se na Europa a democracia coloca-se como a saída para o mundo socialista, no Brasil, dependerá de sua capacidade de superar a crise.

Weffort permanece no PT até o início dos anos 90, cenário que passa a se desligar do partido e retorna às atividades acadêmicas. Entre os anos 1991 e 1992, Weffort torna-se

professor visitante no Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos e Instituto Woodrow Wilson Center, tendo como resultado deste estágio a publicação do livro “Qual Democracia?”, em 1992.

CAPÍTULO 3 - DO PT AO GOVERNO FHC: A PERSPECTIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL

3.1. A CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO

Fundado em fevereiro de 1980, o PT vinha sendo organizado pelos diversos setores de trabalhadores ligados à atividade industrial, desde finais de 1978. Foram diversos encontros ocorridos, entre os anos de 1978 e 1980, que reuniram sindicalistas para apurar a ideia de formação de um partido dos trabalhadores. A Comissão Nacional provisória do movimento pró-PT, eleita no final de 1979, contava com os seguintes dirigentes sindicalistas: Jacó Bittar; Olívio Dutra, Manuel da Conceição, Luiz Dulce, Luiz Cechinel, Wagner Benevides, Luiz Inácio Lula da Silva, Wanderly Farias, José Ibrahim, Antônio Carlos de Oliveira, Hélio Doyle, Apolônio de Carvalho, Airton Soares, Freitas Diniz, Altino Dantas Junior, José Mentor, João Salles e Joaquim Arnaldo (Fundação Perseu Abramo, 2018).

Estes dirigentes sindicalistas eram líderes de um movimento de grande renovação político-sindical. Destarte, a criação do partido guarda uma relação muito próxima com o chamado “novo sindicalismo” e com a grande indústria automobilística, que se concentrou na região do ABCD paulista. Da combinação entre um avassalador movimento de aglomeração urbana (urbanização) com a instalação de grandes montadoras e fábricas de autopeças (industrialização), juntamente com a necessidade de melhores condições de trabalho e renda, temos os elementos que compõe o fermento humano ideal, em que as lutas pelo retorno à democracia e a negação à exploração capitalista passam a ser uma das principais bandeiras de instrumentalização do partido.

Em janeiro de 1979, foi realizado em Lins, interior de São Paulo, o IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, e neste deu-se um passo muito grande para criação do Partido dos Trabalhadores. Os sindicalistas que estiveram presentes debateram sobre a importância de organizar um partido voltado à defesa dos interesses dessa classe, uma ideia muito ousada, revelando que a ditadura, além de não possuir mais o apoio das classes médias, também não exercia mais a gestão sobre as aspirações dos mais variados movimentos sociais. Neste sentido, o ideal entre a prática de ações grevistas e a organização política destes trabalhadores, a opção praticada foi o estreitamento de laços em direção ao campo político, pois se acreditava que a luta contra a exploração também deveria ser uma luta contra o capital, e esta independia do resgate democrático. Na resolução do Congresso consta:

As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação (IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, 1979. p. 01).

Naturalmente, a proposta de organização de um partido político dos trabalhadores ganha força quando estes passam a clarear o entendimento em que a luta de classes, tal qual proposta por Marx no século XIX e, posteriormente, reconfigurada por Gramsci no século XX, deveria ser travada essencialmente no palco das disputas eleitorais. O PT irá surgir aliado a um forte movimento de base, o que permitirá em seus primeiros anos de existência, cultivar o ideal de um partido de massas que possuía ligeira sintonia com o referencial teórico marxista, apesar de se opor às práticas políticas pecebistas¹³⁶.

Na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, esses sindicalistas expressam a consciência de que o projeto político-partidário devia exceder à perspectiva puramente representativa, para uma luta de recomposição do espaço, em que as disputas eleitorais aconteciam, ou seja, a luta a ser travada fazia-se mais ampla, um enfrentamento aos amplos setores que se associavam ao esquema de poder estava posto, era, sobretudo, uma luta declarada ao sistema de exploração capitalista. Essa luta perpassava não só a formação da consciência e mobilização dos trabalhadores, mas também a superação de barreiras históricas que atrelavam os trabalhadores à tutela do Estado. Assim, que surge a consciência socialista, para uma concepção socialista da democracia.

Consta na Carta de Princípios, “agora, chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro”. Palavras muito fortes, dado campo de ação por elas aberta; os cuidados que o contexto político exigia e todo passado de ausência de autonomia política dessa classe. Essa classe trabalhadora colocava-se na condição de transformar a ordem.

Entre o esforço de recompor os trabalhadores e criar o partido, até sua longa caminhada em direção a conquista do poder, demandava um longo percurso e um planejamento político estratégico, bastante diverso a ser adotado. Algumas vezes simples, em outras vezes mais complexo como aponta a resolução do congresso, a saber:

¹³⁶ O PT, desde sua criação, buscava se apresentar como a principal referência na defesa dos interesses dos trabalhadores, neste sentido, a oposição ao PCB, revelava-se por meio da “disputa” a se tornar legítima representante na luta pela hegemonia dos trabalhadores. Apesar de se opor, no início, o PT acolherá a dissidência de comunistas, trotskistas no partido. Naturalmente, não se tratava de polos que se expluíam.

- 1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;
- 2) democratização dos sindicatos; que os órgãos sindicais se pautem, em seu funcionamento, pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;
- 3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;
- 4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;
- 5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto (Idem, pp.01-02).

Lincoln Secco (2011) sugere que a criação do PT também pode ser interpretada como uma resposta dos trabalhadores ao PCB e sua posição de vanguarda na organização das esquerdas no Brasil. Por mais que estes trabalhadores não possuíam no horizonte político imediato um distanciamento dos comunistas, Lincoln Secco consegue enxergar que a especificidade do PT nascer como partido “fora da órbita do comunismo”, seria uma condição política necessária, para que a instrumentalização dos interesses e necessidades desses trabalhadores passassem a serem compreendidos e otimizados por meio da valoração feita trabalhador a trabalhador. Somente estes, conhecendo a realidade experimentada um pelo outro, seriam capazes de indicar aos pleitos eleitorais pessoas cuja valoração estaria estrategicamente voltada à defesa de um programa político de interesse de cada um desses trabalhadores (Secco, 2011, p. 36).

Lincoln Secco observa que além do distanciamento de um certo doutrinamento comunista, a originalidade do PT é nascer, enquanto partido desgarrado das estruturas populistas e da rejeição, a qualquer caminho que conduzisse à “herança social-democrata” (Idem, p. 36). Assim, o PT se constituirá como expressão plural de uma sociedade, em que a democracia se torna um dos traços mais valorizados, para dar espaço a um partido de massas.

O PT nasce proferindo em seus quadros uma moral política identificada com a “luta” pela sobrevivência, realizada pelos trabalhadores em seu dia a dia, por isso, o socialismo é firmado como a estratégia política mais adequada às necessidades de se reverterem uma estrutura de organização político-social-econômica, em que a condição de marginalidade e exploração dos trabalhadores estavam no centro da dominação. Portanto, o Partido dos Trabalhadores se tornava sinônimo da luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Essa luta popular pelo socialismo aparece na Carta de Princípio, através na seguinte passagem:

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do País. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País. É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores (Carta de Princípios, 1979, p. 02).

Por nascer umbilicalmente preso à atividade sindical, a presença de sindicalistas, desde o princípio, era muito presente no partido. As greves, desde 1973, haviam se transformado no principal instrumento de negociação e insubmissão a uma política de arrocho salarial e, conforme a crise econômica avançava, ela foi se tornando a principal medida de negociação por salários e crítica ao descontrole inflacionário, que precarizava o padrão de vida desses trabalhadores.

Em maio de 1978, os operários paralisaram a produção da *Scania* exigindo abertura de negociação por reajuste salarial, desde então, o movimento rapidamente se espalhou para mais de 150 000 metalúrgicos da região do ABCD paulista. Este episódio, se tornou a pedra de toque do movimento, pois estes setores proletarizados passaram a desenvolver “uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho” (Carta de princípios, 1979, p. 01).

A instrumentalização das greves fortaleceu o movimento do “novo sindicalismo” e deu origem a importantes lideranças sindicais, dentre todos, neste período tiveram destacaram atuação: Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. Enquanto movimento de união e ação dos trabalhadores, o “novo sindicalismo” desembocará

no PT, por meio da luta por melhores condições de trabalho e renda, bem como pela convergência ao movimento de abertura política, que se tornava cada vez mais agudo ao longo da década de 80.

Uma das reflexões de Gramsci acerca do partido é sobre sua capacidade de proporcionar “autonomia das classes subalternas” (Gramsci, Q3, 18, p. 303). Neste sentido, o PT encaixa-se neste princípio gramsciano, uma vez que o partido foi criado por meio da premissa de representação dos excluídos, ou seja, através de uma organização proveniente de “baixo para cima”, tendo nos trabalhadores, a base de sua organização e ação. Entretanto, o anúncio de uma transição conservadora impunha ao partido a tarefa de modificar o sistema, dado o controle que os detentores do poder, e os grupos econômicos buscavam reformar o sistema para mantê-lo sob controle.

Em 1984, Lula concede uma entrevista à Revista Lua Nova, e afirma que o maior problema de uma transição “pelo alto” era o fato de as forças democráticas terem de arcar com o ônus político de aceitar uma transição imposta pelo regime autoritário. Desta maneira, Lula descreve:

Eu acho que esta forma de transição não é eficaz. Na minha opinião ela não é prudente, neste momento, porque o regime autoritário, no Brasil, é tão decadente, tão comprometido com o processo de corrupção e de entrega do país aos interesses multinacionais que ninguém de oposição deveria assumir, mesmo um governo de transição, sem colocar toda esta situação de modo muito claro para a população. A transição é muito mais eficaz quando o povo participa das decisões. Esta é a proposta do Partido dos Trabalhadores. O que a gente quer é que o povo brasileiro saiba, detalhe por detalhe, cada decisão tomada pela oposição e pelas pessoas que podem chegar ao governo. Isso para permitir que, amanhã, o povo possa cobrar o governo (A versão Lula, 1984, p. 01).

Desta maneira, quando é oficializada a fundação do Partido dos Trabalhadores com aprovação de seu Estatuto¹³⁷, o partido chegava à cena nacional sendo o porta-voz de um movimento, cuja capacidade de mobilizar os trabalhadores era muito grande, além do mais, passava a dispor de um tipo de discurso político intentando o fortalecimento de uma democracia direta – movimentação das associações de bairro, das comunidades eclesiais de base e dos

¹³⁷ Ocorrida entre os dias 31 de março e 01 de abril de 1980, em São Bernardo do Campo, encontro que reuniu a Comissão Diretora Nacional Provisória e uma comissão de advogados que, em conjunto, trataram de elaborar o Estatuto do Partido dos Trabalhadores

conselhos operários -, uma proposta de articulação popular que diferia de todos os demais partidos. Lincoln Secco observa que a base social de recrutamento político passa a ser.

Operários da indústria, como metalúrgicos, químicos, petroleiros, coureiros, vidreiros, e do setor de serviço, como os empregados em empresas de transporte, bancários, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem-terra, além de funcionários públicos, como professores das redes municipais e estaduais de ensino (Secco, 2011, p. 62).

Nestes primeiros anos da década de 80, o PT professava uma moral política considerada radical para circunstâncias vividas no período de transição, esse discurso se estende ao longo da década de 80. Promovendo um balanço acerca da democracia brasileira, os autores Fátima Anastasia, Mônica de Castro e Felipe Nunes (2008) afirmam que a década de 80 promoveu uma transformação profunda na sociedade brasileira, está se expandiu, tornou-se mais heterodoxa e vibrante, a ponto de seus cidadãos ocuparem as ruas e exigirem a restauração da ordem democrática. Em meio a este crescente movimento de institucionalização democrática, o PT encarava a democracia através da condição de transformá-la, para isso, a construção de um programa político era fundamental, e Lula relata, nesta mesma entrevista concedida em 84, alguns pontos que nos sugere o teor de radicalização e a convergência do partido a um socialismo democrático.

1. Revogação da Lei de Segurança Nacional e todas as leis repressivas, bem como os dispositivos constitucionais sobre medidas de emergência e o "Estado de Emergência", além do dismantelamento do aparato repressivo; 2. Rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional e a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, seguida de uma investigação de caso por caso; 3. Imediato reajuste salarial para todos os trabalhadores, com base na inflação dos últimos seis meses, e a adoção, daí por diante, da escala móvel de salários; 4. Criação do salário desemprego e a adoção de medidas econômicas para gerar empregos, em grande escala, para as diversas regiões do país; 5. Reforma agrária sob a direção e controle dos trabalhadores e que garanta terra para quem nela trabalha; 6. Restabelecimento da liberdade e autonomia sindicais, com o reconhecimento efetivo do direito de greve, e o desatrelamento da estrutura sindical do Estado; 7. Reformulação, com a participação dos trabalhadores, das leis sobre trabalho, salário, previdência social e aposentadoria; 8. Atendimento de emergência às necessidades básicas das populações mais carentes em termos de alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, vestuário, recreação, lazer e cultura, com fundos provenientes dos lucros das multinacionais, grandes proprietários rurais e sistema bancário e financeiro; 9. A mais ampla liberdade de organização partidária, inclusive para as correntes hoje consideradas ilegais, o restabelecimento das eleições diretas para prefeitos de todos os municípios, inclusive aqueles considerados áreas de segurança nacional, a renovação da lei Falcão, da lei das inelegibilidades, dos casuísmos, da legislação partidária e eleitoral e de quaisquer restrições à livre propaganda e ao direito do voto que

deve ser estendido aos analfabetos, soldados e cabos; 10. Solidariedade com os povos de todo o mundo que lutam contra o imperialismo e a opressão de governos antidemocráticos; o restabelecimento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com Cuba e o reconhecimento da Frente Farabundo Martí, como legítima representante do povo salvadorenho. Eu acredito que um governo que proponha esses compromissos vai possibilitar que estas reformas de base sejam assumidas por toda a sociedade que, com total liberdade de organização, criará condições para que todas as forças políticas participem efetivamente das decisões deste país (Lua Nova, 1984, p. 15).

A arquitetura estrutural do partido impunha uma escala de organização estadual e municipal que seguiam as mesmas diretrizes da organização nacional. Em 1982, o PT e Lula fazem sua estreia no embate eleitoral com o retorno das eleições para o governo do Estado, em referência a esta ocasião Lula diz: “as eleições (constituem)... um episódio, um momento definido de nossa atividade permanente, em busca do objetivo final, que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores” (Jornal dos Trabalhadores, 1982, p.03). O discurso de Lula e a plataforma de campanha demonstravam a ideia de que até aquele momento o país experimentava uma concepção instrumental de democracia, a estratégia adotada era a construção do poder popular para se chegar ao socialismo.

Ao longo dos embates eleitorais o PT expressou claramente uma visão (popular), de que a política era algo imoral e o poder alguma coisa muito suja, e que o PMDB de São Paulo estava “amarrado” à aliança da direita, e Franco Montoro “seguira as diretrizes dos grandes empresários que se dizem liberais”, mas Lula mensura que “a classe trabalhadora está vacinada contra esses liberais” (Folha de São Paulo, 1982, p. 06). Esta foi a tônica representada pelo PT ao longo da campanha. A dificuldade de Lula externar à população ideia de um partido dos trabalhadores em ação também relaciona-se aos impedimentos do momento, em 1982 estava vigente a Lei Falcão que impunha uma série de restrições, por isso Lula externa a tese de um certo boicote, “acho que não conseguimos atingir o grande público com nossa mensagem porque os grandes veículos de informação não veicularam essa ideia” (Idem, p. 06).

O PT assume a feição institucional buscando dissociar seu discurso e ações daqueles instrumentos que historicamente estiveram atrelados à classe média. A expressão desta radicalização pode ser captada nos *slogans* adotados na campanha, “Vote 3, o resto é burguês” ou ainda “Trabalhador vota em trabalhador”. Tratava-se de trazer o campo das disputas eleitorais e explorar o antagonismo presente na contradição “dominante” e “dominado” e ampliar a luta pela cidadania, dimensão fortemente explorada pelo PMDB, PDS e PTB. Ao PT buscava despertar a consciência do trabalhador e estreitar o campo de luta contra o capitalismo.

A forte ação política de base que o partido facilmente conseguiu movimentar tinha relação direta com os conselhos populares, estes possuíam atribuições de “apresentação de reivindicações; mecanismos de consultas; tomadas de decisões; controle da implantação de políticas públicas e fiscalização da execução dessas políticas” (Secco, 2011, p. 90). Esta forma de articulação guardou sintonia muito forte com intelectuais de esquerda críticos ao dogmatismo da esquerda tradicional. Neste sentido, Luiz Dulci relata:

Na verdade, esses intelectuais possuíam, sem prejuízo da paixão transformadora, uma visão laica do partido. Não o encaravam como "vanguarda iluminada" (a expressão é de Antônio Candido, contra as concepções stalinistas, em 1948) e sim como uma organização popular entre outras, de inegável importância na luta política, mas sem possuir nenhuma garantia prévia, doutrinária ou histórica, do acerto de sua atuação e da prevalência de sua verdade, devendo legitimar-se pelo apoio social aos seus projetos. O PT não era o partido justo de hoje que vinha substituir os partidos justos do passado - mas um partido necessário, entre outros possíveis, para que importantes segmentos da sociedade brasileira não continuassem excluídos da democracia ativa e dos direitos de cidadania (Dulce, 2008, p. 01).

O fracasso nas eleições governamentais de 1982 colocou em destaque a necessidade de ampliar o debate até então centralizado nas questões sindicais e populares. A abertura do partido a todos públicos, se dá pela importante atuação do PT a partir de 1984, junto ao movimento das “Diretas Já”. Este movimento projetou a imagem de Lula nacionalmente, entretanto, o líder dos trabalhadores conservava o discurso dos “esquemas” Inter-elites de conciliação de interesses com a negociata da transição.

Segundo Margareth Keck, o resultado das eleições para o governo do Estado acendeu um alerta ao Comitê Eleitoral Nacional, na avaliação de Weffort, presidente do Comitê, o partido ficou preso a um determinismo operário que equacionava apenas a luta dos trabalhadores ligados ao setor industrial, e a razão deste discurso, construído pelo Comitê Eleitoral de São Paulo, servia de fundamento para que os demais Estados aparelhassem sua plataforma de campanha, como se esses comitês devessem ser “organismos políticos capazes de unificar a campanha em todos os seus aspectos — político, de propaganda e de organização —, funcionando como uma espécie de centro de comando político e eleitoral para todos os candidatos em igualdade de condições” (Keck, 1991, p. 193).

De qualquer maneira, o discurso eleitoral “classista”, adotado em 1982, permitiu ao partido projetar-se relativamente no cenário estaduais. Foram eleitos 8 Deputados Federais, sendo 1 no Estado do Rio de Janeiro, 1 em Minas Gerais e 6 em São Paulo. A proporção de Deputados Estaduais também demonstra a ampliação dos espaços de diálogo, para além da

região do ABCD paulista, 1 no Acre, 1 em Minas Gerais, outro no Rio de Janeiro e mais 9 em São Paulo (Kowarick, Singer, 1993, p. 204). Considerando-se que o PMDB arregimentava a maior parte do discurso em torno da institucionalização da cidadania e assegurava para si a preferência nacional, os resultados de 1982, apesar de Lula ter recebido apenas 10,77% dos votos válidos, demonstrou ao Comitê Eleitoral que o partido caminhava rumo à representação nacional.

O cenário havia mudado radicalmente para eleições municipais de 1985. Moisés, em um texto convocatório às manifestações das “Diretas Já”, relata bem o caráter dessas mudanças moleculares atravessadas tanto pela sociedade quanto pelo PT. Neste, Moisés defende:

[...] para o PT, a ruptura de tudo o que a ditadura representa, no Brasil, nunca foi concebida como uma transição tranquila, sem conflitos ou sem participação popular. É exatamente porque a ditadura é o que é que, no PT, achamos que a mobilização é o único caminho para podermos transitar do autoritarismo para democracia (Folha de São Paulo, 25/01/1984).

Naquele dia, seriam reunidas mais de 300 mil pessoas em frente à Catedral da Sé, São Paulo, para protestar o fim do regime militar. Diversas lideranças, dentre elas: Lula, Brizola, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros governadores e artistas, realizaram acalorados discursos pedindo eleições diretas. O resultado desta estupenda fermentação popular aparece nas eleições municipais do ano seguinte, o Comitê Eleitoral do PT irá mudar radicalmente o discurso de campanha, de uma abordagem centrada nos trabalhadores da indústria em 1982, o partido, agora em 1985, potencializará uma abordagem mais branda buscando atingir outros setores. Nas palavras de Kowarick e Singer:

Os candidatos, inclusive ao cargo executivo, mostram um perfil mais voltado aos padrões de confiabilidade que caracterizam os anseios das camadas médias. As plataformas de campanha são mais amplas e o programa na televisão é criativo e, sobretudo, bem-humorado. Não se trata mais de privilegiar o operário industrial, o camponês e o assalariado rural, mas de construir um discurso que também incorpore os vastos e variados segmentos de trabalhadores do setor terciário, já então em situação de achatamento salarial e de consolidação nas suas respectivas organizações sindicais (Kowarick e Singer, 1993, pp. 202-203).

Nas eleições de 1985, o PT apresentará um crescimento considerável na capital paulista. Eduardo Suplicy, candidato na situação conquista cerca 19,75% dos votos válidos para prefeitura de São Paulo. Segundo Margareth Keck, o bom desempenho do PT nas prefeituras municipais permitiu a “recuperação da confiança, um novo ânimo, projetando-o subitamente no cenário nacional como uma força política viável e em crescimento”, além do mais, o partido “apresentou candidatos em todas as capitais dos estados e ganhou mais de 5% dos votos em

doze deles” (Keck, 1991, p. 217). A primeira grande vitória do partido acontece em Fortaleza, capital do Ceará e a quinta maior cidade do país. A candidata Maria Luiza Fontenelle derrotou o candidato do PMDB, Paes de Andrade que recebeu apoio direto de Fernando Henrique Cardoso.

O que se pode observar é que, de 1982 para 1985, o PT havia realizado a ponte entre a defesa dos movimentos sociais e operários para o deslocamento de uma “luta” puramente parlamentar. Essa condição se assevera a partir de 1986, quando tem-se início os trabalhos de eleição para representante da Assembleia Nacional Constituinte. O editorial do jornal Correio Brasiliense de 21 de junho de 1987 trazia a seguinte afirmação:

Um partido dos trabalhadores menos radical, disposto ao diálogo e com imensa assiduidade aos trabalhos das subcomissões e comissões temáticas ocupou seu espaço na Assembléia Nacional Constituinte surpreendendo a direita e as próprias bases. Para quem esperava um PT barulhento e baderneiro (estigmas atribuídos, segundo as lideranças, pelas forças opostas) ele se apresentou até excessivamente polido. Para os que apostaram na tradicional ‘coragem’ dos 12 membros de sua bancada. O partido foi além das expectativas (Correio Brasiliense, 27/06/1987).

Acerca deste novo posicionamento do PT, Lula, a época presidente do partido respondia: “não vim aqui para discriminar ninguém. Vim para dialogar com todos que estejam dispostos a fazer avançar as causas da classe trabalhista”, e complementa sua posição “o PT não vinha para dar golpes, mas buscar formas de entendimento”. Plínio de Arruda Sampaio, vice-líder do partido no Congresso durante a Assembleia Nacional, reconhece que Lula era o grande artífice desta estratégia, daí Plínio discursar em plenário afirmando “esta imagem colocada pela direita, de um PT baderneiro, sem interesse pela Constituinte e sem responsabilidade já não existe mais”, em sua avaliação, sete anos de existência o “PT amadureceu”, e foi esse amadurecimento que permitiu ao partido “trazer para constituinte uma série de propostas que traduz a forte dose de experiência da luta operária captada pelo nosso trabalho” (Correio Brasiliense, 27/06/1987).

A decisão de convergência do PT a um direcionamento institucional será fortemente criticada por Francisco Weffort, para este, o partido devia guardar a sua condição de partido de massas e sua condição de movimento político que busca um ideal de transformação política de baixo para cima. Na avaliação do Correio Brasiliense:

O cientista político Francisco Weffort passou de secretário-geral do PT e um dos seus mais influentes intelectuais à condição de opositor com ideias confluentes às do presidente nacional do partido, Luís Inácio Lula da Silva [...] e ao contrário do que se esperava, ambos (Weffort e Suplicy) não estão

participando efetivamente da elaboração da nova Constituição junto à bancada federal do PT. Pra Suplicy isso não significa que as lideranças sindicalistas estejam dominando o partido, porque também há intelectuais com destacada atuação na Constituinte. Entre eles cita os deputados do PT de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, Florestan Fernandes e Irma Passoni. ‘Há uma interação entre as forças operárias e intelectuais, apesar das dificuldades políticas e até pessoais, como no caso do afastamento de Weffort’ (Correio Brasiliense, 27/06/1987).

A convergência institucional do PT terá resultados eleitorais bastante vitoriosos. Em 1988, o PT terá uma expansão considerável, no saldo das eleições, o partido conquista a prefeitura de três importantes capitais. Em São Paulo é eleita Luiza Erundina; Porto Alegre é eleito Olívio Dutra e Vitória, no Espírito Santo é eleito Vitor Buaiz. Além destas capitais, o PT vence em importantes cidades do Estado de São Paulo como São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Campinas, Piracicaba e Santos. A vitória nestas cidades trouxe novos horizontes e desafios enormes ao partido – surgiam desafios políticos muito maiores em governar cidades com população enorme, problemas estruturais de todos os tipos – neste sentido, em muitas dessas cidades o partido encontrou dificuldades de colocar em prática os princípios de organização social e político que faziam parte do jeito petista de ser.

Sob essas condições, o PT abandona a situação de partido de oposição, pela oposição ao sistema político, para se tornar a principal liderança de esquerda sobre os interesses dos trabalhadores, pobres e oprimidos. Mas, essa mudança de situação realizada pelo PT, fugindo dos princípios que marcaram a base desde sua criação leva Weffort e uma série de outros intelectuais a se afastarem do partido no início dos anos 90.

3.2. FRANCISCO WEFFORT E O PT: POSSIBILIDADES E LIMITES DA RELAÇÃO INTELECTUAL E PARTIDO

A análise da trajetória política do Partido dos Trabalhadores trouxe à tona as dificuldades de se manter a coerência entre o ideal de um partido massas e sua investida sobre a chamada política partidária institucional. Seus aspectos ideológicos e organizativos tendiam para a radicalização no discurso de combate às desigualdades sociais e à emancipação dos trabalhadores, condição que levou o PT reunir uma diversidade muito grande de movimentos sociais, como por exemplo, a vanguarda militante do chamado “novo sindicalismo”; os movimentos sociais populares (atrelados à Igreja Católica); movimento estudantil e dos

agrupamentos marxistas, que serviam-se do partido, para buscar o enlace necessário de aproximação junto as organizações de base e propor sua luta pelo socialismo (Novaes, 1993).

Voltado para uma dinâmica “basista”¹³⁸, o partido promovia a participação política de seus membros em todas as instâncias, e defendia internamente a autonomia das organizações populares. Aos poucos, esse ideal acabou assumindo posições menos polidas e se tornou alvo de críticas, por representar mais um “projeto de poder” que um “projeto de sociedade” (Benjamin, 2003, p. 125).

A reflexão sobre a questão “basista” residia uma condição nuclear: organizar um partido “tático”¹³⁹ ou de “massas”¹⁴⁰?. De um lado, encontrava-se os agrupamentos de extrema esquerda e sua tática de conexão junto aos núcleos de base para impor sua luta contra o capitalismo, por outro situava-se a articulação dos sindicalistas que pretendiam segundo Jacó Bittar “organizar politicamente os trabalhadores”, perspectiva de massas fomentada através da aproximação às bases “o mais democraticamente possível, dando prioridade aqueles temas que dizem respeito ao dia a dia do trabalhador, ao invés de expressar uma vocação socialista no plano puramente teórico”. A opção foi o encaminhamento de um partido de massas, expressa José Ibrahim (Folha de São Paulo, 1980, p. 04).

Assim, a primeira grande defrontação política de Francisco Weffort à frente do PT acontece no início de 1980, no Encontro Regional do PT¹⁴¹, o partido estava dividido entre sindicalistas fiéis à Lula, havia também os grupos vinculados à esquerda (de perspectiva mais radical) e uma terceira ala de pensamento considerada moderada para época (todos oriundos do PMDB). Cada uma destas três tendências buscava orientar o partido de acordo com seus interesses políticos.

¹³⁸ Empregamos aqui a conotação valorativa do termo. O partido, em suas origens, tinha por prática política promover a participação política do maior número possível de associados, as consultas serviam para referendar a tomada de decisões, estratégia deixada para trás no V Encontro Nacional.

¹³⁹ Tático a ponto de referendar a estratégia de agrupamentos de esquerda em utilizar a organização partidária e sua abertura ao movimento pró-democratização como estratégia política para tomada do poder.

¹⁴⁰ O ideal de um partido de massas está voltado a promoção da participação e à representação política dos trabalhadores.

¹⁴¹ O Encontro Regional do PT aconteceu no dia 25 de maio de 1980 na Câmara Municipal de São Paulo, desde sua fundação, o partido vinha sendo organizado por meio de uma comissão provisória. Neste encontro foi eleita a chapa encabeçada por Lula e os sindicalistas, o resultado deste encontro teve duas grandes implicações, por um lado, o PT paulista passava se posicionar como norte ideológico para demais agremiações do partido espalhada pelos demais estados, por outro lado, a vitória de Lula afastou do horizonte político imediato os grupos organizados de esquerda.

No encontro, essa divisão foi resolvida com a eleição da chapa liderada por Lula. Assim, o diretório estadual do PT ficou composto pelo seguintes integrantes: Lula (presidente do diretório), Jacó Bittar (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia), Osmar Mendonça (membro da comissão de salários do Sindicato de São Bernardo); Airton Soares (deputado federal); Geraldo Siqueira e Irma Passoni (deputados estaduais); Alípio Freire (da ABI), José Pedro (da oposição sindical e Osasco), Luiz Antônio (professor e integrante do jornal “O Companheiro”), José Cicoti (vice-presidente da diretoria deposta do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), e Argeu Carvalho (representando os sindicalistas de Campinas). Suplentes foram eleitos Djalma Bom (membro da diretoria deposta de São Bernardo), Pedro Pereira (sindicalista paulistano), Osvaldo Martins (sindicalista de São Bernardo) e Miriam Scheci (vereadora de São Carlos) (Folha de São Paulo, 1980, p. 08).

O papel político exercido por Francisco Weffort antes e durante o Encontro Regional foi muito relevante, este foi um grande articulador político em torno da unidade partidária voltada à construção de um partido de massas. A saber, no dia anterior ao Encontro Regional, a comissão provisória se reúne para decidir o quórum de votação, por falta de consenso, o voto de minerva foi proferido por Weffort¹⁴². Já durante o encontro, os próprios sindicalistas estavam divididos, Lula arrebanhava boa parte dos sindicalistas e dos parlamentares, mas, sua proposta não estava em conexão aos ideais defendidos pelos líderes sindicais José Ibrahim e Paulo Skromov, assim articulavam uma chapa alternativa ao domínio lulista no partido.

A questão central era: a divergência interna poderia enfraquecer a posição dos sindicalistas e seu consequente ideal de construção de um partido de massas. Para resolver esse impasse, Weffort atua como articulador político entre os dirigentes sindicalistas associados a Lula e aqueles que contavam com apoio de Ibrahim e Skromov. A articulação política assumida por Weffort foi relevante, pois permitiu construir o consenso e manter a unidade em torno da construção de um partido de massas.

¹⁴² A Folha de São Paulo descreve a situação da seguinte maneira: “mas, ontem mesmo, durante a votação do quórum para eleição da Regional, o equilíbrio ficou evidenciado claramente: Lula defendia o quórum de maioria simples, enquanto outras correntes pretendiam fixá-lo em 2/3 dos votos válidos apurados. Nas duas primeiras votações, braços erguidos, não se chegou a uma definição: na terceira, com os crachás, houve empate. A definição se deu pelo voto de minerva do presidente da mesa, o sociólogo Francisco Weffort, que propôs a fórmula intermediária da maioria absoluta, afinal aceita” (Folha de São Paulo, 25/05/1980).

Diante disso, havia um segundo desafio, o de inserção do partido e de suas lideranças no jogo das práticas políticas, condição que colocava o PT no palco das disputas eleitorais aspirando a conquista e a manutenção da hegemonia política, uma vez que:

Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere (Weber, 2003, p.61).

A medida que o PT irá aprofundando a sua luta em defesa da construção de um partido de massas, maior será a importância da articulação política desempenhada por Weffort junto ao partido e a sociedade. Caracterizamos sua atuação política como essencial, para que o PT, demarcasse sua posição junto à sociedade civil, firmando-se como força de oposição social. Condição alcançada por Weffort, pois sua atuação voltava-se a duas direções básicas: por um lado, tratava-se de apoiar a ampliação da democracia interna no partido - havia a iminente necessidade de se debater e construir um caminho em torno da representação política dos trabalhadores -, ao mesmo tempo que, a conjuntura nacional impunha a união entre as frentes oposicionistas pela retomada das eleições presidenciais.

Lula, o grande artífice do partido, possuía um amplo histórico de atividade política ligada à resistência sindical na região do ABCD paulista, este mobilizava com certa precisão diversas categorias - principalmente os metalúrgicos – em movimentos grevistas a fim de exigir reposição salarial¹⁴³. Naturalmente, sua popularidade e seu forte apelo junto às categorias, o levou a se tornar a principal liderança política do partido. Lula era sinônimo de PT, e o PT era sinônimo de lutas sociais. Por outro lado, ao longo da década de 80 ocorre a conversão do partido que outrora estivera vinculado apenas à ideologia sindical, para uma linha de atuação mais ampla. O partido se abre a todas categorias de trabalhadores (constrói um discurso voltado a representação de todos trabalhadores, do campo e da cidade) e passa a se mobilizar politicamente nos debates públicos de forma polida, afastando assim, a imagem de partido baderneiro e fora da ordem (principalmente na defesa da constituinte).

A construção e apresentação da imagem positiva de Lula e do PT terá destacada relevância nos primeiros anos da década de 80, e Weffort, enquanto membro da Comissão

¹⁴³ Em abril de 1980, sendo mais preciso, no dia 19 de abril de 1980, Lula é preso pelo regime militar por liderar uma grande greve na região de São Bernardo do Campo e Diadema que já durava cerca de 17 dias. No IPM (Inquérito Policial Militar) conta que Lula foi preso junto a outras 14 pessoas, dentre elas o deputado Geraldo Siqueira e Frei Beto. A prisão, enquadrada no artigo 36 da Lei de Segurança Nacional, por incitar a greve, Lula e seus companheiros ficaram presos no DOPS/SP por 31 dias.

Executiva Nacional, participa diretamente desta reavaliação da imagem petista enquanto partido de oposição na sociedade brasileira.

Uma das estratégias adotadas foi preparar a imagem de Lula percorrendo diversos países, ao passo que, ora se construía alianças políticas e experimentava Lula ao debate macroestrutural, ora redimensionava a imagem de líder sindicalista para a de um cidadão conectado aos principais dilemas experimentado pelos brasileiros. Em janeiro de 1981, uma comitiva formada por Lula, Jacó Bittar e Francisco Weffort são recebidos pelo papa João Paulo II no Vaticano¹⁴⁴. O mandatário da igreja católica demonstrava muita preocupação com a supressão dos direitos humanos no Brasil, em especial, às situações de perseguições, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos praticados pelo regime. Lula narra o encontro da seguinte maneira:

Foi um contato que durou pouco. Explicamos o motivo de nossa viagem e lhe dissemos que estamos à procura da solidariedade dos que lutam pela autonomia dos sindicatos e pela liberdade, no Brasil. Dissemos ao papa que contamos com o apoio de grande parte da Igreja brasileira e que esperávamos ter o apoio do papa (Estadão, 22/01/81).

Em resposta, Wojtyla diz a Lula “que eles obtivessem aquilo que tinham obtido os trabalhadores poloneses”, em referência ao movimento grevista de 1980 liderado por Lech Walesa, e que assegurou diversas reivindicações aos trabalhadores junto ao governo polonês (Estadão, 22/01/81).

Na fração entre a necessidade de integração do PT ao cenário político-partidária nacional e sua consequente experimentação no exterior (aproximando-se de outras centrais sindicais mundo afora, estreitando o diálogo com federações católicas) permitiu a Lula vivência junto a organizações operárias mais avançadas, e ao PT a possibilidade de se queixar perante a órgãos internacionais sobre a falta de liberdade, o controle sindical e o planejamento de uma transição à democracia negociada. Enquanto membro da Executiva Nacional, Weffort acompanhou de perto esse processo de conversão do Partido dos Trabalhadores na principal força de oposição ao sistema, diga-se ainda, foi conquistando espaço. Em 1981, Francisco

¹⁴⁴ Parte da estratégia do comitê de campanha era aproximar-se das organizações católicas, assim foi promovido o encontro entre Lula diversas lideranças políticas cujo objetivo era denunciar as atrocidades cometida pelo regime militar perante essas lideranças.

Weffort é eleito coordenador da Comissão de Relações Internacionais do PT¹⁴⁵, e nesta função promoveu encontros com lideranças sindicais de outras regiões, dentro e fora do país.

Na ocasião da formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Weffort intermedia a vinda de Carlos Andrés Perez, ex-presidente da Venezuela, para participar do Encontro Nacional dos Trabalhadores realizado em setembro de 1981, em São Paulo. Perez, por ser um forte defensor da união entre as lideranças locais, como fermento político necessário de suplantação do autoritarismo militar para um socialismo democrático, era uma liderança política expressiva que o partido buscava cultivar. Este demonstrava ser um profundo conhecedor da história do “novo sindicalismo” da região do ABCD paulista, desta forma, o ex-presidente venezuelano deu total apoio à organização da CUT afirmando que esta atuaria como “garantia de estabilidade política e fortalecimento do relacionamento entre os trabalhadores e a indústria”, e continua afirmando “o Partido dos Trabalhadores representa uma força nova importante no processo democrático brasileiro, com responsabilidades imensas”, assim termina por dizer que a força política do PT “é vital para o Brasil”¹⁴⁶ (Folha de São Paulo, 23/09/81).

Uma clara expressão do engajamento de Francisco Weffort, na conjuntura política nacional, é sua completa imersão no debate político-intelectual da época, Weffort promove e participa de seminários, palestras acerca do teor de uma transição política verdadeiramente democrático, apresentando-se nestes encontros muito mais como membro da Executiva Nacional do PT que como cientista político, mas sem deixar de apoiar as causas do movimento universitário¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Esta comissão tinha (tem) por finalidade contribuir para que, de um lado, as resoluções internas do partido estivessem em sintonia com as principais causas operárias defendidas pelos movimentos operários, ao passo que, buscava-se a formação de uma rede de solidariedade entre esses setores trabalhistas, portanto, dava-se suporte ao funcionamento de núcleos do PT dentro e fora do país, inclusive algumas organizações contribuíam financeiramente (no início dos anos 80) para operacionalização do PT, Weffort em artigo na edição do “O Globo” intitulado “Lula, o pelego?” sugere desvios de capital, pois em viagens aos Estados Unidos e à Alemanha, os líderes sindicais de seus respectivos locais, ao receberem o mandatário do PT, cobram a prestação de contas das verbas enviada.

¹⁴⁶ Estava agendado um encontro entre Lula e Perez, que não aconteceu, Lula estava em comitiva percorrendo os Estados do Norte e Nordeste do país, acabou por não ter tempo hábil para participar do Encontro. Segundo afirma o “Estado” – “Francisco Weffort, membro da Executiva do PT que foi ao Brasilton (hotel), onde Perez estava hospedado para se desculpar (Estado, 23/09/81).

¹⁴⁷ São exemplos de movimentos (seminários, palestras) que Francisco Weffort participou dentro e fora da universidade no ano de 1981:

- 13/02/81: Weffort assina o Manifesto de apoio a Paulo Freire;
- 18/05/81: Seminário organizado na UFRJ;
- 01/07/81: Weffort assina o protesto dos intelectuais favorável à greve dos médicos em São Paulo;
- 01/09/81: Weffort participa da ENEa-UNE (Encontro Nacional dos Estudantes) em Campinas;
- 05/11/81: Palestra com o professor Manuel Mora y Araujo na Universidad del Belgrano, Buenos Aires, Argentina.

Em julho de 1981, intelectuais e líderes partidários se reúnem em São Paulo para tratar dos problemas políticos da atualidade, com destaque especial para definição de uma estratégia política para disputa das eleições estaduais no ano seguinte. Neste encontro, estavam presentes Roberto Gusmão, do PP, Fernando Henrique Cardoso, pelo PMDB, e Francisco Weffort, pelo PT, redigiram um documento de intenção à fusão das esquerdas. Segundo Roberto Gusmão, a preocupação era “estabelecer as bases para uma discussão ordenada e ampla a respeito do casuísmo e da fusão das oposições, sem fechar as portas, contudo, para uma análise conjunta, de problemas sérios enfrentados pelo país, como o desemprego e a crise social” (Estadão, 15/07/81). A intenção de fusão das esquerdas foi prontamente refutada por Lula.

Defendendo o discurso de improbabilidade de fusão entre os partidos de oposição, Lula afirma que sua preocupação era construir um partido livre de dogmatismos e rótulos, interessava a ele promover uma luta na defesa dos interesses dos trabalhadores. Sendo ele trabalhador, se colocava na condição de porta-voz de um movimento que pretendia transformar a relação patrão-empregado. Lula, assim, descreve suas aspirações e as do movimento:

Para os trabalhadores, no entanto, pouco importa o que eu seja – nada lhes acrescentará. O que importa é que me coloco, invariavelmente, como resultante das suas aspirações e conflitos. Tem sido esse o meu papel no movimento – sou a consequência de uma organização coletiva que se move, sem individualismos. Não interessa que eu seja socialista, comunista ou centrista. Sou um torneiro mecânico, pronto – é a única profissão que tive. Um metalúrgico que, num certo momento, avaliou sua experiência de vida e resolveu criar um partido político. Agora, o partido aponta para um horizonte socialista. Que tipo de socialismo, honestamente, não sei. Não posso colocar uma cartinha debaixo do braço e sair por aí pregando (Estadão, 22/11/81).

Lula continua afirmando que o interesse do PT é organizar um partido de massas, por meio do ativo engajamento dos trabalhadores, promovendo uma luta de fortalecimento das relações democráticas com fortes vínculos aos movimentos de base, por isso, a sua posição era a de articulador de trabalhadores e não a condição de político.

[...] fazer política nada tem a ver com candidaturas. Meu trabalho seria mais importante junto aos movimentos de bairro e ao sindical do que em função de governo. Candidaturas colocadas personalissimamente existem apenas nessa convencional política brasileira, que me causa nojo – o PT valoriza a organização de base justamente para se contrapor a isso (Idem, 22/11/81).

O que percebemos neste caso, é a sintonia entre os ideais de organização de um partido dos trabalhadores por parte de Lula e a imersão intelectual de Francisco Weffort, na apuração política para construção deste partido de massas. Na condição de intelectual orgânico, articulador da proposta de composição de um partido de massas, Weffort enxergava as eleições

ao governo do Estado, em 1982, como um importante capítulo nesta tarefa de construção de um partido de massas, ao passo que seria a grande prova que o partido deveria suportar, uma vez que as “eleições, são, em geral, uma oportunidade de ouro para consolidação de propostas como esta”, entretanto, como afirma, senão aproveitada a situação, as eleições poderiam representar riscos, e “alguns deles podem ser fatais para uma agremiação que, como o PT, busca consolidar-se como partido de massas” (Folha de São Paulo, 12/11/81).

Weffort expressa ainda a preocupação entre a articulação de um partido de massas e sua chancela pela via das urnas, uma vez que no PT havia divergência entre aqueles que acreditavam que o partido deveria ficar expressamente no campo dos movimentos de base e aqueles voltados ao campo eleitoral. Weffort expõe sua preocupação em viabilizar a proposta de um partido de massas da seguinte maneira:

Há quem pense a participação nas eleições e a construção de um partido de massas como se fossem objetivos contraditórios. Uma ideia, convenhamos, no mínimo curiosa porque, se bem que os partidos de massa não existam apenas para eleições, deveriam, porém, ser capazes de enfrentá-las com maior liberdade de movimentos do que os partidos comuns. Os que vêem a contradição acentuam o fato de que, no PT como qualquer outro partido, existem muitos que não veem nada diante de si senão a própria candidatura. São, em alguns casos, militantes avulsos. Em outros casos, são militantes articulados em uma ou outra tendência. A contradição pareceria emergir do fato de que, ao lado destes, existem muitos outros, talvez até em maior número, que só veem diante de si as tarefas ligadas à vida interna do partido. Não são poucos, entre estes, os que chegam quase a envergonhar-se de ter que admitir que o PT tenha que concorrer às eleições (Idem, 12/11/81).

Weffort, portanto, escancara o problema da contradição entre aqueles voltados ao sistema eleitoral e os estritamente fechados a ideia de partido preso aos movimentos sociais. De um lado, a crítica do partido voltar-se ao sistema eleitoral era acima de tudo sobre a aderência ao sistema tradicional da política brasileira, o qual, o PT nasceu criticando. De outro lado, a crítica sobre os “basistas”, de que o partido nunca havia de fato conseguido formular uma cultura política na qual se abria aos movimentos populares. Assim, Weffort narra:

Uns tendem a diluir a proposta de um partido de massas em um sem número de jogos táticos de caráter meramente eleitoralista. Outros tendem a fazer como o avestruz e, ao invés de enfrentar os riscos que temem, concentram-se na atitude de quem filosofa em torno do próprio do próprio umbigo. Pode-se discutir sobre saber qual das duas atitudes é a mais perigosa. O que importa, porém, é ressaltar que ambas estão presentes e que ambas colocam problemas para a construção do PT como partido de massas (Idem, 12/11/81).

Neste sentido, Weffort advoga em torno da tese, na qual encontre um meio termo entre uma necessidade e outra. Por assim dizer, o PT necessitava construir uma tática entre a expansão eleitoral e a conservação das características de um partido voltado às bases. Somente pelo encontro desta tática que o partido poderia avançar na consolidação enquanto partido de massas:

O PT necessita de uma tática eleitoral que permita enfrentar os dois problemas de uma só vez. E tanto melhor se os seus militantes vierem a perceber, com clareza, que as duas atitudes que descrevemos acima não são tão contraditórias como parecem. Se as eleições forem entendidas como se deve, isto é, como um fenômeno de participação de massas, será fácil perceber que devem se constituir numa oportunidade favorável ao crescimento do partido. Se a organização do partido for entendida em sentido adequado, como a organização de um partido que vive, para fora, isto é, para os movimentos de massa, o empenho na construção da organização partidária apresenta-se como condição essencial para que o PT possa enfrentar com êxito a campanha eleitoral. É por aí que se conseguirá evitar tanto o eleitoralismo quanto o aparelhismo (Idem, 12/11/81).

Desta posição, advém a advertência de Weffort, “ampliar o número de diretórios, aumentar o número de filiados, multiplicar o número de núcleos”, as três condições básicas para que o “PT possa dar um passo a mais no sentido da sua construção como partido de massas”. Por fim, “as eleições de 1982 são uma oportunidade excepcional e não teremos outra igual tão cedo” (Idem, 12/11/81).

A julgar pela projeção estabelecida por Weffort, o PT perdeu a oportunidade. As eleições estaduais de 82, para o PT, foram do ponto de vista eleitoral, bastante decepcionantes. Acerca da exposição da legenda ao público em geral, foi positiva, o partido se torna conhecido em todo o país. O PT amarga a quarta posição, sendo que os pleitos foram vencidos por Franco Montoro, seguido de Reynaldo de Barros e Jânio Quadros.

Em 1982, Weffort passa responder como vice-presidente do Partido dos Trabalhadores. As atividades políticas, deste ano, são exclusivamente voltadas ao preparo da legenda (o diretório paulista constrói a carta de intenções que serve de norte ideológico para todos os estados) e ao debate das propostas de campanha. Por conseguinte, as atribuições políticas assumidas por Weffort expandem consideravelmente, tendo em vista que assume a função de coordenador de campanha de Lula, ao governo do Estado. Observamos que um dos principais instrumentos de popularização do PT, enquanto força política alicerçada na construção do poder popular, através dos movimentos de base, será, além do corpo a corpo de suas lideranças junto

aos trabalhadores nas fábricas e comunidades operárias, a formação de um bloco intelectual voltado ao debate e a popularização de ideias que sobressaltava a dinâmica da reconstrução democrática, se encaminhavam para construção do poder popular. A maior expressividade desse debate encontramos nas formulações propostas por Weffort e grande parte deste trabalho é travado no Jornal Folha de São Paulo, dado apoio deste à virada democrática.

Como exemplo de sua atuação político-intelectual, recriamos um grande debate travado em 1982, em torno da chamada questão do “voto útil”. A polêmica se inicia com declarações de Ulisses Guimarães à Folha sobre a candidatura de Montoro e Lula ao governo do Estado, naquela ocasião, Ulisses sugere, através do que chamou de “lei sociológica universal do voto útil”, que não valeria a pena votar em Lula, disto gerando um debate muito qualificado entre Weffort e partidários pemedebistas conforme segue.

No dia 30 de janeiro de 1982, Weffort publica o artigo intitulado “Autonomia dos Trabalhadores”, neste empreende uma análise contundente para analisar a situação do país. Sua crítica direcionava-se aos demais partidos da oposição, em especial, ao PMDB, após a fusão com o PP (Partido Popular). E, este afirma que o PMDB ambicionava recriar a atmosfera política do bipartidarismo (cenário que o MDB protagonizava a luta de resistência) e encastelar um jogo político de desmobilização dos demais partidos de oposição, em especial, o PT. Assim, Weffort afirma:

O PMDB parece atacado de novo da síndrome de partido único das oposições. Na verdade, não é todo o partido, nem seriam talvez os setores de maior influência. Mas ninguém pode negar que a incorporação do PP faz recrudescerem velhos achanques. Especialmente na esquerda do PMDB há ainda muita gente que gosta de se imaginar nas roupas do velho MDB. E não são poucos os que olham para os demais partidos de oposição na esperança de que venham a se manifestar com o mesmo bom senso” suicida do partido do sr. Tancredo Neves. Na fantasia dos sonhadores possessivos – ou seja dos que sonham unificar tudo sob o seu próprio controle – as eleições de novembro teriam um só significado: o partido único das oposições contra o partido único do governo (Folha de São Paulo, 24/01/82).

A tendência à centralização pelos pemedebista, segundo Weffort, deriva de suas principais lideranças terem sido cultivadas na estrutura do autoritarismo militar. Ideia de que os levam a alimentar uma ilusão de poder.

Mas, no caso de São Paulo, que dizer das declarações do senador Franco Montoro de que não pretende fazer um governo de oposição, mas um “governo de entendimento” com o governo federal? Mais ainda, que dizer das disposições oposicionistas do PP que conta entre seus quadros com um bom

número de governadores do período Geisel e com uns tantos senadores biônicos? Este é um dos problemas dos jogos de soma zero. Os adversários jogam como se estivessem dispostos a se matar uns aos outros e por isso dão a impressão de que quem ganha vai mudar tudo. No mais das vezes, porém, tudo termina numa simples troca de nomes e de siglas (Idem, 24/01/82).

O PT e sua estratégia de articulação das esquerdas, para Weffort, enquadrava-se na condição de verdadeira oposição, equalizando o verdadeiro ideal de construção democrática, por meio da construção do poder popular.

Sua perspectiva é a de utilizar as eleições como uma oportunidade para os primeiros passos na construção de um poder popular alicerçado nas organizações de base dos movimentos populares. As eleições são um momento da democratização política do país, mas engana-se quem pensa que seus resultados serão decisivos para tudo o mais. A democratização do país virá da organização do povo e do apoio ativo e permanente às lutas populares mais do que da conquista de cargos (Idem, 24/01/82).

Francisco Weffort calibra ainda mais a pontaria ao questionar/criticar atuação política da principal líder pemedebista. Weffort afirma, “cansado talvez de ser apenas político, o sr. Ulisses Guimarães resolveu dar uma de sociólogo”, uma sociologia que “pretende falar do que é, não sobre o que deve ser”. Segundo Weffort, a utilidade sociológica de Ulisses afirma “não vote naquele que você considera o melhor, vote naquele que tem chance de ganhar”, este posicionamento carregado de compromissos políticos, segundo Weffort, uma vez que seu discurso poderia ser traduzido da seguinte forma: “vote em meu partido que tem chances de ganhar, não no partido político no qual você crê, ele não tem chances de ganhar” (Weffort, 1982, p. 15). Induzir o trabalhador a deixar de lado o voto ideológico para traçar um voto pragmático, é trair os demais setores das esquerdas, mesmo mantendo afinidade de propostas no voto, sugere Weffort.

Analisando a postura de Ulisses, sugere Weffort, do ponto de vista político, o que importa é chegar lá, o resto é resto. Ou seja, ao deslocar para o centro a “sociológica do voto útil”, Ulisses teria deixado de oferecer propostas concretas para superar a crise econômica, combate às desigualdades e o autoritarismo na esfera federal. Assim, Weffort observa que Ulisses estaria contradizendo a própria trajetória de democrata ao pregar, em particular, contra o PT, por isso o questionamento: “que unidade é esta que desejaria, primeiro, intimidar, fazer calar o possível parceiro?”, Weffort sugere que a inevitabilidade do sistema corrompe até as melhores intenções, uma vez que “quanto mais cresce a máquina, tanto menor a importância

que se atribui ao programa. Há demasiadas ambições a atender e a conquista do poder vai, pouco a pouco, se tornando uma razão em si” (Folha de São Paulo, 30/01/82).

No terceiro ponto de sua argumentação, Weffort conclui que a ideia do “voto útil” para os setores liberais da oposição, em especial, os liberais do PMDB, serve para intimidar os setores radicais da oposição, sobretudo, o PT. Deste modo, Weffort conclui:

Quanto ao PT, fique bem claro que a sociologia do voto útil não o intimida. Temos sociólogos demais no PT para nos deixarmos impressionar com leis sociológicas como estas. Mas o que importa sobretudo é que temos, pela primeira vez na história brasileira, trabalhadores organizados em quantidade suficiente para compreender que novembro de 1982 não é o fim da estrada, como parecem pretender os setores liberais das oposições. Na verdade, é apenas o começo de um novo quadro partidário no país que ninguém, neste momento, é capaz de garantir que será (Folha de São Paulo, 30/01/82).

Eduardo Graeff¹⁴⁸, em resposta ao artigo de Weffort, publica o artigo “Sociologia Cansada”, por meio deste, rebate as afirmações do coordenador de campanha petista. Graeff critica a posição de Weffort a respeito do “voto útil”, afirmando que se trata de uma estratégia avançada que marca a trajetória das esquerdas europeia, logo, exemplifica: “a aliança do PS com o PCF funciona assim: o candidato mais votado no primeiro turno leva os votos de toda a esquerda no segundo turno”. Para este, esta deveria ser uma condição natural a ser enfrentada pelas esquerdas no Brasil (Folha de São Paulo, 02/02/82).

Graeff, assevera ainda, não interessa ao PMDB afugentar as esquerda e cooptar o poder de ação do PT junto aos núcleos de base, o PMDB não fugiu a seu propósito histórico, e diz: “queremos eleições diretas e Constituinte com liberdade, assim como queremos reformas econômicas e sociais que sejam o início da libertação do povo brasileiro das condições de miséria e espoliação em que se vive” (Folha de São Paulo, 02/02/82).

Debatendo e rebatendo as colocações de Graeff, no dia 06 de fevereiro, Weffort pública no mesmo jornal o artigo “O que esperar de novembro?”, através de uma argumentação mais polida e direcionada a setores particulares do PMDB e do PP, Weffort esclarece dizendo que tudo se resume a “uma questão de poder”, sua argumentação é dividida em três partes. Primeiro, se as eleições evoluírem para desestabilização do regime, as estratégias preteridas pelos militantes do PMDB e PP divergiam em duas tendências. De um lado, os setores majoritários

¹⁴⁸ Eduardo Graeff e José Serra, à época, eram os coordenadores do programa de campanha do candidato André Franco Montoro ao governo do estado de São Paulo.

apostando que a constituinte seria o momento de construção de uma “forma de conciliação entre as elites”, narrada por Weffort nesta passagem:

Apareceria como a fórmula institucional para a definição de um novo pacto do poder. Mais importante, porém, do que a proposta, vazia no momento de qualquer conteúdo político real. Seriam as concepções políticas que ela serve para expressar sobre o processo de transição. Nos grupos de comando do PMDB e do PP, a Constituinte aparece como uma forma de conciliação entre as elites, nos termos de uma tradição política que vem desde o Império (Folha de São Paulo, 06/02/82).

Os setores minoritários partilhavam do entendimento que a Constituinte seria o primeiro passo em direção a uma ruptura mais significativa. Weffort expõe a ideia deste grupo aproximando-a de setores do PT, conforme segue:

Tributários de tradições específicas da esquerda, a Constituinte aparece para alguns como o primeiro ato de um processo destinado a repercussões mais profundas. Ao invés de fórmula institucional para soldar uma ruptura entre as elites, como na acepção liberal, poderia vir a ser o ponto de partida de rupturas mais significativas e mais profundas tanto no Plano político quanto no plano social (Folha de São Paulo, 06/02/82).

O segundo ponto diz respeito aos compromissos oposicionistas a longo prazo. Quanto mais se aproxima das definições eleitorais nos Estados, mais clara parece como “oportunidade de acesso de alguns setores das oposições ao poder”. Para estes, a ideia de constituinte parece ser mobilizada meramente em seu sentido simbólico, “descomprometido de qualquer esforço no sentido da mobilização efetiva da opinião pública”. Neste caso, os setores minoritários desaparecem, e a conquista dá acesso a um rearranjo do próprio regime.

No terceiro a perspectiva representada pelo PT. Segundo Weffort, estes não acreditam que o regime venha a ser rompido com os resultados das eleições estaduais, “nem aceita, por razões de programa, o caminho para a composição com o regime que parece inevitável”, as eleições de 1982 concorriam como:

Uma oportunidade a mais no rumo da organização democrática de Pais. É claro que isto significa que os militantes do PT tratarão de fazer das eleições uma oportunidade de novos avanços na organização política dos trabalhadores. Em particular significa a oportunidade de consolidação do próprio PT como partido político (Folha de São Paulo, 06/02/82).

Três dias depois Luiz Carlos Bresser Pereira, através do artigo “PT, democracia e sobrevivência” ingressa na polêmica. Este argumenta que a prioridade do PT era de assegurar

sua sobrevivência, estando esta distintamente separada da necessidade histórica de assegurar o retorno à democracia. Nas palavras deste: “a prioridade fundamental do Partido dos Trabalhadores é a sobrevivência, ficando o problema da democracia em segundo plano, na medida em que fazer a troca entre uma democracia eventual e a sobrevivência concreta não valeria a pena” (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Bresser Pereira sinaliza ainda que, o propósito maior do PT era transformar as eleições de 1982 no momento de organização das bases populares, estando desvinculados do propósito maior das esquerdas liberais de garantir a estabilidade no colégio eleitoral, “que elegerá o presidente da república em 1984”. Bresser entende que a correspondência entre o fortalecimento da sociedade civil, em processo de democratização, e o Estado que se abria às aspirações populares produziria as condições necessárias para o retorno das eleições presidenciais. Assim, Bresser Pereira expõe a crítica da seguinte forma: “O PT não percebe este fato elementar ou se o percebe prefere chamar o fenômeno de ‘conciliação de elites’” (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Sob acusação de que o PT encarava a aliança entre PMDB e PP como uma aliança entre setores da “oposição liberal burguesa” e o governo, o que, segundo Bresser Pereira, levaria o PT inevitavelmente enxergar nas eleições de 82 a perpetuação da dominação burguesa. Bresser argumenta que “é certo que uma vitória das oposições no Brasil não trará o socialismo para o país”, mas, “trará a democracia”. O restabelecimento e aperfeiçoamento da democracia é a prioridade fundamental, no Brasil (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Nesta mesma edição do jornal, José Álvaro Moisés publica um extenso artigo denominado “Voto útil ou voto para valer?”, em síntese, sua argumentação reforça as ideias de Weffort no artigo publicado neste mesmo jornal no dia 30/01/82, a “Autonomia dos Trabalhadores”. Para este, nós, latino-americanos, padecemos do complexo de inferioridade em importar “ideias” ou “modismos” organizados pelos europeus e tomá-los como teorias absolutas.

Moisés critica a sociologia do “voto útil” de Ulisses Guimarães, através da seguinte colocação:

E, ao que parece, para alguns, campanha eleitoral não se faz apenas defendendo as suas qualidades próprias – vale dizer, a sua própria proposta política – mas, sobretudo, atacando o que a fantasia apresenta como os possíveis defeitos dos outros. Daí, a tese, surpreendente, apresentada pelo deputado Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, segundo a qual o PT seria

um partido inviável; portanto, mesmo preferindo esse partido o eleitor necessariamente deveria dar o seu voto ao PMDB. Não é fantasia? (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Moisés afirma ainda que não se pode tomar a realidade do cidadão como única e determinar que seu comportamento seja estabelecido por meio de um único padrão, como se fosse um robô. Não é possível subestimar o poder de escolha dos cidadãos, pelo contrário, estes são dignos e merecedores da liberdade de escolha e, por isso, as eleições do dia 15 é o primeiro passo da mudança. Moisés afirma: “o eleitor [...] quer saber a favor do que ele está votando. Quem são as oposições atuais? o que elas propõem? Qual é o seu projeto de reorganização social e política da sociedade?” questões que os partidos terão de saber responder, afirma Moisés.

Por fim, Moisés afirma que a condição de partido nascido das massas faz com que o PT expresse esse desejo de mudança, sendo um “partido de oposição ao regime” e ao “sistema de exploração existente no país”, ele não quer ser tutelado como “mais uma expressão de protesto” (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Na opinião de outros partidários pemedebistas, como o deputado Flávio Bierrenbach, em artigo intitulado “Da teoria do voto útil à prática do partido inútil”, a narrativa do PT, ao negar-se à frente única das oposições pelo “voto útil”, tencionava ao isolamento e ao estacionamento de suas forças sociais e políticas à realidade que o fez emergir, ou seja, permaneceria fechado às lutas sindicais.

Este sustenta que a necessidade histórica de momentos bastante particulares exige o esforço dos setores de oposição. Chamando a “inflexibilidade dos petistas” de “voto inútil” argumenta “é como se retrocedêssemos à teoria do voto nulo ou do voto em branco”, o mencionado deputado sugere que posições como a dos petistas atravancam o desenvolvimento democrático (Folha de São Paulo, 09/02/82).

Chopin Tavares de Lima, ex-parlamentar pelo MDB, cassado em 68, dirige uma elegante crítica a Weffort, através do artigo “Vale a pena ganhar?”, publicado no dia 11 de fevereiro. Para este, do ponto de vista político, a argumentação de Weffort faz sentido quando analisada “a partir do que silencia”, isto é, ameaça que pairava sobre o PT com a exigência de cumprir os pacotes de novembro para ter sua legenda aprovada pela lei eleitoral. Para este, o PT se projetava como uma força política a longo prazo, mas as novas exigências colocaram o partido diante do seguinte dilema, se não se lançar com todo empenho nas disputas majoritárias,

“arrisca-se a não alcançar o quórum exigido nas eleições proporcionais. Consequentemente, não consegue o registro definitivo no TSE e todos os deputados, vereadores e prefeitos que tiver eleito perdem o mandato” (Folha de São Paulo, 11/02/82).

Chopin destaca que a argumentação de Weffort e a preocupação do PT é cumprir os requisitos da legislação eleitoral, através deste entendimento que sua argumentação deve ser entendida, esclarece Chopin. Caminhando em sua argumentação, o ex-parlamentar questiona a afirmação de Weffort ao associar o PT como expressão popular na política, para este, a contribuição não partiria apenas dos populares, também dos parlamentares. Portanto, não poderia ser desprezado como Weffort o fez em sua argumentação, dizendo: “para mim, é decepcionante, embora compreensível, que o professor Weffort esqueça de repente essa visão lúcida em troca de um sectarismo que mal esconde suas motivações circunstanciais” (Folha de São Paulo, 11/02/82).

Nesta mesma edição, é publicado o artigo “A Proposta do PT”, de Plínio de Arruda Sampaio, Deputado Federal por São Paulo cassado durante o regime militar, mais um adentrar a polêmica do “voto útil”. O que Plínio chama de proposta petista é seu argumento central, as relações de poder, no Brasil, se faz pela urgente necessidade de se promover a participação popular – ausentes ou excluídos – na política, razão pela qual, buscar as raízes de uma democracia que se assente nas massas populares estava na razão do momento, e apenas o PT possuía o compromisso moral em resgatá-la, o resto era falácia (fascínio) pelo poder. Nas palavras de Plínio:

A questão central da democracia brasileira é a participação das imensas massas pobres e marginalizadas no processo político. Ao longo de toda a nossa História, os operários, os trabalhadores rurais, as massas pobres, ou estiveram completamente ausentes do jogo político ou dele participaram de um modo subordinado e reflexo, alinhando-se atrás de algumas das facções dos grupos dominantes e sem meios – por falta de organização própria e de consciência de seus verdadeiros interesses – de influir na marcha dos acontecimentos (Folha de São Paulo, 11/02/82).

Chamando de reacionário, a pretensão das forças de oposição formular um bloco de poder fechado em defesa das eleições de 1982, para Plínio, trata-se apenas de uma estratégia de poder detida ao fascínio da tomada dos mecanismos políticos que asseguram o poder político. Por meio desta argumentação Plínio se aproxima da percepção estabelecida por Weffort, setores de comando no PMDB estavam comprometidos com uma “forma de conciliação entre as elites”.

O PT representaria essa força política e social que se erguia contra essa forma de dominação. Nas palavras de Plínio:

No momento em que as forças políticas mais reacionárias empolgaram o poder e restringiram completamente o espaço político, não havia, de fato, mais remédio que formar uma ampla frente – por heterogênea que fosse – a fim de ampliar o espaço democrático; conseguido um certo espaço, era indispensável ocupá-lo, a fim de que a grande massa trabalhadora, não permanecesse, outra vez, como um protagonista secundário de um jogo político travado entre facções dos grupos dominantes (Folha de São Paulo, 11/02/82).

Por fim, Plínio apostava na articulação da proposta do PT por consistir, sobretudo, em um ato de liberdade às classes oprimidas.

Após encerrar a polêmica, o jornal deu voz a Weffort no artigo de 16 de fevereiro intitulado “Sim, vale a pena ganhar”. Através deste, Weffort faz um balanço das posições que foram levantadas desde que Ulisses, levantou a hipótese do “voto útil”, em entrevista ao mesmo veículo de comunicação, segundo Weffort, muito dos partidários pemedebistas que direcionavam apelos ao “respeito” e à “ética” pareciam “apropriar-se destas virtudes como algo exclusivo, de si próprio o de seu partido” daí Weffort indagá-los, a crítica de Ulisses ao PT é mais justa? Uma “desqualificação sem prévio exame do partido a que pertencem?”, por isso, Weffort reitera o diagnóstico sobre o PMDB, sua luta é eleitoreira e não lhes interessa cultivar as bases populares, mas, sim, formar um pacto de “conciliação entre as elites”.

Prosseguindo, Weffort elege por digno (dada elegância na crítica) receber comentários diretos algumas das formulações tecidas por Chopin Tavares de Lima. Segundo este “paira sobre o PT uma ameaça sobre sua viabilização legal”, Weffort responde “tranquelize-se [...] o PT reagiu ao pacote de novembro, com os demais partidos de oposição, não porque se sintam ameaçados, mas pelo que tem, em geral, de antidemocrático”, segundo Weffort, a dimensão dos votos totais preocupa, já que “afeta a liberdade de escolha e não porque se possa imaginar de existir como partido”, tais aspectos preocupam pois o PT se preocupa com:

Apelo popular das nossas propostas e queremos sustentar uma posição de independência dos trabalhadores no processo político. Queremos romper com a tradição de dependência política dos trabalhadores que marca tão fortemente nossa história, contribuir para o reconhecimento da sua autonomia no processo democrático brasileiro (Folha de São Paulo, 16/02/82).

Por fim, Weffort conclama para união das oposições, em favor da democracia no Brasil, e afirma, o medo pela sobrevivência não provem tanto do PT, mas do PMDB que não conseguiu se desvencilhar da “síndrome de partido único”.

A importância da articulação política assumida por Francisco Weffort pode ser medida por meio de sua exposição aos diversos veículos de comunicação, debatendo e defendendo a posição do PT perante a opinião pública. Enquanto articulador da campanha ao governo do Estado por Lula, em 1982, Weffort foi responsável por travar publicamente os mais duros e polêmicos debates com os representantes dos demais partidos da oposição. Por isso, de maio a novembro, Weffort coleciona uma sequência de artigos publicados semanalmente no jornal Folha de São Paulo, para tratar da posição do PT ao governo do Estado.

A título de exemplificação reunimos algumas de suas intervenções públicas como porta-voz do PT, sempre mantendo um debate em alto nível com diversos intelectuais pemedebistas, homens e mulheres dos mais inteligentes do partido, políticos dos mais experimentados no cenário nacional, alguns dos quais, Weffort possuía estreitos laços de amizade, como no caso do debate público travado com Fernando Henrique Cardoso (PMDB).

Nestes debates, há sempre um desencadeamento lógico de ideias, digo, o que se travava de discussão pública era aquilo que se buscava fomentar como princípio norteador, geralmente no programa político do PT, criticado especialmente pelos pemedebistas. Por exemplo, em 09 de maio, Weffort discute o rótulo a se pregar no PT de partido “isolacionista”, para este, não se pode chamar de “isolacionista”, um partido que se propõe a defender as causas populares. A réplica do PMDB foi elaborada por Cardoso e nela defende que a tarefa de organizar politicamente o povo é aspiração de toda oposição.

Nos debates que se seguem há a concepção em defender que partidos são ideologias e que cada partido se predispõe a representar determinados grupos por essa ideologia (26/06); e que estas ideologias não podem afastar o interesse de governar o conjunto da sociedade (04/07). Debates que se mantem até a semana que antecede as eleições.

Passada as eleições de 15 de novembro o saldo traçado pelo partido foi positivo, o país havia dado um importante passo rumo à democratização, como pode ser observado neste trecho do editorial do jornal “Estadão” – “há uma lição a ser tirada do resultado das eleições: a população está amadurecida e apta a votar, além de gostar de eleições diretas, principalmente para os cargos executivo”. Estrategicamente analisadas por Weffort, as eleições estaduais

demonstraram que os candidatos vencedores são propensos ao entendimento com o governo federal, como no caso de São Paulo, André Franco Montoro. Weffort observa ainda que em São Paulo, a oposição do PT dependerá do governo de Montoro – segundo Weffort "o que sobressai da observação do quadro paulista é que o Estado já se encontra amadurecido para o pluripartidarismo. É um erro minimizar a participação do PT e de Jânio Quadros em São Paulo, evidentemente cada um para seu lado" (Estadão, 25/11/82).

Em termos políticos, o ano de 1983 foi marcado pela reorganização do PT. Em setembro, o sindicalista Jacó Bittar é destituído do cargo de secretário-geral do PT, em seu lugar assumiu Francisco Weffort que, ao deixar o cargo de vice-presidente do partido e primeiro secretário, passa a responder como secretário geral do partido¹⁴⁹. O episódio gerou reação de um grupo de militantes sindicalistas vinculados à CUT e próximos a Bittar, estes buscavam intermediar, junto ao Diretório Nacional petista, uma revisão da destituição.

Para esclarecer os fatos, Lula concedeu uma entrevista coletiva dias depois do ocorrido, segundo o jornal Folha de São Paulo, ouviu de Jacó Bittar a queixa de estar havendo uma "intelectualização" da direção partidária. Nesta, Lula afirma que a importância estratégica da função não aceitaria acúmulo de outros cargos, segundo Lula, "é o coração do partido, pois dela dependem outras dez secretarias" o que exigia enormes esforços. Quanto ao risco de "intelectualização" do partido é veementemente negada por Lula, "o PT, por sua direção, não está caminhando para o controle dos intelectuais, pois o partido não corre o risco de desvirtuar de seus destinos. Somos todos trabalhadores" (Folha de São Paulo, 17/09/83).

Na função de secretário-geral do partido, Weffort colocou em discussão na reunião do Diretório Nacional a mudança de perspectiva na linha de atuação do partido. Segundo Weffort, o partido precisava abandonar a condição de "resistência", que desde a sua criação, marcou a atuação de seus militantes, esta mudança de perspectiva tinha relação direta com a conjuntura nacional, por isso, a necessidade do partido se abrir para discussões "mais abrangentes em relação a alternativas de governo". Para Weffort, o momento histórico exigia que o partido se abrisse de uma ênfase nas classes trabalhadoras para questões mais emergentes que envolviam

¹⁴⁹ A reunião da Executiva Nacional do partido, realizada em São Paulo, não contou com a participação de Jacó Bittar, este, segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, foi avisado de sua destituição via telefone que fora substituído pelo sociólogo. O que causou certo desconforto, a justificativa de sua destituição era sua eleição para coordenação da CUT, o que no estatuto do PT seria vedado um membro da Executiva Nacional possuir mais de um posto político em órgãos diferentes.

a eleição direta para a Presidência da República. Portanto, um partido atento à democratização de todas as esferas do poder.

Em face desta nova orientação assumida pelo partido, o PT passa a promover mais manifestações nas capitais estaduais, em defesa da Emenda Dante de Oliveira¹⁵⁰. O que se percebe é que o PT abandona o ranço de partido inflexível na defesa de seus propósitos para aderir a uma luta conjunta, entre todos os setores da oposição, instituições da sociedade civil e brasileiros na luta contra a decadente estrutura de mando controlada pelos militares. Neste sentido, o PT passa a desempenhar um papel fundamental na articulação dos movimentos político-sociais espalhados pelo Brasil afora.

Nos anos que se seguiram, o PT amplia sua campanha pelas diretas, seja através de seus parlamentares realizando pressão para aprovação da Emenda Dante de Oliveira, seja por colocar à prova seu poder de mobilização popular ao convocar as populações para manifestações¹⁵¹. O que se percebe é que o PT defende sua posição inflexível quanto a consagração do retorno às eleições presidenciais, cita-se “o Partido dos Trabalhadores não aceita as teses de mandato-tampão, pseudo-parlamentarismo, eleição pelo congresso ou qualquer outra medida que não seja eleição direta já” (Folha de São Paulo, 07/ 05/84).

Contra todas expectativas, a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada no final de abril daquele ano, mas o segundo semestre foi marcado pela articulação entre as forças de oposição para composição chapa firmada entre políticos do PMDB e da frente liberal do PDS, a coordenação de campanha coube a Ulisses Guimarães, sendo que a presidência saiu Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PDS). As eleições acontecem em 15 de janeiro de 1985, de forma indireta, sendo Tancredo eleito com 480 votos. O PT não participou e se recusou a legitimar o Colégio Eleitoral.

Apesar das eleições presidenciais indiretas não terem a chancela do PT, o partido manteve sua luta. Em 1986, com as eleições gerais para senadores, governadores e deputados federais e estaduais, o partido referenda a estratégia política traçada por Weffort em 1983, quando se torna secretário-geral. Para Weffort, o partido devia se abrir à sociedade, aprender a se comunicar melhor com as diferentes classes sociais e a trabalhar melhor a imagem e a linguagem televisiva, estratégia que pode ser observada nesta fala de Weffort: “a primeira

¹⁵⁰ Conforme demonstra matéria do jornal Folha de São Paulo do dia 29 de novembro de 1983.

¹⁵¹ Com o passar do tempo essas manifestações passaram a ser encaradas como grandes acontecimentos, reunia líderes de todos partidos de oposição, religiosos, artistas de todos os campos. Todos reunidos no mesmo espaço promovendo um diálogo aberto pelo Brasil.

campanha do PT teve somas de ingenuidade. Mas de 1982 para 1985, o pessoal percebeu que tem que poder traduzir as suas propostas políticas na sociedade brasileira em termos os mais amplos possíveis” (Estadão, 12/01/86). Ou seja, utilizar permanentemente os meios de comunicação em massa para estimular a participação popular.

Certamente a proposta de construção do poder popular era o maior diferencial do PT em relação a qualquer outro partido. Desde o lançamento das candidaturas, os nomes eram submetidos a todas as instâncias do partido – conferindo um caráter orgânico e ideológico à candidatura – assim, os petistas se comprometiam com diretrizes internas da construção de um poder em que o Estado é posto a serviço da coletividade. Entretanto, na avaliação de Weffort, a cena política de 1986 impunha ao PT dificuldades adicionais em sua capacidade de autoafirmação, por isso, Weffort observa: “este é uma novidade na nossa experiência histórica. Vamos ter quatro ou cinco candidatos que na partida tem chances mais ou menos parecidos. Ou seja, esse jogo vai ser um jogo pluralista, que tem de ser levado a sério” (Estadão, 12/01/86). E foi através deste novo olhar estratégico que as eleições de 1986 foram planejadas dentro do partido – um olhar na manutenção de sua identidade e outro para via eleitoreira – a estratégia era transformar o PT no principal partido das oposições e, por consequência, tornar o partido mais forte nas urnas.

O PT lançou candidatos a todos cargos naquele ano, havendo uma atenção toda especial aos candidatos ao Congresso Constituinte¹⁵², é nas eleições de 1986 que Weffort lançou-se como candidato paulista a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, apesar de não ter sido eleito, recebeu uma votação expressiva¹⁵³, situação a se considerar em relação aos candidatos do PT para o Senado (o jurista Hélio Bicudo e o sindicalista Jacó Bittar) e ao governo do Estado (o economista Eduardo Suplicy), estes possuíam boa votação, mas foram derrotados pelos candidatos do PMDB¹⁵⁴. Nas candidaturas a deputado, o PT elegeu 8 federais, sendo 6 paulistas, 1 de Santa Catarina e outro do Maranhão, com destaque às eleições de Lula (o deputado federal mais votado do Brasil), Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Gushiken, Florestan Fernandes, Eduardo Jorge e José Genuíno. Já para deputado estadual, o partido elegeu 10 dos possíveis candidatos, com destacada atenção para Luísa Erundina, José Dirceu e Ivan Valente.

¹⁵² Para o senado o PT lança Hélio Bicudo e Jacó Bittar, ao governo do Estado o partido lança Eduardo Suplicy.

¹⁵³ Weffort recebe cerca de 8.500 votos.

¹⁵⁴ São Paulo elege para senador Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, já para o governo do Estado é eleito Orestes Quêrcia.

Na avaliação de Florestan Fernandes e Francisco Weffort, a composição deste Congresso Constituinte seguiu um perfil conservador, segundo Florestan, uma “conciliação conservadora que criou um Congresso Constituinte viciado e criando distorções. O poder econômico está procurando representantes fiéis”, por sua vez, Weffort afirma que este perfil conservador deriva à “presença de senadores que não representantes do povo, mas do Estado” e que o Congresso teria de cuidar da legislação ordinária.

Desde que foi derrotado nas eleições de novembro e com a tendência de a Constituinte passar a ser desenhada de maneira conservadora¹⁵⁵, Weffort é substituído do cargo de secretário-geral do partido na reunião do Diretório Nacional em março de 1987, nesta estava em discussão a redefinição na correlação de forças no interior do partido. Àquela altura Weffort havia manifestado publicamente algumas divergências, quanto a atuação da bancada petista:

Além de levantar os problemas, os partidos têm a obrigação de discutir a situação. O PT ainda traz consigo a visão de quem acha que não é sua responsabilidade resolver os problemas do país. O partido tem que desenvolver a ideia de que um dia vai virar governo. O que há é um problema de amadurecimento no partido. O PT ainda está na adolescência (Estadão, 22/03/1987).

As eleições de 1988 é o momento que o partido se expande consideravelmente, conquistando importantes capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória. As administrações petistas, em especial, a de Luiza Erundina em São Paulo, houveram conflitos e vários escândalos destacados pela imprensa, Secco lista alguns: “o desmoronamento de parte da favela Nova República; o caso Lubeca que atingiu o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh; o caso Prodam onde seu presidente foi acusado por usar recursos públicos” (Secco, 2011, p. 130). Em meio à onda de críticas e acusações às administrações petista, notamos uma certa tendência ao distanciamento de Weffort das funções partidárias entre as eleições municipais e a campanha presidencial de 1989.

Entendemos que as ações de Francisco Weffort no interior do PT resultaram, em um primeiro momento, em mudanças efetivas no sentido de construção de um partido de massas, entretanto, sua dedicação na estruturação do partido sempre teve de enfrentar resistência dos

¹⁵⁵ Parlamentares do PT e os intelectuais a ele vinculado denunciavam a formação do “centrão”, grupo majoritário de deputados vinculados ao PFL que lideravam os trabalhos e, no geral, resistiam às mudanças, principalmente se opondo a qualquer proposta vinda da bancada sindical (como era conhecida a bancada do PT).

setores anti-intelectual presentes no partido. Contudo, a sua atuação é reconhecidamente destacada, por imprimir a marca no partido, pela construção democrática do poder popular.

3.3. A COMPATIBILIDADE ENTRE O IDEAL POLÍTICO-SOCIAL EM WEFFORT E O GOVERNO DE FHC

No dia seguinte as eleições presidenciais de 1994, Francisco Weffort pública na Folha de São Paulo o polêmico artigo intitulado “A segunda revolução democrática” referindo-se à vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e à possibilidade de consolidação da democracia brasileira. Neste, Weffort afirma que Cardoso “tenha que considerar entre as suas metas de governo tornar o país menos injusto” e continua afirmando “eu votei em Lula. Por isso mesmo devo ser muito claro em um ponto que fica aqui como uma espécie de preliminar. Fernando Henrique venceu por seus méritos políticos, não pelas maracutaias com que alguns tentaram favorecê-lo” (Weffort, 04/10/1994).

Francisco Weffort não hesitou em atender ao pedido do presidente eleito para ser o grande arquiteto da organização cultural de uma proposta de intervenção pública, que se pretendia ajustar as deficiências crônicas do Estado democrático brasileiro desde 1930¹⁵⁶. Assim, sua adesão ao governo de FHC é uma “adesão orgânica”, e suas funções acabam por serem “conectivas”¹⁵⁷ e “organizativas” de uma proposta de desenvolvimento sócio-político-econômico da democracia brasileira.

Além da possibilidade que enxergava de consolidação da democracia política e na eliminação das desigualdades sociais no Brasil, a partir do governo FHC, outras foram as razões que levaram Francisco Weffort aceitar o convite para integrar a equipe de ministros no governo tucano. Dentre elas, destacamos o seu afastamento da direção petista, já em início dos anos 90 quando volta a se dedicar à atividade acadêmica¹⁵⁸. Entre os anos de 1990 a 1992, Weffort foi

¹⁵⁶ Conforme pode ser observado em: ALVES, Carlos Eduardo; SILVA, Fernando de Barros. Weffort diz a Lula que quer ser ministro de FHC. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 06.

¹⁵⁷ Utilizamos o termo conforme Gramsci empregou para indicar a “necessidade de ‘consciência da unidade orgânica’ dos problemas ligados à formação da ‘unidade cultural italiana’”, ou seja, Gramsci está observando a conexão entre os diversos problemas e a função de intermediação pelos intelectuais dirigindo a formação desta unidade cultural.

¹⁵⁸ Conforme pode ser observado nas atas de composição do Diretório Nacional do PT, Francisco Weffort aparece nomeado até o VI Encontro Nacional, realizado em 89, e com validade até junho de 1990. Portanto acreditamos que Francisco Weffort a partir desta data se afasta definitivamente do partido, uma vez que seu nome é substituído pelo deputado paulista Luís Gushiken.

contemplado com a bolsa residencial do instituto Hewlett e se torna professor visitante, dando sequência às pesquisas nos institutos Woodrow Wilson Center e no Helen Kellogg Institute, da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, publica o livro “Qual democracia?”, em 1992.

De outro lado, observamos o seu descontentamento com o direcionamento que o PT passava adotar em finais de 1980. Para isso, destacamos dois pontos, primeiro, Lincoln Secco (2011) chama atenção para o excesso de controle assumido pela tendência sindical da Articulação dos 113¹⁵⁹. Liderada por Lula, estes, desde a fundação do partido, imprimiram uma perspectiva “anti-intelectual”, o que sem sombra de dúvidas, foi um elemento complicador para se consolidar a perspectiva de partido de massas e de afunilamento das resoluções no V Encontro, em direção a supervalorização destes em função da sub-representação das bases¹⁶⁰. Segundo, a expansão do PT – de uma organização política basista para uma organização de tipo partidária -, gerou profundo descontentamento em Weffort, como se pode observar:

Tentava-se construir uma nova concepção de política, mas essa tentativa só podia ocorrer nas condições definidas pelas concepções políticas dos grupos dominantes. Nestas circunstâncias, a política, como tal, aparecia para muitos, ao mesmo tempo, como atração e como repulsa. Muitas vezes, éramos tentados a falar da política dos grupos dominantes como se falássemos de um lugar situado fora da política. Evidentemente, tentamos sempre (e tivemos êxito nisso) falar de uma política “dos de baixo”, razão última da existência do PT. Mas, com frequência, essa política “dos de baixo” era, na verdade, muito mais a perspectiva dos movimentos sociais – em especial o sindical que dava origem ao PT – do que a do partido que aliás, de fato, o PT ainda não havia chegado a ser (Weffort, 1989, p. 01).

Entendemos que a existência de pontos em comum entre o pensamento de Cardoso e de Weffort permitiu haver uma aposta de ambos os lados, sinalizou ainda para perspectiva de construção conjunta de um projeto político que expressasse o ideal de consolidação da democracia social no Brasil.

Para muitos, a decisão de Francisco Weffort foi encarada como traição imperdoável ao mover-se do campo das esquerdas para o campo liberal-democrático, como pode ser observado na crítica de Caio Navarro de Toledo¹⁶¹. Por outro lado, seu nome foi celebrado por

¹⁵⁹ Tratava-se de um movimento interno no partido que buscava captar e discutir as mais diversas conjunturas políticas. Basicamente os representantes dessa tendência eram apenas sindicalistas.

¹⁶⁰ Um estudo detalhado pode ser encontrado no artigo de César Alberto Marques Novaes, “PT: dilemas da burocratização” (1993).

¹⁶¹ TOLEDO, Caio Navarro. São os índios fascistas?. Gramsci e o Brasil, 2000. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=175>

determinados setores da imprensa e intelectuais mais experimentados no campo da política como uma grande escolha, seja por sua capacidade de interlocução política, seja por sua capacidade “orgânica” de comandar a organização da cultura.

Partimos do pressuposto que houve uma adesão sem aderência de Weffort ao governo FHC, ou seja, diferentemente do que as críticas expunham, entendemos que Weffort não se entregou ao pragmatismo político expresso através da aliança PSDB/PFL, este foi coerente com sua trajetória ao apostar na capacidade política e intelectual do respeitado sociólogo brasileiro, para dirigir o país, no delicado momento em que se exigia habilidades políticas para se buscar perspectivas de consolidação da democracia política, em um país mergulhado na crise econômica e marcado por um extraordinário quadro de desigualdade social.

Entendemos ainda que a abertura de Cardoso a temas, considerados essenciais para Weffort, permitiu a adesão à proposta de um futuro social-democrático para o Brasil. Afinal, a questão essencial para Weffort era a de construir um tipo de democracia social que trouxesse ao primeiro plano a dimensão da igualdade social. Em seu artigo “A segunda revolução democrática” podemos observar uma passagem em que Weffort expressa suas apostas e seu desejo de consolidação da democracia social:

O Brasil que, como diz Fernando Henrique, não é tão subdesenvolvido quanto injusto, tem agora a sua chance de mudar. Ou melhor, de começar a mudar. E as razões mais simples, pontas de iceberg de processos históricos muito complexos, são de que terá no governo um grande líder intelectual [...]. Se a agenda apontar para o lado certo, nós estaremos, como país, caminhando no sentido da consolidação da democracia política e de uma sociedade menos desigual. Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isso que se chama, em geral, de modernidade? (Weffort, 04/10/1994).

Para Weffort, a conjuntura política inaugurada pela eleição de Fernando Henrique Cardoso evidenciava perspectivas otimistas de que o Brasil seguiria um caminho seguro para institucionalização da democracia social, acerca desta ideia citamos Weffort: “se a sua obra permite alguma previsão sobre a sua conduta futura, esta será a de um chefe de Estado empenhado na modernização e na democratização da sociedade brasileira. Ele desejará que o país continue crescendo, mas que seja menos injusto – esse é o ponto” (Weffort, 04/10/1994).

O que podemos perceber na abordagem de Weffort é que a intersecção entre a política e a economia são pontos fundamentais acerca da responsabilidade em consolidar a democracia social no Brasil. Weffort entende que os modelos de desenvolvimento econômico,

experimentados desde a Era Vargas, não foram capazes de conjugar conjuntamente a defesa do crescimento econômico com o desenvolvimento das estruturas sociais, criando situações controversas como a fusão de elementos modernos e tradicionais, democráticos e autoritários.

Naturalmente, na avaliação de Weffort, estes modelos não foram capazes de assegurar a defesa da “liberdade política” e da “igualdade social”, de que compõe o ideal de democracia social. Nestas condições, Weffort ressalta que tivemos uma “democracia deformada”, já que as circunstâncias de extrema desigualdade em que ela se validou, acabou por levar a democracia brasileira a criar mecanismos de ajustes como a abertura ao populismo e ao nacionalismo (Weffort, 1992, p. 105). O processo de liberalização política, iniciado ao longo dos anos 80, estabeleceu as condições necessárias para democratização do Estado, que posteriormente seria consagrado pela Constituição Federal de 1988. Na avaliação de Weffort, esse crescente processo de democratização do Estado tendia completar seu ciclo com o governo liberal-democrático de FHC. A depender de Cardoso, o Brasil reverteria as tendências conservadoras, historicamente presentes nos ciclos de modernização, experimentadas pelo país. Em seu discurso de posse Fernando Henrique cita:

Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria [...]. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior (Cardoso, 1995, p15).

Os escritos de Weffort pós-PT, em especial, o livro *Qual democracia?* (1992)¹⁶² servem de indicativo para análise da justaposição entre sua perspectiva democrática e o ideal político presente no programa de governo de FHC. Weffort, por exemplo, entende que após a redemocratização os termos “liberdade política” e “igualdade social” caminharam em descompasso, tendo a “democracia política crescido” de maneira acelerada, encontrando por outro lado, caminhos fechados para “solução da crise econômica que passam pelo crescimento da igualdade social” (Weffort, 1992, p.63).

¹⁶² Neste livro, Weffort produz um diagnóstico dos Estados e sociedades na difícil tarefa de reconstrução democrática e recomposição econômica para corrigir os desequilíbrios de um país marcado pelas diferenças e injustiças sociais. Seu livro é composto por um conjunto de artigos escritos entre os anos de 1988 e 1992, sendo no total sete artigos, os dois primeiros foram escritos ainda no Brasil num contexto de distanciamento de Weffort do PT, já o restante do livro é resultante de sua experiência nos EUA.

No projeto político do PSDB verificamos a existência de três eixos norteadores da atividade política: I) a questão econômica; II) a questão educacional; III) a questão social¹⁶³. Estes aspectos aparecem distribuídos de maneira a combater as desigualdades, concentração de renda e aos resquícios da cultura autoritária presentes na sociedade e nas instituições republicanas.

A superação da crise econômica aparecia como o “grande desafio histórico a enfrentar” por Fernando Henrique e sua equipe econômica. Sob essas circunstâncias, foi cunhado o projeto de um “novo modelo de desenvolvimento” - alicerçado em parcerias público-privado e num forte programa de privatizações -, deste novo modelo, a econômica devia operar por meio de três condições:

a) refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento; b) eleger a criação de empregos como a forma mais efetiva e duradoura de distribuição de renda; c) fortalecer o poder político decisório (inclusive sobre o próprio aparelho do Estado, que deve ser reformado) para realização eficiente de projetos sociais compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional (Cardoso, 1994, p.03).

O sucesso da institucionalização democrática dependia da estabilização econômica. Prontamente, este eixo é tratado como prioridade por Fernando Henrique, como pode ser observado em seu discurso de posse: “hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo”, ao se eleger, Fernando Henrique vinha de uma passagem muito bem sucedida no Ministério da Fazenda, após a implantação do Plano Real. Seu governo representou a continuidade do Plano Real assomado ao ambicioso plano de reformas estruturais¹⁶⁴. Cardoso destaca “a isto eu me

¹⁶³ PSDB. Os desafios do Brasil e o PSDB (Síntese). Brasília: Comissão Executiva Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira, 1989. (Coleção Tucano – Série Documentos Partidários, VI). P.09.

¹⁶⁴ Brasília Sallum Jr. (1999) Caracteriza o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, da perspectiva econômica e sócio-política, como o abandono da tradição Vargas em todos seus sentidos, assim citamos: “Durante todo este período, o governo Cardoso buscou com perseverança cumprir o propósito de liquidar os remanescentes da Era Vargas, pautando-se por um ideário multifacetado, mas que tinha no liberalismo econômico sua característica mais forte. Salvo engano, o núcleo dessa perspectiva pode ser resumido neste pequeno conjunto de proposições: o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul. Este ideário liberal básico materializou-se em iniciativas que mudaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e mercado. Seu alvo central foi quebrar alguns dos alicerces legais do Estado nacional-desenvolvimentista, parte dos quais fora constitucionalizado em 1988. Ou seja, visaram reduzir a participação estatal nas atividades econômicas e dar tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro. O governo Cardoso conseguiu isso através da aprovação quase integral de projetos de reforma constitucional e infraconstitucional que submeteu ao Congresso

dedicarei com toda a energia como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da nação” (Cardoso, 1995, p. 13).

Entendemos que a vivência acadêmica nos EUA proporcionou a Weffort ampliar e aprofundar sua concepção democrática, a ponto de promover a defesa das esquerdas, em torno de um programa que visasse reformas sociais e a consolidação da democracia. Sobre essa dimensão Weffort registra: “se me perguntassem o que é a esquerda brasileira hoje, minha resposta seria a seguinte: é o que cabe no arco de forças políticas empenhadas na consolidação da democracia política e na eliminação das extremas desigualdades sociais existentes no país” (Weffort, 1992, p. 124). Nesta passagem, Weffort deixa em aberto a possibilidade de seu envolvimento político em outras agremiações políticas diferentes do PT, tudo dependia do projeto de consolidação democrática, valendo-se de critérios baseados em princípios de justiça social. Em nosso entendimento, sua adesão ao projeto político tucano ao executivo federal, se explica por meio dessa dinâmica de conjugação das forças democráticas. Para Weffort, a questão da democracia social estava em primeiro plano.

Podemos perceber que a questão da justiça social, além da questão econômica, eram os dois pilares que sustentavam o plano de execução em seu governo. Acerca desta dimensão Fernando Henrique registra:

Queremos uma nação unida para trabalhar, crescer e eliminar as brutais desigualdades sociais e regionais, com cidadãos aptos a resolver seus próprios problemas e ajudar a resolver os do país. E queremos uma nação soberana, com fronteiras seguras e uma política externa competente para defender os interesses do Brasil em benefício de seu povo. Queremos uma democracia consolidada, em que todos os brasileiros exerçam plenamente sua cidadania, sem tutela do Estado sobre a sociedade, com dirigentes e partidos capazes de exercer com firmeza e probidade a vontade política de que forem investidos (Cardoso, 1995, p. 07).

A presença das massas populares participando da construção de um caminho rumo à reforma democrática do Estado e da sociedade, representa o encaminhamento de propostas que Weffort articulava, desde tempos do PT, conforme pode ser observado nesta passagem:

Nacional. Os mais relevantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRÁS, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões).

A democracia social é mais do que uma democracia organizatória, ela pressupõe uma sociedade organizada. Pressupõe, primeiro, uma classe trabalhadora muito bem organizada; segundo, um alto grau de consenso a respeito das questões decisivas para o desenvolvimento social e econômico do país; e, terceiro, uma sociedade com capacidade de planejamento. O conceito de cogestão é emblemático dessa capacidade de organização, com sua divisão (e complementação) de responsabilidades entre trabalhadores e gerentes na administração de empresas. Também se espera que as classes sejam capazes de partilhar responsabilidades (e colaborar) na administração da sociedade. Tudo isso significa que, mesmo antes de pressupor uma sociedade organizada, temos aí uma democracia que pressupõe uma sociedade integrada – isto é, uma sociedade que já incorporou (ou está em processo de incorporar todas as classes autônomas (Weffort, 1992, p. 30).

A questão social brasileira é considerada através da perspectiva de distribuição de renda nacional às classes sociais em situação de risco, os mais vulneráveis. Seu mecanismo de validação estava alicerçado na reconstrução da economia através dos seguintes aspectos: um programa de transferência de renda; um ambicioso programa de geração de empregos; e a reforma do Estado (como a busca por uma agricultura sustentável, o fortalecimento da educação básica, habitação, além do fortalecimento do sistema único de saúde). Estas iniciativas representavam a perspectiva de defesa da dignidade humana e de aperfeiçoamento da democracia pelo governo de Fernando Henrique¹⁶⁵.

Segundo Fabiane Costa Oliveira (2004), a proposta para a área educacional norteava-se pela expansão e qualidade do ensino público e pela valorização dos educadores. Assim, Fabiane descreve:

Essa última consistia em aumento de salário e incentivo a programas de formação e atualização do profissional da educação [...]. os peessedebistas consideraram obrigatória a aplicação de uma política de elevação tanto do nível educacional quanto da mão-de-obra do trabalhador brasileiro concomitantemente à prática de medidas que provocassem a retomada do crescimento (Oliveira, 20004, p. 116).

Conforme o discurso tucano presumia um eixo reformista nas áreas expostas, encontramos um posicionamento semelhante em Weffort no livro “Qual democracia?”, para este, a reforma se fazia necessária como pressuposto a sobrepujar a experiência de “modernização conservadora”. Para Weffort, as reformas deveriam ser concebidas no plano econômico, da sociedade, do Estado e do sistema político, sendo que elas se faziam necessárias

¹⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Mãos à obra, Brasil: proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 1994. 131 p.

para “se impor uma modernização econômica do capitalismo”. Economicamente, Weffort presumia a necessidade de “buscar pontos de enlace com a economia internacional”, ou seja, da abertura da economia ao mercado mundial. Cardoso ressalta, em sua posse, exatamente esta dinâmica planejada por Weffort, vejamos:

Vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje [...]. As tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamização do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo (Cardoso, 1995, p. 18).

A reforma da sociedade configurava-se em políticas públicas voltadas aos temas sociais, como a manutenção da proteção aos brasileiros de baixa renda, em situação de risco. Naturalmente, Weffort redimensionava a atuação do Estado para que fosse possível maiores investimentos nas áreas da saúde, educação, combate à miséria absoluta, princípio da distribuição de renda e terras aos grupos necessitados.

Sobre a dimensão da reforma política, Weffort se posicionava favorável a um programa de privatizações, conforme podemos observar nesta passagem “o que se quer é desinchar o Estado, mudar seu conteúdo social e econômico e a sociedade. O que se pretende é atribuir ao Estado novas tarefas, de modo a torná-lo eficaz para a integração econômica pela nova ordem internacional”. Sobre esta nova dinâmica de privatizações, Weffort sugere que se faz necessário quebrar os monopólios do “corporativismo”, uma vez que “houve um crescimento do Estado como tal, e, ao lado desse fenômeno, um crescimento do controle dos grupos privados sobre o Estado” (Weffort, 1992, p. 138).

Mais importante do que combater o corporativismo, tratava-se de promover a reforma do sistema político, de consolidar a estrutura política e a democracia política. Weffort defendia o parlamentarismo e a mudança do voto para “distrital misto”. Sobre essa mudança, Weffort afirma: “esta seria uma mudança regime de governo com enormes repercussões sobre o processo de consolidação da democracia política”, Weffort observa ainda que esse sistema “seria compatível com a democracia de massas”, uma vez que os “enlaces entre tais burocracias, instituições civis, parlamentos, governos, etc. funcionam com enorme dinamismo, reforçando uma enorme capacidade de preservação do conjunto do sistema” (Weffort, 1992, p. 139).

O que observamos sobre as propostas de reformas, elaboradas por Weffort, é que elas “indicam a existência de uma consciência sobre a necessidade de mudar a atual situação do

país”, perspectiva adotada pelo governo de Fernando Henrique que, em geral, corroboravam com suas proposições. A iniciativa, de fazer parte do governo de Cardoso, representou a Weffort a possibilidade de sair do campo das projeções para a tomada de iniciativas, de tomar o curso dos acontecimentos em suas mãos.

Ao longo desta exposição, observamos a existência de diversos pontos em comum acerca do ideal em promover a construção da democracia social entre o pensamento de Weffort e o programa político desenvolvido pelo governo de Fernando Henrique. Neste sentido, observamos a correspondência entre o pensamento e ação presente nestes intelectuais que, por desenvolverem uma trajetória intelectual muito próxima, adotam caminhos diferentes no movimento de concepção da ampliação da “sociedade civil”, Weffort engaja-se no PT e Cardoso no PMDB e, posteriormente, trata de fundar e organizar o partido da socialdemocracia no Brasil. Ao final, essas trajetórias se encontram pois, por mais que os caminhos em momentos específicos seguiram caminhos diferentes, elas convergem em torno do projeto de consolidação da democracia social no Brasil.

3. 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de Francisco Weffort, no meio intelectual, acontece por volta de finais da década de 50, em virtude de sua participação no “Seminário de Marx”, esta experiência assoma-se ao ambiente intelectual favorável, que Weffort encontra no CESIT/USP para desenvolver os contornos de uma pesquisa muito promissora em torno do conceito de populismo. Desde então, Francisco Weffort publica uma série de artigos reunidos posteriormente no livro “O Populismo na política brasileira” (1978), neste Weffort analisa a forma como as classes populares inseriam e comportavam-se na política a partir da orientação de um líder populista, constituindo assim um fenômeno político, em que as “massas” populares são prospectadas como fonte de legitimação de uma fórmula de poder em que seus interesses aparecem sob uma condição politicamente passiva.

A sua intervenção no ambiente da política está diretamente relacionada ao agravamento das circunstâncias político-sociais, devido ao endurecimento do regime militar. Apesar de seu exílio, Weffort passa do exercício da atividade intelectual a ter uma intervenção política direta junto aos canais de resistência espalhados pelas principais capitais, buscando conjugar a realidade imediata de uma pesquisa compartilhada em um ambiente intelectual próspero como

a CEPAL/CHILE às perspectivas de distanciamento democrático que o Brasil atravessava. Neste sentido, a missão essencial das Ciências Sociais orientava-se para além da crítica ao golpe, mas pelo envolvimento, em movimentos políticos, que permitissem potencializar a resistência da oposição política e da sociedade civil pela reconstrução democrática.

A despeito desta busca pela construção de canais ao debate democrático, Weffort ao retornar de seu exílio, concentra esforços intelectuais neste sentido. Será, por meio desta perspectiva que Cardoso lidera a constituição de um espaço voltado para estudos que não sofressem a ingerência da intervenção estatal, uma vez que ela havia se concretizado sobre a USP, e comprometido a liberdade intelectual no desenvolvimento de pesquisas. Assim, surge o CEBRAP, enquanto espaço de teorização das problemáticas relacionadas ao desenvolvimento brasileiro, ao debate relativo à democratização, dentre outros assuntos.

No CEBRAP, seus projetos caminharam para ampliação dos estudos acerca do populismo, enquanto ferramenta geradora de uma nova “interpretação do Brasil”, analisada agora sob a ótica do sindicalismo populista. O que há de novo nesta interlocução é a tentativa de autonomizar movimentos populares na política, mesmo sob o influxo do surgimento das classes populares no seio do populismo e do autoritarismo militar, tendência que pode ser constatada nos estudos sobre as greves de Contagem e Osasco, ocorridas em 1968, e dos artigos no jornal Opinião. Os seus estudos indicam uma necessidade em geral: a construção de uma perspectiva de cidadania que tomasse a participação popular como elemento essencial para se ter uma democracia livre dos males, que a teria levado a funcionar por tanto tempo, através de processos de sub-representação (Weffort, 1992).

Especialmente contra essa tradição de política que o CEDEC é fundado. Sua particularidade detinha-se à investigação dos movimentos de iniciativa popular, que durante a década de 70, passam a ganhar espaço na luta pelo acesso a melhores condições de vida e trabalho. O centro desenvolve pesquisas inovadoras, neste sentido, eles se colocam o problema “de um novo tipo de democracia no Brasil”, fortalecida ,através do vínculo de seus cidadãos com novas esferas de poder que se pretendia construir (Chauí e Nogueira, 2007, p. 175).

Os intelectuais cedequianos tornaram-se representativos de uma busca ativa pela democracia, situação que envolvia o desafio tanto do pensamento quanto da prática pelo seu alcance. À medida em que a luta pela restauração democrática avançava, mais o CEDEC se firmava enquanto núcleo articulador dessa luta. Por assim dizer, a atividade comum destes intelectuais relacionava-se ao compromisso de alargar as possibilidades de construção de canais

de participação popular que desencadeasse no processo de restauração democrática. Esta foi a grande originalidade do CEDEC.

Para responder a indagação motivadora da pesquisa, consideramos necessária a digressão em direção aos contornos iniciais de sua trajetória intelectual, buscando compreender como ela se relacionava com a perspectiva política. Consideramos, portanto, para o primeiro capítulo, a necessidade de promover o debate das principais referências e das influências que Weffort foi construindo ao longo deste percurso, já que, por meio delas, Weffort atingiu uma destacada atuação no ambiente intelectual, o que lhe trouxe prestígio para ingressar na política. Enquanto um dos muitos intelectuais que ingressaram no PT, Weffort concentrou-se sobre a tarefa de organizar um partido de representação de massas. O mais amplo possível e de canais de consulta direto às bases. Certamente, Weffort é um exemplo de intelectual engajado às circunstâncias político-econômicas de seu momento.

O golpe militar provoca uma reavaliação por completo nas investigações provenientes na área das Ciências Sociais. Até 1963, Weffort dedica-se a compreender a tradição de Estado autoritária vigente no Brasil, a partir da assunção de Vargas ao poder. Compartilhando, por meio do conceito de “estado de compromisso”, uma extensa revisão do pensamento político brasileiro e latino-americano, Weffort baseia-se na tipologia sociológica de Gino Germani para construir o entendimento de uma passagem gradual de uma “democracia com participação limitada” para uma “democracia com participação ampliada” (Weffort, 1978, p. 45). Trata-se, para Weffort, de um movimento contínuo de transformação em que as massas populares atravessam um processo de “massificação” – por um lado, encontram acesso ao trabalho e uma pequena revolução de expectativa individual, mas, por outro, acabam se tornando fonte de legitimação desta estrutura populista de governo – são considerados por Weffort como “parceiros fantasmas” no jogo de interesses políticos (Weffort, 1978, p. 54). Enquanto que, a imersão constante destes populares à vida urbana representava uma completa “revolução democrático-burguesa”, era, por outro lado, era sinônimo do “mudar conservando”, uma vez que na cultura política brasileira há traços marcantes de um passado que vai passando, mas não passa por completo.

Entendemos que o golpe militar desencadeou um movimento de intensa (re) avaliação no pensamento político de Francisco Weffort. Por essa razão, sua interpretação, sobre o populismo e sindicalismo populista, passa por uma readequação ao incorporar um discurso fundamentado num teor fortemente político que acaba desencadeando na agenda de estudo

sobre a democracia e à democratização do Estado brasileiro. Assim, a fim de buscar fortalecer os espaços de participação popular contra o regime militar e construir alternativas reais em direção à democracia de massas, Weffort engaja-se no Partido dos Trabalhadores ao longo de toda a década de 80 como membro da Executiva Nacional do partido, sendo que na função de secretário geral do partido, Weffort coordena as campanhas de Lula (Estadual, Federal) até 89, e como candidato à constituinte de novembro de 1986.

Foi nosso objetivo analisar como a atividade intelectual de Weffort conectou-se à carreira política, iniciada por sua adesão ao PT, para defender que sua experiência política caminha em conexão com sua trajetória intelectual. Desta forma, a tentativa de organizar um partido de massas recobrava o ideal de construir uma “democracia social”, livre de qualquer processo de deturpação em seu sentido ideal.

Durante os anos que Weffort exerceu o cargo de secretário geral, o PT atravessa a condição de partido da antítese intransigente - radical sobre a proposta de manutenção dos interesses dos trabalhadores da indústria, na independência do sindicalismo e na crítica ao capitalismo - para a de partido da antítese ampliada. Weffort empenha-se na organização de um partido aberto a todas as categorias de trabalhadores e livre da cisma radical ao capital. O PT passava a operar sobre a eminente necessidade da reconstrução democrática, iniciava a sua importante contribuição do partido na mobilização da sociedade civil no movimento das Diretas Já.

A emergência do PT, enquanto importante força política das oposições, se constrói neste período, reforçando o compromisso com a democracia política e com a valorização de movimentos sociais, onde se buscava estimular a espontaneidade da sociedade civil. Desenvolvemos nossa análise no sentido de evidenciar que seus esforços se relacionavam ao ideal de atingir a democracia de massas. Como Weffort afirmou em entrevista ao Banco de Ideias, em que cita:

Como repudiávamos aquele “socialismo” e aqui vivíamos em um regime autoritário, tomou muita força no PT a valorização dos movimentos sociais, como expressão de uma espontaneidade da sociedade civil. Pelas mesmas razões, tomou muita força também a valorização da democracia política (Banco de Ideias, 2012, p. 01).

Ressaltamos que a abertura do PT ao “mercado”, ocorrido a partir da resolução no VI Encontro Nacional do PT, em finais de 1989, levou o partido afastar-se do ideal de construção

de uma democracia de massas. Consequentemente, a ala mais ideológica do partido, bem como, diversos intelectuais que trabalhavam para construir um partido de representação de massas acabam por se afastarem do PT, no início dos anos 1990. A tentativa do PT reforçar a estratégia de conquista do poder levou ao naufrágio dos princípios éticos e ideológicos que havia marcado a história do partido, é neste ambiente que Weffort afasta-se do PT, após os resultados finais das eleições presidenciais de 1989. Sobre esse assunto Weffort confirma esta impressão em entrevista à revista Banco de Ideias:

B.I.: Quais foram as principais mudanças programáticas ocorridas no partido da fundação até agora?

F.W.: Em 1989–1990 algumas mudanças políticas acarretaram importantes mudanças programáticas: a derrota de Lula diante de Collor, a queda do muro de Berlim e, logo a seguir, o impeachment de Collor. Juntas, essas circunstâncias diluíram um pouco mais o socialismo petista, reforçando o compromisso com a democracia política e ensaiando um compromisso com uma política de desenvolvimento econômico com base no crescimento de um “mercado interno de massas” (Banco de Ideias, 2012, p. 01).

Ressaltar a sua colaboração, como Ministro de Cultura, no governo Fernando Henrique é entender, como foi defendido, que Weffort é fiel e coerente com sua trajetória político-intelectual. Entendemos que sua participação no governo de Fernando Henrique dá-se por meio da adesão sem aderência, ou seja, Weffort aposta na capacidade moral e intelectual de Cardoso para colocar em prática um projeto de consolidação democrática, que outrora havia lutado tanto para consolidar no PT. Naturalmente, entendemos que Weffort não se aproxima do PSDB, seja por não se filiar ao partido, seja por manter-se fiel às propostas políticas que defendia.

Em suma, o estudo sobre a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort indicou três importantes conclusões. A primeira delas é que, há coerência e proximidade entre o pensamento e a trajetória de Weffort com a de Cardoso, ao longo do primeiro capítulo buscamos resgatar a similaridade existente nestas trajetórias, que depararam-se com a difícil indagação de explicar o golpe militar de 1964, protagonizaram um importante debate na CEPAL sobre a teoria da dependência. De volta ao Brasil, permaneceram fiéis às suas perspectivas intelectuais ao desenvolverem pesquisas, seminários sobre a problemática do momento, a questão econômica e a democratização do Estado. As trajetórias somente desviaram-se quando da busca por espaços autônomos de ampliação da democratização do Estado, Cardoso vai para o MDB e Weffort ao PT. A segunda conclusão é que Weffort, na perspectiva de implementação de um projeto democrático ao Brasil, busca tanto a esfera político partidária quanto a esfera

governamental. Terceiro, conclui-se que sua inserção na política esteve associada ao ideal de transformação da democracia e das relações democráticas entre os brasileiros, Weffort buscou por seus meios organizar o Estado de forma a ressignificar a relação entre o cidadão e as esferas de poder, levando os de baixo a participarem ativamente da construção das propostas políticas, ao passo que, os governantes deveriam empregar eficiência na superação da crise econômica e nas desigualdades sociais. Em suma, Weffort buscou conquistar e ocupar espaços tanto no mundo acadêmico quanto no mundo da política para concretizar o ideal de libertar as massas trabalhadoras da dominação estatal.

REFERÊNCIAS

- ARICÓ, José. **La cola del diablo. Itinerário de Gramsci en América Latina**. Caracas, Nueva Sociedad. 1988.
- ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. **Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória**. 2012. 128 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.
- ARAUJO, Cicero. **Rito de passagem: Cedec e Lua Nova**. Lua Nova [online]. 2017, n.100, pp.15-23.
- ARRUDA, Maria Arminda. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Tempo Social, São Paulo, v. 22, nº 1, 2010, p. 17-18.
- ANASTASIA, Fátima; CASTRO, Mônica de; NUNES, Felipe. De lá para cá: as condições e as instituições da democracia brasileira no pós-88. In: RANULFO, Carlos e ALCÁNTARA, Manuel. **A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 01-24.
- AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton. **Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- AGGIO, Alberto. O lugar de Gramsci. In: Aggio, Alberto. **Uma nova cultura política**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2008, pp. 117 – 127.
- AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio. Prefácio à edição brasileira. Org. Aggio, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe. **Gramsci no seu tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, pp. 11 – 25.
- BADALONI, Nicola. Gramsci, para além de sua época e de seu país. Org. Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Garcia. **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 11 – 25.

BERNARDES, Juliano. **A formação do Estado desenvolvimentista brasileiro na obra de Octávio Ianni**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. SP: [s. n.], 2009.

BAPTISTA, Katia Aparecida. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta**. 2009. 275f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009.

BENJAMIN, César. **Triunfo da razão cínica**. Caros Amigos, São Paulo, n. 80, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. Org. Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Garcia. Gramsci e a América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 103 - 128.

COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). Introdução. Antonio Gramsci. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1. p. 07 a 45.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (vol.1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pp. 07-45.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. Memórias da Maria Antônia, In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônio uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988, pp. 27-34.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à edição brasileira. In: Rodríguez, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 17-22.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de Posse do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Nacional - Brasília, 1o de janeiro de 1995**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **FHC conta como o CEBRAP o aproximou de Ulisses e Lula na ditadura**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 99, nº 33.012, 12 de junho de 2019.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n.71, 2007. pp. 173-228.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012, 197 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2012.

DULCE. Luiz. **Os intelectuais e a criação do PT**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/os-intelectuais-e-a-criacao-do-pt-2/>. Acesso em: 04/04/2020.

ELIAS, Paulo Eduardo. **Cedec 30 anos**. Lua Nova, São Paulo, n. 69, 2006, p. 9-11.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1964.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FILHO, Daniel Aarão Reis. O Colapso do Colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANK, André Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**. California: Monthly Review Press Ed., 1967.

GOMES, Angela de Castro. **O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1996, pp.31-58.

GOMES, Angela de Castro; REIS, Daniel Aarão. **Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy**. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1, n° 2, 1996, pp. 166-183.

GIANNOTTI, José Arthur. **Recepções de Marx**. Novos Estudos n° 50, SP. 1998.

GLUCKSMANN, Christine Buci. **Gramsci e o Estado. Por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

IANNI, Octávio. Apresentação. In: IANNI, Octávio; SINGER, Paul; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco. **Política e Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. Que é Ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1954.

JAGUARIBE, Hélio. **O Brasil no laboratório de Hélio Jaguaribe**. Folha de São Paulo, Caderno Mais, fevereiro de 1998.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. **Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática**. Espaço & Debates, NERU: Cortez, vol. III, nº 10, 1984, pp. 61-77.

KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. **Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978)**. 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

KECK, Margareth. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1991.

KOWARICK, Lúcio; SINGER, André. **A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 195-216.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. 275f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 1999.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. In: Cadernos AEL nº 14/15 (vol. 8), 2001.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Vladimir Lenin. Obras escolhidas em três tomos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988, pp. 219 – 305.

MARINI, Rui Mauro. **Dialectica de la Dependência la economia exportadora**. Santiago: Sociedad y Desarrollo, vol. 01. 1972, pp. 35-51.

MARTINS, José de Souza. **Prefácio à Quinta edição**. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. In Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: Editora Globo, 2009, pp. 09 – 23.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953/54**. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. Rev. Bras. Hist. [online]. 2018, vol.38, n.79, pp.195-216.

MUSSI, Daniela. **Populismo periférico: o pensamento político do Cedec (1976-1988)**. Projeto CAPES/PNPD, 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil**. Org. Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurélio Garcia. Gramsci e a América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 129 - 153.

NOGUEIRA, Marco Aurélio; CHAUÍ, Marilena. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n.71, 2007. pp. 173-228.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. **Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária**. 2004. 134 f. dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca, 2004.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

PERRUSO, Marco Antonio. **Em Busca do “Novo”: Intelectuais Brasileiros e Movimentos Populares nos anos 1970/80**. 2008. 516 f. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)**. 2012. 565 f. Tese de Doutorado. Departamento de História/Universidade de São Paulo, 2012.

RAMALHO, José Ricardo; JÁCOME RODRIGUES, Iram. **Sociologia do trabalho no Brasil: entrevista com Leôncio Martins Rodrigues**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 72, febrero, 2010, pp. 133-148.

ROUQUIE, Alain. Ideologias, populismos, “desarrollismo”, castrismo. In: Alain Rouquie. **América Latina: Introducción al Extremo Occidente**. México, Siglo Veintiuno Editores, 1994, pp. 278-296.

ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociologia e Política Acadêmica nos Anos 1960: a experiência do Cesit**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Um Seminário de Marx**. Sequências Brasileiras, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SORJ, Bernardo. **A Construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

SPIGOLON, Nima Imaculada. **As noites da ditadura e os dias de utopia... O exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979**. 2014, 506 f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2014.

SILVA, Luiz Fernando da. **Democracia e sociedade civil na década de 1970: uma análise da elaboração de intelectuais marxistas acadêmicos**. Ed. Perspectivas, São Paulo, n.20/21, 1998, pp. 39-63.

SILVA, Roque A. **Representatividade, democracia e unidade no sindicalismo brasileiro**. Coleção Cadernos Cedec, n. 01, São Paulo, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das ideias. Tradução de Marcus Vinicius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p.358 – 399. Jan./abr. 2017.

Tradução de Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 04, p. 57 – 89.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978 - 2010**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

TORRAINE, Alain. **Las sociedades dependientes. Ensayos sobre América Latina**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 1976.

TAUIL, Rafael Marchesan. **Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort**. 2017. 229 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2017.

TAVARES, Maria Hermínia. “**Francisco Weffort — Professor Emérito**”. Disponível em: <https://qualidadedademocracia.com.br/francisco-weffort-professor-emérito-b1773adf352>. Acesso em: 03 de março de 2019.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **Apontamentos sobre a questão Operária e Sindical (mimeo)**, Cedec, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. “**O Inferno Ainda não é o Outro: Notas sobre o Primeiro Ano de Governo do Quarto Presidente de Transição**”. Cadernos de Conjuntura, nº. 53, IUPERJ. 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. **Ciência e Política. Duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira” In: FURTADO, C. (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

____. **“Classes populares e política: contribuição do estudo do populismo.”** Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1968.

____. **Consolidar o Partido, construir a democracia.** Revista Teoria e Debate. São Paulo, n 4, set. 1980.

____. **A Cidadania dos trabalhadores.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1ª edição, 1981.

____. **Entrevista sobre o Seminário de Marx.** Isto É, 1983.

____. **Partidos e Representação.** Revista Lua Nova, São Paulo, 1987.

____. **Incertezas da Transição na América Latina.** Revista Lua Nova, São Paulo, N.16, 1989.

FONTES

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª edição. 1980.

WEFFORT, Francisco Correia. **Por Que Democracia?** São Paulo: Editora brasiliense, 3ª edição. 1985.

WEFFORT, Francisco Correia. **PT: Um Projeto para o Brasil: Seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de abril de 1989.** São Paulo: Editora brasiliense, 1ª edição, 1989.

WEFFORT, Francisco Correia. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição. 1992.

ARTIGO DE REVISTA

A Versão Lula. Lua Nova vol.1 no.2 São Paulo Sept. 1984.

DOCUMENTOS

FAPESP, **Relatório de pesquisa**. ano de 1962.

FAPESP, **Relatório de pesquisa**. ano de 1963.

CARTAS

Carta da Fundação Ford a José Álvaro Moisés, 10 de maio de 1977.

Carta de Vicente Bevilacqua ao CEDEC em 21 de maio de 1977.

Carta de Paulo Freire ao “Developpement et Paix”, datada de 28 de janeiro de 1977.

Carta de Weffort a Bill Smith, datada de 31 de agosto de 1979.

Carta do CEBRAP a Bill Smith, não datada.

Carta de Cândido Procópio Ferreira a Francisco Weffort, não datada.

Carta Ofício de Régis de Castro Andrade à Universidad Nacional Autonoma de México, datada de 16 de novembro de 1982.

PROJETOS CEDEC

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura popular e renovação urbana em São Paulo (mimeo)**. São Paulo: Cedec, 1977.

MOISÉS, José Álvaro. **Projeto Piloto. História Social. Movimento Operário, Estado e democracia no Brasil**. CEDEC (mimeo), 1979.

_____ **Projeto de Pesquisa: Estrutura e representação sindical, CEDEC (mimeo)**, 1979.

_____ **Formulário de aplicação do questionário aos entrevistados (mimeo)**, [s.d.].

_____ **Projeto: Sindicato e comissão de fábrica no atual movimento operário brasileiro (mimeo)**, 1979.

_____ **Projeto de Pesquisa: democratização da Educação e da Cultura ou Cultura e Educação democratizadas?. CEDEC (mimeo)**, 1979.

_____ **Projeto de Pesquisa: Movimentos sociais urbanos, CEDEC (mimeo)**, 1981.

KOWARICK, Lúcio. **Relação de atividades realizadas pelo CEDEC (mimeo)**. 1981.

_____ **Projeto de Pesquisa: Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo, CEDEC (mimeo)**, 1983.

BENEVIDES, Maria Victória. **A OAB na abertura (mimeo)** – dossiê sobre a gestão de Raymundo Faoro na OAB (1977-1979).

_____ **Projeto de Pesquisa: Cidadania e Participação Social – Direitos Políticos no Brasil Contemporâneo, CEDEC (mimeo)**, 1983.

DOCUMENTOS DE FUNDAÇÃO DO PT

IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, 1979.

Carta de Princípios (01/05/1979)

Comissão Nacional Provisória (13/10/1979)

Manifesto de Fundação (10/02/1980)

Estatuto do Partido dos Trabalhadores (01/06/1980)

Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores (06/05/1984)

ARTIGOS DE JORNAL

WEFFORT, Francisco. **Uma oportunidade de ouro**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.216, 12 de novembro de 1981, Opinião, p. 03.

WEFFORT, Francisco. **A autonomia dos trabalhadores**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.289, 24 de janeiro de 1982, Opinião, p. 03.

WEFFORT, Francisco. **A inutilidade do voto útil**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.298, 30 de janeiro de 1982, Opinião, p. 03.

GRAEFF, Eduardo. **Sociologia Cansada**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.316, 02 de fevereiro de 1982, Opinião, p. 03.

WEFFORT, Francisco. **O que esperar de novembro?**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.320, 06 de fevereiro de 1982, Opinião, p. 03.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **PT, democracia e sobrevivência**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.320, 06 de fevereiro de 1982, Opinião, p. 02.

MOISÉS, José Álvaro. **A Autonomia dos Trabalhadores**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.320, 06 de fevereiro de 1982, Opinião, p. 02.

MOISÉS, José Alvaro. **“Voto útil” ou voto pra valer?**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.323, 09 de fevereiro de 1982, Opinião, p. 03.

LIMA, Chopin Tavares de. **Vale a pena ganhar?**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.325, 11 de fevereiro de 1982. Opinião, p. 03.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **A proposta do PT**. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 61, n 19.325, 11 de fevereiro de 1982. Opinião, p. 03.